

REVISTA
DO
SERVIÇO
PÚBLICO



DASP - BIBLIOTECA
BRASILIA

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO
EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
(Decreto-lei n. 1.370, de 14 de dezembro de 1939)

ANO XVI

JANEIRO DE 1953

Vol. I - N. 1

SUMÁRIO

EDITORIAL

As Tendências da Administração de Pessoal.....	Pág. 3
--	--------

COLABORAÇÃO

Administração de Material no Departamento dos Correios e Telégrafos — IV — Oscar Victorino Moreira	5
Como se deve portar o Chefe — José Alípio Goulart	16
Análise do Trabalho para Seleção Profissional — Arlindo Vieira de Almeida Ramos	21
Introdução à Metodologia do Planejamento — Agnello Uchôa Bittencourt	24
Planejamento e Controle da Produção de Energia Elétrica no Estado do Rio — Byron Torres de Freitas	39
Estudos sobre o Fornecimento da Energia de Paulo Afonso à Bahia	46
O Problema da Chefia e das Relações Humanas no Trabalho — Thomas G. Spates (Trad. de Mary Cardoso)	70

INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

O Ensino do Direito Administrativo e das Ciências Administrativas — T. Heyse (Trad. de Cecília Lopes da Rocha Bastos)	76
Governo e Administração na França — Jean Forgeot (Trad. de Nêa Lopes Monteiro)	78

ADMINISTRAÇÃO GERAL

APERFEIÇOAMENTO

Curso de Administração de Pessoal — Sistema de Remuneração — Aluísio Moreira	84
Curso de Português — Formação de Escriturários para Ministérios Militares — João Luiz Ney	89
Monografia Profissional da Enfermeira Diplomada — Lucília Borges de Miranda	92

SELEÇÃO

A Entrevista no Processo de Seleção Psicotécnica — Otávio de Oliveira Paes e Lywal Salles.....	100
Questões apresentadas no Concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo — C. 112	107
Questões apresentadas na Prova de Habilitação para Fiscal da T. U. M. do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — P. H. 2.070	114

DOCUMENTÁRIO

II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros — Relatório — Nabor Rodrigues Manga.....	120
---	-----

NOTAS

Publicações recebidas	144
-----------------------------	-----

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO
Editado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público
(Decreto-lei n.º 1.870, de 14 de dezembro de 1979)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Edifício da Fazenda - 6.º andar — Sala 619

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONES: Redação 22-9961 Ramal 529
Administração 22-9961 Ramal 527
Expedição 22-9961 Ramal 555
Endereço telegráfico: REVISDASP

Diretor — ESPÍRITO SANTO MESQUITA

Secretário — Wanda Silva Wolter

Expediente

Assinatura anual Cr\$ 50,00
Assinatura anual para o exterior Cr\$ 100,00
Número avulso Cr\$ 5,00

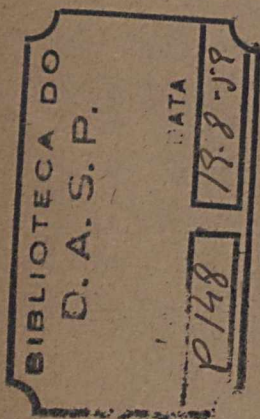
A remessa de qualquer importância — em vale postal ou cheque bancário — deverá ser feita à “Revista do Serviço Público”.

A administração da Revista pede aos srs. assinantes que ainda não reformaram suas assinaturas vencidas, a gentileza de o fazerem com a maior brevidade.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A publicação de tais trabalhos nesta Revista é feita unicamente com o objetivo de focalizar assuntos relacionados com a administração pública e provocar, assim, o estudo e debate dos mesmos.

Só serão pagos os trabalhos inéditos escritos especialmente para esta Revista.

Permite-se a transcrição de qualquer matéria publicada, desde que seja indicada a procedência.



As Tendências da Administração de Pessoal

AOS que se interessam pelas questões relacionadas com o serviço público federal não deve ter passado despercebida a evolução que tem experimentado a administração de pessoal. Se lhes fôsse dada oportunidade de esmiuçar mais a fundo este tema, teriam ensejo de sentir o nascimento, crescimento e amadurecimento de princípios que, inicialmente equívocos e vagos, foram a pouco e pouco tomando forma e se impondo como fatos jurídicos hoje reconhecidos e consagrados. O tema é vasto e seria preciso escrever com certa extensão para desenvolvê-lo com propriedade. Mesmo assim, ressalta à evidência que muitos dos atuais problemas que preocupam os legisladores e administradores em assunto de pessoal praticamente já foram lançados em épocas anteriores sem que, infelizmente, até agora ocorressem providências e medidas que os solucionassem radicalmente. Há pouco foi sancionada a lei que concedeu abono de emergência. Aos que voltarem as vistas para o passado, encontrarão leis semelhantes como a que foi assinada em 2 de janeiro de 1920, com o n.º 3.990, lei esta que aumentou provisoriamente os vencimentos do funcionalismo público na base de 20%, excluindo os que percebiam mais de nove contos anuais. Assim, o limite máximo de vencimento que excluía os funcionários do abono equivale hoje praticamente a um mês quando em 1920 correspondia a um ano. Em 1919, ilustre congressista deblaterava contra o regime de injustiça imperante no serviço respeitante aos vencimentos e falava com veemência: "Como é público e notório, há por aí repartições no mesmo ministério, e nas quais os respectivos funcionários com funções idênticas, títulos idênticos, percebem vencimentos desiguais". E refletindo a necessidade de uma reforma de base, a citada Lei n.º 3.990-1920 autorizava, no seu art. 4.º, ao Presidente da República rever os quadros do funcionalismo público civil para o fim de classificar os lugares por categorias e de acôrdo com estas uniformizar-lhes os vencimentos. Conseqüentemente, leis antigas já acentuavam a necessidade de uma reestruturação fundamental para acabar com o regime de injustiça de salário existente no serviço público federal.

Infelizmente, nem sempre se executava a rigor o pensamento do legislador e as medidas adotadas sempre ficariam à superfície da verdadeira solução. E, por força disso, remendaram-se situações confusas e assistemáticas perdurando, na realidade, os problemas que se arrastaram pelos anos a dentro. Em 1935, a Lei n.º 51, de 14 de maio, mandando conceder outro abono provisório, determinava, outrossim, no seu art. 1.º, a constituição de uma comissão com a incumbência de apresentar ao Poder Legislativo, dentro de quatro meses, um projeto de revisão geral dos vencimentos, civis e militares, respeitadas as possibilidades orçamentárias do país, e observado o critério de igual remuneração para igual função e responsabilidade. Como ocorre,

é do destino de toda lei que concede aumento ou abono determinar, simultaneamente, a revisão geral dos quadros do funcionalismo. Esta lei de 1935, se fôsse executada à risca, e se objetivasse o pensamento do legislador, teria, como tudo levaria acreditar, achado a solução mais recomendada para os problemas sempre presentes da injustiça do salário no regime de emprêgo do governo federal. Ao invés disso, a solução preconizada e incorporada na Lei n.º 236, de 28 de outubro de 1936, ficou a meio caminho, profissionalizou o serviço público e instituiu o sistema de carreiras mas não observou o critério de igual remuneração para igual função e responsabilidade. Ao contrário, adotou o princípio mais tarde explícito na Lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), de colocar na base do sistema de cargo a carreira como unidade orgânica e, conseqüentemente, admitir o postulado fundamental que ainda vigora de que cabe indistintamente aos funcionários das diversas classes as atribuições inerentes a determinada carreira. E, a par disso, instituiu o regime de dupla categoria de servidores na administração de pessoal: de um lado, os funcionários, e de outro, os extranumerários, estes, a seu turno, subdivididos em quatro categorias: contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros. Vinha, dêste modo, a lei impor soluções e formas jurídicas a situações para as quais não existia base técnica. Esta solução apriorística dos problemas da administração de pessoal dilatou as dificuldades e continuaram sempre em crescendo as inúmeras questões surgidas em conseqüência da incompreensão de que os problemas de salário e vencimento teriam remédio eficaz no dia em que a lei reconhecesse a necessidade de construir preliminarmente uma base técnica para, sobre ela, levantar as bases da solução jurídica. Pressões de grupos interessados e favorecidos tiravam vantagens da situação anômala e obtiveram leis privilegiadas que vieram criar quistos de abonos no seio do funcionalismo público em prejuízo da eficiência e do moral administrativo, pois minavam o "sprit de corps" sem o qual não pode haver administração de pessoal progressista.

Com a Constituição de 1946, a administração de pessoal tomou a tendência de encarar realisticamente os seus problemas. O art. 23 do A.D.C.T. mandou equiparar aos funcionários os extranumerários que, preenchendo determinados requisitos, exerciam na realidade trabalhos semelhantes aos dos funcionários. Lançada a primeira pedra no sentido de uma solução estrutural dos problemas de administração de pessoal, veio a seguir o novo Estatuto cujo art. 259 autoriza o Presidente da República a organizar um plano de classificação de cargos na base dos deveres, atribuições e responsabilidade. Veio, logo depois, a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que, concedendo o abono de emergência, o vinculou à aprovação do plano de classificação de cargos referido. E mais, a Lei n.º 1.765-1952, adotando critérios objetivos, determina a transformação dos extranumerários contratados em exercício de função permanente e todos os extranumerários-diaristas em extranumerários-mensalistas. E manda ainda aplicar a Consolidação das Leis do Trabalho ao pessoal pago pelas Verbas 3 e 4 para efeito de férias e repouso remunerado. Nesta encruzilhada em que se encontra a administração de pessoal da União, não é de esperanças a tendência que se vislumbra já tão promissora, tendência esta que se afirma vigorosa e firme no sentido de encontrar soluções objetivas para os problemas de pessoal que até agora desafiaram o patriotismo e a boa vontade dos que desejam trabalhar para que o Governo federal encontre a resposta angustiosa para as relações de trabalho dos seus servidores dentro do princípio da mais pura justiça social?

Administração de Material no Departamento dos Correios e Telégrafos

OSCAR VICTORINO MOREIRA

IV

2.^a PARTE — (Continuação)

NÃO se admire o leitor com o caso que apontamos, cuja repartição, por delicadeza, deixamos de mencionar; outros fatos da mesma natureza conhecemos, e supomos que o próprio D.C.T., voltando suas vistas para vinte anos atrás, encontrará confirmação de nossas observações.

Resta-nos, sobre o problema, fazer menção à redistribuição. É certo que vários órgãos possuem materiais em quantidade superior às suas necessidades e, se não aproveitados, ficarão envelhecidos e serão, até, perdidos — o que impõe um estudo para sua redistribuição a outros órgãos que dos mesmos necessitem. O primeiro trabalho a ser feito para a redistribuição de material é a catequese dos chefes. Embora o órgão não necessite do material, difícil é conseguirmos que seu dirigente abra mão de "seu" material. Encontramos um egoísmo curioso, em relação ao que pertence à repartição, e não ao indivíduo. É mais fácil o chefe constatar a perda total do material por envelhecimento ou outro motivo que cedê-lo a outro setor. Falta educação e espírito público; a noção de "propriedade privada" em relação ao que é público torna-se causa eficiente das maiores dificuldades nas relações interórgãos. A redistribuição deve ser cometida a um órgão especializado, que tenha controle sobre os demais e força bastante para agir, pois, se assim não fôr, é de esperar-se a impossibilidade de prática de real valor.

ALIENAÇÃO DE MATERIAIS

Trata-se da alienação de materiais em desuso ou por outros motivos inservíveis à repartição.

Até certo ponto a questão da alienação de bens públicos é perigosa, pois envolve grandes interesses e dá margem a deslizos, como muitas vezes temos observado. A forma preconizada da alienação em praça pública, pelo sistema do leilão, parece, a muitos, a mais conveniente e a que mais acautela os cofres públicos. Temos as mais fundadas suspeitas sobre o processo. Se não fôr feito um estudo acurado sobre os bens a serem aliena-

dos, graves prejuízos poderão sofrer os cofres públicos. A falta de publicidade da venda, as exigências para os arrematadores, a precária divulgação de características do material a ser vendido e outros fatores concorrem para a obtenção de preços baixos. Nos editais de leilão, quando há, é comum vermos especificações como estas:

"Máquina de escrever, marca X, no estado".

"Automóvel marca X, tipo Sedan de 4 portas, do ano X, em más condições".

"Peças de máquinas operatrizes, em metal".

Tal forma de especificar o material constitui um convite aos licitantes para que ofereçam o menos possível! Será que aquela máquina de escrever estará mesmo imprestável, ou tem um certo defeito só conhecido dos "iniciados", facilmente removível e ela poderá readquirir um valor muito maior? Que peças de máquina são as indicadas, e de que metais são fabricadas? Como deveremos julgar os autores de editais nessas condições? Ineptos ou inescrupulosos? Seja como fôr, a administração sofre em consequência da ação de indivíduos incapazes que exercem funções incompatíveis com seus conhecimentos e caracteres.

A especificação do material a ser alienado, contendo os dados sobre o estado de conservação, e se possível a espécie de reparos de que necessita, deve ser divulgada o mais amplamente possível, a fim de chamar a atenção dos interessados e assim obter preços mais convenientes.

O Decreto n.º 14.655, de 22 de fevereiro de 1944, determina que na venda do material inservível deverá ser observada a qualidade do mesmo, assim como feitos lotes ou grupos por espécie a fim de ser alcançado o melhor preço de venda possível. Já existe recomendação legal a respeito, mas não tem sido observada. Em matéria de cumprimento de leis e regulamentos, temos de levar em conta a falta de vontade de certos administradores. Aquêlê decreto está vigente, mas poucos são os que o respeitam; será que o D.C.T. o observa? Apontemos um fato de conhecimento geral, pelo menos no Ministério da Fazenda. O antigo Ministro, Senhor Pedro Luiz Correia e Cas-

tro, contrariando flagrantemente o que preceitua aquêlê decreto, resolveu determinar que em vez de ser vendido o material inservível e desnecessário aos serviços do Ministério, e recolhido aos cofres públicos o produto da venda, fôsse o mesmo doado a certa instituição de caridade de seu agrado. Certa vez o D.A.S.P. entregou à Divisão de Material do Ministério da Fazenda mais de uma tonelada de papel velho para ser vendido em leilão ou por concorrência, pedindo no ofício que depois lhe fôsse comunicado quanto havia sido apurado. Feita a concorrência, depositada no Tesouro a importância proveniente da transação, por parte do interessado, quando êste foi buscar o que comprara, ocorreu o inesperado: — A administração do Palácio da Fazenda, baseada no ato do Ministro, impediu que o comprador retirasse o que era seu, pois aquêlê material tinha de ser entregue à instituição de caridade determinada pelo titular da pasta! Incrível como pareça, um fato desta natureza aconteceu e, ainda, a Divisão de Material do M.F. não mais aceitou material inservível que o D.A.S.P. lhe quis entregar, para não ser seu diretor repreendido por cumprir a lei e desautorar o Ministro!...

Lembremo-nos de que o recolhimento proveniente da venda de material inservível de acôrdo com aquêlê decreto, apesar de mal executado, em 1944, rendeu mais de Cr\$ 600.000,00, o que representa uma boa cifra para um comêço de execução da lei. Ora, se todo o produto da venda dêsse material, fôr doado a uma instituição de caridade, corresponderá a um grande auxílio não constante do orçamento e a um prejuízo para os cofres públicos, mas também dará ensejo para que o doador receba uma condecoração ou um título a mais para ilustrar seus brasões...

Além da ocorrência acima, dada sua procedência, muitas são as repartições que não tomam as medidas convenientes para proceder à alienação do material inservível. As aparas de papel provenientes de corte em estabelecimentos gráficos representam alto valor e, em geral, são jogadas fora, queimadas ou tomam qualquer outro destino, sendo poucos os casos de reunião das mesmas para venda. Não queremos dizer que essa é a medida miraculosa que salvará as finanças públicas, pois tal crítica depreciativa foi feita quando baixado aquêlê decreto; o que devemos notar é o número de procedimentos contrários à economia pública praticados e se houver um melhor conhecimento das questões e o desejo de defender o erário público, uma boa parcela poderá ser salva. Não deve constituir galardão de quem quer que seja o esbanjamento ou falta de zelo pela coisa pública.

Examinemos um uso interessante, que costuma ser praticado e até defendido como acautelador dos cofres públicos: — Os vendedores de automóveis, para aumentar seus negócios e estimular a freguesia, resolveram usar um sistema muito empregado e que tem surtido os melhores efeitos, isto é, ao proporem a venda de um novo veículo a quem possui um carro já usado, sabendo que o comprador desejará desfazer-se do carro velho, oferecem

um desconto no montante a ser pago, correspondente ao valor que atribuem ao carro de "troca". Trata-se de operação em que é realizada uma dupla venda, pura e simplesmente. Dêste modo o comprador despende menos dinheiro de contado e assim aceita a transação. Se o particular assim procede, nada temos a ver com o processo, porque êle é o dono de sua economia, de seus haveres, mas tal prática poderá ser adotada no serviço público? Será constitucional?

A alienação efetiva que se dá, em relação ao carro velho, representa uma receita ou renda, e como tal deve ser recolhida aos cofres públicos em rubrica constante do orçamento — Rendas Eventuais.

Diz a Constituição no seu art. 73:

"O orçamento será uno, incorporando-se à receita, obrigatoriamente, tôdas as rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos".

Querem alguns que a troca dos veículos com o pagamento do saldo não seja uma dupla venda, mas isso constitui apenas uma burla, só iludindo quem quiser deixar-se enganar. A alienação de bens públicos só se pode operar mediante autorização legal e deverá ser procedida de acôrdo com as determinações existentes, assim como o produto arrecadado tem de ser recolhido aos cofres públicos como renda eventual.

Alguns aspectos merecem atenção na prática a que acima nos referidos. Do ponto de vista orçamentário, o produto da venda do material usado constitui suplemento de dotação e, como não consta da autorização legal, não poderá ser aplicado. Do ponto de vista econômico, devemos ter em conta o seguinte: — Para que seja verificado o valor do material a ser vendido não bastará a oferta que o vendedor do novo material apresente. É notório que o vendedor de carros novos organiza suas listas de preços de tal modo que já incluem a chamada — "margem para troca" — e que serve para iludir o comprador. Quando a venda se efetua a dinheiro, sem troca, o vendedor faz uma redução efetiva no preço, caso contrário lucra essa importância a mais. Vejamos um exemplo hipotético e ilustrativo. Os automóveis da marca X são vendidos a Cr\$ 100.000,00 ("preço de lista"), sendo a margem para troca de Cr\$ 10.000,00. Se o comprador tem um carro velho, cujo valor não ultrapassa, digamos, Cr\$ 20.000,00, o vendedor oferece por êsse veículo usado Cr\$ 28.000,00. Parecerá ao comprador que melhor negócio não haverá, pois a oferta é tentadora. De fato, o que se verifica é que o vendedor ainda lucra uma parcela dentro da margem que é incluída para forçar negócios com fregueses mais espertos!

Será, pois, conveniente ao Estado fazer tais transações? E quem avaliou o veículo usado para saber se o preço oferecido é razoável? Fica o Estado à mercê das habilidades de vendedores e de compradores, o que é inconcebível.

A alienação de material inservível deve ser atribuída a um órgão especializado e procedida de acôrdo com os métodos comerciais mais convenientes.

tes; não é trabalho para leigos ou neófitos. No caso que citamos, como em muitos outros, perde o Estado pela deficiência de conhecimentos de seus agentes, mas ainda devemos levar em conta os prejuízos decorrentes da falta de honestidade dos encarregados dessa atividade administrativa. Com certa facilidade poderá o material ser dado como imprestável e convir sua alienação. Procedida a concorrência para sua venda, é o mesmo entregue e, por vêzes, ainda recebe elogios o servidor que conseguiu efetuar um recolhimento aos cofres públicos, graças ao seu zêlo pela coisa pública... Analisemos uma dessas operações. O edital para a venda de um grupo de máquinas velhas, quebradas, inservíveis, etc. é feito caprichosamente, de modo que os compradores não "iniciados", examinando o material, só poderão oferecer o valor do metal a pêso, mas o amigo, aquêle que conhece os meandros administrativos, fará uma oferta um pouco superior, e por que? Mais tarde, passados alguns dias da primeira licitação, outro edital de material também inservível será afixado, incluindo peças indiscriminadas de máquinas, etc. Também os compradores neófitos só poderão fazer ofertas do valor do material a pêso, o que não ocorrerá com o que sabe que dentre aquelas peças indiscriminadas encontram-se as necessárias à substituição das quebradas ou danificadas nas máquinas velhas que comprara, e, assim, poderá restituir o valor à maquinaria e revendê-lo a bons preços, repartindo uma parcela dos lucros com os amigos que hajam auxiliado a operação. Se a alienação do material não fôr cometida a um órgão especializado, o qual por sua vez deve ser efetivamente controlado, muito continuará perdendo a administração pública.

Este assunto comporta inúmeros exemplos, mas queremos apenas advertir e mostrar que a matéria deve ser cuidada, principalmente num Departamento que dispõe de tanto material, como o D.C.T.

Vamos passar ao estudo de outras funções que competem ao órgão específico da administração do material, começando pela estatística de consumo.

ESTATÍSTICA

A estatística pode ser encarada como a bússola do administrador e é um dos melhores auxílios que podem ser prestados a quem deseja trabalhar acertadamente.

O comprador não deve prescindir dessa arma de trabalho, pois se assim o fizer cometerá erros vulgares dando provas de incompetência.

A programação das compras, o conhecimento prévio das épocas de aplicação e de melhores aquisições são necessárias ao órgão especializado na compra, o que fica na dependência dos dados estatísticos.

As aplicações da estatística são inúmeras, tôdas proveitosas, descuidando-se dela sômente aquêles que ignoram seu valor. É de causar admiração ou pasmo a inexistência de levantamentos, de coleta de dados estatísticos, como de aprecia-

ções em diversos órgãos da administração pública, principalmente nos que têm a seu cargo a administração de material. Não é nosso intuito particularizar o D.F.C., mas observar os procedimentos de divisões, serviços e seções de material dos diversos setores da administração federal. O caso especial do órgão centralizador das compras assume feição mais grave, pois na sua estrutura encontra-se um Serviço de Estatística que deveria oferecer os melhores informes, já que dispõe da melhor fonte de dados para fazer suas observações. Na realidade, êsse órgão existe para aí exercer alguém uma função gratificada. Que resultados já apresentou? Respondam os responsáveis, se puderem.

Limita-se o S.E. do D.F.C. a informar imprecisamente os últimos preços oferecidos nas coletas e concorrências para certos materiais, mas sem as condições em que foram obtidos, se as características do mercado variaram, se as quantidades influíram, enfim, sem qualquer espécie de orientação e de estudo obrigatório por êsse órgão.

A estatística de consumo é indispensável, não só ao órgão comprador, mas aos administradores, pois diversas providências dependem do conhecimento exato dêsse consumo. A formação de estoques em demasia ou quantidades abaixo das necessárias e determinantes de paralisações, são provenientes da inexistência de estatísticas. O material obsoleto, por falta de aplicação, que encontramos depositado nas repartições nada mais representa que a desorientação administrativa, incluindo-se nela a precariedade de dados estatísticos ou mesmo sua inexistência. O controle de consumo, como poderá ser praticado sem os dados estatísticos? Seria enfadonho estarmos repetindo o que qualquer tratado sobre estatística nos aponta. Não há novidades na matéria; basta a advertência: — Um órgão de administração de material que não faça estatísticas, embora chegue até a apresentar bons resultados, não estará trabalhando satisfatoriamente, e não alcançará a eficiência que seria de esperar.

A estatística entra como auxílio na elaboração da proposta orçamentária, pois esta não deverá ser feita pelos conhecidíssimos sistemas chamados de: — método das majorações, método das extrapolações, método do último triênio, método de redução e tantos outros métodos.

O orçamento nada mais é que um plano de trabalho expresso em números de dinheiro. Ora, se assim o considerarmos, isto é, uma política financeira a ser seguida, como poderemos aplicar, por exemplo, o método do último triênio? Só no caso de os serviços a serem executados se condicionarem às características dêsse período. Nesse caso não haveria propriamente — plano de trabalho, e sim continuísmo.

Vemos que o setor da administração do material, entrando na apreciação do plano de trabalho, conhecendo as forças da receita, examinando o momento econômico, enfim, cientificando-se do meio e das condições gerais, através de seus conhecimentos especializados e dos dados estatísticos

que coleta, poderá prestar inestimável auxílio à administração na elaboração orçamentária, e, de tal forma, que o programa de trabalhos poderá ser realizado satisfatoriamente. Já passou o tempo das administrações ao acaso, e os que assim a praticam, oferecem as maiores provas de sua importância, acarretando prejuízos que serão pagos por quem não concorreu para isso; pelo povo. O aumento de eficiência, a racionalização da administração pública constituem imposições que pesam sobre os administradores públicos; a ninguém é lícito patentear sua incompetência nos postos administrativos, cabendo o auto-exame de consciência para indicar o melhor caminho a seguir.

A medida que a sociedade evolui, que se generalizam os conhecimentos, que as dificuldades na luta pela vida aumentam, mais pesados encargos recaem sobre os dirigentes, pois o regime de mistificações deixa de dar resultados daí em diante.

A proposta orçamentária, como dizíamos, deve ser feita à vista de dados positivos, obtidos não só por meio da estatística, mas principalmente sobre os elementos fornecidos pelos planos de trabalho.

Ainda empregamos o sistema de atribuir a dotação orçamentária para um grupo de despesas, ou seja, a autorização de gasto de certa soma e não o que deveria ser feito, a rigor: — Se o orçamento se destina a fornecer os meios para a realização de certos fins, o que deveria ser dado era especificamente aquilo que justificou a estimativa em dinheiro e não este. Exemplificando: — A repartição precisa de um microscópio para executar determinado serviço de pesquisa em seu gabinete médico, e para isso recebe, por estimativa imprecisa, a dotação respectiva na Subconsignação 13, da Verba Material, do Orçamento da Despesa. Na execução orçamentária muita coisa pode ocorrer, como a não aquisição desse microscópio; ser seu preço superior à dotação, etc. Em tais casos o “programa de trabalho” só terá servido para a obtenção de recursos orçamentários, pois o dinheiro será empregado não na aquisição do aparelho, mas em máquinas de escrever, mesas, etc., também, classificáveis na mesma rubrica orçamentária. De que serve o orçamento? Enquanto não houver um órgão de verdadeiro controle orçamentário, auxiliado pelo controle administrativo, a verdade orçamentária, tão apregoada por muitos, será mera ficção.

O orçamento, além de conter os recursos financeiros para as operações que devem ser feitas, constitui elemento de controle da aplicação desses mesmos recursos. Não fôra isto e o orçamento poderia consignar apenas: — Para atender às despesas com o Departamento tal, Cr\$. Seria muito mais simples e cômodo! Se existe especialização orçamentária é porque o propósito da administração é o de controlar seus gastos. Basta examinarmos a verba material e encontraremos uma medida de caráter policial. A Subconsignação 02, destinada à aquisição de veículos, separa na alínea 01 os automóveis de passageiros, a fim de evitar que a repartição justifique uma dotação para com-

pra de tratores, etc. e empregue o dinheiro no material mais atrativo e que mais agrada: o automóvel de passageiros!

O órgão de administração de material tem o encargo de controlar a aplicação dos recursos financeiros especialmente destinados às aquisições, mas tal controle não será essencialmente impeditivo e sim orientador. E' preciso não esquecer o órgão auxiliar sua situação administrativa: — ele faz parte da administração-meio e não das finalidades da organização, por isso deverá prestar auxílio, em vez de sobrepor-se à direção. O excesso de autoridade que se atribuem os órgãos investidos do poder de controlar é a causa principal do desvirtuamento das suas finalidades. A organização existe para realizar determinado fim e não para os seus meios de realização.

Não há muitos dias, o Tribunal de Contas discutia uma questão que bem mostra esse desvirtuamento. Graças à pequena maioria de votos deixava aquela Corte de tomar uma decisão imprópria. Tratava-se de uma concorrência que lhe fôra remetida, e entrava na apreciação da sua conveniência, antes mesmo da chegada da ordem de pagamento. Ora, como se sabe, a concorrência é ato administrativo que pode ser anulado sem audiência do órgão de controle legal. Assim procedendo, o Tribunal, antes de apreciar o que lhe compete, de direito, já estaria considerando a forma de realização de certo ato administrativo, sem atentar para o fato de que o principal era deixado de lado. O juiz da conveniência ainda é o administrador; ao Tribunal compete o exame legal, mas, como geralmente acontece, o controlador, sem outra intenção, alarga sua esfera de ação, invadindo, mesmo, as atribuições de outrem. Este é um fenômeno natural e comumente verificado. Decorre da situação superior em que se coloca o controlador; é humano, sobretudo. Deixemos de lado, porém, essa questão, para entrarmos na observação de outras, também importantes para o órgão de administração de material.

A administração pública, mercê da orientação traçada pelo Código de Contabilidade, não se preocupa com as alterações de valor do patrimônio, não aplica métodos de resguardo dos valores, deixando de manter fundos que assegurem a integridade patrimonial. A desvalorização, as necessidades de reposição, os recursos para incremento das atividades e tantos outros pontos ficam fora de cogitação. O material tem certa duração, previsível em muitos casos, pelo menos durante seu período eficiente, o que oferece ensejo à criação de fundos de depreciação e reposição, mantendo-se, assim, a integridade patrimonial. Em todos esses casos a estatística representa uma ajuda. Isso, porém, não é feito. Se a repartição possui máquinas de escrever e elas se danificam, quer pelo uso, quer por acidente, o mais que pode acontecer é a aquisição de novas, mediante créditos orçamentários. Não faz a União seus balanços econômicos, nem os pode fazer regularmente. Lembremo-nos de que o Estado nada mais é que uma grande empresa cujos fins são servir à coletividade, devendo, assim,

trabalhar em regime que a isso atenda. São bem conhecidas as obrigações do Estado; não podem seus serviços produzir lucro, porquanto a coletividade contribui para as despesas que acarretam. Submeter tôdas as atividades públicas ao mesmo sistema, por imperícia — não nos parece acertado. As administrações autárquicas, dada sua forma especial, podem praticar atos administrativos mais eficazes, pois têm meios para tanto.

Há curiosidades na legislação que merecem especial atenção. Quando uma repartição contrata, por exemplo, um serviço de transporte, paga o preço estipulado e não há quem objete qualquer impedimento. É certo que o proprietário dos veículos que efetuam o serviço inclui, no preço, a cota de depreciação, como a previsão para reposição, o que está absolutamente certo. Se o mesmo serviço fôr feito pela própria repartição, o custo respectivo correrá à conta de diferentes rubricas orçamentárias, tais como: pessoal, combustíveis e lubrificantes, pneumáticos e peças sobressalentes. Tanto a depreciação como a reserva necessária à reposição não são previstas, nem há meios de escriturá-las. Por que essa diversidade de critérios? Julgamos que a legislação já esteja antiquada e deva ser revista, a fim de aparelhar-se o serviço público de forma a trabalhar dentro de bases racionais e eficientes. A contabilidade das atividades administrativas do material deve ser feita de molde a orientar sua administração e, bem assim, ensejar os meios de desenvolvimento, que constitui escopo dessa mesma administração. Sem um serviço racional e objetivado, sem a coleta de dados concludentes, como poderá a melhor administração trabalhar eficientemente?

As formas empíricas de administração vêm cedendo terreno inevitavelmente às formas racionais, pois a evolução das atividades sociais assim o impõe:

"The heyday of impirical business administration is over". (*)

Por meio da contabilidade, pode a administração melhor orientar as diretrizes condutoras do empreendimento. É, pois, uma sistemática indispensável que deverá ser organizada de modo a servir eficientemente. Os processos contábeis preconizados pelo Código de Contabilidade são antiquados e já não correspondem às necessidades da administração racional; situam-se num campo restrito, limitando-se à apreciação da regularidade numérica, sem entrar na apreciação das repercussões econômicas das operações.

Contabilizar unicamente para têrmos o registro de operações financeiras é o que podemos entender pelo aspecto menos importante do sistema; muitos outros aspectos nos interessam bem mais. A apuração de resultados econômicos, o contrôlê das atividades, a coleta de dados sobre as realizações com o fim especial do planejamento de futuras atividades — constituem objetivos de muito maior valia.

Ao expor as atividades atinentes à administração do material, procurando evidenciar os principais pontos, verificamos que muitos dêsses aspectos não têm merecido a menor atenção de administradores. As dotações de material têm servido para a satisfação das mais variadas despesas, e para confirmar nossa observação, bastaria transcrevêsemos uma frase corriqueira em administração: — "Com as dotações destinadas ao material também se compra material!"

Feita a exposição geral sobre as atividades dêste setor administrativo, devemos entrar na análise de certos problemas relativos à administração do material no D.C.T.

E' nosso desejo pedir a atenção do leitor para o seguinte: — Não nos encontramos em trabalho dentro da administração do Departamento e, como será natural, deixaremos, por isso, de fazer mais profundas observações, devido à falta de intimidade administrativa; em todo o caso, o que pode ser sabido e verificado por um elemento externo e pesquisador, merecerá nossa observação, sempre com o elevado intuito de bem servir.

Poderíamos ficar no trato do assunto em tese, mas sentimos que nosso esforço será melhor compreendido se tentarmos objetivá-lo; por isso, procuraremos fazer o que fôr melhor, dentro de nossos recursos, limitados pelas naturais barreiras que se opõem a quem é de fora e não pode identificar-se.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL NO DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

O Departamento dos Correios e Telégrafos, graças às disposições contidas no Decreto-lei número 8.308, de 6 de dezembro de 1945, funciona em regime de autonomia técnico-administrativa, o que lhe permite organizar seus serviços com maior facilidade, embora fique restrito a certos limites gerais estabelecidos na legislação.

O art. 13 daquela lei, em face da Constituição (art. 77, § 1.º), está revogado, pois a determinação ali expressa é contrária ao princípio estabelecido na Magna Carta. Qualquer contrato, para ter valor, depende de seu registro prévio perante o Tribunal, e a lei ordinária não tem força para determinar diversamente.

Vejamos outros casos. O Decreto n.º 20.430, de 21 de janeiro de 1946, aprovou o Regulamento do Material do D.C.T.; trata-se de decreto baixado pelo Poder Executivo.

O art. 10, que cuida do processo de aquisição, diz:

"A aquisição será feita por meio de:

- a) concorrência pública;
- b) concorrência administrativa; e
- c) coleta de preços.

§ 1.º A concorrência pública terá lugar para aquisição de material cujo valor total ultrapasse de Cr\$ 500.000,00.

§ 2.º A concorrência administrativa far-se-á para aquisição de artigos de uso habitual, cujo valor total não ultrapasse Cr\$ 500.000,00.

(*) SHELDON, OLIVER — The Philosophy of Management — Sir Isaac Pitman & Sons. Ltda., London, 1930.

§ 3.º A coleta de preços realizar-se-á para aquisição de artigos de necessidade eventual e urgente, desde que o valor total estimado não exceda de Cr\$ 500.000,00.

Preliminarmente devemos observar o valor do dispositivo legal.

À data da expedição do decreto executivo estava em plena vigência o Decreto-lei n.º 2.206, de 20 de maio de 1940. Os limites estatuidos pelo Decreto n.º 20.430 para a concorrência administrativa e para a coleta de preços contrariam o que a Lei determina. Pelo art. 37 do Decreto-lei número 2.206, aquêles limites são de Cr\$ 150.000,00 e Cr\$ 50.000,00 respectivamente.

Certamente o Governo baseou-se no disposto no art. 31 do Decreto-lei n.º 8.308, que diz:

"O Governo regulamentará a execução dêste decreto-lei, expedindo os atos relativos aos assuntos previstos, no art. 29".

No art. 29 encontramos o seguinte:

"Competirá à Comissão de Planejamento estudar e elaborar projetos:

- a)
- b) de regulamentos de pessoal, de material e de contabilidade próprios ao Departamento dos Correios e Telégrafos, tendo em vista o regime de autonomia previsto neste decreto-lei e os princípios gerais adotados no Serviço Público Civil".

Em face dessa disposição, foi baixado o *decreto executivo* de que falamos, sendo que não foram observados, no ponto que estudamos, os princípios gerais adotados no Serviço Público Civil e, além disso, foram feridas disposições legais vigentes. Parece-nos, assim, que as determinações dêsse regulamento não podem ser aplicadas, já que são ilegais, ou por outras palavras — contrariam a legislação vigente.

Analisemos os dois parágrafos do art. 10, os quais consideramos ilegais. Em ambos, o limite para aplicação do processo é o mesmo, ou seja: Cr\$ 500.000,00. A diferença é muito tênue, pois fica entre estas duas expressões:

"artigos de uso habitual" e

"artigos de necessidade eventual e urgente".

A quem compete distinguir o *uso habitual* da *necessidade eventual* ou da urgência? À própria administração. Neste caso, sendo mais simples e cômodo o processo da coleta de preços, será esta sempre a adotada. A distinção feita pelo art. 37 do Decreto-lei n.º 2.206 já não era suficiente, pois distinguia apenas pela importância da compra. Mas havia, ao menos, uma base. Quanto às distinções que ora observamos, a precariedade é muito maior.

Cutro ponto interessante é o uso de uma expressão que nos parece inadequada; ei-la: — "valor total". Nos três parágrafos do art. 10, falando sobre o limite de Cr\$ 500.000,00, encontramos sempre o uso daquela expressão. Que terá desejado o legislador, ao usá-lo? O valor da parcela adquirida de cada vez ou a soma dos valores das diversas parcelas durante o ano ou durante a execução do plano? Mas, ainda: — numa aquisição de diversos artigos no mesmo processo, aplicar-se-á

a norma em relação a cada item ou à soma do conjunto de itens? E, em relação ao § 3.º, ainda encontramos a palavra "estimado", relacionando-se ao valor total. Neste caso, a dúvida é, para nós, muito maior. A aplicação do processo de aquisição, dada a urgência "comprovada", dependerá da estimação de seu montante em menos de Cr\$ 500.000,00. Se, feita a coleta de preços, fôr verificado que a menor oferta é, digamos, de Cr\$ 501.000,00, que sucederá? Será considerada válida a coleta, já que havia sido estimado o montante até com uma aproximação de quase 0,2%, ou será anulada, porque, ultrapassando o limite prefixado, deve ser adotado o processo da concorrência pública?

Deixamos de sugerir formas de solucionar o impasse por julgarmos ilegais as disposições regulamentares, como antes nos manifestamos.

Comentemos, agora, outras disposições. O Decreto-lei n.º 8.867, de 24 de janeiro de 1946, teve sua execução suspensa pelo Decreto-lei número 8.988, de 16 de fevereiro de 1946, isto é, um mês depois, o que bem mostra o período administrativo que atravessamos. Como o Governo chegou a manifestar sua intenção de organizar os serviços em determinada base, e como o motivo foi apenas o de aguardar os estudos concluídos pela Comissão de Planejamento, entendemos que as linhas gerais estariam aceitas.

O art. 8.º do Decreto-lei n.º 8.867 diz:

"A Divisão de Material terá a seu cargo serviços administrativos, técnicos e de construção e adaptação de edifícios, e para a coordenação dos serviços administrativos e técnicos disporá o Diretor da Divisão de dois Assistentes.

§ 1.º Os serviços administrativos serão distribuídos pelas Seções de:

- Compras;
- Contrôl e Distribuição;
- Padrões e Catalogação;
- e pelo Almoxarifado-Geral.

§ 2.º Os serviços técnicos compreenderão os de manutenção de material e os das oficinas.

§ 3.º A Seção de Edifícios ficará diretamente subordinada ao Diretor da Divisão".

A simples leitura de tais disposições nos esclarece bastante. A conjugação da administração de material com a de edifícios teria de prejudicar uma das duas. É dada ênfase literal ao material, mas o que tange a edifícios parece ressaltado como mais importante. O Diretor da Divisão é, ao mesmo tempo, Chefe de Seção! Será que tôdas as seções de uma Divisão não ficam imediatamente sujeitas ao Diretor dessa divisão? A preocupação maior que encontramos é justamente a de colocar em plano superior o que se refere a edifícios, mesmo porque "isso" de material não merece a atenção que costumamos dar... (na opinião dos elementos mais credenciados na administração pública).

Não fôra tal preocupação e o Diretor da Divisão de Material poderia ser um técnico, um estudioso da matéria; mas existe a restrição muito positiva: — o diretor só pode ser engenheiro, e com seu diploma registrado, etc.

A Divisão de Material, e não de Edifícios, que está fazendo? Será ela que executa efetivamente a função dêsse setor? A quem é delegada a compra dos artigos necessários ao Departamento? Que significa administrar material, num órgão cuja organização relega a plano inferior tal função?

É preciso que notemos, todavia, que existem termos e expressões sonoras, hoje muito em voga, não conhecidas suficientemente, e que conseguem, por isso mesmo, atrair a atenção de muitos. Tais expressões colocam bem os que as usam: planejamento, controle, especificação, padronização, coordenação, racionalização, e outras consideradas bonitas. Pena é que sejam aplicadas no papel, e nada tenham a ver com a prática!

Decorridos quase cinco anos, não vimos ainda o prosseguimento da padronização que o Departamento Administrativo do Serviço Público iniciara e o D.C.T. está habilitado a fazer, embora ali diversos órgãos tenham a incumbência de padronizar (o que é um mal).

No Escritório de Telecomunicações encontramos o Grupo de Padronização; na Seção de Material também se encontra o Grupo de Padronização; e no Escritório Postal ainda há outro Grupo de Padronização. Quais as razões de ordem técnica que ditaram tal triplicidade? Em organização, uma função de supervisão como esta não se deve encontrar subdividida, pois acarretará diversidade de critério, com resultados díspares.

Ademais notamos a separação inconveniente que não desapareceu na fusão dos Correios com os Telégrafos. A partir da reunião, o Departamento é, e deve ser, um só; permitir-se as distinções, parece-nos contra-indicado. Na ausência de esforço no sentido de eliminar as diferenças, poderemos contar com uma força separatista, ou seja, a volta ao antigo regime, embora condenado pela administração.

Não estamos pesquisando a conveniência ou não de ser mantido o Departamento com os dois encargos, pois nosso estudo versa sobre administração-geral e não sobre a parte específica. Julgamos de nosso dever apenas dizer que o monopólio dos correios encontra bases históricas e ainda há razões que o coloquem nas mãos do Estado, mas o telégrafo tem apresentado os melhores resultados quando constituído em serviço particular, como o demonstra o exemplo norte-americano.

O que estamos comentando, portanto, não se prende à conveniência ou não do grupamento dos dois grandes serviços, mas já que legalmente assim se encontram, os processos administrativos devem respeitar a condição, em vez de estabelecer ou manter separações que nada recomendam.

Escritório de Telecomunicações e Escritório Postal. Nítida diferença. Por que? E mais: Grupo de Padronização num e noutro setores de trabalho. Por que?

Feitas essas considerações gerais, examinemos alguns aspectos do Regulamento do Material baixado pelo Decreto n.º 20.430. Por certo não ire-

mos comentar os 97 artigos do decreto, mas tão-somente os que exigirem alguma observação.

O art. 2.º fala sobre a previsão da despesa para fins orçamentários. Não menciona o órgão disso encarregado, como também não expressa o indispensável entrosamento do órgão incumbido com todos os que aplicarão o material. Os programas de trabalho são do conhecimento dos diversos setores administrativos; só estes sabem o que precisam, quando e como, não podendo o órgão de material ou o de orçamento determinar as necessidades alheias. O órgão comprador, nas empresas em geral, se acha situado junto à direção, justamente porque suas funções exigem o conhecimento superior dos planos de trabalho, da política administrativa, das diretrizes a serem seguidas, a fim de habilitar-se com antecedência e poder servir eficientemente. Nestas condições podemos contar com uma administração de material eficiente e racional, mas o sistema ainda praticado em vários setores da administração pública não pode apresentar, como não apresenta, os desejados resultados. Pelos termos do citado art. 2.º, não vemos a correção do erro comum.

O art. 5.º dispõe sobre a padronização e diz: — “O material para os serviços *postais e telegráficos*...” Por que não foi usada a expressão: — “Os materiais para os serviços *do Departamento*...”? Apenas para manter a inconveniente distinção que tem mais força que uma reorganização como foi pretendida!

No Capítulo II, Da Padronização, não há referência à padronização usada no serviço público e elaborada pelo D.A.S.P., só sendo feita referência à A.B.N.T., associação civil que muito nos merece, mas que não integra o serviço público. A época (janeiro de 1946), havia a preocupação de menosprezar o D.A.S.P., como prova o Decreto-lei n.º 8.323-A, de 7 de dezembro de 1945, e, por isso, o trabalho importante realizado por esse Departamento era inteiramente pôsto à margem.

O Capítulo III, Da Catalogação, em seu artigo 7.º, cuida do catálogo de material e fala em “material específico” dos Correios e Telégrafos. Que devemos entender por *material específico*? Aparelhagem de radiocomunicação? Não deve ser assim considerada, pois esse material é usado nos Ministérios Militares, nos serviços de transmissões. Caixas de coleta de cartas? Sim, este só é de uso dos Correios, devido ao monopólio estatal; mas, nesse caso, não seria necessária a ressalva regulamentar, pois a catalogação usada no serviço público destina-se exclusivamente ao D.C.T.

O parágrafo do art. 7.º também esquece o trabalho ingente do D.A.S.P., o que não causa admiração.

O Título II, Da Aquisição, dispõe sobre o modo de serem feitas as compras, discriminando os procedimentos gerais. O art. 15 do Decreto-lei n.º 8.308 determina que as aquisições deverão observar as normas adotadas pelo Departamento Federal de Compras, ou seja, as contidas no Decreto n.º 5.873, de 26 de junho de 1940. O Re-

gulamento que comentamos, no Título II, não observa o que a lei manda, pois cria formas próprias, algumas das quais (como aludimos anteriormente) até podem ser consideradas ilegais, uma vez que um Regulamento não tem força de lei.

A letra *b* do art. 9.º dispõe sobre a aquisição de material no estrangeiro, em fontes produtoras. Não será a simples autorização por meio de um decreto que permitirá tal prática, pois existem outras disposições legais, tais como as do Código de Contabilidade, dos Decretos-leis n.ºs 6.292 e 7.584, e de recentes leis sobre importação. A autonomia administrativa da repartição não tem força bastante para revogar disposições legais específicas.

A seguir vêm as disposições sobre concorrências e coletas de preços. Em relação à coleta de preços é conveniente lembrar que esta figura foi criada pelo Decreto-lei n.º 2.206 e seu Regulamento (baixado pelo Decreto n.º 5.873). O processo determinado no Decreto n.º 20.430 poderá sobrepor-se ao anterior? Não é o caso de estudar-se a matéria? Julgamos boas as disposições contidas neste último, mas temos dúvidas quanto à legalidade das mesmas.

Temos, agora, o Capítulo IX, que trata da aquisição por meio de adiantamento! Desde quando o processo indicado pode ser considerado como de aquisição? *O adiantamento é um processo de pagamento*, jamais de aquisição. Que os servidores bisonhos incidam nesse erro de julgamento, é tolerável; mas uma disposição regulamentar, é inaceitável!

Em que consiste o adiantamento? Na entrega de numerário a servidor para fazer as vezes de tesoureiro ou pagador. Cabe ao pagador efetuar compras? O portador do adiantamento é um mero caixa, um encarregado de pagar, nada mais; atribuir-se a função compradora a esse servidor é concorrer-se para a prática dos erros comumente observados, que têm dado margem aos mais desabonadores comentários.

O Ministro Ruben Rosa, em seu trabalho — “Da Fiscalização Financeira” — verbera a utilização do processo com veemência, e com toda a razão, uma vez que, por esse meio, são praticados os atos mais lesivos ao patrimônio do Estado. Não podemos negar que, na administração pública, é aplicado o processo como de aquisição, mas isso não é bastante para nos provar que assim deva ser entendido. Fato incontestável é que esse processo dá meios para a prática de deslizos. O “encargo” de portador de adiantamento, longe de ser penoso, é agradável para diversos indivíduos. Há os que, até, disputam ser portadores de adiantamentos, e chegam a declarar que — “o que é bom deve tocar a todos...”

Consideramos indispensável a reparação do que consta do Capítulo IX, que estamos comentando.

O Título III, do Contrato, contém disposição hoje inconstitucional e, portanto, revogada. Determina o registro do contrato *a posteriori* pelo Tribunal de Contas.

O art. 53 diz que a duração dos contratos será — “sempre que possível” — adstrita à vigência dos respectivos créditos. Isso implica no compromisso de existência de dotação orçamentária para exercícios futuros, de forma obrigatória, ou quando se trate de crédito especial com duração determinada. Como deveremos entender a condição flutuante do — sempre que possível? Não entendemos, e julgamos, mesmo, que essa expressão não deveria constar do artigo, pois assim tornaria a regra menos insegura e respeitaria mais a legislação vigente.

No art. 55 há uma referência a — “Companhias ou Sociedades”. Por certo o legislador desejava referir-se a Sociedades em geral, anônimas, em comandita, incorporadas, limitadas, etc. Companhia não designa necessariamente sociedade anônima, porque as companhias teatrais, de circo de cavalinhos, como a Companhia de Jesus, também são companhias e não nos consta que sejam sociedades anônimas e de fins comerciais... O legislador, parece-nos, ao redigir o Regulamento, ou estava com muita pressa, ou se achava sobrecarregado com os encargos legiferantes...

O art. 58, que determina a obrigatoriedade do registro prévio dos contratos no Tribunal de Contas só quando ultrapassem o elevado montante de — Cr\$ 10.000.000,00 — está revogado, pois a Constituição não fixou limite para tal registro, e sim dispôs que qualquer contrato está na dependência do registro prévio.

Passamos ao Título XV, Da entrega, recebimento e aceitação do material. Cabe, aqui, um comentário especial. Existe o Regulamento de Compras baixado pelo Decreto n.º 5.873, de 26 de junho de 1940, e, no entanto, foi baixada pelo Decreto n.º 20.430 nova forma para atos já regulados. Quando uma nova lei ou regulamentação é elaborada, por certo razões há que isso determinaram, e será de esperar-se que a última regulamentação seja mais perfeita, atenda melhor às conveniências do serviço. Caso contrário, não se justifica a alteração de que já é conhecido e praticado. Vamos transcrever os arts. 69 a 74 do Decreto n.º 20.430, a fim de cotejá-los com os arts. 19 a 29 do Decreto n.º 5.873.

DECRETO N.º 20.430

DA ENTREGA

Art. 69. O material encomendado deverá ser entregue pelo fornecedor nos almoxarifados e depósitos do Departamento ou no local indicado nos editais de concorrência ou nos convites para coleta de preços.

DO RECEBIMENTO

Art. 70. O recibo passado em nota de fornecimento apenas transferirá para o Departamento a responsabilidade pela guarda e conservação do material e servirá ao fornecedor como ressalva quanto aos prazos marcados para aquele fim, não importando isso em aceitação do material.

§ 1.º No caso de recusa do material, o fornecedor fica obrigado a retirá-lo dentro do prazo que, para isso, for fixado.

§ 2.º Excedido esse prazo, o material será recolhido ao Depósito do Serviço do Patrimônio da União ou ao Depó-

sito Público nos Estados, correndo tôdas as despesas e riscos por conta do fornecedor.

DA ACEITAÇÃO

Art. 71. Para a aceitação do material, serão designados funcionários especializados, que verificarão com o Almojarife ou o responsável pelo almoxarifado ou depósito se as suas condições ou qualidades correspondem às respectivas especificações.

Art. 72. Sempre que, a juízo do Almojarife, do responsável pelo almoxarifado ou depósito, ou ainda, do setor requisitante, o material oferecer qualquer dificuldade para sua aceitação devido a sua natureza, deverão ser solicitados os exames, ou testes a laboratórios, oficiais ou não, nesta Capital ou nos Estados, além de vistorias por parte dos setores requisitantes.

Art. 73. Verificada, embora posteriormente, qualquer fraude praticada para burlar ou prejudicar a perfeita inspeção do material, será o fornecedor responsabilizado.

Art. 74. Para o material de importação poderão ser exigidos certificados de exames técnicos procedidos por organizações especializadas".

Passemos à transcrição dos artigos do Decreto n.º 5.873.

"Art. 19. Os materiais adquiridos pelo D.F.C. serão entregues nos locais indicados nas requisições (comparar com o art. 69, já transcrito).

Art. 20. Entrega é o ato pelo qual o material encomendado é colocado no local determinado (Ver art. 69).

§ 1.º A entrega não implica em recebimento, nem em aceitação e não constará do processo de compra, mas transferirá a responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor à repartição requisitante (Ver art. 70).

§ 2.º A prova da entrega é a assinatura, de quem de direito, na nota de fornecimento e servirá, como ressalva ao fornecedor, para os efeitos do parágrafo anterior e comprovação da data da entrega (Ver art. 70).

§ 3.º No caso de recusa do material, o fornecedor fica obrigado a retirá-lo dentro do prazo que lhe fôr fixado (Ver § 1.º do art. 70).

§ 4.º Sendo excedido êsse prazo, o material será recolhido ao Depósito do Domínio da União, correndo tôdas as despesas e riscos por conta do fornecedor (Ver § 2.º do art. 70).

Art. 21. Aceitação é a operação segundo a qual os representantes do D.F.C., da repartição requisitante e dos laboratórios oficiais, quando fôr o caso, acordam em que o material fornecido satisfaz às especificações prescritas (Ver art. 71).

Art. 22. Uma vez aceito, o material não poderá ser recusado por ocasião do recebimento.

Art. 23. As normas para aceitação serão elaboradas pela D.T. observada a orientação do Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e delimitarão claramente as responsabilidades dos aceitantes.

Art. 24. Recebimento é o ato pelo qual a repartição requisitante declara, na 1.ª via do pedido, haver recebido o material.

§ 1.º Quem recebe não é responsável pela qualidade do material, desde que êste haja sido aceito de acôrdo com as normas expedidas e não seja possível notar divergências por simples inspeção.

§ 2.º O recebimento de material aceito limitar-se-á à verificação da quantidade e do cumprimento das formalidades exigidas para aceitação.

§ 3.º No caso de material que não tenha sido previamente aceito, por não existirem condições predeterminadas de aceitação, o recebedor verificará a quantidade do material e se, à primeira vista, pode ser notada qualquer divergência com o material pedido.

Art. 25. Verificado em qualquer ocasião que houve fraude de forma a prejudicar a inspeção do material, o fornecedor será responsabilizado (Ver art. 73).

Art. 26. Em caso de dúvida, por ocasião do recebimento, o recebedor solicitará perícia imediata da D.T. (Ver art. 72).

Art. 27. Serão relacionados pela D.T., de acôrdo com o I.N.T., os materiais sujeitos a exame técnico.

Art. 28. Nenhuma conta de fornecimento de material sujeito a exame técnico será processada sem o laudo do Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou parecer do D.T., ou ainda, de laboratórios oficiais por aquêle designado.

Art. 29. Para o material de importação serão exigidos, a juízo do D.F.C., certificados de exames técnicos procedidos por organizações especializadas, indicadas pelo I.N.T." (Ver art. 74).

Se compararmos as disposições dos dois decretos regulamentares, naturalmente concluiremos pela maior perfeição do mais antigo. Temos a impressão de que o legislador não conhecia perfeitamente a técnica de material e não soube distinguir efetivamente o que convinha.

Três fases são distintas no abastecimento de material, as quais se acham diferenciadas no Decreto n.º 5.873, e, além disso, definidas. Entrega, aceitação e recebimento, são as fases naturais, que se processam nessa ordem, e não como encontramos no Decreto n.º 20.430.

A entrega, mera transferência de responsabilidade pela guarda e conservação do material fornecido, serve para determinar a data em que o fornecedor cumpriu sua obrigação. A redação do art. 19 do Decreto n.º 5.873 é mais sucinta e mais precisa, a nosso ver.

O que consta do art. 70 do Decreto número 20.430 confunde entrega e recebimento, bastando cotejar as disposições do Decreto n.º 5.873.

Faltam as disposições contidas nos arts. 22 a 24 e 27 e 28 do Decreto n.º 5.873, nas disposições do Decreto n.º 20.430, o que para nós é indispensável.

O Regulamento mais recente copiou, em muito, o mais antigo, confundindo matérias e piorando. Que razões levaram o legislador a assim proceder?

Prossigamos. Vários outros assuntos são tratados no Regulamento, mas sem cuidado maior. A recuperação, a alienação e a baixa não mereceram a devida atenção, embora sejam do máximo valor, em administração de material.

O art. 95 atribui ao Diretor-Geral do D.C.T. uma incumbência que não pode constar unicamente de um Regulamento, pois a figura "Restos a Pagar" depende de autorização legal. O Decreto-lei n.º 2.206, de 20 de maio de 1940, cuida da mesma, em seu art. 43, estabelecendo as normas a serem seguidas pelo D.F.C.; não fôra assim, e êste Departamento não a poderia empregar. Será exequível o disposto naquele art. 95?

Acabamos, com as presentes observações, de comentar rapidamente as disposições do Decreto n.º 20.430, e procuramos mostrar suas deficiências.

Devemos, ainda, comentar a disposição do n.º 4, da Circular n.º 105, de 7 de junho de 1946, que transcreveu os termos da Portaria n.º 603, de 21 de maio do mesmo ano, relativa à elaboração de especificações.

Essa incumbência cabe a três órgãos:

Diretoria do Material,
Diretoria de Telégrafos,
Diretoria de Correios.

Por que subdividir a atribuição? Que todos os setores contribuam com os seus conhecimentos e exponham suas necessidades, consideramos um dever, mas que se descentralize a execução de um serviço que deve ser eminentemente centralizado, não compreendemos.

O órgão que elabora especificações, que padroniza, ou elabora o catálogo de material com o fim da simplificação deve possuir conhecimentos especializados, dispondo de pessoal técnico, de aparelhagem especializada, de recursos que normalmente não são e nem devem ser encontrados nos demais órgãos. A subdivisão da função implica em aumentá-la, no caso em triplicá-la.

Do exame a que procedemos da legislação e parte normativa do D.C.T., tiramos as conclusões adiante apresentadas.

Não resta a menor dúvida de que os serviços do Departamento necessitam de meios legais e de organização, para poderem trabalhar eficientemente. Por isso fizemos os comentários acima.

CONCLUSÕES

Primeira

A administração-geral, em qualquer empreendimento, deve ser centralizada, a fim de lograr obter o maior rendimento desejado.

Segunda

O Departamento dos Correios e Telégrafos, como serviço industrial deve considerar o preço de custo de seus serviços, visando a reduzi-los aos limites admissíveis para essa atividade, pois é um serviço que retém um monopólio, não podendo ser cotejado com outros semelhantes.

Terceira

A Divisão de Material deve ser incumbida somente da administração de material, e isolado em outro órgão o que se refira a obras.

Quarta

Tôdas as funções normativas e de supervisão na administração de material devem ser cometidas à Divisão específica, evitando-se as duplicidades hoje verificadas.

Quinta

Na aplicação da legislação sobre material é preciso notar que o Departamento goza de autonomia administrativa; mas sendo um órgão do serviço público, deve obedecer à legislação-geral, ex-

ceção feita somente ao que explicitamente, e sem ferir a Constituição, lhe for deferido.

Sexta

As concorrências públicas e as administrativas, como a coleta de preços, obedecem às prescrições do Código de Contabilidade e do Decreto-lei n.º 2.206. A Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949, revigorou o Código de Contabilidade. A Coleta de Preços, figura legal instituída pelo Decreto-lei n.º 2.206, foi regulada pelo Decreto n.º 5.873, de 26 de junho de 1940, e só por este pode ser seguida, até que ato expresso determine explicitamente de forma diferente.

Sétima

Deverá haver maior entrosamento nos serviços do Departamento, evitando-se, o mais possível, a separação entre correios e telégrafos, que se reflete na administração de material e só é causa da elevação do custo dos serviços.

Oitava

A Divisão de Material deverá manter o serviço de conservação e de recuperação de material, elaborando um plano onde sejam consideradas as distâncias e os recursos locais, a fim de serem aqueles serviços feitos em base econômica.

Nona

A centralização da administração de material deverá ser realizada, em grande parte, por processo, vale dizer, na base de unidade de orientação. Só deverá ser física, isto é, organizada na base de um único centro distribuidor, nos casos em que, por esta forma, ocorrerem resultados econômicos mais compensadores.

Décima

A distribuição de material às diretorias regionais deve obedecer a um plano no qual sejam consideradas as distâncias e os recursos locais, o que indicará a formação de depósitos distribuidores em determinados pontos do país, evitando-se que todos os abastecimentos tenham de partir de um só ponto e, assim, o material se torne mais caro.

Undécima

A Comissão do Plano Postal e Telegráfico deve elaborar o plano de funcionamento dos órgãos incumbidos da administração de material e, bem assim, baixar suas normas de aplicação, de seu controle e ainda de tudo que interfira no preço de custo dos serviços.

São essas as conclusões que se nos oferecem apresentar depois do estudo a que procedemos, sendo de notar que não integramos os quadros desse Departamento e nem com o mesmo privamos o que torna difícil a análise minuciosa de seus serviços.

Assim terminamos este estudo, que só tem em mira apresentar colaboração aos que, interessada-

mente, se acham trabalhando nesse setor da administração pública e desejam bem servir à causa comum e ao país.

BIBLIOGRAFIA

Cady, Edwin Laird — Industrial Purchasing — John Wiley & Sons, Inc. — New York, N.Y., 1945.

Campos, Wagner Estelita — Chefia — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.

Chase, Stuart — The Tragedy of Waste — The Macmillan Co., New York, N.Y., 1938.

Cornell, William B. — Organization and Management in Industry and Business — The Ronald Press Co., New York, N.Y., 1936.

Divisão de Organização e Coordenação do D.A.S.P. — Relatório de suas atividades em 1942 — D.A.S.P., D.O., Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

Dutton, Henry Post — Factory Management — The Macmillan Co., New York, N.Y., 1932.

Dutton, Henry Post — Principles of Organization — First Edition, Mac-Graw-Hill Book Co., Inc., New York, N.Y., 1931.

Elbourne, Edward Tregaskiss — Fundamentals of Industrial Administration — Third Edition, McDonald & Evans, 8, John St., Bedford Row, W.C. 1, London, 1942.

Farquhar, Henry H. — Factory Storekeeping — McGraw-Hill Book Co., Inc. New York, N.Y., 1922.

Fassio, Mario — La Vie des Affaires — Dunod Ed., 92, Rue Bonaparte, Paris, 1940.

Fayol, Henri — Administration Industrielle et Générale — Seizième à dix-neuvième mille, Librairie Dunod, 92, Rue Bonaparte (VI) — Paris — 1931.

Fernstrom, Karl D., Elder, Robert F., Fiske, Wyman F., Schaefer, Albert A., and Thresher, B. Alden, — Organization and Management of a Business Enterprise, Harper & Brothers, New York, N.Y., 1941.

Forbes, Russell — Centralized Purchasing — The National Association of Purchasing Agents, 11, Park Place, New York, N.Y., 1941.

Forbes, Russell — Purchasing for Small Cities — Publ. n.º 66, Public Administration Service, Chicago, Illinois, 1940.

Galloway, Lee — Office Managements, Its Principles and Practice — 6th. Edition — The Ronald Press Co., New York, 1923.

Gray, J. Setton — Common Sense in Management — Ihling Brothers Everard Co., Kalamazoo, Michigan, 1927.

Gulick, Luther, and Urwick, L. — Papers on the Science of Administration — Columbia University, New York, N.Y., 1937.

Gutjahr, Edmond — L'Organisation Rationnelle des Entreprises Commerciales — Dunod, Editeur, Paris, 1920.

Knowles, Asa R., and Thompson, Robert D. — Industrial Managements — The Macmillan Co., New York, N.Y., 1944.

Moreira, Oscar Victorino — Conservação e Recuperação de Material — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948.

Moreira, Oscar Victorino — Redução do Custo dos Serviços de Material — Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950.

Raustenstrauch, Walter — Principles of Modern Industrial Organization — 5th. edition — Pitman Publishers Corporation, New York, N.Y., 1943.

"Revista do Serviço Público" — Editada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

Rosa, Ruben — Da Fiscalização Financeira — Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1949.

Schell, Erwin Haskell — The Technique of Executive Control — 3d. edition, McGraw-Hill Book Co., Inc., New York, N.Y. 1930.

Schilling, Otto — Relatório da Comissão Central de Compras do ano de 1934 — Gráfica Apollo, Rio de Janeiro, 1935.

Schreiber, Norman — Philosophy of Organization — A. Kroch and Sons Publ., Chicago, Illinois, 1942.

Sheldon, Oliver — The Philosophy of Management — Sir Isaac Pitman & Sons, Ltd., London, 1930.

Taylor, Frederic Winslow — Princípios de Administração Científica — Editôra Atlas S.A., Rio de Janeiro, 1948.

Twyford, H.B. — Purchasing — D. Van Nostrand Co., New York, N.Y., 1915.

Walters, J.E. — Modern Management — John Wiley & Sons, Inc., New York, N.Y., 1937.

War Production Board — Plant Efficiency — Ideas and Suggestions on Increasing Efficiency in Smaller Plants, Issued by the Division of Information, U.S. Government Printing Office, Washington, D.C. 1942.

White, Leonard D. — Introduction to the Study of Public Administration — The Macmillan Co., New York, N.Y., 1939.

Willoughby, W.F. — Principles of Public Administration — The Brookings Institution, Washington, D.C., 1927.

LEGISLAÇÃO

Constituição do Brasil — 1946.

Código de Contabilidade Pública.

Regulamento-Geral de Contabilidade Pública.

Decreto n.º 21.063, de 19 de fevereiro de 1932.

Decreto-lei n.º 1.909, de 31 de janeiro de 1940.

Decreto-lei n.º 2.206, de 20 de maio de 1940.

Decreto-lei n.º 5.715, de 31 de julho de 1943.

Decreto-lei n.º 5.984, de 10 de novembro de 1943.

Decreto-lei n.º 6.292, de 24 de janeiro de 1944.

Decreto-lei n.º 7.584, de 25 de maio de 1945.

Decreto-lei n.º 8.308, de 6 de dezembro de 1945.

Decreto-lei n.º 8.323A, de 7 de dezembro de 1945.

Decreto-lei n.º 8.988, de 16 de fevereiro de 1946.

Decreto n.º 5.873, de 26 de junho de 1940.

Decreto n.º 14.655, de 2 de fevereiro de 1944.

Decreto n.º 20.430, de 21 de janeiro de 1946.

Circular n.º 105, de 7 de junho de 1946, do Diretor-Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Como se deve portar o Chefe

JOSÉ ALÍPIO GOULART

Introdução — Considerações gerais e conceito sobre chefia — Seleção de chefes — Qualidades necessárias ao chefe — Responsabilidades do chefe — Processos de influência — Métodos e maneiras de dirigir — Conclusões.

INTRODUÇÃO

A SELEÇÃO, o treinamento, e o comportamento de chefes, já analisados pelos nomes mais expressivos na Ciência de Administração, constituem, todavia, temas dos mais sedutores a desafiar e exigir dos estudiosos novos conceitos e argumentações.

Cabe-me a tarefa de tratar do último dos temas acima enumerados: "Como se deve portar o chefe". Mas, inicialmente, pergunto a mim mesmo: quem sou para querer penetrar em caminho que para outros é estrada larga, reta e iluminada enquanto para mim será trilha tortuosa, escura e eivada de escolhos? Olho para a mesa de trabalho e diviso vários pontos luminosos: são os mestres que ali estão condensados em livros animando-me a encetar a caminhada. Animo-me e parto.

"Como se deve portar o chefe" continua sendo um problema e problema de grande atualidade considerando que estamos na fase decisiva da luta travada entre a técnica e o empirismo, e quando se procura destruir a concepção errada de que o único requisito para ocupar um cargo em comissão ou uma função de chefia é a "confiança pela confiança" que o candidato mereça, ao invés da confiança pelas qualidades positivas e pela técnica que este oferece.

Verifica-se, pois, tratar-se de terreno escorregadio que precisa ser palmilhado com muito cuidado e atenção, motivo pelo qual vamos partir dos elementos que julgamos básicos para o comportamento correto, sob todos os aspectos, de um chefe.

CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONCEITO SOBRE CHEFIA

Uma das coisas mais perigosas para o estudioso de qualquer ciência social é tentar definir...

As ciências sociais não proporcionam, como as positivas, terreno sólido para aventura de tal ordem. Assim, no que concerne à conceituação de "chefia" não podemos deixar de haurir os ensinamentos do mestre FAYOL: "Administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar".

Foi com base nessa conceituação de Henri Fayol que Luther Gulick firmou seu acróstico POSDCORB (planning, organizing, staffing, directing, coordinating, reporting, budgeting) definindo mais especificamente em que consiste a função de administrar ou chefiar. Na opinião de EDWARD D. JONES, citada por ERWIN HASKELL SCHELL, no seu livro "Técnica de Contrôlo Executivo", chefiar é "promover a harmonia de comportamento de atitudes e desejos no sentido de alcançar um mesmo objetivo". Todos esses conceitos, todavia, abordam a função, "lato sensu"; "strictu sensu", chefiar "é fazer funcionar o corpo social de uma empresa; é a tarefa contínua de tomar decisões e incorporá-las em ordens e instruções específicas e gerais", como diz Wagner Estelita Campos.

A chefia é uma exigência social. Desde o momento em que a vida se apresentou sob o prisma da sociedade houve a necessidade do organizador, do coordenador, do controlador, em suma, do chefe, pois, sem este, considerando a diversidade da natureza humana, o êxito de qualquer empreendimento seria periclitante.

Podemos encontrar o conceito de chefia até no mundo de nossas idéias, dentro dos nossos pensamentos, quando arquitetamos um plano, uma empresa. Na pluralidade de idéias que precedem qualquer ação, uma se eleva, assume a liderança sobre as demais, ditando o comportamento definitivo e coordenando as outras que influem nas atitudes complementares. Poderíamos exemplificar citando a execução deste trabalho: a idéia de escrevê-lo, de executá-lo liderou e coordenou as que ditaram a escolha dos livros, os trechos apropriados, etc.

SELEÇÃO DE CHEFES

Depois do surgimento da técnica administrativa; depois que se chegou à conclusão de que a função de administrar, em que pêssem as inclina-

ções inatas no indivíduo, não pode prescindir dos conceitos e métodos científicos que a orientam, a seleção de chefes deixou de ser um problema na acepção perfeita do termo. O que persiste é o empirismo a par com a má compreensão dos princípios.

O processo de livre escolha de ocupantes para os cargos em comissão e as funções de chefia não afastou e nem excluiu a necessidade de terem os escolhidos a necessária capacidade técnica para ocupá-los. Apenas delegou aos dirigentes a faculdade de escolher entre os aptos para o cargo ou função, aquele que mais confiança lhes merecesse. O que verdadeiramente se verifica é a deturpação do princípio, a inversão do critério por força do sistema do espólio. "Muito simplesmente inscrevendo na Constituição ou na lei ordinária o princípio da exigência de requisitos técnicos ou profissionais para provimento dos cargos em comissão e funções de chefia", seria, na opinião de Wagner Estelita Campos, a maneira de proceder para regularizar a matéria.

Discordamos, *data venia*, da opinião do mestre, não quanto à medida, mas no que concerne à forma. (*)

HENRI FAYOL nos legou êstes três enuncia-

1) A capacidade principal do operário é a capacidade técnica;

2) À medida que se sobe na escala hierárquica, a importância relativa da capacidade administrativa aumenta, enquanto diminui a da capacidade técnica;

3) A principal capacidade do Diretor é a administrativa. Quanto mais elevado é o nível hierárquico, mais essa capacidade domina.

Ora, os cargos em comissão geralmente estão situados nos níveis mais elevados da escala hierárquica, e portanto no âmbito administrativo onde se requer maior capacidade administrativa que técnica ou profissional. Para as funções de chefia não se pode desprezar de todo a capacidade técnica ou profissional, como atributo subsidiário, porquanto, já nesta fase, começa a predominar a capacidade administrativa.

Assim, aproveitando a medida sugerida pelo professor Wagner, estaríamos mais de acôrdo com

(*) O aluno delimitou e circunscreveu os conceitos "requisitos técnicos" e "profissionais", porém chega às mesmas conclusões que o meu ilustre colega. Não só dentro dos citados requisitos está compreendida a "capacidade administrativa", denotada pelo indicado para a função saído do "grupo", — como o trabalho citado pelo aluno foi dado à publicidade antes da existência da Escola Brasileira de Administração Pública.

Também deveremos dar o verdadeiro valor àquele "simplesmente"; evidentemente a "simples inscrição" em lei não resolve o problema, porém o Prof. Wagner aponta um "início de solução" para a realidade brasileira.

(Nota do Prof. Nunes Gouveia).

os ensinamentos de Fayol se se consignasse que os cargos em comissão e funções de chefia só poderiam ser providos por quem possuísse, de preferência, bastantes conhecimentos sobre administração ou reconhecida prática administrativa, o que seria avaliável pela apresentação de diplomas, certificados ou declarações idôneas. Assumiríamos a responsabilidade de um artigo de lei assim concebido:

Art. ... Os cargos em comissão e as funções específicas de chefia só poderão ser providos por portadores de diploma e de certificado fornecido por escolas de administração e de especialização devidamente reconhecidas pelo govêrno.

Parágrafo único. No caso de absoluta ausência dos requisitos exigidos neste artigo, poder-se-á aceitar atestado de capacidade administrativa fornecido por instituição idônea.

QUALIDADES NECESSÁRIAS AO CHEFE

Há uma série de qualidades positivas que classificam um chefe, como há as que desclassificam e que são as denominadas negativas.

Vários autores apresentaram suas opiniões a respeito desse assunto e a título de ilustração juntamos um quadro das qualidades positivas preferidas por alguns deles. Condensando essas opiniões, o professor WAGNER E. CAMPOS escolheu e relacionou as que, na sua abalizada sabedoria, constituem o conjunto ideal, e que são as seguintes:

- 1) Energia física e nervosa;
- 2) Integridade, Coragem, Lealdade;
- 3) Inteligência (e suas qualidades correlatas: Imaginação e Bom-Humor);
- 4) Cultura Geral;
- 5) Capacidade Administrativa;
- 6) Noções Gerais sobre todas as funções essenciais da empresa;
- 7) Capacidade técnica;
- 8) Senso de determinação e direção;
- 9) Decisão;
- 10) Entusiasmo;
- 11) Cordialidade e afeição;
- 12) Equidade;
- 13) Habilidade educativa;
- 14) Fé;
- 15) Respeito pela personalidade alheia.

Poderíamos analisar agora cada uma dessas qualidades; isto, porém, viria alongar de muito este trabalho. Qualquer uma delas diz da importância de que se acha revestida, por si só e no conjunto.

Reconhecemos não ser fácil reuni-las todas numa única personalidade; também não vemos como dissociar uma ou umas das outras sem sacrificar a excelência do "todo". Daí concluirmos que enquanto umas, de fato, existem em estado

latente, outras podem ser adquiridas, tudo dependendo do esforço e boa vontade do interessado em desenvolver as primeiras e adquirir as segundas.

O que é inegável é que sem a posse dessas qualidades não existe o chefe propriamente dito; há o dominador, o tirano, o fantoche, ou coisa que o valha.

QUADRO DAS QUALIDADES INERENTES AO CHEFE (APONTADAS POR VÁRIOS AUTORES)

FAYOL	TEAD	COOPER	SALLEFRANQUE	ZIMMERMAN
Saúde e vigor físico. Inteligência e vigor intelectual. Qualidades morais: vontade refletida, firme, perseverante; Atividade e energia e, quando necessário, coragem das responsabilidades; sentimento do dever, cuidado com o interesse geral. Forte cultura geral. Capacidade administrativa compreendendo: a) Previdência — habilidade em traçar e fazer traçar o programa de ação. b) Organização — em particular, saber constituir o corpo social; c) Comando — arte de manejar os homens; d) Coordenação — harmonizar os atos, fazer convergir os esforços; e) Contrôlo. Noções gerais sobre todas as funções da empresa. Maior competência possível na atividade especial característica da empresa.	Energia física e nervosa. Senso de determinação e direção. Entusiasmo. Cordialidade e afeição. Integridade. Capacidade técnica. Decisão. Inteligência. Habilidade educativa. Fé. DUTTON Imaginação em conceber e habilidade técnica em realizar, um objetivo organizacional digno. Habilidade em despertar e controlar as forças emocionais que convocam as faculdades dos subordinados para a execução do trabalho. Vigor, persistência e fé em opor uma vontade firme às incertezas, temores e obstáculos que são incidentes à ação.	Inteligência. Integridade. Firmeza. Eqüidade. Lealdade. Bondade. Conhecimento do trabalho. Saúde. WOLF Sinceridade Coragem Otimismo. Critério. Modéstia e confiança. Idealismo. "Adaptabilidade". Discernimento espiritual. Bom humor.	Atividade, reunida à inteligência. Probidade, esclarecida pela experiência. Zêlo, secundado pelo talento. Conhecimentos dos princípios e métodos de administração e arte sutil de se servir dos mesmos. DEARBORN Inteligência. Iniciativa. Coragem. Autoconfiança. Discernimento. Benevolência. Bom humor. Conhecimento da natureza humana.	Coragem (30%). Inteligência (28%). Visão (26%). Iniciativa (16%). Discernimento (14%). Personalidade (14%). Largueza de espírito (14%). Cultura (12%). Autoconfiança (10%). Simpatia (10%). Energia (10%). Sinceridade (10%). Este autor coletou mais de 200 opiniões; reduziu-as a 66, das quais extraiu as citadas, à vista das percentagens que as mesmas obtiveram no total.

RESPONSABILIDADES DO CHEFE

Além de suas atribuições básicas, que são aquelas enumeradas por Henri Fayol (prever, organizar, comandar, coordenar e controlar), às quais Gulick acrescentou mais duas (orçar e relatar) que na verdade estão incluídas na que Fayol denominou de "contrôlo" têm, os chefes, ainda, responsabilidades outras a que não podem fugir. Vejamos como ALFRED M. COOPER enumerou essas responsabilidades:

- responsabilidade pela efetivação da produção;
- responsabilidade pela segurança, saúde e condições físicas dos subordinados;
- responsabilidade pela formação e desenvolvimento do moral do grupo;
- responsabilidade pela cooperação com os superiores, colegas de direção e os próprios subordinados;
- responsabilidade pelo treinamento e desenvolvimento dos subordinados;
- responsabilidade pela manutenção de registros e relatórios.

De todas essas responsabilidades gerais, destacamos a que diz respeito à formação e desenvolvimento do "moral" do grupo como a de mais acentuada importância considerando os reflexos bons ou maus que o nível moral do grupo pode fazer incidir sobre a organização e a administração em geral.

No dizer de PIGORS, "quando o moral é baixo o indivíduo tem uma atitude vizinha da dúvida e suspeita; que ocasiona o desânimo em face da dificuldade, predispõe alguém a pensar principalmente em si mesmo e realizar o menor trabalho possível em apoio de uma causa à qual não tem grande devotamento".

Aí está toda a derrocada de uma administração resumida em poucas palavras, porém, claramente definida.

Ainda no dizer de PIGORS, "quando o índice do moral é alto, o estado de espírito do indivíduo se orienta no sentido de uma atitude vizinha da confiança e do crédito, gerando, assim, uma cooperação entusiástica mesmo em face da dificuldade, em apoio de uma causa a que se sente profundamente preso".

Para alicerçarmos ainda mais o destaque que demos a essa responsabilidade, vejamos a opinião de outro autor sobre "moral de grupo":

PAULO POPPE DE FIGUEIREDO — "Moral subentende confiança, coragem e dedicação, e se revela força intangível de efeitos extraordinários levando o grupo a realizar até o impossível quando desafiado a fazê-lo em benefício de um determinado objetivo".

Outra responsabilidade que também queremos salientar é a que se refere ao "treinamento e desenvolvimento dos subordinados". Essa medida

já mereceu referência de todos os autores em administração, sempre unânimes em salientar sua profunda importância. Baridon e Loomis, de forma singela, porém bastante significativa, assim se pronunciaram abordando a responsabilidade em foco:

"Não são os empregados que progridem com a organização, mas sim a organização que progride na medida em que seus empregados progridem".

Ora, o interesse em uma empresa se resume todo em torno de seu progresso; daí acharmos dispensável enfileirar outras opiniões como as de Mosher e Kingsley, Watkins e Dood, Reining Jr. etc., pois, parece-nos que Baridon e Loomis disseram tudo de maneira simples e compreensível.

Portanto, aspecto apreciável do comportamento de um chefe é o interesse e dedicação que ele demonstre em bem treinar e desenvolver seus subordinados na execução das tarefas e no mecanismo-geral da organização, usando para tanto os métodos técnicos e tendo sempre em mira as vantagens que essa medida oferece para o progresso de qualquer empresa.

PROCESSOS DE INFLUENCIAÇÃO

A influência é característica que distingue um chefe quando este se torna um verdadeiro líder; e é exatamente na liderança que consiste a atividade de "influenciar pessoas a cooperar para a obtenção de um objetivo comum".

Como, porém, tornar-se alguém um líder? Para tanto necessário se faz que o indivíduo seja possuidor de qualidades que o coloquem em situação de destaque perante o grupo; que seja um perscrutador de características humanas e saiba lidar com elas; e que saiba manejar os processos de influência. "Terá de adotar a filosofia da liderança, que procura obter ação e resultados mostrando ao homem que a atividade desejada satisfaz aos próprios propósitos deste".

Um chefe autocrata não necessita preocupar-se com processos de influência porque os seus instrumentos de ação se resumem em força e intimidação; já a chefia democrata repousa na influência do chefe sobre seus subordinados, pois, só por intermédio, ou melhor, pela efetivação dessa qualidade é possível exercer tal sistema de chefia com segurança, sem desvios para o terreno perigoso da insubordinação.

ORDWAY TEAD enumerou os seguintes processos de influência:

- 1 — Sugestão;
- 2 — Imitação;
- 3 — Exortação;
- 4 — Argumentação persuasiva;
- 5 — Publicidade;
- 6 — Uso da "lógica dos fatos";
- 7 — Demonstração de um afetuoso devotamento;
- 8 — Criação de uma condição "típica" de problema ou dificuldade.

Todavia, não se pode admitir que a simples utilização desses processos seja suficiente para tor-

nar um indivíduo verdadeiramente líder. A liderança se reveste de características diversas que só quando em conjunto são capazes de indicar o líder.

MÉTODOS E MANEIRAS DE DIRIGIR

Há uma variedade de métodos necessários ao contato diário do chefe com seus subordinados para que ambos cheguem a resultados satisfatórios. TEAD observa muito bem quando diz que dirigir é uma "arte" e como tal a observância de suas "técnicas" é imprescindível. Na opinião do citado autor são nove os métodos e maneiras de dirigir:

- a) expedição de ordens;
- b) repreensão;
- c) elogio;
- d) manutenção de uma atitude pessoal correta;
- e) obtenção de sugestões;
- f) fortalecimento do sentimento de identidade do grupo;
- g) cuidados na representação do grupo;
- h) criação da disciplina própria do grupo;
- i) afastamento de "falsos rumores".

Ainda TEAD, com relação ao método concernente à expedição de ordens, para que estas sejam corretamente dadas, devem-se revestir das seguintes características:

- 1) ser clara;
- 2) ser explícita;
- 3) usar um tom de voz adequado;
- 4) empregar frases corteses;
- 5) evitar ordens simultâneas;
- 6) reduzir ao mínimo as ordens negativas;
- 7) evitar ordens contraditórias.

Sobre este assunto Beckman apresentou algumas normas que complementam perfeitamente a enunciação de TEAD. São as seguintes:

- a) procure estar bem informado antes de dar a ordem;
- b) determine a tarefa de acordo com as possibilidades do trabalhador;
- c) dê instruções precisas, embora breves, distintamente pronunciadas;
- d) não tenha a compreensão da ordem como garantia;
- e) repita a ordem, se não entendida;
- f) pergunte se as ordens são claras, faça-as repetir;
- g) controle o mau gênio; evite a irreverência, o abuso e o sarcasmo;
- h) faça uma demonstração da tarefa, quando necessário;
- i) adote maneiras apropriadas ao indivíduo;
- j) adote maneiras adequadas à situação;
- k) não dê várias ordens ao mesmo tempo;
- l) não determine mais trabalho do que possa ser executado;
- m) escreva as ordens mais difíceis ou complexas;
- n) explique a finalidade, se necessário;
- o) verifique e corrija o que o trabalhador faz;
- p) depois de expedir uma ordem não importune o trabalhador e nem permaneça ao seu lado;
- q) expeça as ordens através dos canais apropriados — não infrinja as linhas de autoridade;

r) dê os pormenores necessários não estabelecendo, todavia, confusão, com excesso dos mesmos.

As citações que acabamos de fazer são bastantes para atender ao título deste período. Seríamos vaidosos se pretendêssemos acrescentar alguma coisa depois de tanta clareza e objetividade.

CONCLUSÕES

Partimos do pressuposto de que não somos nós que vamos dizer "como se deve portar o chefe", mas, procurar conhecer os métodos e maneiras desse comportamento; assim recorreremos aos ensinamentos dos mestres, concernentes ao tema.

A nosso ver, os tópicos tratados neste trabalho, pela ordem observada, tornavam-se necessários como elementos básicos à formação de uma idéia sobre comportamento de chefes. Usamos conceituações gerais, sempre fugindo aos detalhes

por motivos óbvios. Entretanto, parece-nos que examinamos os pontos principais que se relacionam com o assunto, não deixando dúvidas quanto ao comportamento correto de um chefe, bem como as providências necessárias à escolha de personalidades capazes de assim procederem.

BIBLIOGRAFIA

WAGNER ESTELITA CAMPOS — *Chefia* — sua técnica e seus problemas. Problemas de Chefia e Administração.

ERWIN H. SCHELL — *Técnica de Contrôlo Executivo*.

NAZARÉ e PINTO PESSOA — *Princípios de Administração de Pessoal*.

MARIA DE LOURDES MODIANO — *Critério na Escolha de Chefes*.

PAULO POPPE DE FIGUEIREDO — *Curso de Administração de Pessoal* — D.A.S.P. — 1952.

Análise do Trabalho para Seleção Profissional

ARLINDO VIEIRA DE ALMEIDA RAMOS

SEM clara definição e distribuição das funções, não há critério para adequada divisão do trabalho. Cumpre conhecer bem a função para saber o que se vai atribuir ao homem, de acordo com as suas qualificações. Ora, o conhecimento da função ou trabalho para o objetivo acima, deve compreender: a) *descrição precisa do trabalho*; b) *determinação das qualidades ou requisitos para exercê-lo*.

Esta descrição não é uma definição vocabular, mas uma informação muito precisa; pois as fases do trabalho, os movimentos e atitudes das diversas partes do corpo e as faculdades envolvidas vão servir ao esclarecimento das qualificações necessárias à execução das tarefas. Deve conter um item *tecnológico* e outro *psicológico*; no primeiro, são mencionados os *deveres e responsabilidades*, ao lado do *material, equipamento, matéria-prima e métodos de trabalho* utilizados; e no segundo, as *aptidões, qualidades e requisitos de formação e experiência* que devem possuir os ocupantes das funções ou cargos.

O processamento da análise do trabalho, usando o critério anteriormente referido, pode ser assim esquematizado: 1) *Observação da tarefa realizada no local do trabalho*; 2) *Organização das perguntas* para questionário ou entrevista, com dados colhidos na observação anterior; 3) *Apresentação do questionário aos executores e chefes ou entrevista no local do trabalho*; 4) *Apuração circunstanciada das diversas fases de trabalho, por métodos objetivos* (estudo do tempo, registro dos movimentos, nível de eficiência, prática de serviço); 5) *Redação da ficha de análise do trabalho*, com indicação das aptidões, qualidades e contra-indicações para o trabalho em aprêço; 6) *Organização de provas provisórias* que testem as qualidades e aptidões mencionadas; 7) *Aplicação experimental* dos testes organizados a trabalhadores ótimos, regulares, fracassados ou leigos, para validação dos resultados da especificação anterior.

Estas providências permitem obter dados para preencher os seguintes itens que figuram na:

Fôlha de Análise do Trabalho:

1. *Título da função*;
2. *Relação das obrigações e tempo que ocupa cada uma proporcionalmente no conjunto*;
3. *Matéria-prima, material e equipamento utilizados*;

4. *Exemplo dos trabalhos mais típicos (aspecto funcional)*;

5. *Nível de responsabilidade* (supervisão e subordinação);

6. *Aptidões, qualidades, educação e experiência*, com os requisitos mínimos para exercício de trabalho;

7. *Remuneração e níveis de promoção*;

8. *Contra-indicações para exercício da função*;

9. *Trabalhos correlatos ou transferíveis*.

Assim é certo que a parte descritiva pode ser estudada e realizada por pessoas que desconheçam a psicologia, o que não sucede com os que devem completar a parte final.

Na prática, muitas vezes, a primeira fase de observação deve ser dispensada nos estudos preliminares, isto quando a função é nova na empresa ou organização ou mesmo no país. Há necessidade de buscar, onde se encontrem, os recursos para descrição ou especificação funcional. Assim, urge saber onde as funções estão sendo desempenhadas e quais os trabalhos que à mesma fazem referência, ou os primeiros pesquisadores que a recomendaram etc.

Para a atribuição do título e colheita inicial, dos dados, que muitas vezes exigem indagações quanto aos melhores métodos, em organizações bem racionalizadas, convém deter-se em: a) *Leitura de publicações sobre a tarefa ou função em livros didáticos ou profissionais*; b) *consulta a professores da matéria*; c) *informação a escolas especializadas ou cursos profissionais*; d) *cooperação de especialistas de renome*; e) *visita a locais de trabalho em que especialistas consumados ou de alto rendimento, fora de organização em estudo, realizam o trabalho*. É de se lembrar o que foi feito na análise do trabalho dos aviadores, nas respectivas especializações, nos centros de pesquisas da A.F.A. dos E.U.A., ouvindo os professores das escolas de treinamento e os aviadores com muitas horas de voo e grande êxito na frente de batalha. É critério que pode abranger todos os tipos de trabalho de acordo com as particularidades de cada uma.

Para situar as funções dentro da organização, são aconselháveis as indicações de BINGHAM e

FRYER: — 1) Identificação do trabalho; 2) Número de empregados neste trabalho; 3) Tipo do trabalho, segundo a posição em que é exercido e horas que ocupa no expediente; 4) Equipamento; 5) Condições de realização, em face do ambiente; 6) Forma de pagamento; 7) Incentivos e recompensas; 8) Treinamento necessário para alcançar rendimentos razoáveis; 9) Rendimento habitual máximo e mínimo; 10) Relação com outros trabalhos na organização e aspectos sociais do serviço em apêço.

Os dados obtidos por meio do questionário são tidos como desvaliosos por não prestarem, muitas vezes, as inquiridas informações exatas e outras vezes por não possuírem nível para oferecê-las satisfatoriamente. Estes elementos, contudo, devem ser submetidos a revisão dos chefes ou de pessoas entendidas ou especializadas. O questionário pode ser bem minucioso, capaz de obter respostas do tipo objetivo tal como se encontra nos testes, bastando apenas fazer cruzes ou marcas. A feitura do questionário e da entrevista constitui quase sempre tarefa delicada que o analista aperfeiçoa com a prática, devendo seguir diretrizes que aconselham: fazer questões curtas e precisas, de respostas sucintas sobre as questões principais, não serem muito numerosas, evitar ambigüidades, e perguntas que não forem próprias para o interrogado. E' de aconselhar linguagem acessível, não técnica; usar instruções muito claras, auxiliar o analista sempre o inquirido, oralmente quando o exame das respostas revela qualquer deficiência. A entrevista obedece sempre a certa orientação, que envolve conselhos psicológicos para colher dados e motivar as reações como recomendam BINGHAM e MOORE em "How to Interview", livro fundamental a respeito.

Quanto às observações obtidas no local do trabalho, além da notação do que verificar, há frequentemente o analista que lançar mão de instrumentos de medida, como relógio de parada automática e registro dos movimentos, sobretudo em trabalhos manuais ou de pequenos movimentos.

Auto-observação (introspecção) ou prática do trabalho feito pelo próprio analista, tem sido propugnada com entusiasmo por muitos pesquisadores. SPIELREIN e HOLLERSTEIN consumiam grande parte do tempo em exercitar-se, bem como o dos seus analistas, no aprendizado das técnicas ou métodos do trabalho quando analisavam os ofícios. CLAPAREDE, também na Orientação Profissional, reconhecia como melhor este processo para habilitar devidamente o analista e exclamava: "Quem há de investigar o trabalho profissional? O trabalhador não tem preparação para isto, nem pode também o mestre e o engenheiro. Somente o psicólogo é que deve estudar e praticar o trabalho". Esquecia-se contudo que nunca poderá executá-lo tão bem quanto o trabalhador eficiente e assim levaria a dar informações de valor duvidoso. Só a colaboração de ambos é realmente satisfatória no caso.

O estudo do tempo e dos movimentos oferece grande interesse nos ofícios chamados mecânicos; não só em fábricas, laboratórios, como também em profissões que exijam destreza manual, como gravação, cirurgia etc. Há o processo de medir o tempo global da tarefa e o de medir o tempo de cada ciclo. Inicialmente, cabe considerar, com precisão, o de que ele se compõe e por fim os movimentos que o homem executa. Em folha de registro são indicadas as marcações do relógio de parada automática quanto à duração de cada operação, repetindo-se o exame dezenas de vezes para avaliação da média. Vários executores são observados para verificação de como se passam os fatos nos diversos níveis de capacidade e rendimento. O tempo medido compreende o exame do tempo gasto pela máquina, o gasto pelo trabalho do homem e o tempo das chamadas concessões que são as pausas obrigatórias ou acidentais no curso do trabalho.

Daí resultam informações preciosas a respeito da velocidade em que o trabalho é executado e de sua relação com o rendimento obtido.

A análise dos movimentos, quando curtos ou muito rápidos, pede investigação mais sutil, feita por meio de fotografias em série. O processo criado pelo casal GILBRETH que se denominou cronociclográfico e permite o registro luminoso da direção, da rapidez e da intensidade dos movimentos, graças a linhas pontilhadas que aparecem no filme, indicando cada ponto luminoso 1/5 ou 1/10 de segundo, é de grande utilidade não só para registro como também para controlar o treinamento.

As folhas para colheita dos dados obtidos no estudo do tempo, por meio do cronômetro automático, devem permitir apreciação rápida a respeito dos seguintes dados: tempo mínimo, tempo máximo, percentagem das concessões ou pausas, produção por hora, nível de eficiência em relação com a média dos trabalhadores, condições fisiológicas de hemostasia na realização do trabalho (habilidade, esforço, fadiga, persistência etc.), qualidades de arrumação, ordem, ausência de desperdício e também as negativas como a respeito da ignorância das técnicas ou melhores métodos, bem assim as deficiências somáticas e o modo pelo qual o trabalhador as compensa.

A análise dos movimentos pela cinematografia permite diagnosticar as causas de deficiência funcional, identificar os movimentos excedentes e prejudiciais, possibilitando o estudo de sua correção.

A análise do trabalho sob o aspecto do estudo do tempo e movimento é mais útil nas tarefas limitadas, nos trabalhos em séries ou em massa, que são entregues, sem muita variedade, a grande número de executores. Sua indicação maior é para trabalhos preferentemente executados pelos dedos ou mãos. Estudam-se, então, com detalhe, o tempo e o movimento de cada mão e a participação de outros segmentos do corpo.

O registro do tempo e movimentos requer de quem os avalia, preparação e, como para todas as

funções, capacidade própria. É trabalho de pesquisa, portanto auxiliar, mas sobre cujos resultados se baseia grande número de iniciativas na política do pessoal, de interesse fundamental portanto. As grandes organizações, sobretudo nos E.U.A., têm departamentos de "Estudo do Tempo" que investigam todos estes problemas, os quais fazem parte do arsenal de trabalho das empresas na solução das suas dificuldades relativamente ao pessoal, à organização e ao rendimento no trabalho.

Relativamente à especificação das aptidões e qualidades que funcionalmente podem estar em relação com as tarefas ou movimentos executados, dois critérios têm sido adotados: 1.º) analítico; e 2.º) sintético ou global. No primeiro, os atos são relacionados com as funções psíquicas também elementares, resultando um quadro largo de aptidões em que se devem somar as partes isoladas para constituir um todo e assim a personalidade profissional; no segundo, os característicos psicológicos são postos em termos de conjunto ou configuracionais, de modo que, não só os atos sejam reunidos em estruturas funcionais, como também as atividades psíquicas se revelem de forma mais global ou extensa, na caracterização das reações psicossomáticas.

Em virtude da variedade dos tipos humanos e das diferenças existentes entre as funções ou trabalhos, há uma tendência a se classificarem os trabalhos, para na base desta sistematização se ajustarem os característicos fisiopsíquicos dos trabalhadores.

São os critérios de classificação, neste sentido — 1.º) na base das *diferenças de execução ou mecânicas*; como trabalhos: automatizados ou livres repetitivos ou variáveis, rápidos e lentos; 2.º) na base dos *requisitos fisiopsíquicos necessários* para sua realização, de acordo com as partes do corpo, os músculos, as faculdades ou tendências envolvidas nas tarefas ou trabalhos.

De acordo com estes últimos podem ser assim classificados, para estudo do homem, os tipos de trabalho:

1. *Sensorial* — Perceptual, Percepto-reacional, Reacional.
2. *Psicofísico* — Predominantemente somático, Equilibradamente somato-psíquico, Predominantemente psíquico.
3. *Intelectual* — Abstrato ou conceitual, Espacial ou concreto, Verbal ou social.
4. *Conativo* — Frios, medianamente emocionais, Enérgicos.
5. *Social* — Sugestão cênica, Persuasão grupal, Indiferença ao exterior.

BIBLIOGRAFIA

- MANDERVILE and ANDERSON — *Industrial Management*, N. York, The Ronald Press, 1942, pág. 422.
- FRANK e LILIAN GILBRETH — *Applied Motion Study*, N. York, Mac Milan 1919.
- FRANK e LILIAN GILBRETH — *Fatigue Study*, N. York, Sturgis and Walton 1918.
- KNOWLE and THOMSON — *Management and Manpower*, N. York, Mac Milan — 1945, pág. 243.
- CLEUSENBAIRGUE — *Psicología del Trabajo Industrial*, E. Labor 1934.
- BARNES — *Motion and Time Study* — N. York, John Wiley and Sohn, 1944.
- MAYNARD and STEGEMENTEN — *Operation Analises*, N. York, Mac-Graw Hill, 1931.
- SAKENA — *A organização e Administração Científica da Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, 1940 — pág. 340.
- W. J. DONALD — *Handbook of Business Administration*, N. York, Mac-Graw Hill, 1931 — págs. 628 — 644 — 1135 — 1159.
- F. W. TAYLOR — *Shop Management* — N. York, Harper Bros, 1911, págs. 148 em diante.
- JODER — *Personnel Management and Industrial Relations*, N. York, Prentice Hall, (third edition), 1949.
- M. WIBERG — *Work Time Distribution*, Chicago: — Mcdure Hoddin, 1947.
- CARROLL — *Time study Fundamentals for Foremen*, N. York, Mc-Graw Hill, 1942.
- R. PRESGRAVE — *The Dynamics of Time Study*, N. York, Mac-Graw Hill, 1945.

Introdução à Metodologia do Planejamento

AGNELLO UCHÔA BITTENCOURT

PLANEJAR é ir ao encontro do porvir para modelá-lo segundo nossos desejos. (1)

A preocupação de planejar, nos nossos dias, corresponde, por certo, à compreensão ou à sensação de que, face às rápidas transformações e rudes exigências do mundo contemporâneo, o automatismo das soluções tradicionais não funciona ou já não satisfaz, nem atendem com a presteza e o rendimento desejáveis os mecanismos sociais, econômicos, políticos e administrativos instituídos para outra época, mais tranqüila e mais lenta. (2) Os desequilíbrios de toda sorte, causados ou aprofundados pela guerra, as contradições e insuficiências dos sistemas econômicos, os problemas que jazem sob a própria estrutura das sociedades convidam a que o Estado adote métodos novos, um comportamento que o salve da estupefação, que o salve do atraso, da ruína e do desespero. O planejamento é uma resposta, nem sempre feliz: “a grande panacéia universal”, constatou Lionel Robbins, em frase que se vai tornando clichê.

O assunto tem gerado copiosa literatura, quer dos governos, às vezes em termos de apologia e reclame, quer dos teóricos, uns insurgindo-se contra o que consideram o mito da planificação, outros procurando tirar lições dos fracassos e dos êxitos para compor e sistematizar uma técnica ou uma filosofia do planejamento.

Aqui se procurará abordar, de forma muito sumária, apenas os aspectos mais relevantes do que se entende por planejamento, e do que possa ser ou vir a ser sua metodologia, especialmente aqueles aspectos que interessam à estrutura da administração pública e à técnica orçamentária. Estas linhas pretendem ser uma tentativa de estudo de Administração Comparada, à luz da documentação de que se pôde dispor, pondo-se em relêvo o caso brasileiro.

TIPOS DE PLANEJAMENTO

O planejamento pode apresentar-se, conforme a área e a matéria sobre que se exerce, sob diversas aparências e denominações. Será *internacional*

(educação de adultos — ideal da UNESCO, migrações), *nacional* (Quinquenal Russo, Monnet, SALTE), *regional* (objetivando áreas-problemas: São Francisco, Amazônia, Vale do Tennessee), *urbano* (“plano diretor” de Chicago, de São Paulo).

Por oposição ao tipo “nacional” não específico, pode-se falar em planejamento *parcial* ou *seccional*, o que abrange apenas um aspecto ou setor da economia ou dos objetivos governamentais: Plano Rodoviário Nacional, Plano Postal-Telegráfico, Plano do Carvão. Pode ocorrer a fusão dos dois tipos, o parcial e o regional: Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul.

Fala-se, ainda, em planejamento *físico*, *econômico*, *social*, *cultural*, *administrativo*. Quanto à conceituação de cada um desses tipos, salvo o último, remeto o leitor à segura síntese de Severino Sombra, “Técnica de Planejamento”.

Sobre “planejamento administrativo”, vale advertir que a expressão comporta dois significados diferentes:

a) a de planejamento operacional, isto é, das atividades da Administração;

b) a de planejamento organizacional, isto é, ordenação da Administração mesmo como estrutura, como instrumento.

O primeiro sentido, talvez mais frequentemente admitido entre nós, se patenteia na própria denominação do setor do D.A.S.P. encarregado da elaboração do orçamento federal, que é o Serviço de Coordenação do Planejamento Administrativo: aí a expressão diz respeito a tudo quanto o Governo pretende fazer, em outras palavras, o seu programa de trabalho, com a expressão financeira que esse programa implica. O segundo sentido, quase o oposto do outro, diz respeito ao “desenvolvimento de uma organização eficaz”, incluindo a fixação de medidas, normas e métodos atinentes a pessoal, material, orçamento, comunicações, documentação, coordenação, controle: neste caso, “planejamento administrativo” significa o arranjo da instrumentalidade que o governo precisará pôr em movimento para cumprir seu programa de trabalho da melhor forma possível. (3)

FINS

Antes do planejamento em si, uma tarefa se impõe aos órgãos superiores de deliberação, aquê-

(1) JOHN VIEG, *apud* N.C. RAMALHO, *Aspectos técnicos do planejamento* — Rio, 1946, pág. 5 (Separata da “Revista do Serviço Público” — julho de 1944).

(2) RÔMULO DE ALMEIDA, *Curso de Planejamento Econômico* — Rio, 1949 — Súmulas mimeografadas (Cursos de Administração do D.A.S.P.). V. também: ROBERTO CAMPOS, *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos* — In *Digesto Econômico* — N.º 89, abril, 1952.

(3) DONALD STONE, *O planejamento como processo administrativo* — Trad. de Lígia Azevedo. In “Revista do Serviço Público” — dezembro, 1936, pág. 52.

les que resolvem e determinam que se planeje (Executivo e Câmaras): a fixação do propósito.

“O princípio, a base, o “sine qua non” do planejamento eficiente reside na especificação clara e completa do objetivo, pela administração superior da empresa. O desconhecido não pode ser planejado, e o que não foi bem compreendido não pode ser bem planejado. A eficiência do planejamento varia na razão direta da clareza e extensão da idéia que se tem do seu objetivo. O bom planejamento geral principia pela clara definição do objetivo e dela depende em toda a sua extensão. Só pode haver um bom planejamento dos meios se houver, como sistema diretor, um bom planejamento dos fins.” (4)

O “planejamento dos fins”, a que se refere Person, concretiza-se, torna-se manifesto com o estabelecimento de *padrões* ou *alvos*, resultados que terão de ser atingidos com a execução do Plano de que se cogitar.

Todo plano deve ter em vista *alvos* certos, traduzidos em linguagem objetiva e compreensiva — sempre que possível algarismos. Eles exigem expressão quantitativa relacionada à noção de tempo: mínimos de produção, de renda nacional, de saldos cambiais, de salário real *per capita*, de consumo no mercado interno, a serem alcançados dentro de um período predeterminado.

A fixação destes *alvos* não pode ser inteiramente livre: há uma idéia matriz, causa e fim, a que se tem de obedecer. E eles mais ou menos se impõem aos órgãos de decisão como fruto do conhecimento das condições e necessidades do país, da região, do setor considerado. “... O plano não deve e não pode ser uma criação arbitrária, o resultado de uma vontade arbitrária; para que possa ser realizado é mister promane do conhecimento aprofundado do estado das forças econômicas no momento de sua elaboração e de suas possibilidades de desenvolvimento; somente atendendo a esta condição é que ele será a síntese do que é e do que deve ser, ao mesmo tempo que uma escolha entre rotas possíveis.” “Esta escolha supõe um fim.” (5)

A determinação deste fim, deste intuito básico, desta destinação nem sempre manifesta do plano, a que os seus itens ostensivos ou públicos servem de instrumento e veículo, é substancialmente um ato político, ato político de alta responsabilidade. Portanto escapa aos órgãos técnicos incumbidos de planejar e de executar. O plano será o ajustamento das coisas a este propósito, mascarado ou claro, que lhe dá unidade e constitui a sua razão de ser. O planejamento será a escolha dos caminhos que o atingirão. Uma escolha necessariamente condicionada pelas peculiarida-

des do país, região, setor ou período considerado. Peculiaridades que afetam a própria fixação do fim ou fins essenciais do plano. Pois estes fins derivam ou dependem, em última análise, como a Comissão de Planejamento do Governo da Índia assinalou, dos ideais, padrões ou princípios básicos de comportamento (*basic values of life*) que uma comunidade aceita. (6)

Alguns exemplos.

Os planos quadrienais de Hitler objetivavam a consolidação da auto-suficiência nacional como base do imperialismo militar. “O fim principal do segundo Plano Quadrienal — expôs Adolf Weber, apologista do nazismo — foi conseguir a maior independência possível do estrangeiro em questões econômicas. Simultaneamente, os esforços dirigiram-se a fazer mais cômoda e bela a vida do povo alemão.” (7) Sob este objetivo confessável, jazia outro, tal como visto por um francês: “O plano quadrienal alemão (...) não tinha outro fim senão mobilizar todos os recursos do país tendo em vista o rearmamento.” (8)

Diz-se ser o fim remoto do Plano Quinquenal Argentino a reiteração do sonho rosista de hegemonia sobre a América Latina. (9)

O primeiro plano quinquenal russo tinha em vista três fins: luta contra o capitalismo, defesa nacional e do regime, superação do atraso em relação às potências ocidentais. (10) Os últimos planos quinquenais visam à obtenção da paridade de poderio com os Estados Unidos. (11)

O Plano Iugoslavo de cinco anos, intitulado “de desenvolvimento da economia nacional”, demanda a industrialização e a eletrificação como meios de consolidar a ordem socialista recém-instaurada, através da “liquidação do atraso da economia e da técnica”, “promoção da força econômica e defensiva do país”, “desenvolvimento do setor socializado da economia”, “promoção do bem-estar dos trabalhadores.” (12)

Da mesma forma, a Polônia e a Tchecoslováquia tentam planos para disciplinar e tornar viável a transição para a ordem socialista. (13)

A Índia procura, através de seu plano quinquenal, estabelecer a base econômica para que a

(6) GOVERNMENT OF INDIA — *Planning Commission*, “The First Five India Year Plan — A draft outline” — New Delhi, 1951 — pág. 7.

(7) ADOLF WEBER, *Compêndio de Política Econômica* — Trad. — Barcelona, 1945 — pág. 4.

(8) HENRY LAUFENBURGER, *Finances comparées* — Paris, 1947 — pág. 86.

(9) GERALDO O. BANASKIWITZ — *O Plano Quinquenal Argentino* — In *Digesto Econômico* — n.º 65 — abril, 1950 — pág. 84.

(10) LAUFENBURGER, *ob. cit.* — pág. 87.

(11) JOAN ROMEUF, *L'Economie Planifiée* — Paris, 1949 — pág. 17.

(12) V. *Plan Quinquennal de la République Fédérative Populaire de Yougoslavie* — Trad. — Belgrado, s/d.

(13) RÔMULO ALMEIDA, *ob. cit.*

(4) H. S. PERSON, *A pesquisa e o planejamento como funções de governo e administração* — Trad. de N. C. Ramalho — In “Revista do Serviço Público” — outubro-novembro, 1946 — pág. 35.

(5) CHARLES BETTELHEIM, *La Planification Soviétique* — 3.ª ed. — Paris, 1945 — pág. 82.

nação possa suportar e fruir a Independência. Para isto, o Plano deve prever os meios de superar as falhas estruturais da economia e corrigir o desequilíbrio causado pela Guerra e pela Independência, sempre tendo em vista preocupações de justiça social e uma progressiva reorientação da economia de acordo com as diretrizes consagradas na Constituição. Para conseguir estes fins, defronta-se a Índia com problemas imediatos a que o Plano deve dar resposta sem demora: inflação, escassez de matérias-primas e de bens de consumo essenciais, *deficit* de moradias, recuperação dos deslocados (*displaced persons*), problemas dos quais o de mais dramática urgência é sem dúvida o da escassez de bens de consumo. (14)

Definidos o fim ou os fins últimos do plano, começa o trabalho dos planejadores, que abrange, sucessiva ou concomitantemente, atividades de pesquisa, a formulação propriamente dita do plano, a programação conseqüente, o controle de sua execução e a revisão, eventual ou sistemática, do plano e dos seus programas.

PESQUISA

A pesquisa determinará a extensão e a profundidade dos problemas a que o Plano deverá dar solução, bem como precisará o montante, composição e origens prováveis ou desejáveis dos recursos necessários, e ainda os efeitos e reflexos presumíveis suscitados pela execução dos programas.

Não é possível planejamento sem pesquisa. E esta, apesar de concentrar o seu esforço na fase preparatória do planejamento, aí não o esgota. O planejamento é um processo contínuo. Assim também a pesquisa, que se projetará ao longo da fase executória, como instrumento de controle e revisão.

Um exemplo.

Constatada pelo governo francês a necessidade de um plano de recuperação de após-guerra, coube à pesquisa determinar, reduzir a algarismos frios a enormidade dos prejuízos acarretados pelo conflito: destruições materiais, saque, desgaste da utilidade, exaurimento dos estoques. Um levantamento das mutilações da fortuna nacional: 43 bilhões na agricultura, 44 bilhões na indústria e comércio, 69 bilhões nos transportes e assim por diante. Após a avaliação das perdas, cumpria calcular o montante dos investimentos indispensáveis para reconstituir a fortuna nacional para permitir à produção o nível de antes da guerra (referência para o estabelecimento dos alvos). Daí a fixação, em termos aritméticos, das necessidades do esforço financeiro conseqüente: 41 bilhões para o reaparelhamento da agricultura, 141 bilhões para transporte e comunicações, 164 bilhões para a reconstituição dos imóveis privados

etc. Sucessivamente, outras tarefas se impuseram aos pesquisadores até ser possível empreender o Plano Modernização e Equipamento, mais conhecido como "Plano Monnet".

Situa-se na fase preliminar da pesquisa o esforço de fixar objetivamente os alvos em que se traduzem os fins do Plano, isto é, o esforço de defini-los em termos numéricos precisos.

Exemplos, em dois planos, dessa apresentação dos alvos em algarismos. Do Plano Quinquenal iugoslavo, para 1951: elevação sobre o nível de 1939 — de 193% para a renda nacional, de 494% para a produção industrial, de 130% sobre a produção artesanal, cerca de 4 vezes mais a produção de energia elétrica etc. Do Plano Quinquenal russo, para 1950: aumentos, em relação aos níveis de 1940 — de 48% na produção industrial, 27% na produção agrícola, 30% quanto à renda nacional.

E' evidente que alvos assim se inspiram nas diretrizes e determinações emanadas dos órgãos de decisão superior do Estado, mas o seu estabelecimento em índices percentuais só pode ser obra de técnicos. Eles representam o desejável dentro do possível.

PLANO, PROGRAMA, PROJETO

Observou CHARLES MORAZÉ (15) que seria necessário escrever volumes para fixar a evolução do sentido de palavras como "liberdade" ou "justiça". Eis outras palavras, igualmente marcadas por um destino polêmico, que têm suscitado muita página impressa e parecem pouco afeiçoadas ao repouso: plano, planejamento, planificação.

Elas, e as idéias ou mitos que representam, conduzem invariavelmente um risco: o da desmoralização pelo abuso. Plano é uma palavra fácil. Tanto pode servir com justeza a esforços sérios como impunemente a manobras de pura prestidigitação. "O Plano não é um sonho, mas algo feito para ser executado no tempo e no espaço. Ele deve, pois, ser proporcionado à importância do problema e aos meios disponíveis para solucioná-lo. E' bem verdade que, em mão de planejadores hábeis, os meios terão rendimento muito maior do que se forem manipulados por elementos com pouca experiência. Mas sempre há limite. Além desse não existe plano, mas fantasia." (16) Fantasia às vezes para mascarar a inépcia ou a má fé.

Para agravar o perigo da desmoralização, mesmo entre os que levam a sério a idéia de planejamento (a "seita dos planejadores", já se disse com rancor), posto que ainda não se estabilizou o seu equipamento conceitual, as palavras flutuam ao sabor dos intérpretes. Ainda há pouco, na Câmara, o Sr. Clóvis Pestana, usando terminologia

(15) CHARLES MORAZÉ, *Introduction à l'Histoire Economique* — 2.^a ed. Paris, 1948 — pág. 31.

(16) SEVERINO SOMBRA, *Técnica de planejamento* — Rio, 1951 — pág. 9 (Separata da "Revista do Serviço Público" — julho, 1950).

(14) V. Gov. of India — *Planning Commission*, ob. cit.

correta acêrca de planejamento, não se fazia entender por parte de eminentes parlamentares porventura menos atualizados. É, pois, prudente dar as coordenadas precisas do significado com que cada termo aqui aparece.

Em primeiro lugar será útil estabelecer a distinção — convencioná-la, pelo menos — entre “plano” e “programa”.

Admitamos que um *programa* é uma articulação de alvos, decisões e projetos, um sistema de tarefas visando objetiva e especificamente a um grupo ou setor de atividades, dentro de um período determinado. Um plano, pondera Bettelheim, é bem mais que isto. É o instrumento por intermédio do qual se promove o equilíbrio e a coordenação de vários programas. (17) Um programa será, portanto, a porção anual de trabalho a cumprir em função de um plano. O plano terá o caráter de antecipação perspectiva. De mergulho no futuro, para afeiçoá-lo aos nossos propósitos. O programa será objetivo e imediato: um conjunto de missões que se determina sejam cumpridas, uma definição de prioridades, uma autorização para o acionamento de certos meios (dinheiros, coisas, pessoas etc.) a distribuição de encargos aos órgãos executivos.

Há um plano, digamos o Plano Salte. Haverá um programa de saúde para 1952, um programa de saúde para 1953, um programa de energia para 1952, e assim por diante. Ainda que se trate de plano circunscrito a um só setor de atividades (seja o Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul), pode-se falar de um programa para 1950, para 1951 etc.

A programação é, dêste modo, uma fase do planejamento. A programação discrimina os alvos do plano, minucia-os, escalona-os no tempo: em termos de tarefas executivas.

A conceituação de “plano” e “programa” aqui postulada, vale dizer, é diametralmente oposta à adotada pela ilustre Comissão Interpartidária que se pronunciou sobre o Plano Salte, conforme expôs, em seu parecer, o respectivo relator, Sr. Odilon Braga: “Que diferença haverá entre “programa” e “plano”? Salvo melhor juízo a registrada entre “esbôço” e “projeto”. (18) Tal não parece ser a conceituação sufragada pela própria Lei n.º 1.102, de 13 de maio de 1950, que instituiu dito Plano: em seu art. 11, § único, ela se refere aos “programas de cada setor” com o sentido que ora se empresta à palavra.

O entendimento aqui adotado, caracterizou-o dêste modo o Sr. Arízio de Viana: “Devemos dar aos vocábulos *plano* e *programa* acepção restrita, pelo menos em nossa linguagem técnica. Para a técnica orçamentária, a idéia de “plano”, muito mais ampla, excede, no tempo e no espaço, a idéia de “programa”. Quer dizer, reservamos o “plano”

para a posição mais elevada e o “programa” para a posição secundária. A junção de vários “programas” pode constituir um “plano”. Podemos conceituar, então, como plano o conjunto de políticas que uma administração pretende realizar, indistintamente, em um, dois, três, quatro ou cinco anos, visando a certas finalidades essenciais do Estado.” (19) “Quando, porém, determinadas partes dêsse plano devem ser executadas num determinado período, principalmente no período de um ano, devemos considerar o conjunto dessas partes como um programa.” (20)

Finalmente, que vem a ser “projeto”?

Com freqüência, no trato da matéria, sobre-vém o paralelo ou o emprêgo conjugado dos termos “plano” e “programa” com o termo “projeto”.

Entendo um projeto como um conjunto de indicações, plantas, esquemas, estimativas e relatórios acêrca de um determinado propósito específico, bem delimitado. Assim: projeto de reaparelhamento de tal pôrto, de irrigação de tal área, de desenvolvimento da produção de tal cultura, de implantação de tal indústria.

Os projetos podem realizar-se num único exercício ou em vários, desdobrando-se em fases sucessivas. Se êles se referem a um plano, pode-se dizer que êles o aprofundam e o traduzem numa linguagem operacional. Programa, neste caso, será a soma de porções periódicas (geralmente anuais) a executar de cada um dos projetos. Programação será, pois, o trabalho de selecionar projetos, seccioná-los no tempo, prever o sincronismo de sua realização e o volume de recursos necessários, definir responsabilidades executivas.

CONTRÔLE E REVISÃO

Não é possível o planejamento eficaz sem contrôle. O contrôle faculta a apuração da medida em que os programas estão sendo cumpridos, em que proporção e de que modo os alvos estão sendo atingidos, que dificuldades surgiram, onde há falta de dados suscitando ação tateante, quais os setores que não acompanham o ritmo desejado de produção, que imprevistos aparecem. O contrôle evidencia os erros e insuficiências de execução e às vezes torna patentes os erros e insuficiências de concepção. O órgão ou equipe de pesquisa é chamado a colaborar. Se necessário, decidir-se-á por uma revisão dos programas, as falhas originais serão corrigidas, novos alvos serão estabelecidos.

O contrôle se concretiza primordialmente pelo acompanhamento estatístico das operações de execução do Plano. A comparação dos objetivos de cada programa com os resultados correspondentes oferece o conhecimento do respectivo grau de

(17) Ch. BETTELHEIM, *Les Plans Economiques en U.R.S.S.* — Paris, 1948 — pág. 26.

(18) *O Plano SALTE* — Ed. do D.A.S.P. — Rio, 1950 — pág. 34.

(19) ARÍZIO DE VIANA, *Orçamento brasileiro* — 2.ª ed. — Rio, 1950 — pág. 69.

(20) *Idem*, pág. 70.

êxito. Tomemos, como exemplo, alguns setores do *Plano Monnet* (programas de 1947):

Setores	Unidades	Alvos	Resul- tados	Realização do Progra- ma
Eletricidade	bilhões de kwh	25,5	25,8	101%
Carburantes	milhões de t. de produtos re- finados no país	4,3	4,6	107%
Siderurgia	milhões de t. de aço	6,2	5,8	94%
Equipamento agrícola	milhares de tratores	12,3	4,2	34%

Um plano não pode ser nunca uma cristalização. Algo de definitivo e acabado. Há de ser, necessariamente, flexível, capaz de comportar com o mínimo de choque e dano alterações ocasionais, destinadas a corrigir ou compensar erros originais ou promover o ajustamento do sistema a acontecimentos imprevistos, às variações acentuadas da conjuntura, aos imponderáveis da política e da economia, diremos, da história. Foi o que o Sr. Monnet precisou bem ao afirmar que um plano "deve ser uma criação contínua". (21)

O Plano Monnet, previsto para execução em duas etapas de cinco anos (1947-1951 e 1952-1956) sofreu radical modificação em 1948, para adaptar-se aos projetos da Organização Europeia de Cooperação Econômica (Plano Marshall). Substantial revisão de alvos e esquemas importou, na verdade, na elaboração de por assim dizer outro plano, a ser desdobrado no período 1949-1952. A evolução da conjuntura não enseja repouso à equipe de planejadores, cujo realismo não consente que se escravizem a um texto e que se reduza o Plano a uma fórmula inerte. Cada ano exige uma acomodação entre o Plano e os fatos.

A variação dos custos violenta as previsões iniciais. Face a um processo inflacionário, é incontornável a necessidade de revisões periódicas. No Brasil, como em qualquer país sob o jugo da inflação, o esquema financeiro de um plano que não leve em conta a desvalorização da moeda está condenado a envelhecer prematuramente. O cálculo dos custos para todo um quinquênio ao nível de preços do ano de formulação do plano pressupõe a hipótese, bem pouco provável, da estabilização do poder de compra da moeda.

Defeitos de planejamento ou resistências da realidade têm conduzido ao abandono total ou parcial de alguns planos. Quanto ao Plano Iugoslavo talvez concorram as duas causas: de qualquer maneira, parece que o governo se desiludiu, a julgar por informação transcrita em "Problèmes économiques" (N.º 189 — agosto, 1951 — página

19), segundo a qual foi extinta, em abril desse ano, a Comissão Central de Planificação, sendo também dissolvidas as Comissões das Repúblicas.

E há o exemplo doméstico: o atual governo já tem feito sérias restrições ao chamado Plano SALTE, de resto merecedor de muitas das críticas que lhe têm sido endereçadas, não obstante suas boas intenções e alguns frutos positivos já obtidos.

PLANEJAMENTO PLURIENAL E ANUALIDADE ORÇAMENTÁRIA

A conciliação dos planos governamentais a longo termo com a anualidade orçamentária encontrou uma fórmula, embora vulnerável, na França com as chamadas "leis de programa".

Uma "lei de programa" autoriza e prevê despesas para um período determinado — 3, 4, 5 anos, quantos se façam necessários, seriando-os anualmente através de quantitativos-tetos a inscrever no orçamento comum. Êsses quantitativos gozam de um regime de exceção: escapam à caducidade oriunda do encerramento do exercício financeiro.

Na revisão anual pelo Parlamento reside a precariedade da fórmula, pelo poder legítimo que os representantes do povo possuem de modificar o plano original e até impedir a execução. Observa Jacomet: "Este perigo não pode ser evitado senão por êxpressas garantias tornando obrigação prática para o Parlamento a de respeitar, em sua execução, as leis de programas que adotou, a menos que o governo esteja de acordo em modificá-las, em razão das variações da conjuntura e da evolução política." (22) E' notória a luta que os defensores do Plano Monnet mantêm todos os anos para assegurar-lhe a concessão dos créditos necessários ao prosseguimento dos seus programas.

Jacomet parte da presunção da excelência do plano original. Mas o perigo que aponta se transformará em vantagem quando se trate de corrigir ou pôr abaixo um plano fraco ou inconveniente. Além do que a revisão parlamentar anualmente renovada constitui uma oportunidade de análise, crítica e julgamento, de controle dos responsáveis pelo Plano dentro de suas proporções devidas, antes que o grande volume de recursos e interesses com que jogam possa dar-lhes nociva auto-suficiência, talvez agravada pelo êxito.

Um plano, diante da contingência de submeter anualmente o programa previsto à autorização legislativa, despoja-se em grande parte de seu valor como instrumento normativo, para adquirir a feição de diretriz, roteiro ou ideal. Quanto mais longo o período que abranja, tanto mais se arris-

(21) Apud MAURICE FIGÈRE, *La pratique actuelle en matière de procédure budgétaire* — Paris, 1951 — pág. 30.

(22) R. JACOMET, *Le budget considéré comme instrument financier des plans économiques de longue durée* — In "Annales de Finances Publiques" — Nos. VI/VII — pág. 95. V. também: M. MORIN, *Le financement des Programmes* — Idem, n.ºs. VIII/IX — pág. 67 e LAUFENBURGER, *ob.cit.* — pág. 116 e J. M. ROCHA MATOS, *As despesas fixas e sua significação na estrutura orçamentária* — Rio, 1950 — págs. 20-26.

cará a revisões e alterações. E não sendo cumulativo, que interesse terá então? Ele será — palavras do Ministro das Colônias da Bélgica apresentando o Plano congolês — ele será “um guia, uma referência, um critério.” (23)

A regra da anualidade orçamentária choca-se de duas maneiras com a idéia de planejamento plurienal.

Em primeiro lugar, como foi assinalado, quanto à *aprovação* do Plano: a obrigatoriedade ou possibilidade da revisão anual, em outras palavras, a aprovação de cada programa anual, enseja tanto aperfeiçoar o Plano, como tumultuá-lo ou frustrá-lo.

Em segundo lugar, quanto à *execução* dos programas, no que diz respeito à vigência dos créditos. A natureza dos gastos incluídos nesses programas exige tratamento especial. Daí dispositivos proporcionando às autorizações orçamentárias correspondentes validade que desborda do ano financeiro de sua origem.

O governo federal norte-americano movimentava três espécies de autorizações orçamentárias:

a) os créditos anuais, fixados no orçamento, e cujos saldos ficam disponíveis ainda por 24 meses após o término do ano financeiro;

b) os créditos permanentes, autorizados uma vez por todas, e que vêm sendo abolidos;

c) os créditos contínuos, que ficam disponíveis para a administração até seu esgotamento.

Nos nossos “planos de obras” e no SALTE repetimos o mecanismo dos créditos contínuos através da figura dos “Restos a pagar” adaptada a esse fim. As despesas autorizadas, quando não utilizadas dentro do exercício, são consideradas como despesa efetiva e levadas a “Restos a pagar”, em conta especial (Lei n.º 1.102, de 18-5-1950, artigo 19), ficando pois disponíveis além do ano de sua autorização.

A questão do tempo envolve dois problemas quando se cogita de elaborar um plano: a) a extensão do período a abranger; b) a oportunidade do lançamento do plano ou do início de sua execução.

Este aspecto do assunto não favorece generalizações. A fixação do número de anos que o planejamento deve considerar é um problema simultaneamente técnico e político, variável de acordo com os países e as ocasiões. Constata-se, entretanto, certa preferência pelo período de cinco anos: têm feito planos quinquenais o Brasil, a Argentina, a Rússia, a Iugoslávia, a Índia. A Tchecoslováquia empreendeu um plano bienal (1947-48), antes de preferir o período de cinco anos

(1948-53). Os alemães tiveram planos quadrienais. E quadrienal foi o plano polonês (1946-50). Já os Estados Unidos cogitavam de planejamento sexenal na frustrada “Junta de Planejamento dos Recursos Nacionais”. E de seis anos é o plano porto-riquenho. Também de seis foram os planos mexicanos (1933 e 1941). De dez, o congolês, elaborado pelos belgas. Decenal também é o plano de investimentos governamentais para a Bélgica (1948-1957). E a nova lei orgânica das finanças públicas no Equador dispõe sobre uma espécie rudimentar de planejamento trienal.

Quanto à escolha da época para o lançamento do plano nem sempre resta livre o arbítrio das autoridades, jungidas às contingências políticas, econômicas ou outras. O prof. Gudín denunciou como um dos defeitos do Plano SALTE o fato de ter sido lançado quase no fim de um período governamental, condição que traz sempre o risco, força é reconhecê-lo face aos nossos hábitos políticos, o risco de um abandono prematuro ou uma execução frouxa e infiel. Compreendendo-o, o Sr. Clóvis Pestana recomenda para o Brasil um tipo de planejamento cronologicamente ajustado à sucessão dos Presidentes: se bem entendi, cada novo governante, ao apresentar sua primeira proposta orçamentária, deve apresentar também um plano perspectivo para o seu período de governo (“Diário do Congresso”, de 18-7-1952, pág. 6763). A idéia é bem pouco viável pela circunstância de que cada Presidente já não dispõe de muito tempo para fazer ou refazer o “seu” primeiro orçamento, cuja preparação em grande parte se desenvolve por uma política talvez diversa da que vai ser desenvolvida; daí resultando que os poucos meses entre a posse e a primeira mensagem orçamentária ou planística seriam manifestamente insuficientes para a gestação de um plano digno desse nome, a valer por todo o quinquênio.

Dir-se-á que a continuidade administrativa ou técnica do órgão planejador, por presunção politicamente neutro, é capaz de superar esta circunstância adversa, isto é, pode obviar a falta de continuidade política. Assim, cada novo Presidente receberia *pronto* do outro Presidente o “seu” plano. Ora o problema é precisamente este: o da improbabilidade da aceitação, mais ainda o da impossibilidade de um exame crítico eficaz de todo o plano dentro de escassos e vertiginosos meses, em que a atenção do governante e dos políticos é disputada por outros móveis. Dentro da proverbial prudência mineira enquadrou-se a solução preferida pelo plano do Sr. Milton Campos: um plano feito por um governo para ser executado por esse mesmo governo.

Porém a dificuldade não é só essa. Uma vez apresentado ao Parlamento, sobrevém a tramitação regimental, que pode ser demorada, tanto mais que se trata de matéria vasta e complexa, envolvendo múltiplos interesses. Não será descabido imaginar que a discussão do orçamento, sujeita a prazos fatais, poderá estorvar a rapidez do andamento parlamentar do plano: é provável saia o primeiro orçamento do novo período presidencial

(23) PIERRE WIGNY. *In Plan Décennal pour le développement économique et social du Congo Belge* — Bruxelles, 1949 — Vol. I, pág. XIII.

antes do plano a que deveria obedecer, sem que de resto ocorra nenhuma sólida garantia de coerência entre um e outro.

Dentro do nosso regime presidencialista, uma hipótese a discutir será a do plano quinquenal ou quadrienal, apresentado pelo Governo que inicia o mandato dentro ou imediatamente após seu primeiro ano de gestão. Admitindo um ano de estudo e revisão no Congresso, o Plano votado começaria a ser cumprido no início do terceiro ano de governo: o Presidente teria assim três orçamentos, três exercícios para cumprir o seu plano, isto é, um plano decisivamente influenciado por ele próprio. Para o novo período presidencial restariam uma ou duas etapas de um ano, a ser cumpridas enquanto Executivo e Legislativo não dispusessem de novo plano. As etapas residuais do plano anterior serviriam de referência para a preparação do primeiro e sem dúvida também do segundo orçamentos do novo quinquênio presidencial. Haveria, desta forma, uma defasagem entre o período planístico e o período presidencial. Esta defasagem, dentro da situação presente das instituições, creio, é inevitável, a menos que se constrinja o período do plano.

A questão do tempo, para o planejamento, tem fundamental importância, nos seus dois aspectos já assinalados — a limitação do período para o qual se planeja e a escolha da época para o início da execução do plano.

Não só a consideração do tempo, face às circunstâncias ocorrentes ou às previsões, varia de acordo com os fins propostos e os meios disponíveis, mas estes fins e estes meios dependem por sua vez do tratamento que se der ao problema do tempo. Como superar o aparente círculo vicioso? Considerando o tempo também como um meio e decidir, em cada caso, tendo em vista a compatibilidade dos meios entre si (o tempo inclusive) e com os fins a que vão servir.

A noção de tempo exige uma prismatização, conduzindo a dissociar diferentes aspectos: o econômico, o político, o administrativo. Convém, pois, apreciá-la sempre sob esta tríplice configuração.

OS ÓRGÃOS DE PLANEJAMENTO

O planejamento pressupõe a existência de um órgão ou sistema planejador.

Duas hipóteses podem verificar-se:

a) o órgão que faz o plano é o mesmo que o executa;

b) há um órgão planejador e órgãos executivos distintos.

O primeiro caso observa-se em planejamentos limitados, por exemplo, visando a um plano de valorização, correção ou recuperação de uma área-problema ou um plano seccional relativo a determinada atividade do Estado, seja construção e manutenção de rodovias.

Tal é mais ou menos o caso da nossa Comissão do Vale do São Francisco, órgão concomitantemente planejador e executivo. (24) Enquanto centraliza a preparação e o controle técnico da execução do plano, executa diretamente grande parte de suas tarefas, mas delega algumas destas, através de convênios, a outros órgãos da administração pública (por exemplo: quanto à parte de saúde, a cooperação que lhe presta o SESP). Para isto, transfere-lhe os recursos necessários, que lhe foram distribuídos por força de estipulação orçamentária, e controla a aplicação dos mesmos.

Formalmente, a Comissão do Vale do São Francisco é um órgão colegial. Mas a sua enorme responsabilidade executiva não se coaduna com a forma de deliberação colegial, e a consequência é esta situação de fato: a Comissão funciona como qualquer outro órgão de chefia singular, concentradas todas as decisões e responsabilidades na sua Superintendência.

Órgão a um tempo planejador e executivo é também o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que atua ainda, de forma decisiva, como coordenador dos planos estaduais. Como é sabido, aos Estados e Municípios pertence certa parte da arrecadação do imposto único sobre combustíveis minerais líquidos, acumulada no Fundo Rodoviário Nacional. O D.N.E.R. provê a distribuição das cotas, vela pela obediência aos seus padrões técnicos, procurando enfim articular o planejamento em cada unidade da Federação com as diretrizes e conveniências do plano nacional.

Exemplo, ainda, de órgão tanto planejador como executivo é a Comissão do Plano Postal Telegráfico.

Quando se trata, porém, de um plano abrangendo setores diversos e regiões amplas, é de toda conveniência separar, sem opor, o planejamento da execução.

Mas o fato de dizer que o órgão planejador, no caso de planejamento de grande envergadura e projeção nacional, não tem ou não deve ter função executiva não importa em concebê-lo como unidade estanque, sem contato com os órgãos executivos. A supervisão ou controle, o propósito de contínua atualização, a necessidade de coordenação exigem esse contato. "Nos países em que o trabalho de planejamento tem sido divorciado do trabalho de execução administrativa — pondera Roberto Campos (25) — têm-se verificado consequências assaz desfavoráveis, amortecendo-se o realismo, por parte dos órgãos planejadores, e a fidelidade de execução, por parte dos órgãos puramente executivos".

A análise de alguns exemplos situará melhor a validade destes postulados.

(24) V. LUCAS LOPES, "O Plano do São Francisco em face da Técnica Geral de Planejamento" — In "Revista do Serviço Público" — setembro, 1951 — pág. 18.

(25) ROBERTO CAMPOS, *Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos* — Rio, 1952 — pág. 71.

O órgão de que se cogita para promover a efetivação do disposto no art. 199 da Constituição (Valorização da Amazônia) não poderá desprezá-los, sob pena de transformar-se numa caranguejola administrativa — cara e reumática —, se fôr investido de atribuições operacionais; ou em um cacho de empregos inúteis, se se desvincular inteiramente das tarefas executivas. Cumpre que tal órgão, diretamente subordinado ao Presidente da República, seja somente de planejamento, coordenação e controle, delimitada com clareza sua competência, reservando-se a execução e também responsabilidade considerável na programação aos órgãos de linha, os já existentes e os que vierem a existir — uns e outros integrados na estrutura dos diversos ministérios, conselhos, institutos etc.

Não disponho de elementos para uma opinião sobre a conveniência da solução preferida quanto ao Plano mineiro: previu-se a criação de um órgão central, a “Comissão Executiva e Orientadora do Plano de Fomento da Produção”, com “poderes de deliberação, direção e execução”. (26) Trata-se de planejamento regional não específico, apesar da qualificação restritiva de seu título. Enquanto no planejamento para o São Francisco, a autoridade do órgão responsável emana de lei federal, suscitada por expresse mandamento constitucional, e sua atuação se estende sobre a área de vários Estados, assumindo com frequência função pioneira; naquele, o órgão é de origem estadual, sua jurisdição se limita a um só Estado, no qual já existe uma estrutura administrativa a aproveitar para efeito de execução. Mesmo verificando-se a insuficiência dessa estrutura, em princípio não parece aconselhável que, ao invés de serem completados e melhorados os órgãos existentes, ponhasse o órgão planejador a executar partes dos seus programas, salvo circunstâncias peculiaríssimas.

O Decreto n.º 28.255, de 12-6-1950, estabeleceu que o Presidente da República, na realização dos empreendimentos constantes do Plano SALTE, seria “assistido por um delegado de sua confiança, com a denominação de Administrador-Geral do Plano SALTE”, por sua vez auxiliado por seis “Assessores”, “encarregados de cada um dos setores ou subsetores do Plano e das atribuições de ordem administrativa e financeira relacionadas com a sua execução, todos designados pelo Presidente da República, por proposta do mesmo “Administrador-Geral”. O custeio da “Administração do Plano SALTE”, assim chamada, é provido pelos recursos oriundos da aplicação da Lei n.º 1.504, de 15-12-51, que manda destacar das dotações orçamentárias atribuídas ao Plano uma parcela correspondente a 0,02% (dois décimos por cento), a ser movimentada em conta especial no Banco do Brasil. Dito órgão não tem qualquer atribuição executiva e a lei não lhe deu nenhuma competência planejadora, nem sequer de revisão

periódica do Plano. Sua função precípua é o controle.

O grau de responsabilidade do órgão planejador depende do tipo de planejamento e este é decisivamente influenciado pelo estilo do regime político vigente.

O caráter visceralmente estatizado da economia russa exigiu a implantação de um sistema de planejamento de grande extensão e profundidade. Nêle se manifesta com nitidez a segregação, sem mútua omissão, entre o esforço de planejar e a função executiva.

A cúpula do sistema soviético de planejamento é o “Gosplan” (Comissão Central de Planos do Estado) da União. Dêle partem as diretrizes e os esboços que serão atendidos ou apreciados por muitos órgãos inferiores, esgalhados em duas séries, à base de dois critérios: o territorial e o funcional.

Sob o “Gosplan” da U.R.S.S. situam-se os “Gosplan” das Repúblicas. Sob estes sistemas regionais e locais se desdobram até a unidade “burgo” e “empresa”. Junto da direção de cada empresa funciona uma “célula de planificação”. Justaposta à série de ordem geográfica, desdobra-se uma outra hierarquia de órgãos planejadores através dos ministérios: o “Ziemplan” para a Agricultura, o “Transplan” para os Transportes etc. Descendo mais, em vários graus, encontra-se outra vez a empresa, cuja célula de planificação é o organismo base do sistema, tanto sob a seqüência geográfica, como sob a seqüência funcional. (27)

O órgão central superior compreende, entre os seus setores internos, o Departamento de Finanças, que se incumba da formulação do plano financeiro, base do orçamento anual do Estado.

Num país capitalista, onde todo ensaio ou simples notícia de planejamento governamental desperta quase sempre desconfianças, um sistema e um tipo de planejamento como o soviético não teriam sentido.

Nas economias do tipo capitalista ou semi-capitalista, expõe com precisão Roberto Campos, (28) o planejamento governamental se restringe principalmente ao setor público, enquanto que o setor privado conserva seu arbítrio, sua capacidade de livre decisão quanto a investimentos e consumo, embora o governo possa influenciá-lo e, indiretamente, até certo ponto, controlá-lo. Já num país socialista torna-se viável o planejamento global, de caráter imperativo, envolvendo e obrigando diretamente à economia toda ou quase toda.

Nos Estados Unidos tentou-se institucionalizar a atividade planejadora ao nível federal e em âmbito nacional através de um órgão que veio a

(26) V. *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção* — Belo Horizonte, 1947 — Vol. I, pág. 143.

(27) V. Ch. BETTELHEIM, obs. cit. e ainda: “Les problèmes théoriques et pratiques de la Planification” — Paris, 1946. Sobre a experiência russa, v. também: A. Baykov, “História de la Economía Soviética” — Trad. — México, 1948 — pág. 430.

(28) ROBERTO CAMPOS, ob. cit. — pág. 24.

ter vida efêmera — a Junta de Planejamento de Recursos Naturais ("National Resources Planning Board"), criada em 1939, como unidade integrante do Gabinete Executivo do Presidente para (29)

a) coligir os elementos indispensáveis à investigação e análise de problemas relativos aos recursos nacionais, tanto naturais como humanos, bem assim propor ao Presidente e ao Congresso planos e programas a longo prazo para a utilização sábia e o mais amplo desenvolvimento possível de tais recursos;

b) entrar em entendimento com os órgãos federais, regionais, estaduais, municipais e empresas particulares, no sentido de desenvolver programas metódicos de obras públicas, organizando para o Presidente e para o Congresso uma lista de todos os projetos de obras públicas na ordem de sua importância em relação

1 — ao maior bem para o maior número de pessoas;

2 — às necessidades de emergência do país;

3 — ao progresso social, econômico e cultural do povo dos Estados Unidos;

c) informar o Presidente sobre a tendência geral das condições econômicas, propondo medidas tendentes à sua melhora ou estabilização;

d) agir como se fôsse uma "clearing house" e como meio de coordenação para as atividades de planejamento, mediante a conjugação de vários níveis e tipos de planejamento.

Longe, como se vê, da extensão, força decisória, volume, complexidade e penetração do sistema soviético.

A Junta veio a ser extinta em 1943, "não por haver falhado em sua missão econômica, mas exclusivamente por motivos políticos, alheios em absoluto ao desenvolvimento de qualquer planejamento tentado." (30)

A enumeração dos itens de seu programa de trabalho para 1943 torna mais clara a compreensão de seus fins e de sua atividade:

1) manter uma organização central e escritórios regionais, como centro de atividade planejadora e de informações para o Presidente, bem como para o trabalho de planejamento federal, estadual, local e particular;

2) elaborar estudos sobre as tendências e a estabilização do emprego;

3) preparar o plano sexenal de obras públicas a cargo do Governo Federal e cooperar na coleta de dados e informações para os planos sexenais dos Estados, Municípios e cidades;

4) continuar e desenvolver a cooperação prestada aos serviços criados com a guerra;

5) preparar planos de após-guerra;

6) concentrar a atividade dos escritórios regionais no estudo dos planos regionais. (31)

Num paralelo entre a solução russa e a solução americana, uma vez que é sempre útil pôr em relêvo as vinculações entre orçamento e planejamento, constata-se:

a) naquela, o orçamento não é senão uma decorrência do Plano, que se esgalha na intimidade da administração e da economia, ficando o Comissariado de Finanças, ao preparar o orçamento, jungido às diretrizes do Plano econômico geral, devendo ainda submeter o projeto de orçamento ao órgão do plano antes de encaminhá-lo à decisão dos órgãos deliberativos superiores;

b) nesta, o órgão de orçamento e o de planejamento não se ligavam mediante qualquer nexo e subordinação, implicando em estruturas diversas, paralelas, conquanto ambas diretamente subordinadas ao Presidente da República, integrantes de seu Gabinete Executivo, não possuindo a Junta nenhuma autoridade direta perante os órgãos executivos, circunscrita à sua condição de "estado-maior" do Presidente.

Solução semelhante à que não logrou continuidade ou sucesso político nos Estados Unidos vem prevalecendo em Porto Rico, onde coexistem, sob a direção direta do Chefe do Executivo, um órgão de elaboração orçamentária (Budget Bureau) e um órgão de planejamento a longo prazo (Planning Board). Este, em função de diretrizes gerais concernentes ao desenvolvimento econômico do país e a partir de informações relativas aos investimentos privados e públicos, prepara e revê seu programa anual, que se integra em um esquema perspectivo sexenal (*Six Year Financial Program*). Dito programa, uma vez aprovado, se incorpora ao orçamento (*Model Budget*). Há, assim, dois documentos e dois órgãos responsáveis. No que diz respeito a vinculação entre os dois documentos observa-se certa semelhança entre o exemplo apontado e o caso brasileiro (incorporação anual de programas do Plano SALTE no orçamento). No que tange às relações entre os dois órgãos, segundo informa McKee Rosen, parece que a divisão de responsabilidade e a integração de esforços são obtidas em grau satisfatório para o caso de Porto Rico, notando-se que o Bureau de Orçamento prepondera quanto às despesas administrativas ou de custeio e a Junta de Planejamento quanto às despesas de inversão. (32)

Apesar do insucesso político, não técnico, da institucionalização do planejamento nacional assi-

(29) V. FRITZ MORSTEIN MARX, *O Chefe do Governo Norte-Americano e a organização de seus serviços auxiliares* — In "Revista de Direito Administrativo" — n.º 18 — outubro-dezembro, 1949 — pág. 35.

(30) JOSÉ SALDANHA DA GAMA E SILVA, *A Comissão de Planejamento Econômico* — In "Revista do Serviço Público", agosto, 1944 — pág. 27.

(31) SEVERINO SOMBRA, *Planejamento — influências da última conflagração* — In "O Jornal", do Rio, de 6-6-1948. Indicações para o estudo comparativo entre as soluções americana e russa: NEWTON CORREA RAMALHO, *Racionalização da Administração Orçamentária* — Rio, 1944 — págs. 45 a 49.

(32) S. MCKEE ROSEN, *Some special problems of Budget Agencies* — Rio, 1952 — pág. 21.

nalada quanto aos Estados Unidos, a mais célebre experiência de planejamento regional, consagrada pelo êxito, ocorre precisamente nos Estados Unidos.

A valorização da bacia do Tennessee, justamente decantada, ilustra bem como pode ser levado a termo um plano sem caráter imperativo, numa economia capitalista.

Grande parte dos bons resultados da "Tennessee Valley Authority", sua base mesmo, encontra-se na livre aceitação, por parte dos particulares interessados, de idéias e projetos, cujas vantagens lhes foram sendo demonstradas por persuasão. E a "T.V.A." continua a ser coerente com a estrutura geral da economia norte-americana, não reivindicando para o Estado qualquer monopólio, antes encorajando a iniciativa privada.

Do ponto de vista administrativo, a "T.V.A." constitui uma entidade autárquica, cujo orçamento, como o das demais corporações autônomas instituídas pelo governo norte-americano, é divulgado com o orçamento federal, no mesmo documento. Mas não fique esquecido que não existe formalmente um "plano" do Tennessee, isto é, um documento público básico, sobre o qual se desenvolva a programação anual.

O Plano Monnet, na França, é também um exemplo de planejamento que tem de defrontar uma economia capitalista, procurando embora afeiçoá-la aos seus propósitos.

O sistema de administração do Plano Monnet tem como órgãos principais um Comissariado-Geral e um Conselho.

O Conselho do Plano é constituído pelo Chefe do Governo, ministros de Estado, representantes da indústria, da agricultura, dos sindicatos, da economia colonial, da pesquisa científica. Formula as diretrizes gerais do Plano, que serão estudadas e discriminadas, sob a coordenação do Comissário-Geral, pelas Comissões e subcomissões, órgãos dedicados ao estudo de cada setor do Plano: Eletricidade, Siderurgia, Carburantes, Equipamentos Agrícolas, Indústrias Químicas, Têxteis, etc.

Cada Comissão reúne representantes, em número variável, da administração pública e dos ramos considerados da economia (chefes de empresas, engenheiros, operários, técnicos etc.). Cada Comissão é presidida quer por um patrão, quer por um líder sindical, quer por um técnico, quer por um Conselheiro de Estado; seu vice-presidente é sempre um alto funcionário de reconhecida competência, um diretor de ministério.

As Comissões se desdobram em subcomissões. A Comissão dos Têxteis, por exemplo, compreende subcomissões da Lã, do Algodão, do Linho, da Seda, das Fibras Artificiais etc.

O Comissário-Geral tem sob suas ordens os serviços administrativos, incluindo pesquisas, documentação, estatística, controle e coordenação.

O trabalho do sistema orienta-se por alguns princípios básicos:

(a) toda a nação deve associar-se no esforço de planejar a modernização e equipamento da França;

b) é indispensável ampla difusão pública do conjunto da situação econômica, dos programas de modernização e suas repercussões, porque o Plano interessa a todos os franceses, para guiá-los na orientação das iniciativas individuais;

c) a cada administração, responsável por um setor do Plano, serão associados técnicos dos mais qualificados, e, também, os representantes dos sindicatos profissionais;

d) cabe ao Comissário-Geral estabelecer as diretrizes para o trabalho das Comissões constitutivas do Plano e acompanhar-lhes a progressão dos estudos." (33)

PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, ESTRUTURA POLÍTICA

O tipo de planejamento e o da armadura política em que repousa envolvem a consideração do grau e modalidade de coordenação compatíveis.

Observa Roberto Campos que o problema da coordenação assume três formas: a) coordenação interdepartamental (dentro do mesmo nível de governo); b) coordenação intergovernamental (o autor invocado não usou precisamente este qualificativo), a que tem em vista articular e harmonizar o esforço planejador em três níveis — o federal, o estadual e o municipal; c) coordenação entre o setor público e o setor privado. A estas, pode-se desde já acrescentar uma quarta forma: a coordenação internacional, de que é um exemplo a administração do chamado Plano Marshall.

Num país socialista, a coordenação entre o setor público e o setor privado tornar-se-á, em princípio, mais fácil, quando mais não seja pelo maior volume de unidades a coordenar na mão do governo. Ocorrendo uma estrutura política de feição autoritária, o Governo pode impor o plano através de lei, capaz de compelir diretamente o setor privado e neste caso a coordenação será obtida em grande parte pelo exercício de "contrôles". A natureza compulsiva dos planos quinquenais russos decorre mesmo de expresso mandamento da Constituição soviética: "A vida econômica da U.R.S.S. é determinada e dirigida pelo Plano do Estado para a economia nacional, tendo em vista o aumento da riqueza social, da elevação contínua do nível econômico e cultural dos trabalhadores, da consolidação da independência da U.R.S.S. e do fortalecimento de sua capacidade de defesa." (Art. 11)

Num país federal, a coordenação intergovernamental terá sempre uma expressão política, importando no ajustamento de interesses e pontos de vista entre autoridades de vários níveis, objetivo que pode e costuma ser atingido por intermédio de convênios. Exemplos: a participação do governo federal no Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul ou a conjugação do Plano Rodoviário Nacional com os planos correlatos estaduais e municipais. O problema não existirá ou existirá sob uma forma larvada num país unitário, pela

(33) V. *Uma experiência de planejamento econômico* — Digesto sobre o Plano Monnet organizado pela Fundação Getúlio Vargas — Rio, 1951 — pag. XVI. V. também: JACQUES DUMONTIER, *Budget économique et capital national* — Paris, 1951 — pag. 64.

maior dose de força, pela maior capacidade de determinação do poder central.

A coordenação interdepartamental deve ser melhor atingida naqueles países em que o Plano a considerar tem um caráter imperativo e o órgão planejador é dotado de razoável autoridade. Fora daí, no setor governamental o instrumento por excelência de coordenação ainda é o orçamento, que nos dá ou é de presumir nos dê a coordenação estática ("on paper").

Um dos seus pressupostos é a coerência orgânica do plano considerado e dos programas que o seguem. Importa apreciar cada parte em função do todo e que um resultado não anule ou comprometa outro.

Sobre a dificuldade da coordenação dinâmica, a que se obtém de homens, coisas e idéias em movimento, dá bem uma idéia o testemunho de um técnico que tem estado em posições de alta responsabilidade, extremamente favoráveis à observação do fenômeno: "A maioria dos nossos serviços públicos atua como compartimentos estanques, com pretensões a auto-suficiência." "... um defeito de lenta e difícil mas possível correção." (34)

Finalmente, é possível talvez falar em uma quinta forma de coordenação. Vamos chamá-la (confesso que hesito na escolha do rótulo) de coordenação interpolítica. Tratar-se-á, quiçá, apenas de um aspecto da coordenação do setor público e do setor privado. Refiro-me à conciliação dos interesses e aspirações ou ideais dos grupos econômicos ou ideológicos, das classes, dos partidos, na luta pela obtenção ou conservação de posições ou vantagens.

Há interesses e móveis legítimos em choque com outros igualmente legítimos e com outros inconfessáveis. Os grupos de pressão que os defendem exercitam sua força, sua teimosia, sua astúcia ao longo de todas as etapas do processo de determinação do comportamento do Estado. Ao Governo é quase sempre inevitável transigir, não só nos regimes de livre discussão mas mesmo nos de feição autoritária. E' a esse mecanismo de ajustamento deliberado dos interesses, aspirações, sentimentos ou ideais de grupos diferentes pela mão do Estado que se poderá chamar de coordenação interpolítica. Por seu intermédio se procura obter o prosseguimento do plano desejado pelo governo com o mínimo de mutilação e desvio.

O Plano SALTE equacionou o problema da coordenação interpolítica pelo convite aos partidos para o exame prévio, no sentido de uma participação que já importava em certa responsabilidade de autoria. Antes da discussão parlamentar, foi instituída uma Comissão Interpartidária que deu parecer e fez recomendações sobre o Plano. Esse entendimento à base do SALTE inspirou ou serviu de pretexto a um "acôrdo interpartidário", história dos nossos dias... Não obstante o acôrdo, que terá produzido frutos em outras direções, a

revisão parlamentar alterou extremamente o projeto original do Executivo.

Quanto ao Plano Monnet, para conseguir-se o máximo de apoio e entendimento, promoveu-se a participação, nas Comissões e subcomissões, de representantes do Governo, das classes patronais e dos sindicatos de operários. A base política em que assentou e assenta é variável, como é próprio aliás do regime parlamentarista: a saída dos comunistas do Governo afetou o funcionamento das comissões, pela modificação de atitude dos delegados da C.G.T. E Jacques Dumontier sublinha que o Commissariado do Plano chegou a atingir "este ideal de justiça: a uniformidade do descontentamento". (35)

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

O governo federal brasileiro fez "exercícios" de planejamento não específico em 1939, em 1943 e em 1948.

Como esquemas quinquenais de investimentos, tanto o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (Decreto-lei n.º 1.058, de 19-1-1939), como o "Plano de Obras e Equipamentos" (Decreto-lei n.º 6.144, de 29 de dezembro de 1943), constituíram esforços de consolidação e unificação, com certa perspectiva, dos programas parciais de obras e equipamentos de cada ministério e dos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Do ponto de vista formal, constituíam anualmente um orçamento especial, com receitas próprias, paralelo ao orçamento-geral.

No Relatório em que expôs as razões e características do último esquema mencionado, o Presidente da antiga Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda fez a crítica do primeiro: "Em princípio, o Plano foi instituído, como seu nome indica, para atender não só às obras públicas como também aos empreendimentos que visassem ao aparelhamento da defesa nacional, inclusive instalação e exploração de indústrias básicas. Todavia esse objetivo inicial não foi plenamente atingido. A criação das indústrias básicas nem sempre foi atendida pelo Plano. As obras públicas, por não obedecerem a programa prévio, obtiveram, através do Plano Especial, créditos para sua execução que praticamente importavam em reforçar dotações para o mesmo fim constantes do orçamento ordinário. Quanto ao aparelhamento da defesa nacional, pode-se depreender que, em grande parte, a intenção foi satisfeita, porque o total dos créditos anualmente distribuídos para esse fim correspondeu, aproximadamente, a 64% dos recursos do Plano."

O plano de 1943, que deveria estender-se até 1948, foi extinto pelo Decreto-lei n.º 9.783, de 6-9-1946, que determinou a unificação dos dois orçamentos, então paralelos: o geral e o de obras e equipamentos.

(34) SEBASTIÃO DE SANTANA E SILVA, *Planejamento administrativo* — In "Revista do Serviço Público", fevereiro, 1952 — pág. 64.

(35) DUMONTIER, *ob. cit.* — pág. 78.

(37) *Apud* LIBERATO SOARES PINTO, *Planejamento de obras* — In "Revista do Serviço Público" — dezembro, 1946 — pág. 130.

de um novo tipo, sob o controle de uma empresa central (*holding*) também mista.

Se a fórmula lograr sucesso, todas as empresas industriais do Estado, particularmente as que objetivam navegação e portos, poderão adotá-la, fato ou perspectiva que terá consideráveis repercussões sobre o orçamento da União e sobre o regime da despesa pública, o que já é outro assunto.

Eis um tipo de planejamento que compreende não apenas a previsão ou arranjo de operações, mas também o das formas administrativas através das quais estas operações serão levadas a termo com o máximo de rendimento. Foi neste sentido que Donald Stone empregou a expressão "planejamento administrativo": a de busca e estabelecimento da melhor organização compatível com os projetos por realizar.

CONCLUSÃO

A atividade planejadora é indispensável à Administração Pública dos nossos dias. Sua institucionalização torna-se necessária. A existência de um órgão nacional de planejamento é compatível com qualquer regime político. Porque não basta fazer o orçamento anual em que se cuida de tarefas governamentais. É mister olhar para o futuro, além do próximo exercício, e correlacionar as atividades governamentais com o dinamismo da economia, com a vida nacional. A prática do planejamento perspectivo, abrangendo tanto o setor público como o setor privado, impõe-se aos governos responsáveis e conscientes. A esta altura dos acontecimentos, já não cabe discutir se isto é bom ou mau: é um fato, eis tudo. O que cabe é encontrar os meios capazes: a armadura legislativa, os órgãos, os métodos, a instrumentalidade.

No Brasil, estamos apenas engatinhando. Mas é inegável que se tornam mais insistentes e mais claros os movimentos e atitudes a testemunhar a gestação do interesse em prol de uma consciência de planejamento.

São manifestações esparsas dêsse interesse, além dos exercícios de planejamento já assinalados, a fundação da Associação Brasileira de Planejamento; a publicação de um digesto sobre o Plano Monnet pela Fundação Getúlio Vargas; a instituição de uma cadeira de "Planejamento Econômico" nos Cursos de Administração do D.A.S.P.; a contribuição brasileira ao Seminário sobre "Problemas de Planejamento e Execução de Programas de Desenvolvimento Econômico de Países de Economia Menos Desenvolvida" (Pôrto Rico, 1950); a discussão do tema "Métodos e Técnicas de Planejamento Governamental", constante da agenda do Seminário Internacional de Administração Pública realizado recentemente no Rio; o debate parlamentar e extraparlamentar sobre a elaboração de planos regionais e seccionais, como o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Plano de Aproveitamento Econômico do São Francisco, o Plano do Carvão; a metodologia da preparação de projetos, em particular sobre energia, portos, e ferrovias, com que a Comissão Mista de

Desenvolvimento Econômico dá a base técnica, no Brasil, à política de cooperação internacional para soerguimento da economia de países subdesenvolvidos; a instituição de um setor especialmente votado ao planejamento na novel COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços); a aparição de artigos e ensaios sobre o assunto, notadamente, nos últimos anos, os de Rômulo de Almeida, Roberto Campos, Severino Sombra e Lucas Lopes; finalmente, o esforço parlamentar do Sr. Clóvis Pestana no sentido de que se crie um Conselho Superior de Planejamento Nacional e se institua uma cadeira de Planejamento em escolas superiores do país.

A atualidade do tema inspirou grave advertência ao prof. Eugênio Gudín acerca dos excessos e perigos do "animus" planejador (38), atitude afirmada já nos tempos da antiga Comissão de Planejamento Econômico, onde o problema ensejou caloroso debate entre o prof. Gudín e Roberto Simonsen. (39)

Foi o advento de uma concepção mais arejada e científica da administração pública, suscitada e estimulada pelo D.A.S.P., que trouxe, entre as idéias pioneiras então veiculadas, a do planejamento como uma técnica a serviço do Estado. A divulgação de artigos sobre o assunto na "Revista do Serviço Público" vem renovando o seu interesse. Ultimamente, também a "Revista Brasileira dos Municípios" vinha contribuindo para êsse fim.

Vê-se que o problema está maduro. Mas a existência de vários órgãos que são parcialmente planejadores não favorece uma solução; porque o que falta sobretudo é coordenação.

Muitos órgãos executivos, atualmente, praticam o planejamento seccional ou regional, o que interessa apenas à finalidade imediata e restrita do órgão. Não existe uma sistemática, uma fusão de propósitos e políticas parciais num sistema mais alto de propósitos comuns e uma comum política, uma política para o conjunto, um entendimento claro e harmônico entre os responsáveis e uma certa autoridade técnica e política que lhes esteja acima e seja vigilante e resoluta. E que esteja aparelhada para isso.

Certas unidades da administração federal, conquanto apresentem afinidades com órgãos de planejamento, são antes de aconselhamento do Presidente da República na formulação de determinadas políticas. De sua atividade não resulta um plano executivo, mas esquemas de idéias gerais, projetos isolados, indicações ou diretrizes que eventualmente poderão transformar-se num plano formal. Dos órgãos dêsse tipo são exemplos a Comissão de Bem-Estar Social, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, a Comissão Nacional de Política Agrária.

(38) EUGÊNIO GUDÍN, *Planejamento econômico — In Digesto Econômico* — N.º 77 — abril, 1951 — pág. 33.

(39) V. EUGÊNIO GUDÍN, *Rumos de política econômica* — Rio, 1945 e ROBERTO SIMONSEN, *O planejamento da economia brasileira* — São Paulo, 1945.

Já a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos é nitidamente um órgão planejador, embora sofra de limitações oriundas talvez de sua condição de agência mista de dois governos.

Impõe-se a existência de um órgão central de planejamento que substitua essa multiplicidade de órgãos influenciadores ou inspiradores desta ou daquela política administrativa, ou bem articule os esforços de todos.

Em 1944, o hoje extinto Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial sugeriu a criação de uma "Junta de Planificação", a que caberia elaborar um "Plano de Organização Econômica".

Anteriormente a esta sugestão, já fôra criada a Comissão de Planejamento Econômico (Decreto-lei n.º 6.476, de 8-5-1944), vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, e que veio a ter vida curta. "A composição heterogênea, o regime de reuniões ocasionais sem obrigação precisa de parte dos conselheiros, não libertados de outras ocupações, a falta de *staff* e a insuficiente coordenação com outros órgãos similares e os administrativos, comprometeram a eficiência da C.P.E., a qual, com a alteração política de 1945, deixou de funcionar." (40)

Até hoje as nossas experiências efetivas de planejamento governamental não específico têm estado ligadas ao D.A.S.P., como órgão central da elaboração orçamentária.

A solução é legítima e adequada, pôsto que se trata de setor público a cargo do governo federal. À falta de um órgão especializado para planejamento mais amplo, justifica-se a utilização, para tal fim, do órgão orçamentário. As afinidades são evidentes.

O planejamento e o orçamento, observou um lúcido intérprete de nossas instituições administrativas, "são fases complementares de um mesmo processo." (41) Tanto vale dizer: "o planejamento é função administrativa paralela à orçamentária", devendo ambas estar correlacionadas. Depois do contrário, "raras vezes se conseguirão planos e orçamentos eficientes." (42)

Ainda há pouco, o Sr. McKEE ROSEN, com sua rica experiência no Bureau de Orçamento dos Estados Unidos, ao analisar soluções de Porto Rico, aqui já comentadas, e sua aplicabilidade à superação dos problemas dos países subdesenvolvidos, dava como necessidade essencial o íntimo relacionamento entre a atividade planejadora e a função orçamentária, ou em outras palavras, entre

o órgão incumbido de preparar o plano plurienal de desenvolvimento e o órgão destinado a preparar o orçamento anual do Estado. (43)

Não é outra, aliás, apesar de condicionamentos peculiaríssimos, a solução russa: o orçamento do Estado representa a parte mais importante do plano financeiro necessário para o cumprimento do plano econômico, servindo também como instrumento de controle para a execução deste. (44) Isto é: "os problemas financeiros não são considerados fora do plano, mas como uma parte integrante do plano e não somente como uma parte integrante, mas finalmente como parte subordinada do plano, sendo a realização do plano o essencial, não vindo os problemas financeiros a ser compreendidos senão como elementos constitutivos." (45) Eis porque o projeto de orçamento, elaborado pelo Commissariado das Finanças, antes de subir à decisão dos órgãos deliberativos do governo, passa pelo Gosplan que o examina quanto a sua conformidade com o plano econômico-geral. (46)

Tratando-se de planejamento global, sem caráter autoritário, no nosso caso, parece que o órgão mais indicado é o Conselho Nacional de Economia, criado pelo art. 205 da Constituição (§ 2.º: "Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias.")

O Sr. Clóvis Pestana sugeriu a criação de um "Conselho Superior de Planejamento Nacional", integrado por vários "conselhos parciais", incumbidos dos diferentes setores ou aspectos do Plano em vista (*Diário do Congresso*, de 17-7-52, pág. 6719). Parece que o Conselho Nacional de Economia, como se apontou, desde que por lei foi convenientemente investido das atribuições necessárias, bem poderia atender a esse objetivo, sem ser mister criar órgão novo.

Esta idéia, situou-a assim Rômulo de Almeida: "A estrutura administrativa para o planejamento, que imaginamos melhor operável para o Brasil, seria um órgão colegiado com grande autoridade técnica, em ligação com o Ministério e o Congresso ou suas comissões econômicas, dispondo de um corpo técnico competente, em departamentos ou divisões que cobrissem os grandes setores setoriais e o do planejamento regional. Esse órgão que, no caso brasileiro, deveria ser o Conselho Nacional de Economia, agiria em grande parte coordenando as atividades planejadoras dos diver-

(43) McKEE ROSEN, *ob. cit.* — pág. 54.

(40) RÔMULO DE ALMEIDA, *Experiência brasileira de planejamento cit.* — pág. 76.

(41) J.V.O. MARTINS, *O orçamento e as atividades de planejamento* — In "Revista do Serviço Público" — dezembro, 1946 — pág. 108. V. também: Santana e Silva, *ob. cit.* — pág. 62 e Robert Walker, "Relações do orçamento com o planejamento" — In "Revista do Serviço Público" — fevereiro, 1945 — pág. 42.

(42) DONALD STONE, *ob. cit.* — pág. 54.

(44) Departamento de Assuntos Econômicos da O.N.U., "Estructura del Presupuesto y Clasificación de las Cuentas del Estado" — New York, 1951 — pág. 125. V. também: Laufenburger, *ob. cit.* págs. 92-96.

(45) BETTELHEIM, *Les plans économiques en U.R.S.S. cit.* — pág. 21.

(46) A. MICHELSON, *Le droit budgétaire de l'U.R.S.S.* — In "Annales de Finances Publiques" — N.º III — pág. 141.

sos órgãos secundários, e utilizaria no trabalho de seus departamentos a técnica de comissões e sub-comissões mistas, permanentes ou ocasionais, reunindo representantes dos vários setores públicos ou privados com tradições e interesses nos problemas em foco.” (47)

Como medida preliminar, indispensável a essa função planejadora, conviria que o Conselho acrescentasse ao relatório que anualmente deve apresentar sobre o ano econômico transcorrido, um *orçamento econômico nacional*, um inventário da situação de todos os elementos que constituem a economia brasileira, discriminando-se, pelo balanceamento de suas receitas e despesas dentro de um período de doze meses, a participação das entidades públicas (nos três níveis de governo), das empresas, das famílias, dos resultados dos negócios com o exterior, bem como as repercussões de uns sobre os outros elementos.

Não é preciso, a meu ver, nenhuma nova disposição legislativa para que o Conselho empreenda a elaboração do orçamento econômico nacional como peça do relatório previsto pela Lei n.º 970, de 16-12-1949, que versou sobre as suas atribuições: “Anualmente, até o dia 1.º de dezembro, apresentará o Conselho ao Congresso Nacional e ao Presidente da República exposição-geral da situação econômica do país, conforme os estudos que vier realizando.” (Art. 9.º) “Para a realização dos seus fins, o Conselho poderá adotar os métodos que lhe parecerem mais adequados e requisitar aos órgãos de administração pública a colaboração que necessitar.” (Art. 2.º, parágrafo único).

O orçamento econômico nacional serviria de alicerce para o planejamento. Mesmo não se cogitando de planejamento sistemático, ainda assim seria útil. Teria um fim informativo, de clarificação. Valeria como uma bússola para a política econômica e para a política financeira do Governo, nem sempre coerentes ou convergentes. Orientaria a programação anual dos investimentos governamentais, face à estimativa dos investimentos privados, e inspiraria as medidas legislativas e executivas concernentes à economia. Tornaria manifestas certas contradições ou incoerências e poderia prevenir erros ou dificuldades. Especialmente

nortearia o comportamento das entidades governamentais influenciadoras da economia (COFAP, Carteira de Redescontos, Superintendência da Moeda e do Crédito, certas autarquias).

Não ignoro que um orçamento econômico nacional para ser feito agora teria de vencer seríssimos obstáculos: em primeiro lugar, a ausência de uma base estatística satisfatória. Este escolho tem feito penosos os cálculos até aqui tentados sobre a renda nacional, em grande parte erguidos sobre uma base conjectural. De qualquer modo, as dificuldades são um convite à luta: urge promover o aperfeiçoamento e modernização de nossas estatísticas econômicas, reformar os orçamentos das entidades públicas, inclusive o da União, treinar o pessoal, e criar um tipo de orçamento econômico nacional que convenha ao caso brasileiro.

A busca deste objetivo é de molde que pode suscitar a evidênciação, o reconhecimento de erros, insuficiências e anacronismos nas práticas e instrumentos da Administração, e, pois, a oportunidade e a orientação para corrigi-los. Começando hoje a corrigir e completar, algum dia poderemos ter um orçamento econômico e cálculos fidedignos da renda nacional.

Administrativamente, há interesse em vincular ou tornar um só o órgão encarregado de preparar o orçamento econômico e o órgão central de planejamento: aí estão o exemplo da França, em que a “Commission du Bilan National” passou a integrar o “Commissariat au Plan”, sendo praticamente a mesma equipe que os elabora; e o da Holanda, em que o orçamento econômico nacional é elaborado pelo Bureau Central de Planificação; ou o da Rússia, em que tal documento é feito pela Comissão Central de Planos do Estado.

Sem falar nos imponderáveis, tudo quanto aí fica dito condiciona-se a um fator decisivo para o êxito de qualquer planejamento: o da qualidade do pessoal que planeja. Supondo a boa fé, sem ingenuidade, dos que mandam planejar e dos que aprovam o plano, este não poderá ser idôneo se não fôr preparado por uma equipe com suficiente capacitação profissional. Eis que se deve reduzir ao mínimo a possibilidade de vir a tornar-se o órgão de planejamento um asilo de sonhadores com o “travesti” de técnicos ou um grêmio litero-recreativo de aprendizes de feiticeiros.

(47) RÔMULO DE ALMEIDA, *Experiência brasileira* — cit. — pág. 48.

Planejamento e Contrôles da Produção de Energia Elétrica no Estado do Rio

Criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica

BYRON TÔRRES DE FREITAS

EM sua habitual palestra ao microfone de uma emissora carioca, o Governador Amaral Peixoto disse :

“Continuamos a ser procurados, com insistência, por grupos e organizações industriais desejosos de se estabelecerem no Estado do Rio, montando novas fábricas e transferindo estabelecimentos de outros países, seduzidos pelas possibilidades naturais do nosso território e pelo apoio decisivo do governo.

Com o objetivo de manter esse programa de industrialização, três questões nos preocupam no momento: o aumento da produção de energia elétrica, maior quantidade de cimento e facilidades cambiais para importação de maquinaria”.

Antes, havia o Chefe do Executivo Fluminense sancionado a Lei n.º 1.681, de 17 de setembro de 1952, que cria, em caráter autárquico, a Comissão Estadual de Energia Elétrica.

Resultante da transformação da antiga Divisão de Energia Elétrica, do Departamento dos Serviços Públicos e Industriais, a nova autarquia corresponde a uma vital necessidade do progresso não somente no Estado do Rio de Janeiro, mas ainda no Distrito Federal, considerando-se que esse Estado é o grande abastecedor, na matéria, da Capital da República.

A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Da exposição de motivos que acompanhou o anteprojeto de criação da nova autarquia, destacamos os seguintes trechos :

— A importância da eletricidade, como fator básico no desenvolvimento e industrialização de um país, estado ou zona, é conceito formado e tornou-se um axioma desde o século passado.

A culta Suíça, com o aproveitamento de suas notáveis quedas d'água, fez da indústria da eletricidade uma de suas principais riquezas, fontes de rendas e divisas. Quer pelo consumo interno, quer como exportadora de energia elétrica para os países circunvizinhos.

A velha e conservadora Inglaterra desde cedo viu a importância desta extraordinária utilidade, disseminando-a em todo o país e cada vez em maior escala, não demorando a revolucionar sua técnica com a centralização e interligação de sistemas in-

dependentes. Destarte, abriu novos horizontes no terreno do suprimento racional de energia elétrica.

Na grande Nação Americana, o saudoso presidente Franklin Delano Roosevelt, com o plano “New Deal”, idealizou e construiu, entre outros, os grandes sistemas Doulter Dam, Grand Goulee e o célebre conjunto da Tennessee Valey Authority. Este último foi há pouco visitado pelo então Presidente Dutra, por se tratar de um aproveitamento muito semelhante à monumental obra do vale do São Francisco.

A Argentina se organiza num vasto plano de cooperativas elétricas e de nacionalização da sua indústria de eletricidade.

No Brasil, o assunto começou a ser objeto de frisanter citações e apologia em relatórios governamentais, a partir do terceiro decênio deste século, e antes de findá-lo já a Presidência da República compreendia não poder este setor-chave ser função de função. Assim, pelo Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934, foi baixado o Código de Águas, e em 1939 o Decreto-lei n.º 1.285, de 18 de maio, criava o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, diretamente subordinado àquela Presidência.

É digno de relêvo que, já no início deste século, possuía o Estado do Rio uma sólida e credenciada legislação sobre águas e energia elétrica, fundamentada em sua sábia Lei n.º 717, promulgada em 6 de novembro de 1905.

Pela sua importância, a indústria da eletricidade se desenvolveu neste Estado em ritmo além da expectativa, tornando-se imprescindível acompanhar esta evolução e orientá-la no sentido de contribuir eficientemente para o progresso do Estado do Rio.

Em 1930, o então Presidente da República, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, no início de seu Governo, encarando a energia elétrica como um dos fatores básicos para o desenvolvimento do Brasil, determinou providências no sentido de que fossem elaboradas leis que regessem a matéria, do que resultou o Decreto-lei n.º 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas).

Presentemente, o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, mais uma vez atenta para a solução do problema de aumento do potencial de energia elé-

trica, o que o levou a incluí-lo como um dos pontos básicos do plano de política financeira e econômica do seu Governo, plano esse que, com recomendações expressas de Sua Excelência, foi apresentado pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Dr. Horácio Láfer, ao Governo dos Estados Unidos, quando de sua recente viagem a Washington, a fim de tomar parte na reunião da Junta dos Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, cujo plano mereceu consideração especial do Banco Internacional, bem como das autoridades do Governo dos Estados Unidos, em Washington.

O Estado do Rio de Janeiro, respeitável parque industrial de grandes possibilidades em relação ao seu potencial hidráulico, estrategicamente localizado no centro leste brasileiro, fornecendo a quase totalidade da energia elétrica consumida pelo Distrito Federal, com 662 usinas hidro e termelétricas, instaladas dentro de seu território, perfazendo um total de mais de 400.000 KW, podendo orgulhar-se de ser a 2.^a Unidade da Federação em potência instalada, carece de uma repartição condigna, com recursos indispensáveis à sua finalidade.

A Divisão de Energia Elétrica, à qual estão afetas as atividades relativas à indústria da eletricidade, fator preponderante no desenvolvimento econômico do Estado do Rio, vem, com grande sacrifício dos elementos que constituem o seu quadro de pessoal, desempenhando as múltiplas atribuições que lhe estão afetas, quer como Divisão de Energia Elétrica, quer como Órgão Auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, as quais passamos a discriminar.

Atribuições da Divisão de Energia Elétrica

- 1) Assistência técnica aos Municípios e às empresas de energia elétrica.
- 2) Fiscalização das empresas de energia elétrica localizadas no território fluminense.
- 3) Levantar o patrimônio dos serviços e seu capital inicial.
- 4) Executar e fiscalizar os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações e orçamentos, reconstruções e melhoramentos dos serviços compreendidos no plano de eletrificação do Estado.
- 5) Dar parecer sobre os projetos e orçamentos dos serviços.
- 6) Exercer as atribuições cometidas pelo diretor do Departamento dos Serviços Públicos e Industriais.
- 7) Superintender os serviços que não possuam superintendência própria.
- 8) Fiscalizar os demais serviços.
- 9) Exercer outras atribuições definidas no Decreto-lei n.º 73, de 31 de janeiro de 1940 e Regulamentos competentes.

Atribuições como Órgão Auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

De acordo com a Portaria n.º 14, de 30 de julho de 1948, do C.N.A.E.E., as atribuições como Órgão Auxiliar são as seguintes:

- a) Estudar as questões relativas a águas e energia elétrica e os assuntos pertinentes à produção, transmissão, transformação e distribuição.
- b) Coligir elementos e proceder a levantamentos estatísticos em colaboração com a Divisão Técnica do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.
- c) Prestar informações e emitir parecer nos processos enviados pelo C.N.A.E.E.
- d) Encaminhar, com parecer, as solicitações feitas por seu intermédio ao C.N.A.E.E. ou à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.
- e) Inspeccionar instalações de energia elétrica e realizar perícias nos casos pendentes de decisão do Conselho.
- f) Instruir os interessados sobre o destino e a marcha dos processos, esclarecendo quais as atribuições do C.N.A.E.E. e da Divisão de Águas, acentuando a conveniência de que os mesmos sejam encaminhados por seu intermédio.
- g) Elaborar estudos relativos à produção e à utilização de energia elétrica, a fim de evitar medidas de racionamento.
- h) Efetuar, por iniciativa própria, trabalhos julgados convenientes e oportunos, relacionados com águas e energia elétrica.

Ainda de acordo com a mesma Portaria número 14, os Órgãos Auxiliares deverão ter a seguinte organização mínima:

- a) Um engenheiro-chefe.
Um engenheiro-assistente.
Um assistente administrativo.
Um desenhista.
Dois escriturários.
- b) Que seu dirigente, no desempenho de suas atribuições normais, dependa diretamente de titular de Secretaria de Estado.
- c) Que a lei orçamentária consigne, em cada exercício, verba própria para manutenção de serviços em andamento e para início de outros julgados necessários.

A elevação da atual Divisão de Energia Elétrica à categoria de Departamento é uma necessidade imperiosa, uma vez que aos Órgãos Auxiliares do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, nos Estados, fôra exigido em 30 de julho de 1948, pela Portaria n.º 14, citada, uma organização mínima para o desempenho de suas atribuições.

Entretanto, a Divisão de Energia Elétrica, apesar de vir exercendo as funções de Órgão Auxiliar do C.N.A.E.E., desde 26 de dezembro de 1946, não se acha ainda enquadrada naqueles moldes.

A organização que ora nos permitimos propor encontra plena justificativa, em face do art. 153 da Constituição Federal, pôsto que sômente aos Estados, que tenham serviços técnicos e administrativos devidamente organizados, serão delegadas pelo Governo Federal as atribuições constantes dêste artigo:

“O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei. Satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer nos seus territórios a atribuição constante dêste artigo”.

Em outras palavras, delegadas ao Estado, que se aparelhar convenientemente, as atribuições constantes no citado art. 153 e seu 2.º, ficará ao mesmo assegurada *plena autonomia com relação ao magno problema da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em seu território*.

Cumpre-nos esclarecer que, para a transferência aos Estados, das atribuições previstas no § 3.º do art. 153 da Constituição Federal, já foi elaborada pela Comissão criada pela Portaria número 4, de 22 de abril de 1948, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o respectivo anteprojeto.

É digno de notar-se que os Estados que desempenham funções de Órgão Auxiliar do C.N.A.E.E., tais como: São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Bahia, Alagoas e Pará, acham-se com seus serviços devidamente organizados, e no entanto o Estado do Rio, classificado em 2.º lugar em potência instalada, e tendo também a seu cargo as funções de Órgão Auxiliar, não esteja sequer com o seu Órgão competente relativo a energia elétrica, aparelhado em condição melhor, senão igual a Estados de menor projeção territorial, econômica e financeiramente.

Acresce ainda que o Estado do Rio é o único entre os Estados da União que vem exercendo a fiscalização das empresas de energia elétrica, tendo solicitado pelo Ofício G/1, de 10-1-47, de acôrdo com o § 3.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.764, de 19-8-43, a delegação prevista no mesmo § 3.º. Aliás êsse expediente deu ensejo a que o então conselheiro Carlos Berenhauser Júnior, relator do processo, em seu belíssimo parecer, concluisse:

“1.º Desde que não tenha sido feita a comunicação do Ministério da Agricultura, a que se refere o § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.764, de 19 de agosto de 1943, há de ser entendido que a fiscalização dos contratos lavrados com as empresas capituladas nos artigos 202 do Código de Águas, e 18 do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, não foi retirada das autoridades que a exerciam anteriormente a 19 de abril de 1943.

2.º A delegação da União, prevista no § 3.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 5.764, convém ser precedida da expedição de regulamentos padrões, normas e instruções, a fim de que a transferência de atribuições para os Estados se possa realizar em bases ainda mais amplas, como prevêem a Constituição e o Código de Águas e o recomenda o interesse do serviço público.”

Outrossim, dêsse mesmo pedido do Estado do Rio resultou que, em seu trabalho, propusesse

aquêle conselheiro fôsse regulamentado o Código de Águas, de que originou por parte do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a citada Portaria n.º 4, instituindo uma comissão composta de dirigentes dos Órgãos Auxiliares de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Estado do Rio e representantes do C.N.A.E.E. e da Divisão de Águas, incumbida de estudar e propor regulamentos, padrões, normas e instruções relativas a:

a) “Serviço adequado” (Art. 17 do Código de Águas);

b) “Tarifas e estabilidade financeira” (Artigos 180 e 181 do Código de Águas);

c) “Contas, balanços e relatórios” (Arts. 182 a 187 do Código de Águas);

d) “Órgãos estaduais, incumbidos dos serviços de eletricidade” (Arts. 191 a 194 do Código de Águas);

e) “Contratos das empresas a que se referem os arts. 202, § 3.º do Código de Águas, e 18 do Decreto-lei n.º 852, de 11-11-38.

Em corroboração à presente exposição, damos em anexo uma cópia da Lei n.º 131-A, de 20-1-36, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Executivo, pela qual foi criada a Diretoria de Fôrça Hidráulica e Energia Elétrica, com uma organização técnica e administrativa a fim de poder exercer, no território do Estado do Rio, as prerrogativas constantes do capítulo único, título III do Código de Águas.

Posteriormente, foi ainda sancionada a Lei n.º 172, de 11 de dezembro de 1936, que dava mais ampla estrutura à citada Diretoria, por exigência do Governo Federal, a fim de que pudesse ser delegada a êste Estado a referida transferência.

Convém salientar que a aludida transferência, nos moldes estabelecidos no Código de Águas, não oferecia ao Estado do Rio completa autonomia nem as vantagens que ora advirão para êste Estado, posto que, naquela época, a competência dos Estados para conceder, autorizar e fiscalizar as concessões e autorizações, só abrangia os aproveitamentos hidrelétricos até 10.000 HP de potência instalada, enquanto que, de acôrdo com o artigo 153 da Constituição Federal, a transferência de atribuição aos Estados que mantenham um serviço técnico e administrativo devidamente organizado não impõe nenhuma restrição quanto à potência dos aproveitamentos concedidos ou autorizados pelos Estados, nos respectivos territórios.

Assim, se para a transferência de atribuições, com as restrições constantes do Código de Águas, o Estado do Rio criou a Diretoria de Fôrça Hidráulica e Energia Elétrica, e logo após a reestruturou, adaptando-a às exigências do Governo Federal, presentemente mais se justifica a sua reestruturação, uma vez que a transferência é em caráter de ampla autonomia estadual.

É de se considerar, ainda, que as dotações orçamentárias destinadas a atender às despesas com a organização proposta, não sobrecarregarão os cofres estaduais, tendo-se em vista as taxas

oriundas da fiscalização e capacidade geradora, que atualmente vêm sendo arrecadadas na importância de cerca de Cr\$ 1.408.043,00 e que se elevará a Cr\$ 10.000.000,00, tão logo sejam delegadas ao Estado do Rio de Janeiro as atribuições previstas no citado art. 153 da Constituição Federal.

Dado o desenvolvimento que se vem operando na indústria da energia elétrica neste Estado, haja vista as obras que a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, vem executando na usina de Fontes (Ribeirão das Lajes), cuja potência atual de 154.000 KW se elevará a 860.000 KW; a entrada em serviço da Central Hidrelétrica de Macabu, com a potência de aproximadamente 38.000 KW; o aproveitamento progressivo que está sendo levado a efeito pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica, nos rios Prêto e Piabanha, nos Municípios de Três Rios, Petrópolis, e Teresópolis, conclui-se que, dentro de 3 anos aproximadamente o Estado do Rio contará com uma potência instalada superior a 1.000.000 de KW, o que representará uma arrecadação anual superior a Cr\$ 10.000.000,00 desde que o Estado já esteja exercendo as atribuições previstas no aludido art. 153 da Constituição Federal.

OBJETIVOS DA CENTRALIZAÇÃO E PROGRAMA DE TRABALHO

A lei visou centralizar o planejamento e o controle da produção de energia elétrica no Estado. São evidentes as vantagens dessa centralização, que atende melhor ao surto de desenvolvimento industrial fluminense.

Foram transferidos para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, e passaram a constituir o patrimônio inicial sob sua responsabilidade, as instalações, os bens móveis, utensílios, veículos e semoventes usados na extinta Divisão de Energia Elétrica. Foram igualmente transferidas e integradas no aludido patrimônio as instalações termelétricas de Araruama, São Vicente de Paula, Saquarema, Silva Jardim, Bacaxá, a rede de distribuições e respectiva subestação de Sacra-Família do Tinguá e a linha de transmissão Bacaxá-Saquarema, até então a cargo da Comissão da Central de Macabu.

Depois de proceder a levantamentos topográficos, observações e estudos hidrográficos, levantamentos estatísticos, elaborar o planejamento-geral e planos parciais, elaborar projeto de derivações e regularização dos cursos d'água necessários ao aproveitamento hidrelétrico destinado à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, de elaborar planos de aproveitamento racional das reservas hidráulicas e das instalações existentes, de colaborar com os órgãos federais e com os demais Estados interessados, a C.E.E.E. ainda poderá operar serviços de energia elétrica, projetar e executar as obras relativas às redes para abastecimento de energia elétrica.

Trata-se, como se vê, de um vasto e complexo programa de trabalho, acrescido ainda da assistência técnica aos Municípios. Com muita proprie-

dade, o noticiário da imprensa classifica-o de o mais amplo e o mais completo de quantos já foram levados a efeito no Estado do Rio, graças ao acendrado patriotismo do Governador Amaral Peixoto.

COMPETÊNCIA

A Lei n.º 1.681, de 17 de setembro de 1952, atribuiu à Comissão Estadual de Energia Elétrica a seguinte competência:

a) desempenhar as atribuições até então conferidas à Divisão de Energia Elétrica e as de Órgão Auxiliar do C.N.A.E.E.;

b) promover, no Estado, a execução do Código de Águas e leis federais subseqüentes e leis estaduais supletivas;

c) autorizar ou conceder os aproveitamentos de energia hidráulica, previstos no art. 153 da Constituição Federal oportunamente;

d) examinar e instruir os pedidos de concessão ou autorização para o uso ou derivação de águas, ou para aproveitamento da força hidráulica destinada à geração de energia hidro ou termelétrica, para fins de utilidade pública, até que se verifique a outorga de que trata o § 3.º do art. 153 da Constituição Federal;

e) examinar os projetos apresentados por concessionários ou permissionários e dar-lhes assistência técnica, fiscalizar-lhes as obras e tomar-lhes as contas para o reconhecimento do capital nelas investido;

f) estudar os problemas de tarifas e administração industrial das empresas que exploram o comércio da energia elétrica;

g) estudar o regime dos cursos d'água existentes no Estado, tendo em vista o seu aproveitamento na produção de energia elétrica, avaliar-lhes o potencial hidráulico e cadastrá-los;

h) proceder a levantamentos topográficos, observações e estudos hidrográficos, levantamentos estatísticos necessários ao exercício de suas atribuições;

i) elaborar o planejamento-geral e os planos parciais que devam ser submetidos à aprovação do Governo e digam respeito a obras e serviços de que trata a presente lei;

j) elaborar projetos de derivações e regularizações dos cursos d'água necessários aos aproveitamentos hidrelétricos destinados à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica;

k) estudar os problemas de suprimento de energia elétrica, elaborando planos de aproveitamento racional das reservas hidráulicas e das instalações existentes;

l) colaborar com as repartições federais e com as dos demais Estados, especialmente com aquelas que cuidarem de assuntos previstos nesta lei, mantendo o mais estreito intercâmbio, com permuta de trabalhos, para o esclarecimento de questões que a todos ou a qualquer deles possam interessar;

m) operar os serviços de energia elétrica, quando executados diretamente pelo Estado, fisca-

lizá-los quando operados por órgãos ou serviços anexos ou autônomos, tomando-lhes as contas, estudando e fiscalizando as respectivas tarifas;

n) estudar os problemas legais e econômicos da indústria de eletricidade;

o) prestar, quando solicitada, assistência técnica aos municípios em assuntos congêneres aos de competência da Comissão;

p) assinar convênio com as municipalidades do Estado, a fim de construir, nas respectivas sedes ou vilas e povoados dos Distritos, redes de abastecimento de energia elétrica ou remodelar e ampliar as existentes, de acordo com o Plano de Eletrificação do Estado;

q) executar e fiscalizar os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, e projetos, especificações e orçamentos, reconstruções e melhoramentos dos serviços compreendidos no Plano de Eletrificação;

r) estabelecer padrões para os serviços de energia elétrica;

s) projetar e executar as obras relativas às redes para abastecimento de energia elétrica;

t) coligir e coordenar elementos informativos e dados estatísticos de interesse para os serviços de sua competência;

u) representar oficialmente o Estado nos Congressos de Engenharia, relativos à eletricidade.

FUNCIONAMENTO

A Comissão Estadual de Energia Elétrica, diretamente subordinada ao Secretário de Viação e Obras Públicas, tem autonomia administrativa e financeira. É, pois, uma autarquia estadual.

A C.E.E.E. funciona em regime de órgão de deliberação coletiva, isto é, suas decisões são tomadas por maioria de votos. Compõem a Comissão:

- 1 diretor-presidente;
- 1 representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas;
- 1 representante da Secretaria das Finanças;
- 1 representante da Secretaria do Interior e Justiça;
- 1 técnico de administração, indicado pelo Departamento do Serviço Público.

O diretor-presidente é nomeado pelo Governador; os demais componentes serão designados pelo Governador, mediante indicação dos titulares das Secretarias.

ESTRUTURA

A autarquia compreende os seguintes órgãos:

a) Órgãos Executivos:

I — Departamento Técnico de Planejamento:

1. Seção de Levantamento.
2. Seção de Desenhos e Projetos
3. Seção de Hidrologia.

II — Departamento Técnico de Eletricidade:

1. Seção de Concessões.
2. Seção de Fiscalização, Normas e Padrões.
3. Seção de Obras e Conservação.
4. Seção de Estatística.

III — Departamento Administrativo:

1. Seção de Pessoal e Comunicações.
2. Seção de Contabilidade.
3. Tesouraria.
4. Almoxarifado.
5. Portaria.

b) Serviços Industriais.

Além desses órgãos, a C.E.E.E. funciona também como Órgão Auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, com o seguinte pessoal: 1 engenheiro-chefe, 1 assistente administrativo, 1 assistente jurídico.

RECURSOS FINANCEIROS

A receita da Comissão é constituída: das taxas do serviço de energia elétrica, devidas por força do Decreto-lei federal n.º 2.281, de 5-6-1940; das dotações orçamentárias próprias; do produto de juros de depósitos bancários pertencentes à C.E.E.E.; do produto de multas; de rendas de serviços prestados; e de fornecimentos excepcionalmente feitos a entidades públicas ou particulares; da arrecadação proveniente das tarifas de energia elétrica dos serviços explorados diretamente pela Comissão; de fundos criados por lei, doações, legados e outras rendas que, por sua natureza, devam caber à C.E.E.E.

PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO ESTADO

O Plano de Eletrificação do Estado é constituído de 4 fases importantes e um sem número de outras secundárias, que serão executadas de acordo com as necessidades comprovadas e inadiáveis.

I — Aproveitamento racional de todo o potencial do rio Itabapuaana, que atingirá a 255.000 HP, com um coeficiente de carga igual à unidade. Este aproveitamento será, por sua vez, constituído de cinco etapas:

- 1.^a aproveitamento do cachoeirão situado no distrito de Rosal, município de Bom Jesus de Itabapuaana;
- 2.^a aproveitamento da cachoeira da Fumaça, no distrito de Calheiros, no mesmo município;
- 3.^a aproveitamento da cachoeira do Inferno, no mesmo distrito;
- 4.^a aproveitamento do rio Itabapuaana, com descarga regularizada na localidade de Limeira, no distrito de Santo Eduardo, município de Campos;

5.^a aproveitamento de uma pequena queda do Rio Negro, afluente na cabeceira do rio Itabapuaana.

Esta primeira etapa do aproveitamento hidrelétrico do Itabapuaana dará aproximadamente 100.000 HP, que suprirá com vantagem todo o Norte do Estado do Rio, Sul do Espírito Santo e algumas localidades do Estado de Minas, que já são consumidoras da energia elétrica fluminense.

Contudo, nessa primeira etapa, visando a presença da energia elétrica do Norte do Estado e a necessidade de energia para os trabalhos da C.E.E.E. no aproveitamento total, pensa-se em aproveitar inicialmente 20.000 HP, instalando uma usina a fio d'água, que posteriormente será ampliada para fornecer os 100.000 HP citados.

Pensam os técnicos da Comissão em executar as linhas de transmissão de 66.000 e 33.000 volts e as de penetração de 11.600 e 6.600 volts, que conduzirão a energia aos locais que a reclamam.

Essas linhas estão assinaladas no esbôço, com suas respectivas tensões. É conveniente, no entanto, ressaltar a principal dêsse conjunto, que será a de Rosal-Italva, com 66.000 volts, para atender à fábrica de "Cimento Paraíso", localizada em Italva, em crescimento constante. Ficará aí bifurcada em duas:

1.^a que ligará Campos, interligando o sistema Macabu-Itabapuaana, com 66.000 volts num futuro mais remoto.

2.^a que cobrirá o percurso Italva-Santo Antônio de Pádua, de 33.000 volts, que será executada juntamente com o trecho Rosal-Italva, pois jus-

tos e incessantes são os reclamos de Santo Antônio de Pádua e Miracema, cujo progresso é entravado pela ausência quase total de energia elétrica.

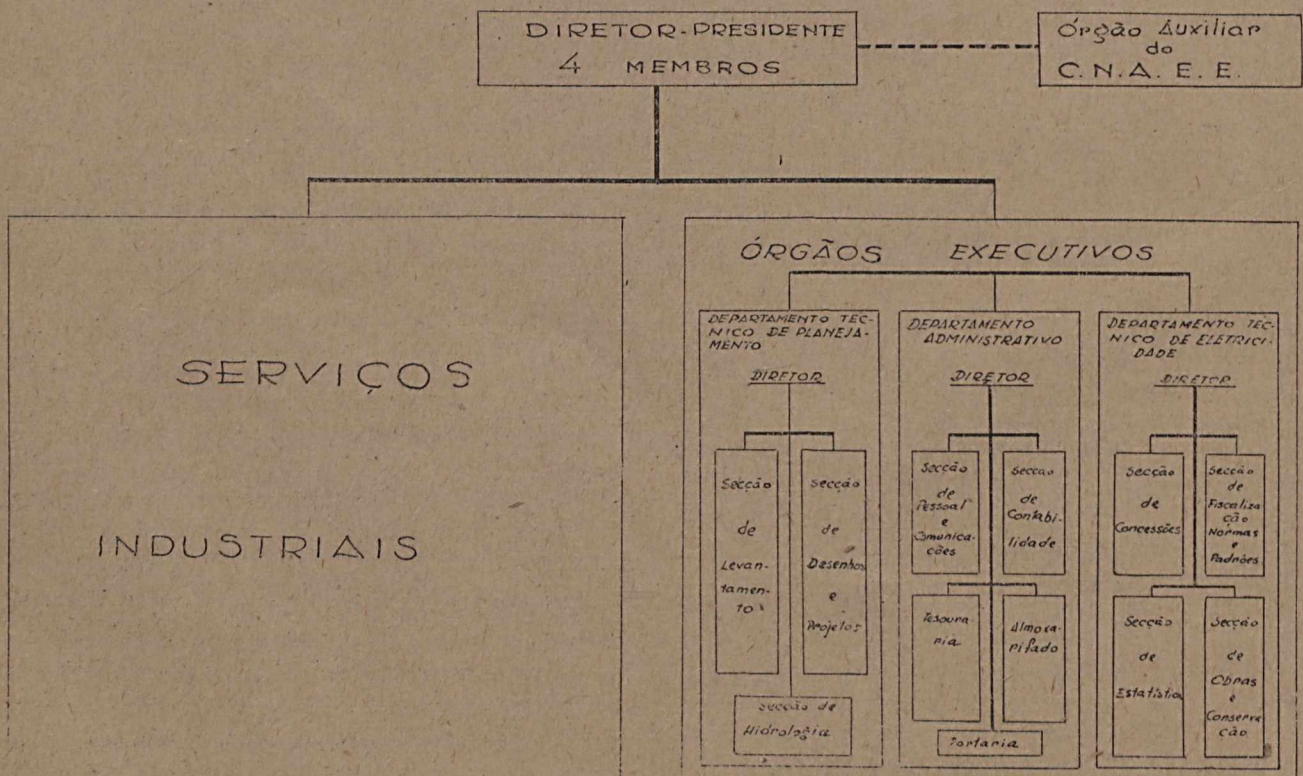
A linha de 66.000 volts, ligando Rosal a Italva, permite fornecer energia para Itaperuna, Natividade de Carangola e outros centros consumidores, utilizando, para tanto, a linha de transmissão de 33.000 volts existente, ligando Italva-Tombos. Esses centros consumidores são: Italva, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Bom Jesus de Itabapuaana (no Estado do Rio) e Guaçuí, Alegre, Conceição do Muqui, Cachoeiro do Itapemirim e Mimoso do Sul (no Espírito Santo), que virão saciar sua sede de energia na fonte fluminense produtora, que a venderá.

Isto feito, as usinas de Tombos e Laje de Muriaé poderão fornecer energia aos ditos centros consumidores, melhorando, por conseguinte, o abastecimento em outros centros.

II — A segunda fase é o aproveitamento de Quartéis, cujo potencial hidráulico soma aproximadamente 55.000 HP, com fator de carga igual à unidade, o qual tem por finalidade suprir a fábrica de Alcalis, em Arraial do Cabo (Cabo Frio), em início de construção e que estima seu consumo em 30.000 KW, em fins de 1954.

Além disso, terá obrigação de fornecer energia suficiente para os seguintes centros (que também sofrem com a escassez de energia): Barra de São João, Bacaxá, Casemiro de Abreu, Cachoeira de Macabu, Cabo Frio, Saquarema, Silva Jardim, Rio Bonito e outras localidades menores.

Estrutura: COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA



Terá como finalidade também reforçar o sistema Macabu; para tanto, vai a C.E.E.E. interligá-lo ao referido sistema por uma linha de transmissão de 66.000 volts. Além desta, teremos uma linha de transmissão de 66.000 volts até Arraial do Cabo.

Como nos demais sistemas, ter-se-ão as linhas de transmissão de 33.000 volts, ligando os centros citados, e as de penetração de 11.600 e 6.600 volts, indicadas no esboço.

III — A terceira fase será o aproveitamento do rio Bracuí, visando abastecer o Sul do Estado do Rio, bem como atender o Ministério da Marinha em um seu novo estaleiro.

A capacidade dessa usina é de 10.000 HP, que suportará o consumo de energia elétrica, até que seja feito o aproveitamento reservado ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica para abastecimento do Distrito Federal, e que atinge a 50.000 HP, conforme o esboço, com o aproveitamento da bacia do rio Mambucaba.

Assim como nos outros sistemas, teremos linhas de transmissão de 66.000 volts e as de penetração de 11.600 e 6.600 volts.

IV — A quarta fase será de execução mais remota. Consiste no desvio do rio Preto para o

Paraíba, na altura de Afonso Arinos, o que dará duas usinas de 60.000 e 70.000 HP, aproximadamente, perfazendo um aproveitamento total de 130.000 HP.

Com isso, reforça-se a Cia. Brasileira e interliga-se com a Light, transformando, por intermédio de interligações, num só os quatro grandes sistemas hidrelétricos do Estado:

Light — Cia. Brasileira — C.C. Macabu — C.E.E.E.

Nessa fase, teremos também linhas de transmissão de 66.000 e 33.000 volts e as de penetração de 11.600 e 6.600 volts.

Como principais consumidores, citam-se os centros de: Paraíba do Sul, Marquês de Valença e Vassouras.

Concluídas essas quatro fases, cada uma das quais constitui um sistema hidrelétrico, pensa-se que a C.E.E.E. bastará sozinha para abastecer todo o Estado do Rio, o que será de incalculável alcance para o desenvolvimento industrial fluminense.

Eis, em linhas gerais, o Plano de Eletrificação do Estado do Rio, confiado, em boa hora, a um engenheiro de alta competência como é o Dr. Abelardo do Carmo Reis, diretor-presidente da Comissão Estadual de Energia Elétrica.

Estudos sobre o Fornecimento da Energia de Paulo Afonso à Bahia

A Associação dos Municípios da Bahia contou com a colaboração direta do seguinte corpo técnico, na elaboração do presente trabalho: I — Engenheiro Américo Simas Filho. II — Engenheiro Agrônomo Luiz Machado de Oliveira. III — Engenheiro Carlos Furtado de Simas. IV — Engenheiro Jaime Furtado de Simas.

E mais — Engenheiro Jorge Leony — Engenheiro Joseval Fontes Machado, Auxiliar — Engenheiro Maurício Aguiar, Auxiliar — Acadêmico Fernando da Fonseca (5.º Ano de Arquitetura) — Acadêmico Messias Lopes (5.º Ano de Arquitetura) — Devendo ser destacada a colaboração da "Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia" — órgão do I.B.G.E. — sob a esclarecida direção do Bel. Artur Ferreira.

INTRODUÇÃO

A ASSOCIAÇÃO dos Municípios da Bahia, tendo em vista a flagrante inferioridade em que está a Bahia, diante da distribuição de energia, proveniente do aproveitamento do potencial hidrelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso, em sua primeira etapa, única, aliás, cujo programa é conhecido, especialmente no que se refere ao número de municípios contemplados; e levando em conta o abandono em que ficará — caso seja levado a efeito o que está planejado — toda a zona do Estado, mais próxima à Cachoeira, a depender desta energia, o que ficou patenteado após a realização de mesas-redondas nos Estados do Nordeste, inclusive Bahia, dando margem a veementes protestos sobre tal tratamento; resolveu, não somente realizar um Seminário, o que se verificou a 30 de agosto último, mas também designar uma Comissão para o estudo do problema, visando:

a) demonstrar a possibilidade da atual linha Itabaiana-Salvador passar por Alagoinhas, daí ramificando-se para os municípios vizinhos;

b) estudar, positivamente a necessidade de uma linha Paulo Afonso-Bonfim, para benefício do nordeste propriamente dito.

Isto em consequência dos debates levados a efeito no mencionado Seminário, onde os pontos

acima, à luz de estudos preliminares, ficaram claros como sendo de possível e provável realização.

O trabalho que se segue é o resultado do esforço da aludida Comissão, tão empenhada em levar a termo o que lhe foi confiado, mas que, de logo, apresenta escusas por não ter podido realizar um serviço mais completo, dada a exigüidade de tempo com que contou para tamanho empreendimento.

Fontes — A Comissão sentiu, de início, a necessidade de maior número possível de dados, onde basear o seu trabalho. Neste sentido, foram dirigidas Circulares a todos os municípios interessados, contendo um questionário relativo aos pontos julgados de maior interesse. Infelizmente, dos 36 municípios consultados, somente, até o momento, 7 responderam.

A maioria dos dados colhidos, o que equivale a dizer, a maior colaboração prestada à Comissão, no particular, foi inegavelmente a da *Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia*, órgão do I.B.G.E., sob a competente e esclarecida direção do seu incansável Inspetor, Dr. Artur Ferreira, a quem a mesma expressa seu mais vivo e profundo agradecimento.

Antecedentes — O aproveitamento do potencial hidrelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso, depois de idealizado e sonhado durante muitas décadas, teve, finalmente, a sua concretização com a *Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco*, criada pelo Decreto-Lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945, que tratou de sua organização, tendo, anexo, o projeto de seus Estatutos. Em consequência do movimento de 29 de outubro de 1945, o assunto esteve paralisado até novembro de 1947, quando foi retomado em virtude das providências adotadas pelo Governo Federal na constituição da Companhia como sociedade anônima de capitais mistos, tendo apresentado o prospeto e o projeto dos estatutos de que extraímos o seguinte, do primeiro:

"As linhas tronco de transmissão, já previstas são, partindo do Norte: uma para Caruaru (Pernambuco), uma segunda para Propriá (Sergipe) e uma terceira para Feira de Santana (Bahia)".

E mais adiante:

"De Feira de Santana — que será o centro de irradiação da energia para a zona Sul — partirão linhas secundárias para Salvador e outros mercados de consumo dessa zona".

E, em outros pontos, em continuação

"8 — Sendo hoje do conhecimento geral o fato de que a disponibilidade de energia elétrica promove o aumento de seu consumo e sabendo-se que, na região do Nordeste abrangida pelo anteprojeto, é possível o desenvolvi-

mento de várias indústrias, não só das que utilizam *matérias-primas vegetais e matérias-primas animais*, como das que utilizam *matérias-primas minerais* e ainda de indústrias químicas... é fácil concluir, sem nenhum exagero otimista, que a base aqui adotada, do consumo atual, é uma base realmente muito baixa da demanda real de energia que será exigida da usina hidrelétrica a ser instalada em Paulo Afonso”.

“Há a considerar, também, o *emprego da energia na eletrificação de estradas de ferro da região*, e seu emprego na *eletrificação rural*, principalmente na irrigação”. (Os grifos são nossos).

“Fornecendo, ao mesmo tempo, a uma vasta região do Nordeste Brasileiro, o elemento de que mais carece para *garantia de progresso econômico e bem-estar de suas populações — energia elétrica segura, abundante e a baixo preço.*”

A Companhia foi autorizada a funcionar como empresa de energia hidráulica, pelo Decreto número 19.706, de 3 de outubro de 1945, que lhe outorgou a concessão, pelo prazo de 50 anos, para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro (Bahia) e Piranhas (Alagoas) e para o fornecimento de energia elétrica em alta tensão aos concessionários de serviços públicos na área abrangida por uma circunferência de 450 quilômetros de raio com centro em Paulo Afonso e ainda, respeitados os direitos de terceiros, para explorar diretamente a distribuição de energia elétrica na mesma região.

Por esta linha seriam servidos, entre outros, os municípios baianos abaixo mencionados, que a Comissão incluiu no presente trabalho: *Alagoinhas, Pojuca, Mata de São João, Inhambupe, Entre Rios, Esplanada, Conde, Tucano, Cipó, Nova Soure e Cícero Dantas*, nenhum dos quais é abastecido pela atual linha *Itabaiana-Salvador*.

Posteriormente, com a organização definitiva da Companhia e constituição de seus quadros diretores, ficando a diretoria técnica sob a esclarecida e competente orientação do engenheiro Marcondes Ferraz, foram levados a efeito completos estudos que conduziram à escolha do projeto definitivo, cuja elegância e simplicidade honram a Engenharia Brasileira, nada ficando a dever ao que de melhor se tem realizado, sobre a espécie, no estrangeiro.

Quando do reexame do problema da linha de transmissão, no seu estudo final, com a assistência do engenheiro Jason Marques Costa, motivos de ordens técnica e econômica aconselharam a modificação do traçado da chamada Linha Sul, que passou a ser *Paulo Afonso-Itabaiana-Salvador*, com cerca de 400 km, abandonando-se a primeira linha “devido aos comprimentos dessemelhantes das linhas e pontas de cargas também diferentes nas extremidades das mesmas, o que não só dificultava a escolha e padronização de uma tensão de subtransmissão, como complicava os problemas de regulação de tensão”.

No novo traçado, que na Bahia está a menos de 50 km do Oceano Atlântico, só está previsto o abastecimento da *Cidade do Salvador*, quando

em todos os outros Estados a serem servidos na primeira etapa, além das Capitais, muitas cidades do interior são favorecidas.

Caso o projeto do Cariri seja também coroado de êxito, o que é quase certo, igualmente o *Estado do Ceará* será alcançado em várias cidades da sua hinterlândia recebendo *Pernambuco e Paraíba* energia em outros de seus municípios. A *Bahia*, ao contrário, nesta primeira etapa, segundo o que está publicado e se conhece, apenas terá energia de *Paulo Afonso*, em *Salvador*. Logo, a conclusão é única: A condição de nosso Estado é de flagrante e marcante inferioridade em confronto com a dos demais Estados servidos.

Estudando a atual Linha de Transmissão, em seu Seminário de 30 de agosto, a *Associação de Municípios da Bahia* resolveu reivindicar para a Bahia ainda na primeira etapa de *Paulo Afonso*, o seguinte:

a) *Modificação da Linha Itabaiana-Salvador*, para passagem da mesma em *Alagoinhas*, daí irradiando para mais 17 municípios da Bahia;

b) *Uma Linha Paulo Afonso-Bonfim*, inteiramente de penetração, visando o interior do *Brasil*, de acordo com a política recomendada e aceita para o nosso país, servindo a mais 18 municípios dessa região, sendo 17 baianos e 1 pernambucano (*Petrolina*);

c) *Eletrificação Ferroviária da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro*.

A Comissão foi constituída com o fim de completar os estudos a respeito do palpitante assunto e, para isto, dividiu os seus trabalhos, já agora, no sumário que se segue:

I — *Política Energética que convém à região em estudo.*

II — *Zona de Alagoinhas* — a) Considerações Gerais; b) Agricultura e Pecuária; c) Superfície e Demografia; d) Mercado de Energia; e) Linha de Transmissão.

III — *Zona de Bonfim* — a) Considerações Gerais; b) Agricultura e Pecuária; c) Recursos Minerais; d) Superfície e Demografia; e) Mercado de Energia; f) Linha de Transmissão.

IV — *Eletrificação Ferroviária* — a) Situação quanto a combustíveis; b) Vantagens da eletrificação; c) Ordem de prioridade nos trechos a eletrificar.

V — *Conclusões.*

I — POLÍTICA ENERGÉTICA QUE CONVÉM À REGIÃO EM ESTUDO

A energia é o agente da atividade universal. Uma das principais características de nossa época é, sem dúvida, a procura sempre crescente de força motriz, a qual deverá ser empregada no sentido de libertar o homem do trabalho pesado, ensinando-lhe tempo e possibilidades para dedicar-se às tarefas que melhor e mais rapidamente contribuam para sua educação.

Um país que consome pouca energia é um país de economia atrasada, vale dizer, subordinada.

Nas nações de estrutura colonial e semicolonial uma parte da população — pequena, digamos — consome muita energia, enquanto a grande maioria fica reduzida ao estritamente mínimo, em espécie, à energia humana, muscular. O consumo de energia é um fato a um só tempo econômico e social.

As fontes de energia dividem-se em duas categorias principais, a saber: perecíveis e imperecíveis. Entre as primeiras temos as de origem vegetal, como madeiras, hulhas vegetais, etc.; as de procedência mineral tais como o carvão, o linhito, a turfa, o petróleo e os seus derivados, gases naturais e outros, os quais têm a característica de serem provenientes de fontes esgotáveis como o tempo, perecíveis como define a própria classificação. No segundo grupo, ou seja, a categoria imperecível, se distingue ou se difere da outra pelo fato de ser eterna, resultante de fenômenos físicos, em que a sua renovação perpétua é garantida pela ação das forças naturais, como a diferença de temperatura entre profundidades diversas do mar; os movimentos naturais dos fluidos; a energia das ondas do mar e das marés; o vento e, principalmente, no atual estado de desenvolvimento da ciência aplicada, a água corrente, a energia hidrelétrica, a hulha branca, oriunda do ciclo da água, irregular, mas, de qualquer modo, perpétuo. No futuro não muito remoto, teremos a utilização da energia proveniente da desintegração atômica, em condições de extraordinárias possibilidades para o progresso e bem-estar da humanidade, com o seu emprego para fins pacíficos e racionais.

Estudando as diversas formas de energia no mundo, vemos, entre outras coisas, o seguinte: a Europa, tendo em vista as suas enormes reservas de carvão e escassez de petróleo, foi obrigada a seguir uma política energética baseada no aproveitamento primordial do carvão e, ultimamente, já nos países onde existem fontes de utilização da energia hidrelétrica, como Itália, França e nas nações nórdicas, está se trabalhando no sentido de seu aproveitamento.

A América do Norte tem estabelecido um sistema onde preponderam os combustíveis líquidos, mesmo com o grande uso de carvão e o extraordinário desenvolvimento que se vem acentuando desde as administrações Roosevelt nos monumentais trabalhos de aproveitamento da energia hidrelétrica, como as obras do Vale do Tennessee, Hoover Dam, Grand Goulee, Shasta, etc.

No Brasil a situação é semelhante à da Suécia e outros países, vale dizer: grande potencial hidrelétrico, pequenas reservas conhecidas de carvão e de petróleo, sendo conveniente frisar a respeito deste que, além de seu valor como combustível, nesse se apreciam, cada vez mais, as suas qualidades como produto químico industrial, que permite elaborar uma série de derivados dificilmente subs-

tituídos por outra fonte de energia, donde a necessidade do cuidado máximo em sua exploração. Focalizando, com especialidade, o *Estado da Bahia*, cu melhor, a região de influência econômica da CHESF, vemos que a situação é muito semelhante à do Brasil, isto é, temos importante curso d'água, no caso o São Francisco, cujo aproveitamento, desde que construída a Barragem Reservatório no alto São Francisco, a jusante do Borrachudo, para acumulação e regularização do regime do Rio, possibilitará potência, dentro do raio de influência da CHESF, superior a 2.000.000 de kw. Quanto ao carvão, não possuímos. E petróleo existe no recôncavo, estando o seu aproveitamento feito pelo Governo Federal, em fase inicial, sendo suas reservas conhecidas, de valor razoável.

Podemos, pois, concluir a respeito dessa região: a política energética que convém à zona em estudo, com abundantes reservas de energia hidrelétrica, da ordem de milhões de quilowatts, deve basear-se no aproveitamento destas forças, sendo de estranhar³ que, até a data, tal não tenha se verificado, o que justifica o nosso atraso em relação aos países civilizados do mundo, como veremos a seguir.

O grau de evolução econômica de uma Nação, de um Estado, de uma Região, pode ser definido pelo coeficiente individual de disponibilidade energética e é neste ponto, mais do que em qualquer um outro, que fica evidenciado o estado lastimoso de atraso econômico em que se encontra o Brasil e particularmente a Bahia, na zona em estudo. Senão vejamos. Considerando-se o consumo "per capita" de eletricidade no mundo, em 1948, constatamos que são considerados altamente industrializados os países que têm quociente superior a 5.000 kwh/hab/ano, ou seja, *Canadá, Inglaterra, Estados Unidos, Bélgica, Alemanha, Noruega*, etc. Entre 2.000 a 5.000, de industrialização acentuada em certas regiões, permanecendo grandes partes agrícolas parcialmente mecanizadas e motorizadas, como Suíça, Tchecoslováquia, Suécia, Rússia, França, Holanda etc. De 1.000 a 2.000 kwh/hab/ano, países muito desigualmente transformados pela revolução industrial, onde somente algumas regiões têm sido tocadas pela mecanização e onde a sobrevivência de formas de trabalho pré-industrial são muito desenvolvidas e onde o consumo individual de energia mecânica é muito baixo, como *Áustria, Itália, Hungria, Romênia, Japão*, etc. Finalmente, os países abaixo de 1.000 kwh/hab/ano, onde a industrialização é um fato excepcional, local, repousando ainda grande parte do trabalho sob as formas pré-industriais de utilização de energia, força animal e humana. São as sociedades atrasadas, como *Espanha, Grécia, América Latina, Índia, China, África, Brasil*. (Dados de "Geographie de L'Energie" de Pierre George, da Surbonne — Paris — 1950).

No Brasil, em 1949, a média do consumo "per capita" foi de 118 kwh e isoladamente no Nordeste, 23,1 kwh/hab/ano, devendo-se levar em conta

também que no ano de 1951 as Fontes de Energia Utilizadas no Brasil foram:

Madeira (Lenha e carvão vegetal)	56,73%
Carvão de Pedra	10,85%
Energia Hidrelétrica	2,27%
Petróleo	30,15%
	100,00%

Não existem dados que possibilitem o levantamento do Balanço Energético da Região em pauta, mas podemos assegurar, em face do conhecimento que temos da mesma, que a fonte Madeira contribui com mais de 90%, o que é um contrasenso em uma zona seca, desfalcada de reservas florestais, a formar um deserto progressivo e inelutavelmente. Precisamos, a todo custo, incrementar o uso da energia hidrelétrica, sobre que repousa a medida primária de defesa dos interesses regionais e, conseqüentemente, nacionais.

Temos ainda sobre outro aspecto a considerar, para classificação das economias energéticas, o seguinte critério:

1.º Economias possuidoras de todas as fontes de energia industrial, carvão, combustíveis líquidos, abundantes reservas hidráulicas, pechblendas. Neste caso só se conhecem as economias americana e russa.

2.º Economias carboníferas equilibradas, com uso intensivo de fontes de carvão, capazes de satisfazer as demandas de energia, exceto no que tange aos motores de explosão, sob a reserva de fabricação dos combustíveis líquidos sintéticos, importadoras de combustíveis líquidos. Economias britânica, alemã e polonesa.

3.º Economias carboníferas deficitárias, onde as reservas de carvão só respondem às necessidades iniciais do desenvolvimento industrial. Deve-se, nesta instância, importar combustíveis líquidos e procurar uma política de utilização dos recursos de fontes hidrelétricas, tanto quanto possível. A economia francesa é um exemplo desse tipo.

4.º Economias hidrelétricas, onde a maioria das necessidades são satisfeitas pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico do país, completada por importação de carvão e de combustíveis líquidos. As economias da Suécia, Noruega, Itália, etc. são deste tipo.

Vemos, assim, que o Brasil deve enquadrar-se no último caso, Economia Hidrelétrica, isto é, estruturar a sua economia energética tendo como base os seus recursos hidrelétricos, que são abundantes, ao tempo em que usa o seu carvão e os combustíveis líquidos de seu subsolo, de modo a procurar evitar, o mais possível, a importação desses últimos elementos.

Ante o exposto e restringindo as considerações à zona em estudo pela Comissão, é obrigatório, nesta, que se estruture a sua política energética com base no Rio São Francisco, única grande fonte potencial de energia da zona.

Como pois, depois do que foi dito, consentir-se que os 1.177.064 habitantes em 1955, ou os 1.344.471 moradores em 1960, prováveis dessa região, conforme estimativa adiante exposta, repetimos, como consentir-se que estes brasileiros, habitantes da zona de influência de Paulo Afonso, alguns da vizinhança da cachoeira, se vejam privados dos kw desta 1.ª etapa, que se prolongará até 1956 para ficar concluída, sendo que a segunda etapa não se sabe quando será levada a efeito, mas, em qualquer caso, demorará vários anos para ser executada, tornando esta região sem condições de vida para o homem, especialmente considerando-se que, em todos os Estados vizinhos, haverá energia proveniente de Paulo Afonso, nas cidades do interior, pois, como se sabe, o programa da CHESF para a primeira etapa compreende:

1953 — Recife (Jaboatão e Olinda) — Pernambuco; Salvador (Bahia) e Itabaiana (Sergipe).

1954 — João Pessoa (Santa Rita) Campina Grande, Taboiana (Paraíba); Maceió (Alagoas); Aracaju, Propriá (Sergipe); São Caetano, Goiana, Paulista (Pernambuco).

1955 — Esperança, Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Maguari, Sapé, Mamanguape (Paraíba); També, Timbaúba, Nazaré da Mata, Limoeiro, Carpina, Paudalho, Moreno, Cabo, Vitória de Santo Antão, Escada, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Garanhuns, Angelim, Canhotinho (Pernambuco); São José da Laje, União dos Palmares, Rio Largo, Manguaba, São Miguel dos Campos, Penedo (Alagoas); Neópolis, Riachuelo, Laranjeiras, Marum, Cotinguiba, São Cristóvão, Itaporanga e Estância (Sergipe).

Caso o projeto do Cariri seja levado a efeito, temos:

Iguatu, Icó, Cedro, Lavras, Aurora, Ingazeiro, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Crato, Barbalha, Jardim, Milagres, Mauriti, Brejo Santo (Ceará); Antenor Navarro, Souza, Cajazeiras, Bonito, Conceição (Paraíba); Manissobal, Bom Nome, Salgueiro, Triunfo, Serra Talhada (Pernambuco). Resumindo, temos:

ESTADO	1.ª ETAPA	PROJETO CARIRI	TOTAL
Bahia.....	1	0	1
Pernambuco.....	23	5	28
Paraíba.....	9	5	14
Alagoas.....	7	0	7
Sergipe.....	11	0	11
Ceará.....	0	14	14

É, pois, evidente, diante desses dados, que não podem ser negados nem controvertidos, que a Bahia, nesta primeira etapa de aproveitamento da energia de Paulo Afonso, foi abandonada! A Bahia foi contemplada, unicamente, na sua Capital, com a cota da Companhia de Energia Elétrica da Bahia.

Todos os 36 municípios do nosso estudo, que se encontram dentro da zona de influência da CHESF, dos quais, na divisão fisiográfica do Estado, segundo o I.B.G.E. se encontram: na zona Nordeste, Quinze; na zona Centro-Litoral, Doze; na zona Centro, Seis; na zona Oeste, Um e na zona Médio São Francisco, Dois = Trinta e seis, nem um só foi contemplado. Esta Comissão tem por finalidade reivindicar energia de Paulo Afonso para esses trinta e seis municípios da Bahia.

Daí a nossa reivindicação presente, que se resume no seguinte:

1.º Modificação do atual traçado, no trecho *Itabaiana-Salvador*, pela qual se vê que, com um aumento de cerca de 11 quilômetros pode-se, facilmente, atingir a cidade de Alagoinhas. Este aumento, ao preço de Cr\$ 360.000,00 por quilômetro (dado extraído de publicação da CHESF), perfazem $11 \times 360.000,00 = \text{Cr\$ } 3.960.000,00$ (três milhões, novecentos e sessenta mil cruzeiros). A Estação abaixadora transformadora de Alagoinhas para 10.000 KVA poderá custar cerca de \$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), donde, portanto, uma despesa inferior a Cr\$. 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para que a Bahia usufrua desse grande melhoramento. De Alagoinhas irradiará a Linha de Transmissão secundária, servindo aos seguintes municípios: Conceição de Coité, Serrinha, Irará, Itapicuru, Tucano, Ribeira do Pombal, Esplanada, Cipó, Entre Rios; Mata de São João, Catu, Rio Real, Nova Soure, Pojuca, Jandaira, Conde, totalizando 18, no que denominaremos Zona Alagoinhas;

2.º Uma linha Paulo Afonso-Bonfim, de condições semelhantes à do Cariri, para ser submetida a exame da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para financiamento, como aquela, pelo Ponto IV, visto serem ambas as zonas subdesenvolvidas, aptas, portanto, a receber auxílio pelo aludido Ponto IV. De Bonfim irradiará a Linha de Transmissão, servindo: Campo Formoso, Jaguarari, Juazeiro, Monte Santo, Euclides da Cunha, Saúde, Jacobina, Miguel Calmon, Mundo Novo, Mairi, Santa-luz, Queimadas, Itiúba, Morro do Chapéu, Uauá, Baixa Grande na Bahia e Petrolina em Pernambuco, designada no presente trabalho como Zona Bonfim.

3.º Estudo das possibilidades de eletrificação ferroviária nestas zonas.

II — ZONA ALAGOINHAS

Para o estudo da Zona Alagoinhas, a Comissão dividiu o seu trabalho em diversos itens, a saber:

- a) Considerações Gerais;
- b) Agricultura e Pecuária;
- c) Superfície e Demografia;
- d) Mercado de Energia;
- e) Linha de Transmissão.

Passemos, pois, às

Considerações Gerais — A zona a que a Comissão denominou de Alagoinhas, compreende os

seguintes Municípios da Bahia, separados por suas zonas fisiográficas, segundo o critério adotado pelo I.B.G.E.:

Zona Centro-Litoral:

1. Alagoinhas.
2. Catu.
3. Conde.
4. Entre Rios.
5. Esplanada.
6. Inhambupe.
7. Irará.
8. Itapicuru.
9. Jandaira.
10. Mata de São João.
11. Pojuca.
12. Rio Real.

Zona Nordeste:

1. Cipó.
2. Conceição do Coité.
3. Serrinha.
4. Nova Soure.
5. Tucano.
6. Ribeira do Pombal.

Logo, 18 municípios, sendo 12 da zona Centro-Litoral e 6 da Nordeste.

Como núcleo foi considerada a cidade de Alagoinhas, uma das mais importantes do Estado da Bahia, sendo a 5.ª cidade em população, importante entroncamento ferroviário do sistema da V.F.F.L.B., donde se ramificam as linhas para Sergipe e para Juazeiro-Petrolina-Piauí. E' um município de vida muito ativa, que tem tido o seu desenvolvimento grandemente tolhido por falta de energia, problema que vem angustiado os seus dirigentes, os quais, há cerca de dez anos, tentaram remediar essa aflitiva situação, solicitando do Prof. Américo Furtado de Simas estudos tendentes ao aproveitamento da pequena potência disponível do rio Sibaúma, estudos que foram interrompidos com o falecimento do citado professor. Depois disto vem a cidade e o município se debatendo com grande crise de energia. Temos aí as grandes oficinas da V.F.F.L.B., que em Aramarí, distrito vizinho do da sede tem grandes oficinas, também, existindo na cidade hospitais, Escolas, Conventos, Curtumes, Usinas de Laticínios, etc., quase tôdas com energia própria, vê-se que a potência municipal é insuficiente para as mais mínimas necessidades. Sente-se que, com energia, o seu desenvolvimento será enorme, transfigurando-se em pouco tempo. Adiante teremos oportunidade de voltar a tratar do assunto, no decorrer de nosso trabalho. E' a cidade um dos centros naturais da industrialização do agave, de que a região em lide é um dos quartéis-generais do Brasil, sendo que o distrito de Valente, no município de Conceição do Coité, tem em formação ou já formadas diversas organizações de fins industriais, destinadas ao aproveitamento do agave, tolhidas, contudo, em

seus intentos, por falta de energia. As possibilidades de maior industrialização do leite e seus derivados, nos municípios de Pojuca, Catu e Mata de São João esbarram com a mesma falta de energia, que, igualmente, impede o desenvolvimento de todos os municípios da região, de sorte a podermos dizer, sem o menor receio de incorrerem em erro, que "dê-se energia abundante e barata a essa região" e ela recompensará, regamente, a quem o fizer, vale dizer, no nosso caso, a CHESF e os poderes públicos, aquela com a renda direta que auferirá de suas linhas de alta tensão, este pelo acréscimo vertiginoso das rendas públicas, em função da vitalização da região, pois dos cinco fatores primordiais para o aparecimento de indústrias, Capital, Energia, Mão-de-obra, matérias-primas e organização, teremos os três centrais, se bem que a mão-de-obra necessitando de preparo conveniente e adequado e os dois extremos se radicarão como consequência das possibilidades locais.

É, em suma, uma zona que nós podemos considerar com muita propriedade, propícia ou apropriada, para grande desenvolvimento da indústria extrativa de origem vegetal, tais e tantas são as possibilidades que, neste terreno, apresenta. Nela está incluído, também, o município de Cipó, em cuja sede se encontram as conhecidas e muito reputadas águas de Cipó, de extraordinárias virtudes terapêuticas, que têm atraído e agora, com o seu Grande Hotel Balneário, mais e mais atrairão, visitantes, que aí acorrem, visando a melhoria de suas condições de saúde, de sorte que Cipó pode e deve tornar-se uma das mais aprazíveis estações balneárias do país.

Por essas considerações, vemos a necessidade em que se encontra essa Zona Alagoinhas de energia fácil e barata. De modo que a Comissão tem a grata satisfação de citar, novamente, o seguinte trecho do prospeto da CHESF, tão acorde com o seu pensamento sobre a matéria:

"Sendo hoje do conhecimento geral o fato de que a disponibilidade de Energia Elétrica promove o aumento do seu consumo e sabendo-se que na região ora em estudo "É" possível o desenvolvimento de várias indústrias, não só das que utilizam matérias-primas vegetais e matérias-primas animais"... , trabalhem, em conjunto, para que Paulo Afonso forneça, a uma vasta região de sua zona de influência, "O elemento de que mais carece para garantia de progresso econômico e bem-estar de suas populações — Energia Elétrica segura, abundante e a baixo preço".

Agricultura e Pecuária — Temos a considerar, nessa zona, sob o ponto de vista agrícola e pastoril, o seu maior desenvolvimento, pelos planos já delineados e os que possam ocorrer com a execução destes.

O país consome 60% da produção de sisal e o nordeste exporta 40%, sendo que a Bahia contribui com cerca de 10.000.000 de quilos anualmente, esperando-se que, com novas plantações, a produção suba até 80.000.000 de quilos por ano. Devido a essa estimativa, foi apresentada e aprovada, na "1.ª Convenção Nacional do Sisal", realizada nos primeiros dias de setembro corrente, em Cipó, uma tese que teve por conclusão a instalação de uma fábrica de tecelagem e sacaria de sisal,

sediada em Alagoinhas, com capacidade para ... 5.500.000 sacos anuais, por ser, sem dúvida, aquele local capaz de atender melhor à produção do agave do "baixo nordeste baiano" (Tucano, Ribeira do Pombal, Nova Soure, Cipó, etc.) O problema cinge-se, exclusivamente, à questão energética, dependente da chegada à cidade da energia de Paulo Afonso.

Com este mesmo aproveitamento, Conde será beneficiado nas suas duas zonas distintas: a que fica próxima, até atingir o litoral, ornamentada de coqueiros em franca produção e a outra, já nos limites com Esplanada, própria à lavoura canavieira, onde se acha já instalada uma usina; entre muitas que podem até se estabelecer, desde que exista energia.

A propósito, podemos mencionar que na primeira zona deste município se encontra funcionando, também em estado precário de energia, embora com ótimo aparelhamento de máquinas especializadas e grande capacidade, uma fábrica de produtos e subprodutos de côco, explorada pela firma Piatti Santos & Cia.

Nas mesmas condições, os municípios de Catu e Pojuca, dedicados mais à lavoura de mandioca, se prestam à instalação de diversas pequenas fábricas de farinha, com capacidade de 30 a 40 sacos diários, em substituição ao método rotineiro de obter este produto.

Quanto aos vales de Inhambupe e do Itapicuru, de terras fertilíssimas, muito próprias à cultura de cereais, a mercê de maior desenvolvimento, por falta de mobilização do solo, de irrigação e escassez de potência elétrica, podem ser montadas usinas de beneficiamento para estes produtos, o mesmo acontecendo nos municípios de Tucano, Nova Soure, Serrinha, etc., apesar dos ingentes esforços da Secretaria da Agricultura em manter, neste último, uma Estação de Cereais, cujos resultados dos ensaios experimentais, durante cinco anos, já fizeram aumentar de 60% a produção de milho.

A citricultura, explorada no município de Alagoinhas e circunvizinhos, se limita, tão-somente, ao fornecimento de enxerto e frutas para abastecimento local e da Capital, quanto teria um alto valor econômico no aproveitamento da laranja, como é mundialmente conhecido.

Focalizamos, por último, a chamada "bacia leiteira", que se estende pelos municípios de Mata de São João, Pojuca, Catu, Alagoinhas, Inhambupe, Entre Rios e Irará, de grandes possibilidades para criação intensiva e extensiva do gado leiteiro, destinada ao fornecimento do indispensável alimento à região servida ou não pela V.F.F.L.B., inclusive a capital e ao estabelecimento de indústrias de leite e derivados, desde que exista a energia, o que não se dá, em absoluto, no momento. Existem pequenas usinas de pasteurização em Mata de São João e Alagoinhas, mas a quantidade de produção não corresponde, absolutamente, à percentagem que a dietética está a exigir. Além do mais, com o fomento à criação, que se está processando nessa bacia, tomando, cada vez, maior vulto, não padece

de dúvida que caminhamos para um problema muito sério, o do aproveitamento do leite excedente, ou seja, em outras palavras, a industrialização do leite, quer sob a forma de manteiga e margarina, quer sob a condição de condensado, em pó, etc. E' obvio, entretanto, admitir esta possibilidade, unicamente no caso de se contar com a energia de Paulo Afonso, para um plano de tamanha envergadura.

Conceição do Coité — No que diz respeito ao sisal, nessa zona, é a mesma explorada intensamente em Conceição do Coité, município cujo distrito de Valente é um dos maiores produtores, onde estão planejadas e em execução cinco fábricas de cordoarias, resultantes de sociedades privadas de lavradores de sisal, a saber: Cordoaria N.^a S.^a da Conceição, na sede e Usina N.^a S.^a de Lourdes, Cordoaria S. Pedro, Empresa Brasileira de Fibras e Usina Aliados, no distrito mencionado, organizações estas que pleitearão uma potência de milhares de kw para acionamento de suas máquinas e que só aguardam a energia de Paulo Afonso para se instalarem.

Vemos, assim, que são consideráveis as possibilidades da Zona Alagoinhas no que diz respeito às suas disponibilidades para implantação de indústrias extrativas de origem animal e vegetal, dependendo, quase que unicamente, de energia para que a mesma se integre positivamente, como um centro produtor de real proveito para o Brasil.

Superfície e Demografia — Os dezoito municípios da Zona Alagoinhas têm, em conjunto, uma superfície de 27.932 km², assim distribuídos:

	km ²
1. Alagoinhas	1.525
2. Conceição do Coité	1.987
3. Serrinha	4.018
4. Irará	1.323
5. Inhambuê	2.268
6. Itapicuru	2.848
7. Tucano	4.171
8. Ribeira do Pombal	843
9. Esplanada	1.328
10. Cipó	1.133
11. Entre Rios	1.629
12. Mata de São João	908
13. Catu	388
14. Conde	1.265
15. Rio Real	711
16. Nova Soure	491
17. Pojuca	315
18. Jandaira	782
27.932	

Sendo a superfície do Estado da Bahia de 563.281 km², esta Zona Alagoinhas representa 4,95 da superfície do Estado.

Quanto à sua população, fizemos um estudo mais vasto, operando do seguinte modo. Verificamos as populações recenseadas em 12 de setembro de 1940 e 1.º de julho de 1950, calculando a diferença nos dez anos, que nos serviram de base para o cálculo das populações prováveis nesses municípios em 1955 e 1960 e como só tínhamos a população das sedes em 1950, consideremos o mesmo resultado do município para o estudo das populações prováveis nas sedes municipais em 1960. Este estudo pode ser resumido nos seguintes quadros:

QUADRO Nº 1

MUNICÍPIO	POP. 1940	POP. 1950	POP. 1955 EST.	POP. 1960 EST.
1 - Alagoinhas.....	37.827	52.538	62.756	72.947
2 - Conc. Coité.....	26.141	39.046	58.334	77.622
3 - Serrinha.....	45.842	69.174	86.779	104.384
4 - Irará.....	47.673	47.045	47.000	47.000
5 - Inhambuê.....	35.069	42.007	46.167	50.327
6 - Itapicuru.....	26.008	32.226	36.076	39.926
7 - Tucano.....	20.472	28.721	34.506	40.291
8 - R. do Pombal.....	15.932	23.833	29.743	35.653
9 - Esplanada.....	16.490	20.782	23.482	26.182
10 - Cipó.....	12.810	20.067	25.747	31.427
11 - Entre Rios.....	18.137	19.498	20.228	20.958
12 - Mata de S. João.....	16.672	17.827	18.442	19.057
13 - Catu.....	17.222	16.635	16.345	16.055
14 - Conde.....	13.841	14.511	14.859	15.207
15 - Rio Real.....	11.241	13.000	14.014	15.023
16 - Nova Soure.....	7.902	12.234	15.586	18.938
17 - Pojuca.....	10.009	7.570	6.351	5.376
18 - Jandaira.....	5.122	5.370	5.499	5.630
TOTAIS.....	384.410	480.084	561.914	642.035

Logo, a densidade nesta zona é, atualmente:
480.084

$$= \frac{27.932}{480.084} = 17,18 \text{ ha/km}^2.$$

Tendo sido a população recenseada do Estado, em 1950, de 4.900.419, logo a da Zona Alagoinhas representa 9,79% da população da Bahia.

Temos, então, que esta zona, tendo 4,95% da superfície do Estado da Bahia, tem 9,79% de sua população.

Sendo a densidade populacional no Estado, em 1950, igual a 8,70 e a da Zona Alagoinhas de 17,18 ha/km², vemos que esta zona tem uma densidade igual a cerca de duas vezes a do Estado, sendo, portanto, uma de suas regiões mais povoadas.

Conforme as previsões (Estimativas), as densidades serão:

$$1955 = \frac{561.914}{32.500} = 20,11 \text{ ha/km}^2;$$

$$27.932$$

$$1960 = \frac{642.035}{28.500} = 22,98 \text{ ha/km}^2;$$

$$27.932$$

QUADRO N.º 2
POPULAÇÃO DAS SEDES MUNICIPAIS

MUNICÍPIO (SEDE)	POP. 1950	PERCENTAGEM SÔBRE A MUNICIPAL	POP. 1960 MESMA %
1. Alagoinhas.....	21.605	41,12 %	30.007
2. Conceição do Coité.....	1.527	3,91 %	3.035
3. Serrinha.....	6.755	9,77 %	10.198
4. Irará.....	1.605	3,41 %	1.603
5. Inhambupe.....	3.318	7,90 %	3.975
6. Itapicuru.....	772	2,40 %	958
7. Tucano.....	3.080	10,72 %	4.320
8. Ribeira do Pombal.....	2.829	11,87 %	4.232
9. Esplanada.....	3.528	16,01 %	4.192
10. Cipó.....	1.802	8,80 %	2.822
11. Entre Rios.....	1.119	5,74 %	1.203
12. Mata de São João.....	4.898	17,45 %	5.231
13. Catu.....	3.622	21,77 %	3.495
14. Conde.....	3.020	20,81 %	3.165
15. Rio Real.....	2.769	21,30 %	3.201
16. Nova Soure.....	1.278	10,45 %	1.979
17. Pojuca.....	2.954	39,02 %	2.098
18. Jandaira.....	696	12,98 %	730
TOTAIS.....	66.977		86.444

Mercado de Energia — Não existem dados disponíveis que permitam o levantamento, mesmo aproximado, do Balanço Energético dessa região, principalmente porque o consumo maior ainda é devido à fonte Madeira, não existindo elementos estatísticos orientadores a respeito. O que é certo, é que todos êstes municípios têm "fome" de energia, estando com os seus desenvolvimentos tolhidos pela ausência dêste grande propulsor do progresso moderno. Os elementos que existem sobre consumo na região são falhos, estimando-se, no território de operação da CHESF em 20,2 kwh e 23,1 kwh por habitante-ano, em 1941 e 1949, não havendo, praticamente, nenhum aumento nesse período, quando no resto do Brasil foram de 65,5 e 118 kwh por habitante, ficando estacionário no Nordeste quando aumentou no resto do país, mesmo havendo escassez de energia, como todos sabemos, de mais de 80%. Hoje a média nacional é superior a 125 kwh por habitante-ano, o que demonstra, pelos raciocínios expendidos quando do Capítulo sobre a Política Energética, como é primária a situação do Brasil, onde só São Paulo apresenta valor de 905 e Distrito Federal, 490, que, com as grandes obras que se executam lá, elevarão em muito êstes quocientes, justificando a primazia que gozam em nosso país. Minas Gerais com a execução de suas obras de Eletrificação, passando de 128.000 kw em 1940 a 205.000 kw em 1950 é dêste valor a 450.000 kw em 1955, ou 600.000 c.v. também tomará grande impulso, desenvolvendo-se na sua zona central grandes empreendimentos industriais.

Repitamos, ainda uma vez: a disponibilidade de energia elétrica promove o aumento de seu consumo; estamos inteiramente de acôrdo e é o que desejamos pleitear para a Zona Alagoinhas.

Procurando colaborar com a CHESF e os poderes públicos foi que a Associação dos Municípios da Bahia se empenhou nesse trabalho. Seu intento era realizar trabalho mais acurado, de pla-

nejamento, mas a escassez de tempo e as dificuldades de conseguir todos os elementos necessários, obrigou-a a restringir os seus propósitos ao possível no momento, não se negando, porém, a prosseguir nos trabalhos, visando o seu desiderato inicial.

Questionários foram remetidos a todos os municípios, 18, desta zona, interessados no trabalho. Responderam-nos os seguintes: Alagoinhas, Conceição do Coité, Nova Soure, Conde, quatro, portanto, isto é, 22,2%. Tivemos pois, mesmo em vista das informações insuficientes, de nos cingir a um critério demográfico para o nosso cálculo do mercado de energia.

Sobre a cidade de Alagoinhas, onde pretendemos deva ser localizada a Estação Abaixadora de 10.000 KVA, podemos dizer o seguinte: sua potência instalada, na Usina da Prefeitura, é da ordem de 560 HP. As organizações particulares, na cidade, contam com uma potência própria de 1.425 HP e nos arredores da cidade existem instalações, também privadas que orçam em 610 HP. Somando-as, temos:

	HP
Prefeitura	560
Particulares na cidade	1.425
Particulares nos arredores	610
	2.595

aproximadamente 1.909 kw ou, com fator de potência de 0,8 = 2.367 KVA.

Na cidade existem 53 ruas com iluminação pública e 64 sem ela. Existem 1.500 casas ligadas e 5.000 a ligar. Indústria com energia própria 14. Indústrias na cidade, 68 e fora da mesma, 9.

Esta cidade já tem um consumo da ordem de cerca de 2.500 KVA, estando com a maioria de suas ruas sem luz, com três quartos de suas casas sem energia.

Só a ligação domiciliária, de cinco mil casas, admitindo-se o consumo razoável de 500 kw/ano/ligação domiciliária — Belo Horizonte em 1947 teve um de 825 kw teremos $5.000 \times 500 = 2.500.000$ kwh, que corresponde a uma carga média de 570 kw ou 712 KVA, com fator de potência de 0,8.

Logo, admitindo-se energia elétrica segura, abundante e barata em Alagoinhas, pode-se considerar uma demanda de cerca de 4.000 KVA, logo após a inauguração do serviço, devendo atingir 5.000 KVA em poucos anos, o que nos leva a solicitar para esta cidade a potência inicial de 5.000 KVA.

Para o resto da zona, sendo precisas as informações recebidas, nos cingimos aos critérios demográficos, estimando um consumo médio da ordem de 125 kwh/habitante/ano, muito baixo se compararmos com regiões civilizadas, mas muito aceitável, se confrontarmos com os índices atuais. Nas etapas posteriores, em vista da reação da região à utilização da energia elétrica, então potências adicionais poderão ser concedidas a essa zona, o que, temos certeza, se dará.

Organizamos dois quadros, que a seguir serão vistos, considerando, no primeiro, o consumo de 125 kwh/hab/ano para a população total dos municípios, segundo as estimativas populacionais, e

no segundo, as sedes municipais, com consumo previsto quase o duplo do quadro anterior, visando a distribuição de energia à sede e às zonas mais pró-

ximas da mesma, ficando para época posterior a eletrificação das zonas rurais mais afastadas. Os quadros resumem o trabalho feito.

QUADRO N.º 3

CONSUMO ESTIMADO (MUNICÍPIOS)

MUNICÍPIO	POP. 1955 EST.	CONSUMO 125 KWH HAB/ANO	POTÊNCIA F.C. = 0,5 F. P. = 0,8	POP. 1960 EST.	CONSUMO 125 KWH HAB/ANO	POTÊNCIA F. C. = 0,5 F. P. = 0,8
Alagoinhas.....	62.756	7.844.500	2.238 KVA	72.974	9.121.750	2.603 KVA
C. do Coité.....	58.334	7.291.750	2.081 KVA	77.622	9.702.750	2.769 KVA
Serrinha.....	86.779	10.847.375	3.095 KVA	104.384	13.048.000	3.724 KVA
Irará.....	47.000	5.875.000	1.676 KVA	47.000	5.875.000	1.676 KVA
Inhambupe.....	46.167	5.770.875	1.648 KVA	50.327	6.290.875	1.795 KVA
Itapicuru.....	36.076	4.509.500	1.288 KVA	39.926	4.990.750	1.425 KVA
Tucano.....	34.506	4.313.250	1.231 KVA	40.291	5.036.375	1.438 KVA
R. do Pombal.....	29.743	3.717.875	1.061 KVA	35.653	4.456.625	1.271 KVA
Esplanada.....	23.482	2.935.250	838 KVA	26.182	3.272.750	934 KVA
Cipó.....	25.747	3.218.375	919 KVA	31.427	3.928.375	1.121 KVA
Entre Rios.....	20.228	2.528.500	721 KVA	20.958	2.619.750	748 KVA
Mata de S. João.....	18.442	2.305.450	658 KVA	19.057	2.382.125	680 KVA
Catu.....	16.345	2.043.125	583 KVA	16.055	2.006.875	573 KVA
Conde.....	14.859	1.857.375	530 KVA	15.207	1.900.875	543 KVA
Rio Real.....	14.014	1.751.750	500 KVA	15.028	1.875.500	535 KVA
Nova Soure.....	15.586	1.948.250	556 KVA	18.938	2.361.250	675 KVA
Pojuca.....	6.351	793.875	226 KVA	5.376	672.000	191 KVA
Jandaira.....	5.499	687.375	196 KVA	5.630	703.750	201 KVA
TOTAIS.....	561.914	70.239.250	20.045 KVA	642.035	80.254.375	22.902 KVA

Ou seja cerca de 16.000 kw em 1955 e 18.500 kw em 1960. Esta hipótese, todavia, é otimista, pois este consumo na região só deverá ter lugar anos depois, quando a disponibilidade de energia elétrica e o seu uso promoverem o aumento do seu consumo.

Vejamos, então, o quadro seguinte:

QUADRO N.º 4
CONSUMO ESTIMADO — SEDES

MUNICÍPIO	POP. 1960 EST.	CONSUMO 125 KWH HAB/ANO	POTÊNCIA F.C= 0,5 F.P = 0,8	POTÊNCIA PROPOSTA
Alagoinhas.....	30.007	—	—	(1) 5.000 KVA
C. do Coité.....	3.035	379.375	110 KVA	(2) 200 KVA
Serrinha.....	10.198	1.274.750	364 KVA	(3) 750 KVA
Irará.....	1.603	200.375	58 KVA	100 KVA
Inhambupe.....	3.975	496.875	141 KVA	300 KVA
Itapicuru.....	958	119.750	56 KVA	100 KVA
Tucano.....	4.320	540.000	154 KVA	300 KVA
R. do Pombal.....	4.232	529.000	151 KVA	300 KVA
Esplanada.....	4.129	524.000	150 KVA	300 KVA
Cipó.....	2.822	352.750	81 KVA	(4) 500 KVA
Entre Rios.....	1.203	150.375	43 KVA	100 KVA
Mata de S. João.....	5.231	653.875	186 KVA	350 KVA
Catu.....	3.495	436.875	125 KVA	250 KVA
Conde.....	2.081	395.625	114 KVA	200 KVA
Rio Real.....	3.201	400.125	114 KVA	200 KVA
Nova Soure.....	1.979	247.375	70 KVA	150 KVA
Pojuca.....	2.098	262.250	75 KVA	150 KVA
Jandaira.....	730	91.250	24 KVA	100 KVA
TOTAL.....				9.350 KVA

(1) Pelos motivos antes expostos sobre Alagoinhas.

(2) Devendo-se pesquisar melhor sobre a potência necessária às indústrias de tecelagem e cordas, com base no sisal.

(3) Por ser centro de região, com Hospital, Ginásio, Oficinas da V. F. F. L. B., sede da Estação Experimental de Cereais, etc.

(4) Devido à sua condição de estação balneária, com um grande hotel, etc., já tendo instalados, de origem térmica, 330 HP.

Vê-se, pois, que fomos conservadores em nossas considerações, pois tomamos como base as sedes municipais, fornecendo-lhes uma potência para consumo médio de 125 kwh/hab/ano, acrescida de uma reserva para abastecimento dos distritos próximos e cidades e vilas mais perto, o que de fato se dará, caso exista energia segura, abundante e barata.

Donde, pode-se concluir que essa Zona Alagoinhas tem mercado para possibilitar uma Estação Abaixadora na cidade de Alagoinhas, de 10.000 KVA, os quais terão de ser aumentados, dentro de tempo relativamente muito curto.

Linhas de Transmissão — Inicialmente esta Comissão, de acordo com o acertado no Seminário de 30 de agosto, sugere a pequena modificação na Linha de Transmissão Sul da CHESF, aumentando o seu desenvolvimento em cerca de onze (11) quilômetros, que, ao preço de Cr\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros) o quilômetro — oficial da CHESF perfazem Cr\$ 3.960.000,00 (três milhões, novecentos e sessenta mil cruzeiros), permitindo que a citada linha atinja a cidade de Alagoinhas, onde será construída e instalada uma Estação Transformadora Abaixadora de 10.000 kva (dez mil), de custo aproximado de cerca de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), de sorte que, com uma despesa inferior a Cr\$... 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) a CHESF prestará este grande e inestimável serviço à Bahia. E, em matéria de despesa, é tudo quanto desejamos da CHESF.

Porque, de Alagoinhas a todos os outros municípios estudados, pensamos que o ônus com sua

construção deve caber aos Poderes Públicos, Federal, Estadual e Municipais e aos particulares da zona beneficiada. Somente a cota do Imposto de Renda, para 18 municípios, na base de trezentos mil cruzeiros anuais, durante cinco anos, por exemplo, perfazem vinte e sete milhões de cruzeiros (Cr\$ 27.000.000,00), que com auxílios orçamentários Estaduais e outros Federais, adicionados ao contingente particular das regiões servidas, possibilitarão, com facilidade, a construção de todas as linhas necessárias. É preciso, porém, que este trabalho seja planejado, para ser cumprido em cinco anos, por exemplo, devendo ser a sua execução coordenada, por meio de uma entidade administrativa, que se entrosará com a CHESF e os Poderes Públicos, de modo a se obter o máximo de rendimento com o mínimo esforço. Uma sociedade de economia mista ou sob forma cooperativa deve ser formada, para a solução desse importantíssimo ponto.

Pelos cálculos anteriormente feitos e nêles baseada a Comissão concluiu que a Zona Alagoinhas pode ter uma estação abaixadora de 10.000 KVA na cidade de Alagoinhas, visto ter essa zona, já no presente momento, desde que abastecida de energia segura, abundante e barata, um consumo provável da ordem de 15% ao ano, teríamos 6.900 um ano depois de inaugurados os serviços, 7.900 KVA no segundo ano, 9.000 KVA no terceiro, 10.350 KVA no quarto, de modo que a previsão de 10.000 KVA para esta zona é bastante conservadora e só deve prevalecer como início, devendo-se levar em conta o aumento posterior em curto prazo. Caso a eletrificação ferroviária venha a ter lugar, o que é inadiável, então o consumo de 10.000 KVA será imediato, pode-se dizer, devendo a sua ampliação ser ainda mais rápida.

Para tanto, basta que a CHESF faça uma pequena modificação no traçado da Linha Sul, trecho Itabaiana-Salvador, modificação proposta Linha Itabaiana-Salvador, por onde se vê que, com o aumento de cerca de 11 quilômetros no comprimento da linha de transmissão sul, a cidade de Alagoinhas pode ser alcançada, edificando-se e instalando-se aí uma estação abaixadora de 10.000 KVA donde poderá ser feita a irradiação para os municípios da Zona Alagoinhas, determinando uma possibilidade imensa de desenvolvimento dessa região, que, como mostramos no capítulo referente à Agricultura e Pecuária tantas potencialidades tem nestes campos, desde que convenientemente servida de energia abundante e barata.

Estes serviços, que serão os únicos a serem pedidos à CHESF às suas expensas, orçam em cerca de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) sendo Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para a estação e Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para o aumento da linha de transmissão. Numa obra cujo orçamento é de aproximadamente Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), um acréscimo de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões

de cruzeiros) ou seja, percentualmente, 1,25%, para proporcionar energia a 18 municípios de uma região brasileira para a qual, em matéria de energia, a questão é "Ou a CHESF ou nada", de população atual de cerca de 500.000 habitantes e prevista para 1955 de 560.000 e 640.000 em 1960, convenhamos, é muito pouco ao tempo em que será muito o que isto representará para toda essa zona.

Além disto, conforme dados colhidos em trabalhos da própria CHESF, nessa Linha Sul, até 30 de junho do corrente ano, somente 5 torres estavam montadas, 5 bases de torres prontas, 40 escavações de bases de torres e a locação havia atingido a 113.650 metros ou 25% do total, estradas de acesso 152.019 metros, de modo que o trecho a ser modificado está virgem de trabalhos, o que assegura a facilidade de sua alteração, para grande benefício dessa progressista região.

Passando à descrição sucinta do sistema de transmissão da Zona Alagoinhas, conforme anteprojeto elaborado — Zona Alagoinhas-Linhas de Transmissão propostas, temos:

Em Alagoinhas será construída e devidamente instalada a estação redutora de 10.000 KVA, alimentada pela linha de transmissão de 220 KV, de Paulo Afonso-Salvador, trecho Itabaiana-Salvador.

Deste centro de distribuição partirão as seguintes linhas secundárias:

1) De 33 KV para Irará (100 KVA), Serinha (750 KVA) e Conceição do Coité (200 KVA), com extensão total de 130 quilômetros, podendo ser utilizada a linha para a eletrificação ferroviária do trecho Alagoinhas-Bonfim;

2) De 33 KV para Entre Rios (100 KVA), Esplanada (300 KVA) e Rio Real (200 KVA), com comprimento de 100 quilômetros, servindo, também, futuramente, para a eletrificação da V.F.F.L.B., trecho Aracaju-Alagoinhas;

3) De 33 KV para Catu (250 KVA), Pojuca (150 KVA) e Mata de São João (350 KVA) com extensão de 46 quilômetros, podendo ser utilizada para a eletrificação da V.F.F.L.B., diminuindo, destarte, o comprimento do trecho eletrificado dessa ferrovia a ser alimentado pela Usina Termelétrica de Cotegipe, que, pelas suas condições, deve ser uma usina auxiliar dos sistemas hidrelétricos da região a que serve;

4) De 66 KV para Inhambupe (500 KVA), Nova Soure (150 KVA), numa extensão total de 101 quilômetros.

Linhas Terciárias:

1) De 13.2 KV, partindo de Nova Soure para Itapicaru (100 KVA), Cipó (500 KVA), Ribeira do Pombal (300 KVA) e Tucano (300 KVA) com um comprimento de 110 quilômetros;

2) De 13.2 KV, partindo de Esplanada para Conde (200 KVA) e Jandaira (100 KVA), com uma extensão total de 70 quilômetros.

Resumindo, temos:

De 66 KV 101 km.
Comprimento total de linhas secundárias:

De 33 KV 276 km.
377 km.

Comprimento total de linhas terciárias De 13.2 KV 180 km.

Comprimento total das linhas secundárias e terciárias 557 km.

O financiamento das Linhas Secundárias e Terciárias deve ficar a cargo dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipais, além dos particulares interessados nas regiões e entidades econômicas que desejem estabelecer-se na zona, podendo-se estimar um preço de cerca de Cr\$. . . . 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), obtidos da estimativa seguinte:

101 km de 66	KV a Cr\$ 100.000,00 =	\$11.000.000,00
276 km de 33	KV a Cr\$ 60.000,00 =	\$16.560.000,00
180 km de 16.2	KV a Cr\$ 40.000,00 =	\$ 7.200.000,00
Total		= \$54.760.000,00

Com a organização de um Plano Quinquenal, contribuindo os municípios com metade das suas cotas do Imposto de Renda, teremos 18 x 150.000,00 x 5 = Cr\$ 13.500.000,00; o Estado, com cotas orçamentárias anuais de Cr\$. . . 4.000.000.000,00, somando \$20.000.000,00, teremos Cr\$ 33.500.000,00, podendo a pequena diferença ser coberta por particulares ou por dotações outras.

Vê-se, por esta rápida estimativa de custo e possibilidades de enfrentá-las, como é simples, fácil, poder proporcionar-se, com cooperação e boa vontade, a uma região tão importante do Brasil. o elemento mais decisivo para o seu progresso, vale dizer, energia segura, abundante e barata.

III — ZONA BONFIM

Para ordenar os trabalhos relacionados com esta *Zona Bonfim*, a Comissão dividiu-o da seguinte forma:

- I — Considerações Gerais;
- II — Agricultura e Pecuária;
- III — Recursos Minerais;
- IV — Superfície e Demografia;
- V — Mercado de Energia;
- VI — Linha de Transmissão.

Isto pôsto, vamos às

Considerações Gerais — Esta zona, chamada pela Comissão de *Zona de Bonfim*, por ser nesta cidade que pensamos deva ser construída e instalada a estação transformadora abaixadora, abarca

18 municípios, situados, segundo a classificação do I.B.G.E., no que tange a zonas fisiográficas, como segue:

Zona Nordestina:

1. Bonfim.
2. Campo Formoso.
3. Jaguarari.
4. Monte Santo.
5. Euclides da Cunha.
6. Santaluz.
7. Queimadas.
8. Itiúba.
9. Uauá.

Zona Centro:

1. Jacobina.
2. Mairi.
3. Saúde.
4. Mundo Novo.
5. Miguel Calmon.
6. Baixa Grande.

Zona Oeste:

1. Morro do Chapéu.

Zona Médio São Francisco:

1. Juazeiro.
2. Petrolina.

Como núcleo escolheu-se a Cidade do Senhor do Bonfim, por ser o centro de gravidade, praticamente, de todo o sistema, sendo, igualmente, a segunda cidade em importância demográfica de toda a zona, só suplantada por Juazeiro, estando, esta, porém, na periferia da zona, o que não a indicava como ponto provável para a estação abaixadora, pelas dificuldades que daí adviriam para as Linhas de Transmissão Secundárias. Bonfim é uma cidade muito progressista, tronco ferroviário de importância, pois daí seguem as linhas de Juazeiro-Petrolina-Piauí e a Linha de Jacobina, ou da Grota, que, por Mundo Novo, se liga à linha da V.F.F.L.B. para o Rio, por Itaberaba e Paraguaçu. É a cidade sede de colégios secundários, hospitais, oficinas da V.F.F.L.B., etc. Além de Bonfim, na zona em estudo, existem outras cidades de grande desenvolvimento, como Juazeiro, um dos pontos extremos da navegação do São Francisco, sede da Viação Baiana do São Francisco, que aí tem suas oficinas e estaleiros da Ilha do Fogo, hospitais, casas de saúde, escolas, indústrias diversas, mas inteiramente tolhidas, em virtude de não haver energia própria, servindo-se da que lhe fornece Petrolina, cidade fronteira do Estado de Pernambuco, também uma das grandes cidades da zona, além de Jacobina, centro de uma região famosa, conhecida como aurífera. Esta região é uma das mais ricas da

Bahia em recursos minerais, sendo conhecidíssimas as suas jazidas de manganês, cromo, cobre, etc., de que trataremos oportunamente, sendo uma das regiões naturalmente indicadas para o estabelecimento de indústrias metalúrgicas. No campo agrícola é grande produtora de mamona, licuri, etc., tendo na região de Campo Formoso e no Vale de Utinga, em Morro do Chapéu, perspectivas extraordinárias, notadamente neste, para grande desenvolvimento da cultura de base agrícola. A parte do criatório, especialmente de caprinos, que aí têm o seu habitat favorito, além de gado de corte, positivamente as grandes possibilidades dessa *Zona Bonfim*, onde falta, de maneira calamitosa, a energia e onde escasseia, com caráter também terrível, a água, pois está dentro de uma das zonas mais atingidas pelas secas do Nordeste Brasileiro.

Para esta região, pretende a *Associação dos Municípios da Bahia* seja dado um tratamento semelhante ao concedido ao Cariri, com cuja região estabeleceremos algumas comparações.

É uma zona, a de Bonfim, onde podemos esperar grande desenvolvimento da indústria extrativa de origem vegetal e animal, assim como surto de indústrias de base mineral, inclusive instalação de fábrica de cimento, com a utilização de abundante calcário da região, etc.

Demos energia abundante, segura e fácil a essa zona Bonfim e ela recompensará, fartamente, aqueles que para tal contribuirão, mesmo porque, em matéria de energia, o problema é: ou a CHESF ou nada.

É evidente que, caso a energia de Paulo Afonso não seja distribuída a essa zona, em sua primeira etapa, o desânimo resultante, somado aos outros sofrimentos oriundos da seca, poderão criar situação insustentável, previsões mesmo de calamidade pública, com o êxodo em massa, etc.

Esta é uma das mais importantes razões por que a *Associação dos Municípios da Bahia* reivindica, na defesa dessas centenas de milhares de brasileiros, baianos e pernambucanos, uma linha Paulo Afonso-Bonfim, inteiramente de penetração, visando o interior do Brasil, de acordo com a política recomendada e aceita unânimemente para o nosso país, em contraposição à errada, de atendimento, único, das necessidades litorâneas.

Os estudos feitos demonstram que também esta região pode aspirar e pedir uma estação transformadora abaixadora de 10.000 KVA, servindo aos municípios antes citados.

Tratemos então de

Agricultura e Pecuária — A Zona Bonfim compreende municípios situados nas regiões Norte e Centro da Bahia, conforme a classificação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado, envolvendo Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Jaguarari, Juazeiro, Monte Santo, Euclides da Cunha, Saúde, Jacobina, Miguel Calmon, Mundo Novo, Mairi, Santaluz, Queimadas, Itiúba, Morro do Chapéu, Uauá e Baixa Grande, interessando ainda Petrolina, no Estado de Pernambuco.

Estes municípios, pelos tipos de solos que os caracterizam e as diferenças de lavoura e pecuária que praticam, apresentam condições econômicas a exigir um maior desenvolvimento, pelo abastecimento de energia, tanto para transformar os produtos obtidos com as colheitas já existentes, como pela possibilidade de extensão das mesmas, a começar pelo sisal (agave sizaleana), que encontrou, na maioria deles, um verdadeiro habitat para a sua multiplicação e rendimento.

Esta amarilidácea, subindo a linha férrea da V.F.F.L.B., é explorada desde Serrinha até Senhor do Bonfim e Campo Formoso, abrangendo os municípios marginais de Santaluz, Itiúba e Queimadas e mais afastados os de Tucano, Monte Santo, Morro do Chapéu e Uauá. Em Queimadas está em cogitação a instalação de uma grande usina de beneficiamento e aproveitamento do sisal, de modo a acudir os plantadores, tanto desse como dos municípios circunvizinhos de Itiúba, Santaluz, e Monte Santo, sendo que, muitas das áreas plantadas chegam a alcançar mais de 2.000.000 de pés, como na propriedade do Sr. Umbelino Santana. E essas plantações continuam a se estender, sejam isoladamente, sejam no total, não somente pelas condições ecológicas favoráveis ao seu desenvolvimento, como também pelo fato de o Governo do Estado concorrer ainda mais para tal fim, estimulando com prêmios em dinheiro aqueles que, em território baiano, plantaram de 50.000 pés de sisal em diante, havendo prêmios subsequentes a partir de culturas excedentes de 300.000 pés, conforme o Decreto-lei n.º 798, de 11 de julho de 1946, em vigor.

Além dessa cultura que, dia a dia, vai cobrindo a maior área da Zona Bonfim, de tal maneira a merecer especial atenção o seu aproveitamento e industrialização, para o que, falta, sobretudo, energia, tanto para tratamento da fibra, como para sua transformação em cordoarias, na mesma Zona Bonfim, encontra-se o famoso Vale de Utinga, no município de Morro do Chapéu, capaz por si só de se tornar, devidamente explorado, pela mecanização da lavoura e irrigação, no maior centro policultor do Estado da Bahia, com grandes plantações de hortaliças, plantas sacaríferas (cana-de-açúcar), cereais (milho e arroz), grãos leguminosos (feijão), fruteiras de clima temperado e de clima tropical, de tal ordem a constituir celeiro para todo o Estado, não só no abastecimento dos produtos *in natura*, mas, sobretudo, pelo aproveitamento industrial dos mesmos, considerando-se que, dada a quantidade de produção de cada espécie vegetal cultivada, em todo o vale, com as medidas indicadas, necessário se tornará a instalação de fábricas e usinas para aproveitá-las, a exemplo do que ocorrerá, por certo, especialmente com a cana-de-açúcar, o marmelo e outras frutas, de fácil transformação em açúcar e doces, conservas, porém, a depender de energia, para que se estabeleça aí um parque industrial tão propício e carente, na Bahia. Ao lado disto, difícil não é avaliar as usinas de beneficiamento de cereais (arroz e milho), que terão de ser montadas, com os maquinismos indis-

pensáveis à transformação de seus subprodutos. Vale ainda mencionar nessa zona, o angico de tantos e tamanhos empregos.

A mamona, também, desenvolve-se em ótimas condições, necessitando de energia para a sua industrialização *in loco*, evitando-se o transporte difícil da matéria-prima para exportação, quando muito mais econômico e útil aos interesses nacionais e a sua transformação no local de sua produção, o que tem sido impossível por falta de força.

Ainda nessa zona, uma faixa, compreendida pelos municípios de Mundo Novo e Mairi, se dedica à criação de gado bovino, com ampla perspectiva de desenvolvimento de produtos de origem animal (farinhas de osso, de carne e de sangue), até então inexistentes, pelas condições atuais, destinados à adubação da terra e à alimentação de aves, porcos, etc., produtos esses que, infelizmente, a Bahia só tem feito importar, quando tem possibilidades de atingir grande produção. Todavia, os produtos de origem animal, da espécie bovina, não se limitarão a estes aproveitamentos, mas também ao fabrico de botões e outros artefatos usados na indumentária humana.

Itiúba, Queimadas, Senhor do Bonfim, Uauá, Jaguarari e Monte Santo dedicam-se à criação de ovinos e caprinos, com regular produção de lã e peles, que é toda exportada, pela incapacidade, no momento, de montagem de fábricas, a reclamar, sobretudo, energia.

Ultimamente, a Secretaria da Agricultura do Estado está fomentando a cultura do algodão "Mocó", nos municípios do nordeste, inclusive Monte Santo, Uauá, Queimadas e Jaguarari e esta cultura do têxtil perene assegura um promissor futuro para a instalação de usinas de beneficiamento, fábricas de óleo de algodão, de tecelagem, etc., além dos subprodutos decorrentes, como a torta e o casquilho, de largo emprêgo na alimentação do gado bovino especialmente leiteiro, para não falar no linter, aproveitado nas colchoarias.

Enfim, a Zona Bonfim, sob o ponto de vista agrícola e pastoril oferece um incalculável material para as indústrias de transformação, cujo sentido econômico reside, em grande parte, na dependência de energia, considerando que a solução desse problema é menos em relação às nossas limitações do que em face às nossas possibilidades.

Exista energia segura, abundante e barata e essa Zona Bonfim será transformada em pouco tempo, integrando-se na coletividade brasileira mais produtora, com benefício para os seus habitantes, o Estado e, por conseguinte, o Brasil.

Recursos Minerais — As ocorrências minerais, na Zona Bonfim, são das mais importantes do Estado da Bahia, aí estando incluídas as regiões produtoras de Manganês, Cromo, Cobre, etc. Nesta região poderão ser montadas fábricas para a produção de ferro, ligas, utilizando os minérios de cromo e manganês dessa Zona Bonfim e a tantali-

ta, chelita e berilo do Rio Grande do Norte e Paraíba. Nessa zona também poderá ser feita a industrialização dos minérios de ferro da parte média do Rio São Francisco — Sento Sé e adjacências — que poderiam ser transportados para a região, prestando inestimável serviço a toda esta zona do Brasil, que teria, desse modo, iniciado a siderurgia no Nordeste, com grande repercussão em toda a sua economia, desde que se dedicasse, entre outras coisas, à produção de ferramentas e implementos agrícolas. Sabe-se que, a respeito, a Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, por seu engenheiro Henrique Capper de Sousa, mostrou a possibilidade de localizar uma usina de tamanho mínimo, para a produção de 25 toneladas de gusa, por dia, utilizando calcário local e o manganês de Bonfim ou Jacobina.

O manganês existe em Bonfim-Jacobina, compreendido nessa zona, sendo que diversas jazidas têm estado em exploração, especialmente durante as duas últimas guerras. No momento, além de empresas nacionais, estão invertendo também capitais estrangeiros, cujos interessados, segundo chegou ao conhecimento desta Comissão, pretendem instalar usina na região, desde que contem com a energia necessária. É um ponto interessante, a considerar. Outra firma nacional, pretende uma potência de 1.000 KVA, para instalar um forno destinado à redução do manganês, em Jaguarari, perto de Bonfim.

O Cromo tem sido explorado em Santa Luzia e Campo Formoso, nesta pela Cromita do Brasil, de valor econômico, tendendo a se desenvolver com a possibilidade de energia.

O Cobre existe em Caraíba, município de Jaguarari, sendo a sua exploração uma velha aspiração nacional, que tanto necessita deste metal. Com a energia de Paulo Afonso o problema pode ser resolvido satisfatoriamente.

Assinalaram-se depósitos de chumbo nas proximidades de Juazeiro, na zona e na região do Vaza Barris, perto da mesma, mas de possibilidades ainda desconhecidas.

Calcário — É abundantíssima em calcário a Zona Bonfim, prestando-se admiravelmente para a instalação de fábrica de cimento, de inestimável valor para toda esta região, assim como para a fabricação de carbureto de cálcio e de cal para construção. A zona de Carnaíba é famosa.

Durante a guerra explorou-se muito quartzo na região de Campo Formoso e Sento Sé, estando, no momento, em grande atividade, novamente.

Ouro — Na Serra de Jacobina, assim como diamantes carbonados e pedras semipreciosas.

Magnesita — Serra das Éguas, a verificar.

Como vemos, são grandes as possibilidades de indústria com base no potencial mineral da Zona Bonfim, destacando-se as possibilidades das indústrias básicas de cimento, carbureto, cromo, magnésio, ferro, ligas, etc.

Sabemos que o Departamento Nacional de Produção Mineral está realizando trabalhos intensivos, no sentido de melhor esclarecer as reais possibilidades minerais no Vale do São Francisco e na região de influência da CHESF.

Superfície e Demografia — Os 18 (dezoito) municípios da Zona Bonfim têm por sua vez uma superfície de 75.877 quilômetros quadrados, distribuídos dêste modo:

	km2
1. Senhor do Bonfim	2.049
2. Campo Formoso	10.237
3. Jaguarari	2.032
4. Juazeiro	6.868
5. Monte Santo	4.490
6. Euclides da Cunha	5.344
7. Saúde	4.330
8. Jacobina	7.028
9. Miguel Calmon	1.458
10. Mundo Novo	3.232
11. Mairi	1.132
12. Santaluz	1.444
13. Queimadas	2.566
14. Itiúba	1.570
15. Morro do Chapéu	10.236
16. Uauá	2.872
17. Baixa Grande	869
18. Petrolina	8.124
Total	75.877

Sendo a superfície do Estado da Bahia de 563.281 km2, representa a Zona Bonfim 13,64% da superfície do Estado.

Para a sua população fizemos um estudo semelhante ao realizado para a Zona Alagoinhas, referente às populações recenseadas em 12-9-1940 e 1-7-1950, calculando a diferença nestes 10 anos, que serviu de base para o cálculo das populações prováveis nesses municípios em 1955 e 1960, cujos elementos podem ser vistos no quadro n.º 5, Zona Bonfim, municípios, na parte relativa ao Mercado de Energia.

Pelos dados tirados dêste quadro vemos que a densidade desta zona em 1950 foi igual a

$$\begin{array}{r} 527.861 \\ \hline 75.877 \\ 1955 \\ 615.150 \\ \hline 75.877 \\ 1960 \\ 702.436 \\ \hline 75.877 \end{array} = 6,956 \text{ hab/km2}$$

$$\begin{array}{r} 615.150 \\ \hline 75.877 \\ 1960 \\ 702.436 \\ \hline 75.877 \end{array} = 8,107 \text{ hab/km2 (estimativa)}$$

$$\begin{array}{r} 702.436 \\ \hline 75.877 \end{array} = 9,257 \text{ hab/km2 (estimativa)}$$

A parte referente à população das sedes foi calculada na mesma base da Zona Alagoinhas e pode ser vista no quadro n.º 6, Zona Bonfim, sedes municipais, na parte Mercado de Energia.

Sabido que, a população recenseada do Estado da Bahia, em 1 de julho de 1950 foi de 4.900.419 habitantes e tendo nesta mesma data os municípios que compõem a Zona Bonfim uma população de 527.861, esta zona tem uma população igual a 10,7% da população do Estado.

Daí, esta Zona Bonfim para uma superfície igual a 13,64% da do Estado da Bahia, tem uma população equivalente a 10,7% do mesmo.

Conhecendo-se que a densidade populacional no Estado da Bahia, na data citada foi igual a 8,70 hab/km2, e a da Zona Bonfim equivalente a 10,7%, conclui-se que esta zona tem uma densidade populacional superior a do Estado da Bahia, numa percentagem de cerca de 23%.

Mercado de Energia — O mesmo fato ocorrido na Zona Alagoinhas, repete-se na Zona Bonfim. Numa região semi-árida, seca, o consumo energético básico é a Madeira, sob as formas de lenha e carvão, em percentagem superior a 90% de todo o consumo, mas de forma dispensiva, anárquica, impossibilitando dados estatísticos, donde a impossibilidade de estabelecer-se o Balanço Energético desta zona. Não existem fontes de energia ponderáveis ali, a não ser o São Francisco, pois além desta, existe a cachoeira dos Apertados, em Campo Formoso, de pequena potência. Daí a impossibilidade até a época, de maior desenvolvimento, sendo de admirar como esta região tem progredido e como a sua população crescido, apesar da ausência de dois dos elementos mais indispensáveis à vida e ao progresso humanos, como sejam: água e energia. Temos toda a certeza de que, se houver disponibilidade de energia elétrica, a Zona Bonfim sofrerá um grande impulso, desde que condições naturais e humanas para êsse desenvolvimento não faltem.

Igualmente foram enviados questionários a todos os municípios desta zona, tendo respondido Senhor do Bonfim, Santaluz e Queimadas, até esta data, ou seja, 16,66%, o que nos levou, novamente, a adotar o critério demográfico, para a maioria dos municípios considerados.

A respeito da Cidade de Senhor do Bonfim, onde pleiteamos a estação abaixadora de 10.000 KVA, obtivemos as seguintes informações, que orientaram o nosso trabalho.

Esta cidade tem-se desenvolvido muito, nos últimos anos, apesar das condições horríveis, no que tange a energia, a ponto de se repetir, aqui, o mesmo que se dá em Alagoinhas, vale dizer, os particulares e entidades outras já têm potência instalada superior à do Município, estando grande número de interessados em atividades dependentes de energia sem poder realizar o que desejam pela razão acima exposta.

A potência instalada, da Prefeitura, é de 250 HP, o que faz com que só estejam ligadas 1.000 casas, com fornecimento irregular, podendo ser ligadas mais 1.500 casas, desde que exista energia. As ruas iluminadas, mal-iluminadas, são em número de 63, e as sem luz, em número de 70.

Entre outras indústrias que possuem energia própria, podemos citar as seguintes, que são as mais importantes:

	HP
Fábrica de óleo Bonfim	6 máquinas com 189
Serraria Moderna	2 máquinas com 59
Moinho Progresso	1 máquina com 35
Fábrica de Gêlo	1 máquina com 35
Além de outras menores, com cêrca de	100
As oficinas da V.F.F.L.B. têm potência própria com	44
	462

que somados aos 250 da Prefeitura, temos 712 HP, cêrca de 525 kw ou, com fator de potência igual a 0,8 — 655 KVA.

A cidade, entretanto, tem 70 ruas a serem iluminadas e cêrca de 1.500 casas para conseguirem ligação. Fazendo o mesmo cálculo de 500 kwh/ano/ligação domiciliária, teremos um consumo provável de 750.000 kw, dando uma carga média de 175 kw ou 220 KVA, com igual fator de potência. Assim, vemos que, desde que exista energia segura, abundante e a baixo preço, Senhor do Bonfim terá um consumo imediato de cêrca de 900 KVA. Admitindo-se um crescimento de 15 a 20% nos anos seguintes, decorrentes da segurança do fator energia, podemos prever uma potência de 2.000 KVA, para essa cidade, sem exagero. Esta cidade está crescendo assustadoramente sendo a sua população atual, segundo informações prestadas por sua Prefeitura, de cêrca de 15.000 habitantes.

Juazeiro é a maior cidade desta zona. Em 1950 tinha uma população de 16.465 habitantes, devendo ter hoje cêrca de 20.000 habitantes. E' um dos pontos extremos da navegação do Rio São

Francisco. Sede da Viação Baiana do São Francisco, que aí tem seus estaleiros na Ilha do Fogo. A Comissão do Vale realiza trabalhos para construção de sistema de abastecimento d'água e esgotos na cidade, assim como elabora o plano de urbanização da mesma. E' a cidade possuidora de hospital regional e casas de saúde particulares, e sede do Centro Regional de Educação, estadual, do qual já está pronta a Escola Normal. É, como se vê, uma cidade que deve desenvolver-se bastante nos próximos anos. Do ponto de vista de energia, vive na dependência da usina termelétrica de Petrolina, suplementando-a os particulares, para satisfação de suas necessidades. Previmos uma potência de 2.500 KVA, na certeza de que será absorvida em pouco tempo.

As outras cidades maiores da Zona Bonfim, Petrolina, em Pernambuco e Jacobina, na Bahia, de 7.439 e 7.850, em 1950, mas de população superior a 10.000 habitantes aquela e perto dêste valor nesta, consideramos uma potência de 1.000 KVA em cada uma delas.

Existindo carência de dados eficientes sobre a maioria dos municípios desta Zona Bonfim, fixamos no mesmo critério demográfico já utilizado para Zona Alagoinhas, vale dizer: um consumo médio de 125 kwh/hab/ano em todos os municípios, cujas populações em 1955 e 1960 foram calculadas, tomando-se como base o aumento verificado entre 1940 e 1950, o que está resumido no quadro n.º 5. E tomando-se em conta apenas as sedes municipais, calculamos as suas populações em 1960 e demos-lhes uma potência capaz de satisfazer às suas necessidades até o mesmo consumo anterior, com uma margem aproximadamente igual para satisfazer a distritos próximos, indústrias novas, etc.

Assim sendo, temos:

QUADRO N.º 5

ZONA BONFIM — MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	POP. 1940	POP. 1950	POP. 1955	CONSUMO 125 KWH HAB/ANO	POTÊNCIA F.C. = 0,5 F.P. = 0,8	POP. 1960	CONSUMO 125 KWH HAB/ANO	POTÊNCIA F.C. = 0,5 F.P. = 0,8
1. Bonfim	26.886	31.980	34.975	4.371.875	1.247 KVA	37.990	4.748.750	1.355 KVA
2. Campo Formoso	35.776	48.836	57.749	7.218.625	2.060 KVA	66.661	8.332.625	2.378 KVA
3. Jaguarari	11.724	14.535	16.369	2.048.125	584 KVA	18.149	2.268.625	648 KVA
4. Juazeiro	25.523	35.188	41.849	5.231.125	1.480 KVA	48.510	6.063.750	1.730 KVA
5. Monte Santo	25.445	36.814	45.038	5.629.750	1.605 KVA	53.262	6.657.750	1.900 KVA
6. Euclides da Cunha	16.340	25.727	33.116	4.139.500	1.181 KVA	40.504	5.063.000	1.445 KVA
7. Saúde	17.684	25.077	30.318	3.789.750	1.081 KVA	35.559	4.444.875	1.269 KVA
8. Jacobina	51.693	63.209	70.247	8.780.875	2.506 KVA	77.286	9.660.750	2.758 KVA
9. Miguel Calmon	25.178	30.874	34.366	4.295.750	1.226 KVA	37.858	4.732.250	1.350 KVA
10. Mundo Novo	38.282	44.805	48.613	6.076.625	1.751 KVA	52.422	6.552.750	1.870 KVA
11. Mairi	19.429	25.798	30.026	3.753.250	1.071 KVA	34.255	4.281.875	1.226 KVA
12. Santa Luz	7.270	9.853	11.602	1.450.250	414 KVA	13.351	1.668.875	476 KVA
13. Queimadas	10.109	13.219	15.318	1.914.750	546 KVA	17.416	2.177.000	621 KVA
14. Itiúba	15.833	19.725	22.149	2.768.625	790 KVA	24.573	3.071.625	876 KVA
15. Morro do Chapéu	33.520	50.091	62.463	7.807.875	2.233 KVA	74.836	9.354.500	2.670 KVA
16. Uauá	10.024	11.149	11.775	1.471.875	420 KVA	12.400	1.550.000	443 KVA
17. Baixa Grande	9.509	13.177	15.718	1.964.750	561 KVA	18.259	2.282.375	651 KVA
18. Petrolina	19.706	27.774	35.459	4.182.375	1.194 KVA	39.145	4.893.125	1.396 KVA
TOTAIS	399.940	527.861	615.150	76.893.750	21.930 KVA	702.436	67.804.500	25.065 KVA

Com fator de carga igual a 0,5 e fator de potência da ordem de 0,8, precisaríamos de 21.930 KVA em 1955 e 25.065, em 1960, para podermos

fornecer um consumo de 125 quilômetros-hora, por habitante-ano.

Todavia, pelo quadro seguinte, referente às sedes municipais, temos:

QUADRO N.º 6
ZONA BONFIM — SEDES MUNICIPAIS

MUNICÍPIO	POP. 1950	% SOBRE MUNICÍPIO	POP. 1960 EST.	CONSUMO 125 KWH HAB/ANO	F. C. = 0,5 F. P. = 0,8	PROPOSTA
1. Senhor do Bonfim.....	2.969	6,08	4.053	506.625	145 KVA	(1) 2.000 KVA 300 KVA
2. Campo Formoso.....	1.649	11,30	2.051	256.375	74 KVA	150 KVA
3. Jaguarari.....	—	—	—	—	—	(2) 2.500 KVA
4. Juazeiro.....	1.641	4,46	2.375	296.875	84 KVA	150 KVA
5. Monte Santo.....	2.010	7,81	3.163	395.375	113 KVA	200 KVA
6. Euclides da Cunha.....	1.803	7,19	2.557	319.625	91 KVA	150 KVA
7. Saúde.....	—	—	—	—	—	(3) 1.000 KVA
8. Jacobina.....	4.015	13,00	4.922	615.250	175 KVA	350 KVA
9. Miguel Calmon.....	2.639	5,89	3.088	386.000	110 KVA	200 KVA
10. Mundo Novo.....	2.119	8,21	2.812	351.500	100 KVA	200 KVA
11. Mairi.....	2.400	21,93	3.331	416.375	107 KVA	200 KVA
12. Santaluz.....	2.538	19,03	3.319	414.875	107 KVA	200 KVA
13. Queimadas.....	2.260	11,46	2.816	352.000	100 KVA	200 KVA
14. Itiúba.....	1.309	2,61	1.953	244.125	70 KVA	150 KVA
15. Morro do Chapéu.....	919	8,24	1.022	127.750	36 KVA	100 KVA
16. Uauá.....	1.187	9,01	1.645	205.625	59 KVA	100 KVA
17. Baixa Grande.....	—	—	—	—	—	1.000 KVA
18. Petrolina.....	—	—	—	—	—	9.150 KVA
TOTAL.....	—	—	—	—	—	—

- (1) Pelos motivos antes expostos. População 1950, 10.352. Est. 1960 — 12.275.
 (2) Idem, idem. População 1950, 16.465. Estimativa 1960, 22.698.
 (3) Idem, idem. População 1950, 7.853. Estimativa 1960, 9.539.

A soma de todas as cidades em 1950 foi igual a 71.597 e a estimativa para 1960 orça em 94.162.

Fazendo-se uma comparação sobre o crescimento demográfico das duas zonas em estudo, vale dizer, Zona Alagoinhas e Zona Bonfim, entre 1940 e 1950, vemos que esta segunda teve um crescimento bem mais acentuado, pois ao tempo em que a Zona Alagoinhas cresceu em 25,08%, a Zona Bonfim aumentou de 31,98%, ou seja um aumento de 27,50% superior.

O que se dá é que, em vista da ausência de energia e da seca que assola grande parte dessa zona, é indispensável atender-se aos seus habitantes, com o fornecimento da energia de Paulo Afonso, uma das grandes esperanças que ainda prende os naturais a essa zona, evitando um êxodo ainda maior do que o grande que se tem verificado. É trabalho também de Assistência Social proporcionar-se o elemento energia, agente da atividade universal a estes patricios!

Julgamos ter demonstrado que esta Zona Bonfim merece e tem condições de aspirar uma estação abaixadora na Cidade de Senhor do Bonfim, pois só as quatro maiores cidades da zona:

Bonfim, Juazeiro, Petrolina e Jacobina, tinham uma população de 42.106 habitantes, em 1950, devendo ter, em 1960, segundo estimativa, mais de 55.000 habitantes, dignos de contar com a energia da única grande fonte disponível de toda a zona, de molde a poderem integrar-se, com produção normal, na vida nacional, não precisando viver recebendo auxílio externo, pois qualidades pessoais e possibilidades naturais não faltam, como prova o fato de seu sempre crescente aumento demográfico, a despeito da adversidade decorrente das secas que periodicamente ali assolam.

Como dissemos antes, este projeto Bonfim deve ser alvo do mesmo tratamento que foi dispensado ao projeto Cariri, isto é, solicitação à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a fim de que, por intermédio do Programa do Ponto IV, possa ser conseguido financiamento para a sua realização.

A Zona Bonfim enquadra-se, perfeitamente, no espírito do Ponto IV, pois é uma área subdesenvolvida, devendo, destarte, receber o auxílio correspondente.

A fim de estabelecer uma ligeira comparação, vejamos as condições dos municípios que serão servidos pelo projeto do Cariri, no que tange à po-

pulação dos mesmos e de suas sedes, para confronto com a Zona Bonfim. Temos, então:

QUADRO N.º 7

PROJETO DO CARIRI — MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	ESTADO
	1950	SEDE 1950	
1. Barbalha.....	22.987	4.165	Ceará
2. Brejo Santo.....	29.344	2.945	Ceará
3. Crato.....	46.408	15.464	Ceará
4. Aurora.....	22.234	2.496	Ceará
5. Cedro.....	17.753	4.431	Ceará
6. Icó.....	35.097	3.953	Ceará
7. Ingazeiras (Aurora).....	—	751	Ceará
8. Juazeiro do Norte.....	56.146	41.999	Ceará
9. Jardim.....	23.861	2.500	Ceará
10. Iguatu.....	41.922	10.063	Ceará
11. Lavra.....	25.192	2.192	Ceará
12. Missão Velha.....	32.073	4.901	Ceará
13. Mauriti.....	24.400	2.183	Ceará
14. Milagres.....	25.596	2.297	Ceará
15. Antenor Navarro.....	34.562	2.066	Paraíba
16. Bonito.....	7.584	1.297	Paraíba
17. Cajazeiras.....	30.918	9.832	Paraíba
18. Conceição.....	20.162	1.472	Paraíba
19. Sousa.....	51.408	4.555	Paraíba
TOTAIS.....	547.617	119.542	—

População Cariri = 547.617 habitantes

População Zona Bonfim = 527.861 habitantes

Diferença = 19.756 habitantes

População Sedes Municipais Cariri = 119.542 habitantes

Idem, idem Zona Bonfim = 71.597 habitantes

Diferença = 47.945 habitantes,

devendo-se notar, porém, que somente a cidade de Juazeiro do Norte tem uma população de 41.999 habitantes.

Existe, pois, equivalência de população entre as duas zonas, mesmo número de municípios, 18, havendo uma maior tendência para a metropolização na região do Cariri, especialmente devido à cidade de Juazeiro do Norte, com 42.000 habitantes.

As condições sociais são semelhantes. Logo, pode ser aplicado o princípio da região subdesenvolvida a ambas.

O projeto do Cariri, cuja estação abaixadora, em Ingazeiro, está a cerca de duzentos e setenta (270) quilômetros de Paulo Afonso e que foi objeto de solicitação à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para financiamento pelo Ponto IV, oferece um exemplo típico do que deve ser feito para a Zona Bonfim, cuja distância de Paulo Afonso é de cerca de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros. Pedimos a mesma voltagem, 132 kv, a mesma estação transformadora abaixadora, 10.000 kva, a inclusão no mesmo Ponto IV, visto serem ambas as zonas, Cariri e Bonfim, zonas subdesenvolvidas, aptas portanto a receber benefícios do Ponto IV.

Levando-se na devida conta que o programa da CHESF para esta primeira etapa, levará até 1955 para se completar, com a instalação das três unidades de 60.000 kw cada, totalizando 180.000 kw, poderemos aspirar a inclusão da Zona Bonfim nessa etapa, pois existe tempo para os estudos se completarem, o pedido à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ser feito e os serviços executados.

Quanto à Zona Alagoinhas consideramos ponto pacífico, pois os argumentos apresentados são tão convincentes que sua solução, de antemão, consideramos aceita.

A linha Paulo Afonso-Bonfim, esperamos, também poderá ser realizada na 1.^a etapa, caso em que a Bahia ficará devidamente satisfeita, podendo, juntamente com os outros Estados contemplados, trabalhar, melhor armada, para o desenvolvimento unificado dessa grande região do nosso Brasil.

Linhas de Transmissão — Tendo a Comissão, conforme demonstrado anteriormente, verificado a possibilidade de fornecimento de energia à Zona Bonfim, de acordo com as finalidades da CHESF, entre as quais, por interessar enormemente ao nosso caso, citamos, do seu prospecto original, novamente:

“Sendo hoje do conhecimento geral o fato de que a disponibilidade de energia elétrica promove o aumento de seu consumo e sabendo-se que, na região do Nordeste abrangida, por estes estudos “é possível o desenvolvimento de várias indústrias, não só das que utilizam matérias-primas vegetais e matérias-primas animais, como das que utilizam matérias-primas minerais”, mas, “há a considerar, também, o emprêgo da energia na eletrificação de estradas de ferro da região e seu emprêgo na eletrificação rural, principalmente na irrigação”, tornando-se, destarte, obra de imediata necessidade, dadas as razões antes expostas, de ordem sócio-econômicas, fornecer “ao mesmo tempo, a uma vasta região do Nordeste Brasileiro, o elemento de que mais carece para garantia de progresso econômico e bem-estar de suas populações — energia elétrica segura, abundante e a baixo preço”, que, nas atuais condições de vida na região, constitui um dos anseios da sua população, ou melhor, uma das grandes esperanças que poderá, de fato, representar um dos fatores mais decisivos na paralisação do êxodo que se vem verificando, em proporções de se tornar calamidade pública, a menos que possibilidades como a de fornecimento de energia elétrica segura, abundante e a baixo preço possa sustar êsse quadro que se desenha nitidamente numa região tão promissora e de habitantes tão amantes de sua terra, mas que se vêm, muito a contragosto, obrigados a abandoná-la, em vista da ausência de condições mínimas de vida, vale dizer: energia, água, transporte, etc.

Assim sendo, e certa de que o fornecimento de energia à Zona Bonfim no mais curto espaço de tempo possível tem o caráter de obra de salvação pública, além de apresentar índices animadores do ponto de vista econômico, como vimos nos estudos

precedentes, pois mesmo admitindo-se o consumo só nas sedes, na base de 125 kwh/hab/ano, população estimada para 1960 e consumo atual para as cidades mais desenvolvidas e onde os dados são mais precisos, o mesmo já atinge a cêrca de 5.000 KVA, e admitindo-se um valor da ordem de 15% cumulativo, entre o aumento da produção e o crescimento das solicitações na Zona Bonfim, teremos, nos cinco anos seguintes 5.750 KVA, 6.600 KVA, 7.600 KVA, 8.740 KVA, 10.000 KVA, isto é, em cinco anos, após a inauguração dos serviços, deve a região ter absorvido o total dos 10.000 KVA previstos, mesmo considerando-se um consumo atual correspondente às demandas atuais existentes e solicitadas ou de solicitação imediata, segundo o conhecimento da Comissão.

Daí a nossa conclusão de que a Zona Bonfim pode receber energia de Paulo Afonso, de vez que as suas condições econômicas permitem a instalação de uma estação abaixadora de 10.000 KVA, condição estabelecida pela CHESF. Isto pôsto não titubeamos em prosseguir nos estudos, anteprojetoando o sistema de linhas de transmissão para a referida zona.

Desde que, na parte referente à Zona Alagoinhas, se demonstrou que a mesma igualmente pode aspirar a uma estação abaixadora de 10.000 KVA, com uma pequena modificação no traçado da linha Itabaiana-Salvador, decorrendo um acréscimo de comprimento de linha da ordem de cêrca de 11 (onze) quilômetros e um aumento de perto de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), que, somados aos prováveis Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), totalizando quatorze milhões de cruzeiros (Cr\$ 14.000.000,00).

Bonfim e Alagoinhas passariam a ser centros de distribuição de energia para as linhas de transmissão secundárias a serem construídas pelos municípios interessados, pelos Governos Federal e Estadual e pelos moradores e interessados nas zonas respectivas que, dêste modo, conjugariam esforços para o bem comum.

Dêste modo e dentro do esquema que tomamos a liberdade de sugerir, destacamos que nas linhas estudadas, a contribuição econômica da CHESF seria representada pelos serviços acima indicados, importando em cêrca de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) vês que, as linhas secundárias em Zona Alagoinhas e nesta Zona Bonfim seriam executadas pelos poderes públicos, federal, estadual e municipais, ao passo que, na Zona Bonfim, a linha principal de Paulo Afonso-Bonfim seria construída, assim como a estação abaixadora nesta cidade, dentro do auxílio do Ponto IV, obtido por intermédio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, à semelhança do pedido feito para o projeto do Cariri, pelos motivos antes expostos, visto serem ambas enquadráveis no conceito de regiões subdesenvolvidas.

Nesta Zona Bonfim existem quatro centros principais, Bonfim, Juazeiro, Petrolina e Jacobina, aos quais estimamos potências de 2.000 KVA,

2.500 KVA, 1.000 KVA e 1.000 KVA, que não podem ser acimados de exagerados, não só em vista das considerações que, a respeito, expendemos, quando tratamos do mercado de energia desta zona, como, também, pelo princípio de que a disponibilidade de energia elétrica promove o aumento do seu consumo e ainda tendo em vista os projetos recentes de Linhas de Transmissão para regiões do Estado da Bahia, como o do aproveitamento do Potencial Hidráulico do Baixo Rio das Contas — Central Hidrelétrica de Funil, e o Sistema Hidrelétrico do Rio Corrente, para a Comissão do Vale do São Francisco, em cujos sistemas de transmissão estão previstas as seguintes potências para as cidades a seguir mencionadas:

	Habitantes em 1950
Itabuna	7.500 KVA — 26.312
Ilhéus	7.500 KVA — 23.006
Jequié	7.500 KVA — 21.322
Ipiaú	4.000 KVA — 7.041
S ^a . Maria da Vitória ..	4.000 KVA — 2.106
Bom Jesus da Lapa ..	1.500 KVA — 4.781
Santana	1.500 KVA — 3.162
Carinhanha	1.500 KVA — 1.850

No nosso caso, temos

Senhor do Bonfim ..	2.000 KVA — 10.325
Juazeiro	2.500 KVA — 16.465
Petrolina	1.000 KVA — 7.439
Jacobina	1.000 KVA — 7.850

Dêste modo, justifica-se, amplamente, o nosso anseio de que esta Zona Bonfim seja, de logo, contemplada.

Passando à descrição sumária do sistema de linhas de transmissão de acôrdo com o nosso anteprojeto, temos:

A) *Linha de Transmissão Principal* (Zona Bonfim), partindo de Paulo Afonso e terminando na Cidade de Senhor do Bonfim, com comprimento de cêrca de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros e trabalhando sob tensão de 132 KV (cento e trinta e dois mil volts);

B) *Sistema Zona Bonfim — Linhas Secundárias*, de 66 KV (sessenta e seis mil volts) e 33 KV (trinta e três mil volts);

B-1) *Linha 1* — De 68 KV, com 120 (cento e vinte) quilômetros de extensão, alimentando Jaguarari — 150 KVA, Juazeiro — 2.500 KVA e Petrolina — 1.000 KVA;

B-2) *Linha 2* — De 66 KV, com 121 (cento e vinte e um) quilômetros, alimentando Campo Formoso — 500 KVA, Saúde — 150 KVA, Jacobina — 1.000 KVA e Miguel Calmon — 350 KVA;

B-3) *Linha 3* — De 33 KV, com 85 (oitenta e cinco) quilômetros de extensão, alimentando Itiúba — 200 KVA e Queimadas — 200 KVA;

B-4) *Linha 4* — De 33 KV, partindo de Miguel Calmon para Morro do Chapéu — 150

KVA, Mairi — 200 KVA, Mundo Novo — 200 KVA e Baixa Grande — 100 KVA num comprimento de 215 quilômetros;

B-5) Linha 5 — De 33 KV, de Jaguarari a Uauá — 100 KVA, com 90 quilômetros;

B-6) Linha 6 — De 33 KV, de Queimadas para Santaluz — 200 KVA, Monte Santo — 150 KVA e Euclides da Cunha — 200 KVA — totalizando 145 quilômetros.

Resumindo, temos:

Linha de 132 KV — Paulo Afonso — Bonfim com 250 quilômetros;

Linhas de 66 KV — 241 quilômetros;

Linhas de 33 KV — 535 quilômetros.

776 quilômetros

Sendo o preço do quilômetro de linha de transmissão de 152 KV de cinquenta por cento (50%) do custo de uma de 220 KV, segundo consta de publicação oficial da CHESF, que informa ser o custo desta de trezentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 360.000,00), por quilômetro, teremos, para os 250 quilômetros de Paulo Afonso-Senhor do Bonfim o custo de $250 \times 180.000,00 = 45.000.000,00$ (quarenta e cinco milhões de cruzeiros).

Considerando o preço de Cr\$ 100.000,00 para o quilômetro da linha de 66 KV, teremos Cr\$ 24.100.000,00 para os 241 quilômetros de linha sob esta tensão.

Admitindo o preço de Cr\$ 60.000,00 para o quilômetro da linha de 33 KV, teremos $535 \times 60.000,00 = \$32.100.000,00$.

Para a Estação Abaixadora estima-se o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Estas estimativas estão exageradas, visto como, para o projeto do Cariri, com 270 quilômetros de linha de 132 KV, mais 578 de tensões de 66 KV, 33 KV e 13,2 KV, a previsão é de Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros). Sendo, porém, a parte da linha de 132 KV e a Estação Abaixadora, previstas para financiamento pelo Ponto IV, devemos verificar o quinhão a ser financiado pelos poderes Federal, Estadual e Municipais, além dos particulares e entidades interessadas.

Teremos, então, Cr\$ 56.200.000,00 (cinquenta e seis milhões e duzentos mil cruzeiros).

Os municípios reunidos, elaborando um Plano Quinquenal para a construção destas linhas e utilizando para tal fim as suas cotas do Imposto de Renda, terão o seguinte total, considerando-se que eles são em número de 18 (dezoito):

$18 \times \$300.000,00 \times 5 = \text{Cr\$ } 27.000.000,00$

Se o Estado da Bahia consignar no seu Orçamento, anualmente, cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5.000.000,00) para o mesmo fim, teremos mais vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00), totalizando Cr\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros).

Restam, portanto, Cr\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzeiros), quantia relativamente pequena, para ser coberta em cinco anos, ou pelos particulares ou por auxílios outros.

Vê-se, portanto, que a sua exequibilidade é patente.

Poderá, também, caso prefira, o governo organizar uma companhia de capitais mistos, reservando-se, no mínimo, cinquenta e um por cento ... (51%), como participação do Estado, entrando os municípios e os particulares com o restante, servindo-se aqueles de suas cotas de Imposto de Renda, facilitando-se, também, deste modo, a realização dos trabalhos. O sistema de Cooperativa também pode ser adotado.

Em síntese, o que desejamos demonstrar é que a execução em cinco anos, com recursos Federal, Estadual, Municipais e particulares, das linhas de transmissão da Zona Bonfim não apresenta dificuldade do ponto de vista econômico, desde que se deseje dotar essa zona de tão precioso e indispensável elemento proporcionador do progresso, como a energia, não devendo ser esquecido que o índice de progresso de uma região mede-se pelo seu quociente individual de disponibilidade energética.

Estas Linhas de Transmissão estão projetadas prevendo-se a possibilidade de Eletrificação Ferroviária, sendo que as estações de Santaluz, Queimadas, Itiúba e Bonfim servem para o trecho Alagoinhas-Bonfim, esta última, Jaguarari-Juazeiro, para Bonfim-Juazeiro, aquela Campo Formoso, Saúde, Jacobina-Miguel Calmon-Mundo Novo para o trecho Bonfim-Mundo Novo, de forma que, caso se resolva eletrificar qualquer desses trechos, especialmente o Alagoinhas-Bonfim, pelos motivos expostos quando se tratou da Eletrificação Ferroviária, pode-se prever com a colaboração Federal, por intermédio da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, que melhorará a condição dos outros interessados no empreendimento.

Com cooperação tudo se resolve satisfatoriamente.

IV — ELETRIFICAÇÃO FERROVIÁRIA

Tanto no caso da Zona Alagoinhas, como no da Zona Bonfim, não se desprezou a possibilidade de eletrificação desse trecho da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, aquela onde as condições de tráfego são das mais severas dessa ferrovia, aí estando incluídas a penosa saída de São Francisco no ramal Juazeiro, a subida da serra de Itiúba, etc. trecho cuja eletrificação, pela economia no preço do transporte, direta e pela paralisação da vegetação do que resta de vegetação, nessa zona seca do nosso Estado, seria um dos maiores serviços que o mesmo ficaria devendo a Paulo Afonso.

Devemos lembrar que em Pernambuco a CHESF já previu, em seu programa inicial, a construção de uma linha de transmissão de 33.000 volts, para suprir as cidades marginais de Vitória, Gravatá, Bezerros, São Caetano, Caruaru e Pesqueira, da Great Western, hoje Rede Ferroviária

do Nordeste, linha que poderá ser utilizada para fornecimento de energia às subestações conversoras destinadas ao serviço de eletrificação. O trecho Recife-Sertania tem 339 quilômetros e a demanda de suas oito (8) subestações está prevista na ordem de 12.400 kw.

O trecho São Francisco (Alagoinhas)-Bonfim tem cerca de 320 quilômetros de desenvolvimento e nas linhas de transmissão estudadas, existe a possibilidade de, por meio das que se destinam a suprir Alagoinhas, Água Fria (Irará), Serinha, Santaluz, Queimadas, Itiúba e Bonfim, alimentar-se de energia as subestações conversoras destinadas ao serviço de eletrificação.

Posteriormente o mesmo pode ser ampliado, no que tange à eletrificação, não só utilizando-se a linha Bonfim-Juazeiro, como também Bonfim-Mundo Novo ou ainda Alagoinhas-Rio Real na linha de Sergipe, à medida das necessidades.

Situação quanto a combustíveis — Estamos fazendo referência especial ao trecho Alagoinhas-Bonfim, porque a justificativa para a sua eletrificação não se encontra tanto no volume do tráfego, como, principalmente, pela dificuldade de solução do problema combustível às máquinas. Em vista do alto preço atingido pelo carvão estrangeiro, à distância relativamente grande do carvão nacional, cujo preço sofre as consequências da navegação irregular, todas as estradas de ferro dessa região têm sido obrigadas a se utilizar do combustível lenha, com o que um grave e difícil problema se apresenta. Esta região é semi-árida, suas reservas florestais pequenas, cada dia que se passa vão se distanciando mais e mais do leito das estradas, de modo que, em certos casos, o problema mais complicado a resolver é o de transporte da lenha para os locais de consumo. De modo que, todos os fatores juntos, aconselham a eletrificação ferroviária neste trecho, como medida econômica de largo alcance para a coletividade, sob todos os pontos pelos quais se observe o problema.

Inicialmente, queremos dizer que temos estudado o problema da eletrificação da Bahia, encarrando o assunto em conjunto e não parceladamente, aliás, como se fez e se faz em todos os países do mundo, inclusive o Brasil.

Parece-nos que, no Brasil, a política mais interessante a ser seguida no que se refere à produção da energia elétrica, é a do aproveitamento do potencial hidráulico dos nossos rios. É o Brasil o quinto país do mundo em potencial hidráulico e, portanto, não é econômico cuidar-se de outra modalidade de energia que, transformada, produza a elétrica, senão a que possuímos em abundância. Cogitar-se suprir as indústrias, a agricultura, os usos domésticos, etc. de energia elétrica obtida da energia térmica, é uma solução contrária aos nossos interesses econômicos, de vez que é sobejamente sabido que não possuímos reservas capazes em combustíveis minerais. Sabe-se da existência das minas de carvão de pedra no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, do petróleo na Bahia, do gás de Aratu, dos esquistos do Vale do Paraíba; mas se conhece a possança das referidas reservas com pre-

cisão, a ponto de se poder calcular a quantidade que se deve consumir para não exaurir tais reservas em curto tempo?

Ainda mais: a eletrificação das nossas ferrovias é uma providência que tem de ser adotada continuamente, em todo o país, pois não é possível prosseguir na devastação das nossas reservas florestais, principalmente no Nordeste, para produção de lenha que é queimada nas fornalhas das nossas locomotivas.

O transporte rodoviário necessita, também, de ser amparado, com todo o aparelhamento mecânico empregado na agricultura, construções de obras públicas, etc.

Se começamos a empregar o pouco de que dispomos em combustíveis minerais, na produção de energia elétrica, quando temos à mão um colossal potencial hidráulico de fácil captação em longa escala de combustíveis, política econômica esta contrária à nossa emancipação.

No nosso modo de ver, os nossos combustíveis devem ser utilizados em uma maior parte, na produção de energia mecânica, acionando os motores dos caminhões, automóveis, locomotivas Diesel elétricas, tratores, aviões, patrulhas mecânicas para construção de estradas e demais obras públicas, navios e outros aparelhamentos, e na produção de energia elétrica, onde não existam possibilidades de utilização de rios, como acontece em vários Estados do país, principalmente no nordeste e norte, onde não é possível fazer chegar a energia elétrica a ser produzida na central de Paulo Afonso.

Para que seja possível fornecer ao país energia elétrica abundante e barata, é preciso que sua produção não se encare exclusivamente com fim lucrativo. A produção e transmissão de energia elétrica, deve ser realizada, tendo-se, também, em mira, preencher uma necessidade social e de amparo às populações das zonas rurais. A oferta da energia de proceder à demanda, a fim de possibilitar radicar indústrias no interior e, também, ajudar ao povoamento da nossa hinterlândia.

Hoje não se pode pensar em eletrificação sem levar em conta a interdependência existente entre a tração elétrica e a distribuição de energia elétrica, alimentam, ao mesmo tempo, a clientela industrial e populações, e também as linhas de tração, numa rede única de linhas de transporte de força, servindo ao conjunto das instalações elétricas.

A energia de Paulo Afonso, deve, pois, servir para atender a essas necessidades, precisando, por isso, que as suas linhas troncos de transmissão obedeçam a um plano geral, previsto a atender todas as necessidades das regiões, servidas de modo técnico, econômico e eficiente.

No Nordeste Baiano, região a ser beneficiada com a energia de Paulo Afonso, a V.F.F.L. Brasileiro corta com os trilhos zonas onde existem em potencial inúmeras riquezas minerais, existindo mesmo algumas já em exploração, como o manganes de Campo Formoso, embora de maneira muito primitiva.

Cogita-se da exploração do minério de ferro de Sento Sé, no São Francisco e do cromo exis-

tente em Campo Formoso e Santa Luzia, entretanto, para que esses empreendimentos possam se tornar realidade, mister é que haja: energia elétrica e transporte a baixo custo. Ora, as condições técnicas da linha da Leste além de São Francisco, são péssimas, impedindo a realização de condição primordial das ferrovias: conservar mais baixo possível o custo dos transportes. E como a parcela da despesa mais ponderável a considerar no custo de transporte é o custo da tração que depende das condições técnicas do traçado e do sistema de tração a adotar, eis aí os dois problemas a atacar: de um lado, reduzir ao mínimo as resistências oferecidas pela linha, colocando-se em condição mais favorável; de outro lado, o emprêgo da força motriz a mais barata possível.

Para que haja compensação ao capital invertido é preciso contar sempre com um bom tráfego.

Entre nós, as linhas de penetração, mesmo com os melhoramentos nelas introduzidos, nunca poderão ser econômicas com a numerosíssima tração a vapor; só a tração nos fará sair dessa dificuldade, permitindo obter uma exploração econômica nessas linhas, em longo percurso.

A evolução de *base vapor* para de *base eletricidade*, torna-se quase que obrigatória para a maioria das nossas ferrovias.

O grande engenheiro Francisco Monlevade, quando da sua passagem pela "Paulista", chegou a assegurar, com grande previsão: "Se a Paulista não for eletrificada, em breve não distribuirá dividendos."

No caso da Leste, o barateamento das tarifas deve vir inicialmente, com a eletrificação, devendo, para isso, que existam ao longo do seu percurso de São Francisco para cima, estações provedoras de energia elétrica de Paulo Afonso. Dessa forma, é preciso que as linhas troncos de transmissão sejam agora já previstas e construídas, de modo a possibilitar de maneira eficiente e econômica, a utilização da energia de Paulo Afonso. A carência de combustível utilizado na Leste, a lenha em quase totalidade, principalmente acima de São Francisco e Alagoinhas, que se vem agravando, está tomando um aspecto alarmante de consequências imprevisíveis e onerando consideravelmente as despesas de custeio da estrada.

"Um dos problemas de maior complexidade e relevância nas ferrovias e que grande preocupação acarreta a qualquer administração, consumindo parte apreciável da receita orçamentária e ainda devastando assustadoramente as reservas florestais, é, sem dúvida, o da lenha como combustível."

Como dado ilustrativo, basta atentar para as seguintes notas colhidas na Leste:

Ano de 1951

Custo do trem quilômetro a vapor	Cr\$ 7.540
Custo do trem quilômetro Diesel elétrico .	Cr\$ 1.800

Vantagens da Eletrificação — As vantagens que decorrem da tração elétrica, principalmente quando aplicada às ferrovias são incalculáveis;

mormente em nosso país, e particularmente na região assolada pelas estiagens prolongadas, que provocam os períodos de seca. A tração a vapor, a mais difundida no Brasil, precisa ser substituída paulatinamente pela Elétrica, quer de origem hidráulica, térmica e Diesel elétrica.

Além de outras razões desfavoráveis que analisaremos adiante há a do combustível utilizado geralmente, a lenha.

E' sobejamente sabido, que o nosso carvão de origem mineral é de qualidade inferior, além de terem as suas jazidas possança reduzida, de difícil extração, condição esta que torna caro o seu custo, para aplicação nas fornalhas das locomotivas.

Temos exceções raras, como carvão das Minas de Candiota, no Rio Grande do Sul, onde o governo do Estado está levando a frente a construção da usina termelétrica, de 20.000 kw de Candiota, que faz parte do plano da eletrificação do próspero Estado sulino.

Sabendo-se que 1 KWH equivale a 4,70 kg de carvão, quando este é queimado nas fornalhas das locomotivas a vapor, fácil é concluir-se as vantagens da eletrificação, mesmo de origem térmica com o emprêgo da nossa hulha negra, nesse mister e isto porque o rendimento térmico de uma locomotiva varia entre 4% e 7,7% enquanto que as caldeiras fixas atingem 15% e 20%, com relativa facilidade, devido aos aperfeiçoamentos de que são portadores, pois sendo unidades fixas são portanto capazes de receber acessórios o que não acontece, no mesmo grau, com as locomotivas que queimam carvão.

No que toca ao emprêgo da lenha, além do mais, existem os seguintes inconvenientes que assinalaremos a seguir: as florestas representam a perenidade dos nossos cursos d'água e a devastação a que têm sido sujeitas.

Tem mostrado os seus resultados perniciosos, nas secas, na redução dos deflúvios médios dos rios, chegando ao ponto de ser preciso providências drásticas no consumo de pouca energia elétrica que possuímos, com incalculáveis prejuízos, para as indústrias já existentes e as que possam surgir e também no conforto a que todos que trabalham têm direito, quando regressam aos lares depois de um dia estafante de lida.

O emprêgo da lenha como combustível existente ao longo das linhas férreas e de baixo custo e a sua derrubada se justificando para conseguir-se áreas para culturas, era o combustível indicado no início do tráfego das estradas de ferro, mas hoje, são raras as estradas de ferro que ainda o encontram a baixo custo sendo que em muitas delas a sua procura se faz a vários quilômetros afastados dos pontos de concentração do combustível, sendo o transporte feito em caminhões.

Chega-se, portanto, ao absurdo de se importar do exterior, de longas distâncias, um tipo de combustível superior, como gasolina ou óleo Diesel, para ir procurar um combustível fraco como a lenha, para utilizá-lo na locomotiva.

Em "Railroad Motive Power", o engenheiro P. W. Kierer dá o seguinte quadro de eficiência de tração sobre os trilhos dos diferentes sistemas usados pelas ferrovias:

	de eficiência
Tração Diesel — Elétrica	22%
Tração elétrica	17%
Tração gás turbo-elétrica (carvão pulverizado)	16%
Tração vapor turbo-elétrica (carvão pulverizado)	10%
Tração vapor	6%

Verifica-se assim a diferença chocante entre os valores de eficiência entre a tração a vapor e as elétricas. Dessa forma, todo o esforço dirigido no sentido de ser modificado o sistema a vapor pelo elétrico, só poderá trazer benefícios incalculáveis, não só para a economia das Estradas de Ferro como, conseqüentemente, para a economia do nosso país.

Vejam agora o custo do transporte empregando-se os dois sistemas, para cada 1.000 toneladas-quilômetros.

Tração a vapor — Do relatório da Estrada de Ferro Sorocabana retiramos que o consumo de carvão para 1.000 toneladas/km rebocadas foi de 84 kg.

Como é sabido, a equivalência fixada pela experiência é de que 8 m³ de lenha substitui uma tonelada de carvão. Custando à Leste Brasileiro Cr\$ 30,00 o metro cúbico da lenha, pôsto no tender da locomotiva, teremos para o custo do combustível consumido para transportar 1.000 toneladas/km pela tração a vapor,

$$84 \times 0,240 = \text{Cr\$ } 20,16$$

Para a tração elétrica temos que determinar o custo do KWH.

De acordo com as declarações do Sr. Be-reuhauge, na mesa-redonda de Salvador, o custo do KWH chegaria a cerca de Cr\$ 0,30 em Salvador. Mas, este preço não é o que deve ser vendido para fins industriais e para tração. Admitamos que possa ser de Cr\$ 0,20 pois sendo as tarifas diferenciais, variam para umas com o aumento do consumo e potência utilizada. O consumo de energia para o transporte de 1.000 toneladas/km, de acordo com estudos feitos pela E.F. Sorocabana, foi estimado em 38,957 KWH, resultando para a Leste, que o custo da energia para realizar o transporte das 1.000 toneladas/km será

$$38,957 \times 0,20 = \text{Cr\$ } 6,781$$

Contudo este não é o custo real, pois temos que considerar ainda as despesas com a conservação da linha de transmissão, estações e rede aérea. Assim sendo, vamos admitir os mesmos preços adotados no estudo da Sorocabana: para 1.000 toneladas/km,

	Cr\$
Despesa de conservação, linha de transmissão ..	0,271
Despesa de conservação subestação	0,269
Despesa de conservação rede aérea	0,403
Despesas gerais para conservação	0,943

Assim, o custo total da energia necessária à locomotiva, para rebocar 1.000 toneladas/km sobre os trilhos será:

$$\text{Cr\$ } 6,781 + 0,943 = \text{Cr\$ } 7,724$$

Resumindo teremos:

	Cr\$
Custo total de energia para rebocar 1.000 toneladas /km na tração a vapor, no caso da Leste Brasileiro	20,16
Custo total da energia para rebocar 1.000 toneladas /km na tração elétrica da Leste, com a energia de Paulo Afonso	7,72
Diferença a favor da 2. ^a	12,44

Considerando-se que o número de toneladas-quilômetros transportadas pela Leste nos dois últimos anos, 1950, 1951, na linha de São Francisco e Juazeiro foi superior a 100.000.000 toneladas/km, e sendo adotada a tração elétrica, haverá uma economia só no custo do transporte por ano, de mais de Cr\$ 1.300.000,00.

Outras vantagens mostram ser a tração elétrica a mais indicada para o nosso país, principalmente quando se dispõe de um potencial hidrelétrico abundante e de baixo preço.

No momento as necessidades de energia elétrica, para a tração na linha de São Francisco e Juazeiro, de acordo com o movimento de transporte, na base de 38, 957, diga-se 39 KWH por 1.000 toneladas/km é da ordem 3.900.000 KWH por ano, equivalente a uma potência média de cerca de 4.500 KW. Se admitirmos o fator de carga de 0,50 precisa-se de uma potência máxima de 9.000 KW.

Como deve ser prevista uma margem para atender ao crescente movimento do tráfego, pode-se calcular em 10.000 KW a potência necessária para eletrificar o trecho entre São Francisco e Juazeiro na Leste Brasileiro.

A tração elétrica aplicada às ferrovias trouxe para o tráfego grandes vantagens, as quais mais se acentuam, quanto mais aumenta o volume de tráfego. E' na constituição mesmo do comboio que a aplicação da eletricidade à tração tem trazido várias transformações bastante acentuadas.

A tração elétrica permite realizar rapidamente uma concentração da potência motriz e sua divisão entre um número qualquer de automotri- zes. Pode-se construir hoje, tanto uma grande locomotiva de 6.000 c.v., como autos de linhas de 50 e 100 c.v., tendo motores elétricos rendimen- tos muito pouco diferentes, uns dos outros.

Ainda há outros fatores que justificam e exigem a adoção da tração elétrica nas ferrovias, que seria longo enumerá-los, bastando citar como preponderantes os seguintes:

a) a multiplicação dos eixos motores permite evitar as duplicações das linhas devido ao acréscimo de aceleração e da velocidade;

b) o aumento do peso aderente que permite essa multiplicação, torna possível a melhor exploração das linhas que têm fortes declividades;

c) economia e recuperação de energia nas descidas, tornando assim a operação do tráfego mais barata;

d) as locomotivas elétricas são mais leves do que as dos outros tipos. A relação entre o peso total em ordem de marcha e o peso aderente, varia de 2 para as locomotivas a vapor, de 1,1 ou 1,2 para as locomotivas elétricas de corrente contínua, sendo de 1,5 e 1,16 para as locomotivas elétricas monofásicas. Com o emprêgo das automotrizas ainda melhora o peso, pois a parte mecânica de tração se confunde com a da parte de transporte;

e) o material elétrico de tração não está sujeito a sofrer usuras rápidas e sistemáticas como acontece com as fornalhas e caldeiras das locomotivas a vapor. Os percursos efetuados pelas locomotivas elétricas são muito maiores que os das locomotivas a vapor. Existem tipos de locomotivas elétricas para grandes velocidades, que fazem percursos de 20.000 a 30.000 quilômetros por mês, cifras correspondentes a um percurso anual da ordem de 300.000 quilômetros.

Resulta disto que o número de máquinas elétricas necessárias para assegurar um tráfego dado, é muito menor que o de locomotivas a vapor. Em geral, o número de trens elétricos necessários para o mesmo volume de transporte, é inferior a metade do efetivo correspondente às locomotivas a vapor, chegando em alguns casos a se ter verificado que uma locomotiva elétrica substitui 3 a vapor;

f) a regularidade de funcionamento da tração elétrica é comprovada diariamente nos serviços das ferrovias em todo o mundo.

A título de exemplo, citemos uma comparação entre os trens a vapor e elétricos que servem os subúrbios de Paris. Os trens elétricos fazem em média 840 viagens por dia e durante o ano o atraso médio verificado foi de 3 segundos! Enquanto isso, trens a vapor fazem em média 190 viagens, e acusam, durante o ano, um atraso de 49 segundos. Vale a pena ainda assinalar que na Itália e nos Estados Unidos foi possível, com a tração elétrica, a regularidade do tráfego nas linhas de fortes declividades, percorridas pelos trens de carga de alta tonelagem devido ao fato de ser possível manter com as trações elétricas, velocidades uniformes ao longo do percurso, o que não acontecia com a tração a vapor.

Assim, pois, para a eletrificação da V.F.F.L.B. no trecho considerado, deve-se estimar uma demanda máxima de 10.000 kw, que podem ser fornecidos 5.000 kw pela Bonfim, com o que, caso se resolva prestar êste indispensável e inadiável serviço a essa região, pode-se ter em conta essas demandas, a possibilidade de absorção fica muitíssimo simplificada.

Neste caso, deve ser levada em conta a participação do Governo Federal na parte do financiamento, em percentagem a ser fixada, mas que, de qualquer modo, muito facilitará o desiderato, do ponto de vista econômico.

Ordem de prioridade dos trechos a eletrificar
— Pelas razões expostas anteriormente, esta Comissão pensa que a ordem de prioridade dos trechos a eletrificar deve ser a seguinte:

A — São Francisco (Alagoinhas) a Bonfim, por ser o mais penoso e o que atravessa a região mais árida de tôdas, onde a escassez de lenha se torna cada dia mais premente e a sua solução quase impraticável. Também o problema do transporte de minério, manganês, cromo, etc., do distrito mineral Bonfim, Campo Formoso, Jacobina, Santaluz, depende, em grande parte, desta providência, para aumento de sua capacidade transportadora.

B — Alagoinhas-Aracaju, estabelecendo ligação entre as capitais de Bahia e Sergipe.

C — Bonfim-Mundo Novo, por ser de traçado forte e de valor econômico ponderável.

D — Bonfim-Juazeiro.

V — CONCLUSÕES

Depois do que se escreveu, não é difícil concluir que :

1.º A CHESF, com pequeno aumento de despesa, poderá proporcionar a duas zonas importantes do Estado da Bahia e a um Município destacado do Estado de Pernambuco, energia segura, abundante e a baixo custo, cumprindo, destarte, com o que preceitua o seu prospecto de lançamento, contribuindo, assim, para que mais de um milhão de brasileiros possam usufruir de um dos fatores primordiais da vida moderna, a eletricidade.

2.º Estas zonas, Alagoinhas e Bonfim, constituirão, de logo, importantes fatores econômicos para a própria CHESF, como companhia fornecedora de energia elétrica por atacado, pois com a instalação das duas estações abaixadoras previstas, terá aumentado o seu consumo, nas piores condições, de mais de 10.000 KVA, logo no primeiro ano de operação, devendo, nos seguintes, atingir a cifra de 20.000 KVA.

3.º A Zona Bonfim, do modo como foi exposto o programa de sua realização, não pesará nos orçamentos da CHESF, já que, conforme sugere a Comissão, deve ser solicitado o auxílio do Ponto IV, para áreas subdesenvolvidas, por intermédio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para a construção da linha de 132 KV de Paulo Afonso a Senhor do Bonfim.

4.º As linhas secundárias e terciárias serão construídas sem dispêndio de capital pela CHESF e sim por meio de cooperação entre os poderes públicos e particulares interessados e que possuam indústrias na zona.

5.º Com a efetivação da eletrificação do trecho ferroviário Alagoinhas-Bonfim, no início e dos outros, posteriormente, prestar-se-á inestimável serviço a um importante trecho ferroviário, que possui condições penosas nas suas linhas, sendo difficilima a solução do problema combustível — quer lenha, por ser zona semi-árida, portanto des-

provida de reservas florestais, quer carvão ou óleo, por dificuldades de importação — aumentando-se a sua capacidade de tráfego, possibilitando o escoamento da produção de origem vegetal e mineral, tão entravadas, até a época, por falta de transporte adequado.

6.º Sob o ponto de vista de solidariedade humana, será de grande alcance a efetivação dos serviços aqui propostos, por intermédio do fornecimento de energia segura, abundante e a baixo preço, em regiões quase inteiramente desprovidas desse elemento essencial e indispensável ao progresso moderno, a eletricidade, cujo consumo "per capita" serve para medir, hoje em dia, o estado de desenvolvimento econômico de uma região, de um país, contribuindo, assim, decisivamente, para fixação do homem ao solo, pois havendo energia elétrica existe a possibilidade de irrigação, indústria, agricultura racionalizada, enfim, todas as atividades humanas que se ligam às condições de vida dignas do estado de progresso a que atingiu a humanidade e que, infelizmente, essas zonas não têm podido desfrutar, pela ausência deste elemento motor de civilização.

Assim, pois, esta Comissão, ao encerrar os seus estudos, o faz na certeza de que, levados a efeito os trabalhos aqui propostos, a CHESF, os Governos Federal, Estadual e Municipais e todos os

que colaborarem, seja de que modo fôr, na consecução destas obras, terão prestado um valioso serviço ao Brasil, pelo que a mesma fez o mais veemente apêlo aos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipais, aos diretores da CHESF, aos residentes nos Municípios Baianos e Pernambucano interessados e por extensão a todos os brasileiros, aos quais, por certo, não faltarão espírito público e solidariedade humana para compreenderem as razões destas solicitações, para cooperarem na solução favorável destas justas e oportunas reivindicações, de que a Associação Baiana dos Municípios se tornou porta-voz, reiterando, porém, aqui e mais uma vez, que é seu ensejo que todo o programa da CHESF para a primeira etapa, inclusive o projeto do Cariri, seja levado a efeito nos outros Estados contemplados, acrescidos, porém, pelas Zonas Alagoinhas e Bonfim, aqui estudadas.

Concluamos, citando, com muita propriedade, aqui, palavras com que o Prof. Américo Furtado de Simas encerrou um de seus trabalhos sobre a matéria:

"Por isso o anteprojeto apresentado, utilizando em benefício de uma grande parte da população do Estado, a energia inorgânica do São Francisco, contribui para resolver, não só a questão social, como também o problema das secas, fazendo a felicidade dos povos, principal objetivo dos governos."

O Problema da Chefia e das Relações Humanas no Trabalho

THOMAS G. SPATES

(Tradução de Mary Cardoso)

O trabalho aqui apresentado constitui palestra pronunciada em 3 de junho de 1948, na "Society for Personnel Administration", de Washington, pelo Sr. Thomas G. Spates, vice-presidente do setor de administração de pessoal do "General Foods Corporation", desde 1943, e um pioneiro nos esforços para aperfeiçoamento dos métodos de administração de pessoal, na indústria e no Governo americano, onde serviu durante a guerra. Thomas G. Spates é, além disso, autor de várias obras especializadas.

A PRESENTE discussão começará com algumas observações de caráter pessoal, que indicarão o objetivo que tenho em mira, na palestra desta noite. Seguir-se-á o esforço de cumprir tarefa bem difícil, que a mim mesmo impus, o qual, por sua vez, espero venha convencer-vos de que esta Sociedade terá, no ano vindouro, que enfrentar missão importante e desafiadora.

Vossos problemas não me são estranhos, nem sou um estranho para Washington, pois passei seis meses no Departamento do Trabalho, em 1933, como um dos diretores do Serviço Nacional de Reemprego. Servi também, por largo tempo, como representante da indústria no Conselho do Trabalho, instituído durante a última guerra e, como Diretor do Departamento de Administração de Pessoal, num breve período após o ataque a Pearl Harbor, reuni experiências desanimadoras, que bastante influíram naquilo que pretendo dizer esta noite. Por outro lado, nos últimos dois anos tenho sido membro do Conselho Técnico Civil, que presta assistência ao Diretor de Pessoal do Ministério da Guerra.

Assim, é graças à compreensão e à simpatia que tenho por vossos problemas que vos desejo falar hoje, contando minha experiência como administrador de pessoal na indústria americana, associado também, em várias oportunidades, ao Governo Federal.

Estou no vigésimo oitavo ano de minha campanha em prol da boa administração de pessoal na indústria e nos negócios, e embora seja fundamen-

talmente um otimista, daqueles que só consideram o jogo perdido depois que a sineta marca o último minuto, senti, há um ano e meio, e pela primeira vez na vida, um profundo desânimo quanto aos resultados da cruzada empreendida, desânimo que decorreu de experiências extracurriculares, obtidas fora da minha própria organização. Cheguei, assim, à conclusão de que nosso país atravessa uma crise bastante séria, que deve impelir cada um de nós a fazer mais ainda, em relação ao que já fazia, em cada setor em que nossa ação se faz necessária, isto é, sobretudo, no campo da educação e nas altas esferas executivas do governo e dos negócios.

Num esforço para levar mais adiante tal conclusão, proferi, em setembro passado, uma conferência intitulada "A última oportunidade da Democracia", da qual vos lerei uns poucos parágrafos, que constituem, assim, o primeiro capítulo da palestra de hoje: "Havíamos contado com os chefes do Governo, com os homens responsáveis pela indústria e mesmo com os chefes da massa trabalhadora organizada, mas chegamos à convicção de que todos esses recursos são insuficientes para enfrentar e resolver o grande problema de nossa era — que consiste em fazer com que o elemento humano, em todos os níveis da sociedade organizada, em toda parte do mundo, retire de sua experiência de trabalho, tanto satisfação espiritual, quanto recompensa material. Não é justo, portanto, que nos voltemos para os responsáveis pela educação, pedindo-lhes, com insistência, que se inclua, desde já, nos currículos de todas as nossas instituições de ensino superior, um curso de relações humanas no trabalho, de caráter obrigatório para graduação? Por que esperar sempre que algo de ruim aconteça, para então ministrar lições de relações humanas aos diplomados das universidades e das escolas técnicas?

"Fiz-me entender, naquilo que pretendo dizer, ou devo tentar ser mais explícito?

"Não basta que o médico faça sarar o doente aumentando, assim, a duração da vida humana. No trabalho diário que desenvolve, com seus auxiliares, com os técnicos e assistentes que no hospital o ajudam, deve promover um sentimento de interesse comum, que dará à vida de cada membro do grupo maior significado. Não basta que o funcionário do Estado saiba usar conscienciosamente o dinheiro do povo. Nos seus contatos com o pes-

soal cujo trabalho orienta e dirige, deve êle cuidar para que resultem experiências capazes de confirmar — e não de contrariar — os postulados da Declaração da Independência e dos Direitos do Homem... Não basta que os funcionários e diretores das empresas industriais e comerciais transformem suas atividades em sucessos financeiros. Devem aprender nos bancos das escolas técnicas, das academias e das universidades, a eliminar dos ambientes de trabalho as frustrações, as desilusões, os males mentais e emocionais, que formam as atividades subversivas capazes de afetar o destino das nações."

Esse apêlo constitui o primeiro passo e sabemos, através de relatórios, que há instituições de ensino superior empenhadas em dar cumprimento a tal princípio. Prosseguindo nos esforços sobre os quais vos falo esta noite, não perdi, em fevereiro último, a excelente oportunidade de expor meus pontos de vista a uma assistência de mil e seiscentos banqueiros, reunidos no Waldorf-Astoria, de New York. E quero repetir-vos, agora, alguns dos trechos que êsses banqueiros então ouviram:

«Vamos falar de pessoas em seus locais de trabalho. Trataremos de todos aqueles que figuram na folha de pagamento, do presidente ao servente, discutindo a maneira pela qual estão organizados e a forma pela qual são tratados por seus chefes, em todos os níveis da hierarquia. Examinaremos as múltiplas pequenas coisas que determinam as atitudes, boas e más, independentes do valor do ordenado ou da importância do cargo.

«Esta palestra gira em torno do problema da chefia — chefia que o conselho diretor exerce sobre o diretor executivo, o presidente sobre os vice-presidentes e que dêstes vai aos chefes de grau médio, aos superintendentes e contramestres e dêstes aos operários. Prende-se, igualmente, ao tipo de chefia que pode refluir da base para os níveis mais altos da organização, quando os canais de comunicação estão realmente abertos. E, ainda, uma palestra sobre a chefia e as experiências oferecidas aos que trabalham, e que os fazem desejar seja mantido ou modificado o sistema americano de governo.

«Impressionam como demasiado elementares êstes parágrafos iniciais? Fiz deliberado esforço para que assim o fôssem e, na realidade, gostaria de poder tornar esta palestra, a um só tempo, tão simples e dramática e tão interessante quanto as histórias do Robinson Crusoe e do Pretinho Sambo. Tudo o que se poderia dizer já foi dito. Há bibliotecas inteiras de livros, artigos, relatórios e de incontáveis registros de tragédia humana, cuja influência, no que concerne à formação de convicções esclarecidas e à motivação de ação construtiva, nos pontos em que umas e outra têm mais importância — no espírito e na consciência dos chefes executivos e dos diretores de nossas empresas industriais e comerciais — quase sempre parece chegar muito tarde e muito fraca.

«Os contatos dos últimos seis meses com chefes da hierarquia governamental, do campo da educação e do mundo dos negócios, demonstraram-nos

que muitos dêles não têm senão idéia muito vaga sobre a completa significação da administração de pessoal, maneira mais formal de designar o objetivo desta palestra. Tais chefes ou exprimem fria indiferença pelos problemas individuais, ou se mantêm no ponto de vista de que essa função de tanta importância na chefia executiva e no conjunto da administração é primeira — senão exclusivamente — uma questão confinada aos termos limitados da legislação do trabalho, das regras gerais do comércio e que se reduz à manutenção de uma força subordinada de mão-de-obra e à preparação dos registros de emprego.

«E, se isso não é tudo, qual é, então, o inteiro significado, o verdadeiro objetivo da sadia administração de pessoal?

«Em primeiro lugar, *pessoal é elemento humano*, em todos os seus aspectos, sem distinção entre o homem comum e o aristocrata. Não quer dizer a massa, a multidão dos pequenos servidores, distinguindo-a dos chefes de alto nível. Nem significa apenas os que trabalham na indústria, separando-os dos que se dedicam ao comércio ou ao serviço do Governo, mas compreende, literalmente, todo aquele que figura na folha de pagamento de qualquer entidade, organizada com um propósito definido de trabalho.

«Em segundo lugar, a administração constitui a mais elevada forma de chefia organizada, distinta da simples direção e da execução do trabalho. Administrador não é apenas aquele que obtém que as coisas sejam feitas da melhor maneira possível, mas sim o que consegue transmitir a seus comandados um sentimento de interesse comum e de entusiasmo pelo trabalho.

«Assim, combinamos as palavras *administração* e *pessoal* para exprimir a filosofia, as razões e os métodos de organizar e tratar o elemento humano, em todos os níveis da hierarquia funcional, de modo que o mesmo possa dar o melhor de seus esforços na execução do trabalho e, ao mesmo tempo, retirar de sua atividade o maior grau possível de satisfação individual.

«Se tal é o *significado* da administração de pessoal, qual é, então, a *finalidade* dessa função da chefia executiva, que tem em si possibilidades quase infinitas de realização, uma vez que se prende não apenas aos braços e ao cérebro das criaturas, mas também a seu espírito?

«Não é fácil, resumindo no espaço de trinta minutos, dar idéia do objetivo de profissão tão complexa, cuja evolução se vem processando há trinta e cinco anos e que já se exprime em literatura que enche bibliotecas especializadas em algumas de nossas instituições de ensino superior. Não obstante, nos limites do tempo de que dispomos, procuraremos extrair dessa literatura e de anos de experiência acumulada, doze pontos essenciais de uma boa administração de pessoal. Cada um dêles atende a uma necessidade básica da mente e do coração humanos, em todos os níveis de organização. Sua validade deve ser por vós provada, à luz de vossa própria experiência,

«O primeiro ponto é o *Caráter e o Padrão Moral da Organização* — e sua posição no alto da lista justifica-se por ser êle o mais importante de todos os requisitos da sadia administração de pessoal. Dêle depende o *tonus* espiritual da empresa e podeis ter certeza de que nada menos de noventa e cinco por cento daqueles que figuram na fôlha de pagamento preferem fazer parte de um grupo movido e inspirado por ideias elevadas. Reagem com incrível entusiasmo e lealdade às manifestações cotidianas de honestidade intelectual e de lisura que ocorrem na organização. Gostam de trabalhar para uma empresa que dispõe de serviço jurídico para ajudá-la a conduzir-se dentro dos preceitos da lei, e não para industriá-la na forma de burlar essa mesma lei. Gostam de fazer parte de uma companhia cujos "slogans" de propaganda correspondem à realidade, sem o recurso à compulsão dos regulamentos. Não gostam que se lhes peçam ou imponham coisas, na execução do trabalho, que os deixem mal com a própria consciência. Esse primeiro ponto essencial ajuda cada um dos empregados a manter-se de cabeça erguida, mesmo quando surgem os momentos de crise.

«O segundo tópico é *Boa Chefia, Prêsa a Normas Escritas Decorrentes de Princípios Elevados de Administração e Organização e não oriundas da improvisação e da exploração*. São inúmeros os depoimentos e é já sensível o acervo de dados científicos em apoio da conclusão de que o maior fator isolado a influir na produtividade do empregado é sua atitude mental em relação ao chefe. Essa conclusão parece aplicar-se a todos os níveis da organização e dela decorre a importância da boa chefia por parte daqueles que dirigem o trabalho de outros, embora esta, em si própria, não seja o único requisito para obtenção dos melhores resultados. E' justo que os empregados saibam, através de normas escritas, quais os padrões de conduta que a chefia suprema estabeleceu para si mesma e exige dos demais chefes, do mesmo modo que têm o direito de saber quais são as suas prerrogativas e aquilo que dêles se espera. Entre as companhias americanas de melhor reputação, no que concerne aos problemas de relações humanas, aquelas que encontram um mínimo de dificuldade em recrutar e manter seus empregados, de todos os tipos, e que, ainda, apresentam as mais longas e melhores tradições de paz entre patrões e empregados, estão as que publicam as normas pelas quais é regido seu pessoal. Em contraposição, à falta dessas normas pode ser atribuída boa soma das dificuldades atravessadas, nos últimos anos, por várias empresas de nomeada. Haverá dúvida, entre vós, sobre a qual dêsses dois grupos cabem os melhores resultados financeiros?

«O terceiro ponto é a *Prática da Consulta e da Explicação, entre todos os degraus da organização*. Se alguém se visse forçado, sob pena de severo castigo, a resumir em duas únicas palavras a essência da boa administração de pessoal, essas palavras teriam que ser *Consulta e Explicação*. Os atos que delas decorrem exercem a maior influência nas atitudes dos empregados e em sua reação às decisões tomadas na condução dos negócios.

«Embora certas decisões necessárias sejam, muitas vêzes, recebidas com pouca simpatia, as conseqüências negativas podem ser diminuídas respondendo-se aos porquês. Muitos dissídios industriais têm sido precipitados por uma notícia sêca afixada no quadro, inadequadamente explicada, anunciando modificações que afetam a vida dos empregados e sobre as quais nenhuma consulta foi previamente feita. A importância da consulta no moral e no espírito das criaturas é bem ilustrada por esta citação:

"De todos os mortais e depressivos fardos carregados pelo homem, nenhum enche a alma de maior descontentamento que o da consciência da força que não foi usada."

«Há enorme importância psicológica na prática da consulta e da explicação, sobre qualquer tipo de empregado. E, em muitos casos, pode essa prática significar, de fato, a diferença entre o esforço individual capaz de criar e a atitude de sabotagem.

«O quarto ponto consiste em *Manter os Empregados Informados*. Grandes homens de negócio manifestam espanto e impaciência ao saber que os trabalhadores americanos acreditam que os lucros industriais são muitas vêzes maiores do que os revelados. A culpa não cabe aos trabalhadores, que não recebem informações sobre o lado financeiro dos negócios partidas daqueles que, naturalmente, as deveriam dar. E, na realidade, o que chega ao seu conhecimento não é mais do que uma coleção de dados deliberadamente falseados pelos que têm interesse em fomentar o descontentamento pelo sistema econômico americano.

«O quinto ponto é *Liberdade de Expressão de Pontos de Vista e de Manifestação de Atitudes, sem temor de represálias*. Em todos os níveis da organização surgem barreiras impedindo as pessoas de livremente manifestarem seus sentimentos. Isso é o mesmo que fechar a válvula de segurança de uma caldeira e, ao mesmo tempo, avivar o fogo. Atitude corretiva franca é um dos remédios para o caso e se todas as demais medidas não derem resultado, a dispensa de chefes cuja culpa seja indiscutível ajudará a convencer os empregados de que podem falar com franqueza, sem comprometerem sua estabilidade no emprego.

«O sexto ponto pode ser definido como *Um ambiente de trabalho que satisfaça à dignidade e ao senso de respeito próprio do indivíduo*. Este tópico liga-se, principalmente, a cada aspecto físico do ambiente de trabalho e há exemplos abundantes, alguns quase espetaculares em seus efeitos sobre os hábitos individuais de trabalho, que justificam as despesas decorrentes da satisfação dessa necessidade fundamental.

«O sétimo ponto consiste em *Encarar com simpatia as dificuldades alheias*. Nos esforços já despendidos em prol de melhor administração de pessoal, muito se tem insistido, através dos anos, para o treinamento dos supervisores no exame de problemas pessoais de seus subordinados, mas pouco — ou nada — tem sido feito no sentido de dispensar-se compreensão ou simpatia aos casos individuais daqueles que se distribuem pelos dife-

rentes níveis da supervisão. O exemplo clássico, tanto do esforço, quanto do insucesso, tem-se no caso dos contramestres industriais. Há vinte e cinco anos que os chefes da indústria vêm gastando tempo e dinheiro tentando convencer os contramestres de que constituem a primeira linha de representantes da Administração e de que são, de fato, os homens-chave da indústria. Essa tese não apenas nega o fato de que o verdadeiro homem-chave da indústria é o chefe executivo, mas a experiência real dos contramestres e supervisores do Governo e de outras organizações está em contradição com tão proclamado princípio administrativo. Os contramestres aprendem, em geral, muito mais e melhores práticas do que as que seus chefes lhes permitem utilizar e, em consequência, muitos deles têm dado evasão a suas frustrações e ressentimentos filiando-se às uniões trabalhistas. Temos uma confirmação dramática dessas observações nas seguintes palavras, recentemente proferidas por Henry Ford II:

"... mas acho difícil criticar nossos contramestres por se filiarem às uniões, porque duvido, francamente, que sejam muitos, dentre eles, os que no passado foram considerados ou tratados como parte da administração."

«A experiência obtida no campo industrial deveria proporcionar aos chefes de outros setores todas as lições necessárias à perfeita compreensão do tópico aqui discutido.

«O oitavo ponto é *Estabilidade no Emprego*. É o aspecto psicológico dessa questão, mais do que seu aspecto financeiro, que lhe justifica a inclusão entre os itens que estamos enumerando.

«O nono tópico é *Um plano racional de promoções*. Não basta, neste capítulo, a mera enunciação de uma política interna de promoções. Gostamos de saber quais as respostas a estas perguntas: "Para onde irei, daqui de onde estou?" e "De que modo?" Para que este ponto seja plenamente atendido, o requisito necessário é um bom planejamento de estrutura e de organização.

«O décimo item é *Sistema Justo de Pagamento*, no qual se reconheçam as diferenças entre os requisitos exigidos para os diversos cargos, tais como, *formação técnica, habilidade, dificuldade e responsabilidade*. Bom resultado já se tem obtido com a aplicação das técnicas de análise de cargos e funções e de avaliação de eficiência aos postos situados na base da hierarquia funcional, mas muito pouco tem sido feito quanto aos cargos do topo, onde é muito provável que ocorram grandes injustiças e onde o efeito moral de tais desigualdades é da mais alta importância, em termos de descontentamento. A solução deste ponto atende à necessidade de justiça interna na política de salários.

«O décimo primeiro requisito é *Um programa de treinamento que vise a ajudar cada empregado a desempenhar da melhor maneira possível as tarefas necessárias à consecução dos objetivos da empresa*. Quando surgem dificuldades em uma ou em todas as atividades da organização, as investigações vêm demonstrar que mais de oitenta por cento dos erros e insucessos são determinados

por agentes que *não sabem, não podem fazer ou não ligam importância* a suas próprias tarefas. Só pelo treinamento será possível sanar as lacunas de formação, as deficiências de capacidade e as incorreções de atitude que motivam as dificuldades ao longo de toda a organização. Já se faz uma boa soma de treinamento, nas empresas, em relação ao pessoal dos graus inferiores, mas muito pouco esforço é despendido para aumentar a competência dos empregados de maior responsabilidade, no que se refere aos problemas de relações humanas no trabalho.

«O décimo segundo ponto é *Reconhecimento expresso do valor de cada empregado*. Este requisito deve conter a fórmula pela qual cada membro da organização obtém resposta à pergunta: "Como vou eu, no desempenho do meu trabalho?" De vez em quando, cada um dos componentes da empresa, independentemente da importância do cargo, sente desejo de saber qual a opinião do chefe a seu respeito, opinião de que tanto depende o futuro de sua carreira. Quase todo mundo é capaz de julgar, com relativo acerto, da forma por que desempenha uma tarefa determinada, mas o ponto de maior importância está em saber avaliar sua própria conduta nas relações com outras pessoas. São numerosos os exemplos de trabalhadores que, na meia idade e após longos anos de serviço, se vêm surpreendidos pela notícia inesperada de que já não são julgados em condições de continuar em atividade, sem nunca terem tido conhecimento da avaliação periódica de seu comportamento no desempenho do trabalho. Constituem, tais casos, exemplos indesculpáveis de tragédia humana, que atestam a forma defeituosa pela qual se exerce chefia em muitas empresas e organizações.

«Haveis percebido que nesses doze pontos, considerados essenciais para a boa administração de pessoal, não há a menor referência a altos salários ou a planos especiais de compensação? A razão disso é a seguinte: a boa administração de pessoal tem sua origem na consciência dos chefes, e tem como principais preocupações o espírito e o coração das criaturas. Depende, sobretudo, de fatores qualitativos e não há provas históricas de que sistemas apenas baseados em fatores de quantidade e em recompensas materiais hajam oferecido solução para problemas de natureza qualitativa. Como dizem os cientistas, a lei dos resultados decrescentes aplica-se, apenas, aos métodos quantitativos.

«E aí tendes, condensada, uma versão do significado e do objetivo da administração de pessoal. Muito me agradaria, a esta altura, dar por esgotado o meu tema, porém sei, por experiência própria, que nem todos estarão convencidos da imperiosa necessidade de usarmos nossa inteligência e nosso esforço para melhorar as relações humanas nos ambientes de trabalho. Nós, que nos especializamos na administração de pessoal, podemos aconselhar e prever, mas não temos, como vós, a oportunidade da ação decisiva.

«Um artigo publicado no "Times", de New York, de 27 de outubro de 1946, continha a se-

guinte afirmação: “Embora haja considerável resistência aos esforços que vêm sendo feitos para a organização da comunidade financeira, a maioria dos chefes da Wall Street considera tal organização uma tendência inevitável.” Que inspiradora manifestação de capacidade de chefia e de compreensão dos problemas humanos do trabalho não se contém em tal afirmativa!...

«Nunca houve nada de inevitável na tendência oposta à boa chefia, no mundo dos negócios, nos últimos quinze anos. Muito ao contrário, há provas esmagadoras a favor da conclusão de que o povo americano prefere a sadia administração de pessoal à política das uniões trabalhistas. Não quero, entretanto, que tenhais, a propósito, apenas a minha palavra. Peço que escuteis o irrefutável testemunho de três fontes independentes e fidedignas:

«1.º) No livro intitulado “The Dynamics of Industrial Democracy” (Dinâmica da Indústria Democrática), publicado nos começos de 1942, depois da ultimização de contratos com mais de oitocentas firmas, congregando um total de seiscentos e sessenta mil operários na indústria do aço, Clinton Golden e Harold Ruttenberg afirmaram: “Um dos motivos preponderantes da filiação às uniões trabalhistas é o desejo dos operários de darem à sua vida algum significado e à própria personalidade um cunho de maior dignidade. Juntam-se às uniões para serem algo mais do que um número de controle, que é utilizado da mesma forma pela qual é forjada uma peça. Anseiam por ser reconhecidos como seres humanos, tratados com respeito e senhores da oportunidade de tirar do trabalho diário um sentimento individual de satisfação, oriundo da livre manifestação de sua capacidade criadora. Querem merecer o louvor de seus companheiros de trabalho e garantir o reconhecimento de seus esforços, o valor de suas idéias e a própria capacidade de raciocínio. O dinamismo, a capacidade de luta e o espírito de sacrifício do movimento trabalhista, especialmente do que se traduziu nas atividades do C.I.O. (Congresso da Organização Industrial), nos últimos dez anos, provieram da incapacidade dos administradores em satisfazer as necessidades não-econômicas dos trabalhadores.”

«2.º) Em 1943, cerca de oito mil trabalhadores escreveram para o “Reader’s Digest” sobre o tema “Que há de errado com os Administradores?” e as respostas dadas tiveram um tom dominante, que pode ser assim resumido: «Sou um ser humano — e não uma peça mecânica. Sou um fator ativo na produção de guerra americana. Por que razão meu chefe não me trata como tal? Dizem que somos todos iguais numa Democracia, mas a administração não age demonstrando isso. O chefe não reconhece o fato de que somos humanos.”

«3.º) No jornal “World Telegram”, de New York, número de 11 de abril de 1947, George Gallup, Diretor do “Instituto Americano de Opinião Pública”, declarou: “O público é de opinião que há tantas coisas erradas na ação dos empre-

gadores quantas na das uniões. A maior crítica aos patrões não é feita naquilo em que se poderia esperar, isto é, salários baixos. A maioria menciona falta de caráter mais amplo e mais complexo, resumida numa resposta, típica de milhares obtidas no inquérito: «A administração não tem compreensão bastante da classe trabalhadora e de seus problemas. Os homens de negócio continuam pensando no fator *trabalho* em termos de mercadoria e não em função de seres humanos. E os trabalhadores filiam-se às uniões porque sentem que os patrões nunca darão atenção às necessidades de bem-estar de seus empregados, se o assunto ficar em suas mãos. Precisam ser compelidos, para fazer alguma coisa.”

«E é uma triste conclusão, esta a que se chega sobre a chefia dos negócios, quando se verifica que, em nossos dias, os trabalhadores da América ainda precisam pedir que, em seus ambientes de trabalho, sejam tratados como seres humanos.

«Entretanto, acima e maior que tôdas as razões que justificam a administração de pessoal, está o imperativo de sobrevivência nacional, dentro das linhas mestras da Declaração da Independência e dos Direitos do Homem. Antes da depressão de 1930, foi tal o descaso dos chefes pelos sadios princípios da administração de pessoal que o povo encorajou seus mentores políticos a promoverem profundas modificações, não apenas na doutrina e no sistema de governo, mas também na filosofia que orientava as distinções de classe e definia a dignidade profissional.

«Quando vier a próxima depressão, deixar-se-ão os trabalhadores e os eleitores dos Estados Unidos conduzir pela estrada da servidão, levados por um Messias que prometerá vida de maior abundância através de maiores impostos, maiores gastos, mais controle e menos liberdade — ou vamos estabelecer e manter padrões elevados de administração de pessoal, armados de zelo e sinceridade em tal proporção que conseguiremos persuadir os eleitores, e os trabalhadores, de que, na próxima crise, deverão pôr sua fé nos princípios que fizeram a grandeza deste país, convencendo-os, assim, de que o direito da livre iniciativa merece que por ele se lute, mesmo que seja preciso apertar o cinto para vencer a tempestade?

«Mas — atentai bem — a próxima depressão não é o único perigo a ameaçar a segurança nacional, perigo a que se antepõe, como o mais resistente baluarte, a sadia administração de pessoal. Em nossa forçada competição com a filosofia do comunismo totalitário, não nos temos saído muito bem, nos últimos tempos, apesar da vantagem que de início levamos, estribados na primorosa herança de nossos princípios, no milagre da nossa produção e no caráter razoavelmente esclarecido da chefia executiva, em muitos setores da vida nacional. Apesar do desinteresse pela filosofia e pelas técnicas de relações humanas no trabalho, demonstrado por muitos dos responsáveis por áreas governamentais, econômicas e educacionais, tem o comunismo aumentado a penetração em

quase todos os setores da vida industrial. Na palavra autorizada do diretor do F.B.I. (Departamento Federal de Investigações) a percentagem de comunistas nos Estados Unidos é hoje maior do que o era na Rússia, em 1917.

«Num livro sério e objetivo sobre o comunismo contemporâneo, comentado pelo "Times", de New York, lemos o seguinte: "O comunismo aumenta não por causa da habilidade dos agitadores radicais, mas sim graças aos defeitos da ordem social, que segrega grandes massas de povo das vantagens do sistema vigente... Armas e dinheiro não bastam; a civilização ocidental só se pode opor ao comunismo através de ação construtiva."

«Surpreende-vos o fato de que quinze milhões de trabalhadores americanos tenham ido buscar, fora dos canais de sua organização profissional, a chefia capaz de lhes reconhecer o direito ao tratamento devido a seres humanos? De que alguns de seus mentores se tenham tornado poderosos e arrogantes? De que o comunismo progrida sempre, com firmeza, enquanto se verifica que apenas uma desanimadora minoria de empregadores dá publicidade às normas pelas quais se rege o pessoal de suas empresas, e, ainda, que há uma única associação patronal de importância devotada, inteira e exclusivamente, ao aperfeiçoamento dos padrões de administração de pessoal?»

Alguns dias após essa conferência, reuniu-se em New York um grupo de trinta chefes executivos de algumas das mais importantes organizações americanas, os quais passaram toda uma tarde discutindo problemas de relações humanas no trabalho. Esse fato, porém, suscita um duplo comentário: primeiro, que em fevereiro de 1948, pela primeira vez nos Estados Unidos, ocorreu a reunião de alguns dos mais importantes chefes executivos, representando um total de meio milhão de trabalhadores, com o único objetivo de falar sobre administração de pessoal; segundo, que *somente em 1948 se verificou tal acontecimento*. Contudo, encarando a situação com otimismo, temos que admitir que esses administradores resolveram levar o assunto avante e, no mês que corre, vão-se reunir novamente, num grupo agora muito maior, conduzindo eles próprios as discussões.

E assim é que vos posso dizer que tem havido progresso, na tarefa, que a mim mesmo destinei, de transmitir esta mensagem em prol da boa administração de pessoal aos homens responsáveis pelos

setores em que ela pode ter maior influência, como o Diretor do Conselho e os administradores das mais importantes organizações do mundo dos negócios americanos. E estou certo de que já percebestes qual a missão que, com a palestra desta noite, resolvi entregar a esta Sociedade. Se nos últimos meses pudemos nós, uns poucos especialistas em administração de pessoal, influir no ânimo dos chefes das instituições educacionais no sentido de dispensarem, em seus currículos, mais atenção aos problemas de administração de pessoal, ao invés de tratarem apenas de legislação trabalhista e, também, se conseguimos interessar nesses problemas grupos importantes de chefes executivos de alto nível, então cabe, agora, vos confiar — à "Society for Personnel Administration" — o encargo de convencer o Presidente da República Americana da grandeza dessa crise, cujos resultados são de tanta significação para a sobrevivência de nosso sistema de vida; de falar sobre o assunto aos ministros e de articular uma reunião de todos eles, na qual nada mais se discutirá além de problemas de administração de pessoal. Há dez anos, encontrei-me convosco — e naquela oportunidade senti toda a força potencial desta Sociedade. Tê-la-ei, hoje, convencido e entusiasmado, a ponto de fazê-la usar o poder de que é dotada? Convençei os chefes supremos das repartições federais a se reunirem para discussão de problemas de administração de pessoal, para impedir que continuemos a bater com a cabeça nas paredes. Isso é tarefa que pode ser cumprida.

Achais que peço demasiado para a administração de pessoal? Relembrando a definição e o objetivo, dou-vos esta resposta: "Para que se atinja o escopo pelo qual, em toda parte do mundo, vem o homem lutando desde o começo dos tempos, não há substituto para a sadia administração de pessoal. Sua posição é da mais significativa importância pois traduz um código universal e criador, que atende aos anseios da natureza humana. A boa administração de pessoal representa *princípios* de amor e esperança pelos quais a Humanidade vem ansiando através dos séculos, princípios cuja ausência nos pode conduzir à situação de párias num mundo subjugado a uma "raça superior", e cujo menoscabo nos pode levar à condição de escravos, num Estado totalitário."

(In *Personnel Administration*, Vol. 10, n.º 6, julho de 1948).

INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

O Ensino do Direito Administrativo e das Ciências Administrativas

T. HEYSE

(Tradução de Cecília Lopes da Rocha Bastos)

A LEI de 4 de maio de 1949 (Monitor belga, 9 de julho de 1950, pág. 6.504) modificou a denominação da "Universidade Colonial da Bélgica", substituindo-a pela de "Instituto Universitário dos Territórios de Além-Mar". Assim, o novo título abrange tanto o ensino relativo ao Congo Belga, que é uma Colônia, como o que se refere ao Ruanda-Urundi, que é um território sob tutela. Ao qualificar o Instituto, de Universitário, pretendeu-se salientar que os cursos têm caráter de ensino superior.

Além disso, a lei de 4 de maio de 1949 autoriza a instituição a conferir os graus e diplomas de "candidature" (*) e de licenciatura em ciências coloniais e administrativas. Esses diplomas garantem a proteção concedida, pela lei de 11 de setembro de 1933, aos títulos do ensino superior.

Para justificar a entrega dos graus e diplomas previstos acima, foi preciso combinar um conjunto de cursos compreendendo o direito metropolitano e o dos Territórios de Além-Mar, regidos, nos termos do artigo 1 da Constituição, por leis particulares.

O novo programa dos cursos figura no decreto real de 14 de dezembro de 1950 (Monitor belga, 19 de janeiro de 1951).

Os cursos de "candidature" são de preferência, de formação geral e divididos em dois anos de estudos; os de licenciatura constituem um segundo ciclo de ensino e são igualmente divididos em dois anos de estudos.

Os cursos referentes ao direito administrativo, isto é, concernentes à organização política e à administração, fazem parte do segundo ano de "candidature" que compreende o direito constitucional belga (30 horas) e o direito administrativo belga, parte geral (30 horas).

Nessa parte geral explanam-se a estrutura e a competência dos principais órgãos do poder administrativo metropolitano; principalmente as dos Ministérios e dos Serviços do Estado, das Provín-

cias e das Comunas, assim como das Associações intercomunais.

No primeiro ano de licenciatura, os cursos são mais especializados e compreendem, no campo administrativo, as matérias seguintes:

1.º) O estudo profundo da Constituição Colonial, base da organização política do Congo Belga, e o da lei de 21 de agosto de 1925, base da organização política de Ruanda-Urundi (30 horas).

A Constituição Colonial aplica-se a Ruanda-Urundi. Contém disposições que garantem a liberdade individual, a segurança dos patrimônios e a proteção social dos indígenas.

2.º) O curso de História das instituições administrativas da Bélgica (15 horas).

Aí se explica a concepção do Estado desde o Império Romano, as instituições administrativas da Bélgica, do século XV ao século XIX, e da Bélgica contemporânea, inclusive sua evolução, terminando pelas origens dos novos serviços descentralizados (paraestatais e serviços sociais) e a formação do Conselho de Estado.

3.º) O curso de Direito Administrativo belga, parte especial (30 horas).

Serviços públicos (princípios dominantes). Centralização e descentralização, concentração e desconcentração.

— Paraestatais e projeto de lei sobre a matéria elaborado por P. Wigny — Descrição de serviços descentralizados em matéria financeira, de transportes, de assistência pública e de cultos.

— Contencioso e Conselho de Estado (papel e atribuição).

4.º) O curso de contabilidade administrativa do Congo Belga e de Ruanda-Urundi (20 horas).

5.º) O curso de instituições indígenas (30 horas). Trata-se, antes de tudo, de instituições usuais.

Passamos para o segundo ano de licenciatura onde salientamos os seguintes cursos:

(*) Exame que precede o de doutorado.

1. Noções de Direito Público comparado (30 horas).

2. Direito Público colonial comparado (30 horas).

3. Organização judiciária do Congo Belga e de Ruanda-Urundi (30 horas).

4. Princípios de política indígena e seminários (60 horas).

Esse curso visa a organização das circunscrições indígenas, dos centros "extra-coutumiers", das cidades indígenas...

As duas primeiras divisões têm personalidade jurídica, um orçamento, caixas de "chefferies", contas...

Tudo isso contribui para o desenvolvimento político dos aborígenes e os familiariza com as regras de administração de interesses coletivos.

5. Finanças públicas (30 horas).

6. Regime financeiro, aduaneiro e fiscal da Colônia (30 horas).

O programa compreende, também, trabalhos práticos sobre os problemas atuais da administração indígena (10 horas).

Citamos como subsídio o curso de "Regime econômico dos Territórios de Além-Mar da Bélgica" e o da "Legislação social do Congo Belga e de Ruanda-Urundi" que compreendem a legislação sobre os transportes, as terras, as minas, as culturas, e o Regime florestal, a mão-de-obra e a Segurança social. Trata-se, todavia, de regulamentação especial, ultrapassando o quadro do Direito Administrativo geral.

Pode-se concluir que os cursos do Instituto Universitário dos Territórios de Além-Mar justificam amplamente a concessão do diploma de licenciado em ciências coloniais e administrativas aos estudantes que alcançam êxito nos exames.

Governo e Administração na França

JEAN FORGEOT

(Trad. de Nêa Lopes Monteiro)

"A maioria dos príncipes têm boa vontade, mas não são hábeis"... "Quando, em uma nação, o nascimento não dá poder, cada um procura um poder — o de seu mérito pessoal."

MONTESQUIEU.

PODE parecer surpreendente separar Governo e Administração. Seus fins são, efetivamente, idênticos: aquêle, para dirigir os negócios públicos, toma decisões que esta aplica.

Diferem os dois, todavia, pela origem e meios de atividade, no sistema francês de democracia parlamentar.

O Governo é, com efeito, composto de homens, politicamente responsáveis, perante o Parlamento, pela gestão de um departamento ministerial.

Opera no plano de uma política geral, aprovada pela Assembléia Nacional, e que leva em consideração, a um só tempo, as necessidades do momento e as perspectivas do futuro na França e no mundo.

A Administração — do latim *ad ministrare* — não passa de um meio de execução. Dispõe de pessoal permanente, submetido a uma disciplina hierárquica, tendo regras próprias de recrutamento e de promoção. Se tem obrigação de ser leal ao Governo, não lhe deve fidelidade política.

Constitui, por essa independência relativamente aos Poderes Públicos, a armadura sólida de uma nação freqüentemente agitada por rudes abalos internos ou externos.

Mas o Estado moderno deixou de ser unicamente tradicional guardião das liberdades públicas e privadas. É, também, banqueiro, segurador, empreiteiro... A distinção entre governo e administração tende, pois, então, a diminuir. Sua ação, realmente, se funda em necessidades e processos idênticos: a Administração não pode mais ignorar a opinião pública; diante das dificuldades dos problemas que se apresentam, o Governo precisa, para resolvê-los, de uma administração que é a única, por seus serviços técnicos, a conhecer-lhes bem os dados.

Se o Governo enuncia os princípios, os administradores dispõem, para aplicá-los, de largo poder de decisão. Disto resulta que a administração também possui sua política.

O problema consiste pois, atualmente, em conciliar a eficácia do Governo e a independência

da Administração, salvaguardando, ao mesmo tempo, a liberdade de cidadãos.

I — A ADMINISTRAÇÃO FRANCESA ANTE OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

Antes de estudar os problemas atuais, não é desinteressante relembrar o que seja a Administração Francesa.

Como tôdas as instituições públicas, é um produto do solo, de sua economia, de sua história.

Formou-se lentamente no curso dos séculos, e a Revolução de 1789 nada mais fez que sancionar uma evolução quase completa.

O Estado francês atual, — forma política do país, com um governo centralizado, e a superposição da causa pública à coisa privada, — é uma síntese das concepções romanas e germânicas.

A dominação romana, com sua administração poderosa e hierarquizada, sucede a dos francos: o rei é um chefe militar, encarregado de fazer reinar a paz pública.

Na época feudal (Décimo Século) o Estado se dissocia em múltiplos reinos pequenos, ligados pelas relações de vassalo a senhor. O Rei é apenas o primeiro dos feudais. Junto dêle, contudo, aparecem jurisconsultos devotados e sábios que preparam as leis e controlam as finanças públicas. No plano local, administradores e prebostes, transmitem as ordens do Rei.

Durante êsse período, a Igreja assume a responsabilidade de numerosos serviços públicos: distribui justiça, domina o Estado Civil, dá instrução e assiste os pobres.

É necessário esperar o fim do século XVI para que reapareça um Estado. O mundo se abre. As cruzadas deslocaram os cristãos em todo o oriente próximo; o comércio se desenvolve; a economia se liberta lentamente de sua clausura. Junto ao Rei aparecem Secretários de Estado, que dão forma às suas decisões. Criam-se "bureaux" permanentes, ancestrais das administrações atuais, e, às províncias, enviam-se agentes, destinados ao controle das ordens do Rei.

Na véspera da Revolução de 1789, o Rei centralizava em Paris todos os poderes com os ministros, cujos serviços prefiguram as administrações centrais atuais. Certos corpos aparecem nessa época: o das "Ponts et Chaussées" notadamente. Mas a unidade administrativa da França não é conseguida: embaraçam-se dioceses, governos, militares, generalidades, Estados, cidades livres, etc...

vindos de privilégios históricos ou de tratados diplomáticos. A maior parte dos cargos são venais, o que limita o recrutamento aos mais afortunados.

É a obra da Revolução, a qual o Imperador Napoleão imprime o selo de seu gênio, de unificar o país dotando-o de uma administração com recrutamento democrático. A França é dividida em departamentos, distritos, comunas. De Paris à província, uma hierarquia liga os representantes da autoridade, por uma filiação ininterrupta ao poder central. Mas se as funções são novas, os funcionários são oriundos dos antigos serviços: assim se realiza a síntese do antigo e do novo Regime.

A Monarquia, restaurada, mantém a obra da Revolução.

As vésperas da guerra de 1939, as leis do Ano VIII continuam a reger a Administração Francesa. Em teoria, o papel do Estado não mudou; ele deve assegurar aos cidadãos a proteção exterior e interior, a justiça, a instrução, etc...

Em Paris, quinze administrações centrais dão aos Ministros os meios de planejar e realizar sua política.

Em cada departamento, o Prefeito, representante do Governo, dirige os serviços locais. No total de 850.000, os funcionários executam as decisões do poder central. Essa organização tem o mérito de ser simples, lógica e de dar aos funcionários um conjunto de garantias de carreira. Mas possui o defeito de ser muito rígida, e, como tal, dificilmente adaptável à evolução do papel atual do Estado.

Esse novo papel atém-se, ao mesmo tempo, à evolução do país e aos problemas originários da guerra.

Sem dúvida os traços essenciais do francês não mudaram. Continua rural, conservador, sociável, mas, *na mesma medida*, individualista, igualitário e ávido de progresso social.

A França tem por privilégio evoluir sempre.

Com uma extensão de pouco mais de 19.000.000 km² (1), a União Francesa compreende uma população repartida entre os cinco continentes (119.200.000 habitantes) dos quais 42 milhões no território metropolitano e 37 milhões na África. (1)

A densidade, por quilômetro quadrado, de 6,5 além-mar e 75 na metrópole, é bastante fraca.

Se, em todos os territórios a natalidade acusa um evidente aumento, é, ainda, insuficiente. Em 1952, na metrópole, 100 adultos devem responsabilizar-se pela manutenção de 53 pessoas inativas: mulheres, crianças e velhos.

Se a taxa da natalidade, que passou de 1,4 em 1938 a 2,14 em 1951, continua a aumentar, esta tendência poderá abater-se, senão, dentro de 25 anos, 100 adultos deverão manter 60.

A França permanece um país de economia harmoniosa. A agricultura é sempre a base essencial de sua atividade: 42% das terras são boas

e apenas 25% não utilizáveis ao passo que, nos Estados Unidos, 16% apenas são boas e mais de 47%, não utilizáveis. Se a França, porém, é uma nação de pequenos proprietários, a grande propriedade domina, pois que 73% dos cultivadores lavram 23% do solo.

O aparelho de distribuição é considerável já que existem 940.000 empresas comerciais que arrebatam 25% da renda nacional.

Finalmente, no domínio industrial, a França permanece um país bastante rico em energia, graças, sobretudo, aos seus recursos hidráulicos, embora possuindo poucas matérias-primas, salvo o ferro, do qual vem a ser o segundo produtor no mundo, e o alumínio.

Os territórios da União Francesa, em seus diferentes graus, são países novos, a que sempre faltam capitais e muito assiduamente mão-de-obra, para valorizar as importantes matérias-primas de que dispõem: devem ser equipados, e, enquanto esperam, receber auxílio substancial da Metrópole. Representam 30% nas transações comerciais da França.

Essas poucas observações esclarecem os problemas que se apresentam a nosso país: deve, primeiramente, reparar as ruínas causadas pela guerra, cujo total excede 70 bilhões de dólares, isto é, aproximadamente dois anos de rendas nacionais. (2)

Cumprido, ao mesmo tempo, readaptar sua estrutura econômica e a da União Francesa à evolução do mundo e dos câmbios internacionais.

Enfim, a Constituição de 1946 comete ao Estado a incumbência "de assegurar ao indivíduo e à família as condições necessárias a seu desenvolvimento e de garantir a cada um a proteção de sua saúde, sua segurança material, o repouso e os lazeres".

Indubitavelmente, essa incumbência não passa de uma obrigação moral, e se "o Estado não é ainda um meio de regular o comportamento humano", percebe que se lhe impõe um papel que ultrapassa consideravelmente o âmbito tradicional que lhe era atribuído.

II — A ADAPTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO ESTADO MODERNO

A organização dos Poderes Públicos, oriundos da Constituição de 1946, não difere sensivelmente da que vigorava antes da guerra. O Poder Legislativo pertence ao Parlamento, mas somente a Assembléia Nacional dispõe do direito de dar e retirar sua confiança ao Governo. Este participa do Poder Executivo com o Presidente da República que é, igualmente, Presidente da União Francesa.

Se o quadro político está pouco modificado, a ação do Estado se estende consideravelmente. Torna-se, por esse motivo, necessário adaptar a

(2) É suficiente lembrar, a esse respeito, que em 22 imóveis, um foi destruído durante o período de 1940-1945 — N. do A.

(1) Não compreendidos os Protetorados da Tunísia e de Marrocos.

estrutura e o funcionamento dos Serviços Públicos à vida moderna.

a) *Reforma da função pública*

Em 1946, 1.500.000 franceses, seja 1 em 15, trabalhavam para o Estado: era um *conjunto* não só excessivamente pesado para as finanças públicas como mal adaptado às necessidades da época.

Procederam-se a compressões muito rigorosas que diminuíram o número dos agentes dos Serviços Públicos em mais de 100.000.

Ao mesmo tempo, o Governo esforçava-se por melhorar a qualidade de seu trabalho.

O recrutamento dos agentes superiores do Estado foi unificado, (3) estendido a todas as classes sociais e melhorado.

Se, no fim da guerra, com efeito, os funcionários possuíam cultura geral suficiente, a multiplicidade de conhecimentos que lhes era exigida nos vários concursos não era, forçosamente, adaptada às tarefas que se lhes impunha.

Concebida, além disto, há um século e meio, a organização dos Serviços Públicos estava mal ajustada ao papel atual do Estado, o que resultara em sobrecarregar materialmente o pessoal dos quadros superiores.

Decidiu-se, pois, separar a execução da concepção, criando um corpo de Secretários de Administração, incumbidos de trabalhos de rotina, enquanto os administradores tinham por missão adaptar a direção dos negócios administrativos à política geral do Governo.

Enfim, para permitir o acesso dos melhores elementos às funções mais elevadas, seja qual for seu posto, separa-se o emprego do posto. Assim, o funcionário vê crescer seus vencimentos de acordo com sua antiguidade, mas esse acréscimo nada de comum tem com a importância das suas responsabilidades no exercício de suas funções.

Para formar esses administradores, criaram-se Institutos de Ciências Políticas em cada Faculdade, tendo por escopo dar aos estudantes que se destinam à função pública uma cultura geral e métodos de trabalho que os preparem para abordar os problemas administrativos concretos. O ensino é ministrado em cursos e, sobretudo, em "Conferências dos Métodos", onde os alunos aprendem a discutir livremente e a apresentar, de modo sintético, as questões mais gerais de ciências políticas, econômicas e sociais.

Enquanto os Institutos de Ciências Políticas são Estabelecimentos universitários, a Escola Nacional de Administração seleciona os jovens funcionários destinados às altas administrações do Estado entre os estudantes vindos dos Institutos e os funcionários subalternos merecedores. As provas procuram apreciar, ao mesmo tempo, os conhecimentos e as qualidades pessoais dos candidatos.

O curso da Escola estende-se por três anos. Comporta um ano de estágio na província ou além-

mar, em um serviço público, ao fim do qual os alunos redigem um memorial sobre os problemas com que eles se defrontaram. O segundo ano é o do estudo propriamente dito, constituindo-se de uma parte geral, para todos os alunos, e de outra parte especializada, de acordo com a carreira escolhida. No último ano, os alunos se dedicam, integralmente, às suas futuras atividades, isto é, aos serviços civis superiores (4) do Estado, cujos Membros preparam e estudam as decisões do Parlamento para dirigir-lhes a aplicação: a magistratura, o exército, a universidade, os serviços técnicos e os da União Francesa conservam um recrutamento particular.

A Escola forma, assim, alunos especializados, mas unidos por um espírito comum.

Um órgão de aperfeiçoamento — "O Centro dos Altos Estudos Administrativos" — dá aos funcionários um complemento de conhecimentos dos problemas atuais.

A reforma tem, agora, 7 anos. Permitiu que se reduzissem as diferenças que separaram os Ministérios e que se unificasse o corpo de administradores.

Igualmente, conduziu à formação de um corpo médio de técnicos administrativos, encarregados das funções de execução: os Secretários de Administração recrutados por concurso.

Já possui seus títulos de nobreza.

Mas teria sido insuficiente sem a unificação correlativa do Estatuto da Função Pública, que definisse os deveres dos servidores do Estado — obrigados a se consagrarem exclusivamente às suas funções submissos à autoridade hierárquica (5) — e por direito — de serem garantidos contra a arbitrariedade e as vicissitudes da vida política no desenrolar de sua carreira, desde a entrada no serviço até a aposentadoria.

Enfim, para associar o pessoal dos Serviços Públicos ao bom funcionamento de sua administração, Comissões Técnicas estudam sua gestão e propõem modificações eventuais, enquanto que Comissões Paritárias controlam o recrutamento e a disciplina.

Em definitivo, o novo Estatuto da Função Pública outorga incontestavelmente aos funcionários um poder considerável na Nação, que não pode existir senão num Estado suficientemente forte para ter em mão a oligarquia burocrática.

b) *Reforma da Administração*

A esse respeito, deve ser considerada animadora a obra de reforma, à qual se ligou a própria Administração. Desde 1946 um "Comité Central d'Enquête sur le Cout et le Rendement des Ser-

(4) Negócios Exteriores, Conselho de Estado, Tribunal de Contas ("Cour des Comptes"), Inspeção das Finanças Internas, Administrações Centrais dos diferentes ministérios — N. do A.

(5) Essa hierarquia se traduz por variações de vencimentos que variam dos índices 100 a 800; representando o salário de base 120% do salário mínimo garantido — N. do A.

(3) Havia mais de 50 concursos diferentes para as diversas administrações — N. do A.

vices Publics", formado de parlamentares e de altos funcionários se esforça por empenhar a Administração a proceder à revisão de sua estrutura e de seus métodos.

Estuda, ainda, dentro de cada Ministério, o custo e o rendimento de seus serviços, ou melhor, os encargos orçamentários e o total dos serviços prestados aos beneficiários. Dessa maneira pode o Comité estabelecer comparações úteis e propor as medidas necessárias à correção dos erros. Seus resultados foram deveras interessantes e nos campos mais variados: pôde-se estipular que as despesas por quilômetro de via fluvial variam do simples ao quádruplo, conforme os canais, ou que os encargos com um aluno de escola técnica variam do simples ao duplo, conforme os Estabelecimentos.

O "Comité" propôs ao Governo as soluções para racionalizar o funcionamento dos serviços e, notadamente, uma nova apresentação do orçamento, dando o custo de cada um deles. Essa pesquisa do custo deve incitar as administrações a estabelecerem um programa a longo e a médio prazo para seus trabalhos.

Supõe a utilização de um regulamento claro e de todos conhecido. Um reforço de codificação está em curso. Já apareceram: os Códigos das Pensões, da Farmácia, dos Correios, da Moeda etc.

Enfim, para economizar os meios materiais postos à sua disposição, a administração foi levada a obter a melhor aplicação de suas sedes, automóveis, máquinas de mecanografia, a fim de beneficiar quanto possível os utilizadores.

Fora esses métodos de trabalho, uma reforma do aparelho administrativo foi empreendida para substituir o sistema rígido do Ano VIII, uma estrutura mais bem adaptada aos objetivos por atingir, buscando, antes de tudo, a eficiência.

O "Comité Central d'Enquête", após haver procedido ao estudo racional de cada um dos serviços, propôs reformas das quais muitas foram adotadas. Assim, no Ministério das Relações Exteriores, a distribuição dos efetivos foi modificada e quanto às Relações Culturais, deu-se relêvo à questão das bolsas de estudos e à difusão do livro francês.

Esse estudo foi bem mais longe: permitiu sanar certos erros mais profundos como o funcionamento dos serviços do Alcool e os do Armamento, por exemplo.

Mas a reforma administrativa deve ir até a modificação da Administração: a esse respeito o "Comité" salientou a necessidade de melhor coordenação dos serviços e, em particular, dos responsáveis pelas questões: militares — de que resulta a própria vida do país, econômicas — que influem na política geral do Governo, sociais — que interessam a todos os trabalhadores.

Justamente para esses fins é que, para os territórios de Além-mar, foi criado um Bureau Central d'Etudes para o equipamento, que procede a todos os estudos concernentes ao equipamento: construções de estradas, instalação de linhas tele-

fônicas na África, construções de habitações nos países tropicais. Fornece, assim, uma documentação de base a todos os interessados: Serviços Públicos e Sociedades privadas.

Um esforço, porém, de coordenação particular foi feito nos escalões centrais da Presidência da República e da Presidência do Conselho.

O Presidente da República assume a presidência efetiva dos Conselhos dos Ministros e orienta as discussões. Se não é responsável politicamente, representa a continuidade do Estado e assume um papel de conselheiro permanente dos Presidentes do Conselho. Presidente da União Francesa, dispõe de serviços encarregados de preparar suas decisões e de assegurar o Secretariado do Alto-Conselho. Presidente do Conselho Superior de Magistratura, compete-lhe fazer respeitar a independência dos magistrados e regula seu recrutamento e acesso. Seus serviços são organizados, por consequência, para informar e esclarecer.

Assegura, ainda, no plano mais elevado, a coordenação necessária à vida política.

Na Presidência do Conselho foi criado um Secretariado-Geral Permanente incumbido de fornecer ao Chefe do Governo a documentação técnica necessária à elaboração da política geral governamental. Dêle dependem os Serviços do Plano, da Função Pública e da Energia Atômica.

É o Estado-Maior permanente — pois em 7 anos, seu pessoal não mudou — dos Chefes do Governo, aos quais fornece o meio técnico de animar os diferentes departamentos ministeriais.

Finalmente, um Secretariado-Geral do "Comité Economique Interministériel" se encarrega de garantir, sob a autoridade do Ministro da Economia Nacional, a ligação e a unidade de doutrina entre os diversos departamentos ministeriais.

Assim, mesmo nos setores mais "políticos" a administração está presente para reavivar as decisões governamentais. Decisões que ela pode suscitar, a que ela pode adiantar-se e que, por vezes, excedendo o seu papel, pode tomar.

III — A ADMINISTRAÇÃO E OS PROBLEMAS FRANCESES ATUAIS

Em 1944, a França devia, a um tempo, reerguer-se de suas ruínas e readaptar-se à evolução mundial. Não pode mais, como outrora, contar com a parcimônia de gerações passadas, mas viver do próprio trabalho para assegurar o equilíbrio de sua economia e de sua balança. Tornou-se um país novo. Para melhor utilizar seu potencial econômico, deve, pois, fazer um esforço considerável no sentido da modernização.

Eis porque se resolveu, em 1946, o estabelecimento de um Plano, método de "convergência na ação e meio para cada um, de situar seu esforço em relação ao de todos".

Cria-se, sob autoridade de alto funcionário, antigo industrial, Jean Monnet, um Comissariado, que reúne por setores de atividades, os representantes dos patrões, dos operários e dos técnicos.

O Plano, apresentado em fins de 1946, levanta o balanço dos recursos e das necessidades da economia francesa e esforça-se, para remediar suas dificuldades, em fixar para os 5 anos vindouros o objetivo por atingir pelos diversos ramos da economia: exceder o nível de 1929, o melhor ano do período decorrido entre as duas guerras.

Sòmente a modernização de nosso aparelho de produção lhe permitirá enfrentar, ainda uma vez, a concorrência internacional. A fim de realizá-la, o Plano determina objetivos para a produção — uns, imperativos (para os setores de base econômica: minas de carvão de pedra, eletricidade, siderurgia, cimento, transportes, maquinismo) e outros, facultativos.

A aplicação dessas instruções torna-se possível pela distribuição de créditos orçamentários e bancários, pois o citado Plano determina, também, as melhores condições para a utilização dos investimentos e da mão-de-obra.

Dessa forma, invade o campo de ação governamental, já que prevê, vários anos antes dos orçamentos futuros, as despesas dos investimentos. Embora aprovado pelo Governo, *a ele está obrigado o Parlamento*, já que prejudica maiorias futuras que podem considerar necessárias outras distribuições de crédito. Eis o motivo pelo qual, cada ano, por ocasião das discussões orçamentárias, numerosos choques opõem ao Plano o Governo e o Commissariado, no que concerne ao problema dos investimentos. Um Governo aceita a contragosto o fato de estar ligado a decisões tomadas por predecessores de um eixo político diferente do seu... O Plano foi, então, submetido ao Parlamento, mas as maiorias, por sua vez, não gostam de empenhar-se por muito tempo.

A ação do Commissariado do Plano, malgrado seus defeitos e insuficiências, foi, entretanto, decisiva, nos anos que se seguiram à guerra. Permitiu ao Governo a coordenação do emprêgo dos recursos nacionais e a elevação, desde 1949, da produção a nível superior ao de 1929. (Este nível é, atualmente, de 150%). Ademais, esclareceu a situação financeira francesa e, principalmente, seu balanço de contas e, ao apresentar com precisão o problema das compras na zona do dólar, facilitou a concessão de créditos americanos.

Mas o precitado Commissariado prestou um outro serviço essencial. Pelo estudo da evolução da economia francesa, nas suas relações com a vida internacional, evidenciou para a França — caso esta queira manter seu nível de vida — a necessidade de integrar-se no plano mais amplo de uma economia européia.

Com efeito, sòmente a integração da economia francesa num mercado mais vasto permitirá a melhor utilização dos homens (a França pode alimentar 70 milhões de habitantes), das matérias-primas e dos capitais.

A concorrência internacional só é possível entre espaços econômicos organizados, que ultrapassem as fronteiras naturais dos Estados.

O Commissariado do Plano demonstrou claramente a impossibilidade, para um país europeu,

de assegurar sòzinho o equilíbrio de seu comércio exterior. A Europa regula, de fato, o têrço de suas importações em dólares, sem poder fornecer contrapartida aos Estados Unidos, que são credores do mundo inteiro.

O Plano Marshall teve, justamente, por objetivo, dar aos países da Europa, devastados pela guerra, os meios de pagamento em dólares, necessários à restauração duradoura de sua economia: importava, pois, na modificação de sua estrutura para permitir a utilização racional das divisas em um mercado europeu único, em que poderiam circular livremente homens e bens.

Para chegar a êsse ponto, a Organização Européia de Cooperação Econômica preparou um programa europeu de desenvolvimento da produção, estabilizando a moeda e equilibrando os *balanços de contas*.

Os trabalhos do Plano, seus documentos, métodos e mesmo seu pessoal inspiraram à Organização o estabelecimento daquele programa. (6)

Assim, constituiu-se certo número de organizações, das quais a União Européia de Pagamentos é uma das mais interessantes. Esta última estabelece um sistema de compensação entre os países membros, de maneira a sòmente demonstrar a balança dos pagamentos de cada um em relação ao conjunto. Facilita, assim, o intercâmbio europeu, simplifica suas relações com os Estados Unidos, impulsiona a todos, desencorajando os devedores de acumular dívidas excessivas e os credores, de acumular excedentes exagerados.

Sistematizando o regime precedente — acôrdos de pagamentos entre Estados — a União Européia de Pagamentos presta grandes serviços ao comércio internacional. Mas êsse regime, se assegura solidariedade no intercâmbio europeu, é, entretanto, precário e instável.

Para criar uma verdadeira entidade européia é necessário dar-lhe uma base concreta. O balanço da economia, na França, em 1946, demonstrava a importância do carvão e do aço nas atividades modernas. O primeiro, por ser a fonte principal da energia (75%) e o segundo por essencial na indústria: construções, metalurgia, defesa nacional, etc. A Europa não possui carvão, a França é pobre dêle (75% de suas necessidades) e sòmente a Alemanha é bastante provida do mesmo (105 milhões de toneladas).

A França está entre os primeiros produtores de minério de ferro do mundo, de que possui jazidas consideráveis, mas falta-lhe coque para reduzi-lo. Êste, ela o importa do Rhur em grande quantidade, enquanto a Alemanha importa o ferro.

A geografia aproxima as bacias do Norte, do Passo de Calais, do Rhur, do Reno — Westphalia e da Bélgica. As fronteiras as separam.

O "Pool" proposto por M. Schuman visa reestabelecer o que a economia une e a política divide:

(6) O Secretário-Geral da O.E.C.E., M. Jarjolin, é o antigo Comissário-Adjunto do Plano — N. do A.

a ação conjunta num mercado único de 150 milhões de habitantes das indústrias do carvão e do aço, para racionalizar os produtos, abaixar o preço de custo das mercadorias e permitir, com um objetivo comum, a aproximação franco-alemã.

O Governo francês lançou a idéia e assumiu a devida responsabilidade diante do Parlamento. A Administração, porém, fixou-lhe as modalidades. Dessa espécie de colaboração nasceu o "Pool".

O "Pool" é dirigido por uma alta autoridade, guardião do interesse geral da comunidade. Seus membros, designados pelos Estados, são, em princípio, desobrigados das contingências nacionais.

Uma assembléia eleita pelo Parlamento de cada país tem o poder de provocar a demissão da Alta Autoridade. Pode, também, revisar o tratado, cujo respeito e interpretação são garantidos por uma Corte de Justiça.

A Harmonia entre a política da Alta Autoridade e a dos países membros — problema delicado — é assegurada por um Conselho que reúne os Ministros de cada Estado partícipe.

Essas instituições vigoram há três meses. De seu sucesso ou de seu malôgro dependerá a existência da Europa. Pois, sem alicerce econômico concreto, o ideal europeu corre o perigo de permanecer muito tempo ainda no domínio das aspirações generosas.

Os poucos exemplos acima dados ilustram a ação administrativa no trato dos negócios públicos. A administração estuda, para o Governo, os dados dos problemas que se apresentam e esforça-se por descobrir as soluções possíveis. Entretanto, incumbe aos Poderes Públicos a decisão final.

É evidente, todavia, que, pela liberdade de aplicação que se lhe deixa, a Administração pode desviar as decisões políticas. Assim, através do Banco da França e do Conselho Nacional do Crédito, ela ao mesmo tempo controla o aparelho ban-

cário e dirige o crédito — em qualidade, desde que lhe cabe dar instruções sobre as condições de abertura de créditos e, em quantidade pela fixação da taxa de desconto e estipulação do teto do crédito.

A vida econômica, portanto, está inteiramente sob sua dependência.

Nestas condições, a Administração associa-se ao Governo numa tarefa comum, e dele se distingue por sua perenidade.

Tal estado de coisas não pode, é óbvio, manter-se senão num clima de liberdade política e no respeito geral das opiniões de cada um. Com efeito, a decisão pertence ao poder político, e o serviço público não deve ter possibilidade de contrariar, em pormenores que seja, a aplicação das medidas adotadas pelo Governo.

Num regime de democracia parlamentar como o que existe na França ou na Inglaterra, a força da Administração encontra seu limite na multiplicidade dos Partidos, que se controlam reciprocamente, evitando, assim, a sobrecarga dos serviços comuns.

É interessante recordar a êsse respeito que nos últimos tempos de poder pessoal conhecido pela França — o Segundo Império — o Conselho de Estado, encarregado de sancionar os excessos do poder da Administração, vira suas funções consideravelmente acrescidas.

Esse controle da Administração pelos Administrados exige grande harmonia nas relações sociais, sem risco de anarquia; não pode durar se o país está desunido.

Montesquieu nos lembra a êste respeito que "a união num organismo político é algo equívoco: a verdadeira é a união harmoniosa que faz com que todas as partes, por opostas que nos pareçam, concorram para o bem geral, como as dissonâncias na música concorrem para o acôrdo total e como as partes dêste universo eternamente ligado pela ação de uns e pela reação de outros..."

ADMINISTRAÇÃO GERAL

APERFEIÇOAMENTO

Curso de Administração de Pessoal

Sistema de Remuneração

ALUÍSIO MOREIRA

SUMÁRIO — 1. Conceito de salário — Evolução — 2. Salário nominal e salário real — Distinção — 3. Salário mínimo — Conceito — 4. Salário-família — Origem e conceito — 5. Importância do Plano de Remuneração — 6. Plano de Remuneração e Plano de Classificação de Cargos — Relações e distinção — 7. Fatores que influenciam a fixação do salário — 8. Princípios básicos a que se deve subordinar a fixação do salário — 9. Modalidades e tipos de salários — Evolução — 10. Bibliografia.

1. *Conceito de Salário — Evolução* — Os termos remuneração, vencimento e salário serão empregados aqui não no sentido legal em que são tomados no serviço público, e sim em sentido amplo, significando o pagamento atribuído a alguém em razão de um trabalho prestado.

O conceito de salário tem variado muito através dos tempos, desde a simples retribuição pelo trabalho prestado até a participação nos lucros da empresa. Do ponto de vista legal, pode-se dizer que o salário evoluiu de um contrato de serviços (*locatio operis*) para o conceito moderno de utilização racional da força de trabalho. A legislação trabalhista, por seu turno, foi, gradualmente, reconhecendo o direito à greve, ao salário mínimo, à participação nos lucros da empresa; ao mesmo tempo, reconheceu-se a correlação existente entre salário e condições de saúde, longevidade, natalidade, capacidade de consumo, estabilidade econômica e social, isto é, reconheceu-se a significação do salário como fator do rendimento social do trabalho.

2. *Salário Nominal e Salário Real — Distinção* — Cumpre distinguir o que seja salário nominal e salário real.

Salário nominal é a importância em dinheiro que o indivíduo recebe pelo trabalho que presta.

Salário real é o representado pela quantidade de utilidade que o indivíduo pode adquirir com o salário nominal.

O salário real mantém estreita relação com o custo de vida e o poder aquisitivo da moeda; variando o custo da vida, embora ganhando sempre o mesmo salário nominal, o empregado poderá ter o seu salário real aumentado ou diminuído, conforme o preço das utilidades baixe ou eleve. O salário-real decorre, portanto, da relação existente entre o salário nominal, de um lado, e, de outro, o valor da moeda e o custo dos gêneros; ele varia em função destes dois últimos fatores.

3. *Salário Mínimo — Conceito* — Salário mínimo é a remuneração mínima atribuída a todo trabalhador pelo serviço prestado, capaz de atender às suas necessidades de alimentação, habitação, vestuários, higiene e transporte. Trata-se de um salário teórico fixado legalmente após o estudo de determinados fatores que entram na composição do orçamento familiar de um trabalhador médio, com o fim de proporcionar-lhe um nível razoável de vida.

O salário mínimo pode originar de iniciativas isoladas de certos grupos profissionais, através de entendimentos diretos com os patrões, mas pode também decorrer da intervenção do Estado, conforme se verificou entre nós. Quando isto ocorre, o Estado intervém como agente de equilíbrio na ordem social para fixar um salário que corresponda ao mínimo necessário à subsistência dos assalariados.

Na determinação do salário mínimo dois critérios podem ser adotados:

— fixação de um mínimo geral, aplicável a todas as profissões e regiões do país; e

— estabelecimento de níveis diversos de remuneração para diferentes regiões geográficas ou para cada grupo de atividades profissionais.

O salário mínimo foi estabelecido, entre nós, pelo Decreto-lei n.º 2.162, de 1-5-1951; recentemente, uma Comissão designada pelo governo procedeu a estudos para a fixação de um novo salário mínimo, de acordo com o atual custo de vida.

4. Salário-família — Origem e Conceito —

A fixação do salário não pode ficar imune às influências ético-sociais; vale dizer, o salário não deve corresponder tão-somente ao valor da utilidade produzida ou assumir o caráter de *mercadoria* apenas, deve ser também o *meio pessoal*. Já passou de época a avaliação puramente econômica do salário, aceitável dentro do conceito do trabalho mercadoria, mas inexecutável, modernamente, tomado o trabalho em sua significação verdadeiramente social. Semelhante política mais se justifica e se impõe por considerações de ordem demográfica, nos países onde escasseia a mão-de-obra e se fazem necessárias medidas tendentes a favorecer o aumento da população, tais como a concessão de prêmios de natalidade, abonos familiares e salário-família.

Cabe aqui distinguir o abono familiar do instituto do salário-família. O primeiro é um auxílio que o Estado concede às classes mais pobres e de prole mais numerosa; o segundo é uma modalidade de remuneração do trabalho em que são tomados em consideração os encargos de família ao se fixar o salário do trabalhador.

De modo geral, os abonos familiares visam atender às necessidades de manutenção das famílias numerosas e sem recursos. Haja vista o caso do serviço público federal brasileiro em que, num total de 146.000 servidores, em 1943, apenas pouco mais de 450 preenchiam os requisitos exigidos para obtenção daquele benefício. (E.M. n.º 3.474, de 8-11-1943).

Para a concessão do abono familiar costuma-se estabelecer um mínimo de filhos, variável de país para país. Já a concessão do salário-família independe do número de filhos, de vez que a medida tem por objetivo fazer com que a remuneração do trabalho concorra, não apenas para o sustento do indivíduo, mas também para o de sua família. Reconhecendo o caráter essencialmente assistencial do salário-família o D.A.S.P. já emitiu parecer sustentando que não deve ser excluído da percepção desse benefício o servidor inativo que de fato contribua para a manutenção ou educação do dependente. Esse sentido assistencial do salário-família constitui ponto de vista também defendido na Conferência Pan-Americana de Lima, conforme se verifica do seguinte trecho da sua Resolução n.º IX, datada de 21-12-1938:

“Considerando que o trabalho não deve ser retribuído unicamente pelo seu valor objetivo, isto é, tendo-se em conta o resultado do serviço prestado pelo operário e pelo empregado, independentemente da posição que estes ocupam no amplo conjunto da sociedade, ou no agrupamento mais restrito da família, e que pelo contrário, o sobre-salário procura, como objetivo primordial, salvar, guardar, robustecer e aumentar o capital humano da entidade política do país, criando famílias sadias e numerosas mediante retribuições, diversas, em função das exigências da família do operário e do empregado, sendo além disso de grande importância para a América. Recomenda aos Governos dos Estados Americanos a implantação do sobre-salário familiar em seus respectivos países.”

Convém salientar, entretanto, que enquanto no setor da administração pública o salário familiar foi rapidamente implantado na quase totali-

dade dos grandes países, no setor da economia privada, a sua adoção não constitui regra, mas sim exceção rara.

Várias razões justificam essa flagrante diferença de atitudes existentes entre o serviço público e as empresas particulares, relativamente à adoção do salário-família. Em primeiro lugar, a administração pública, ao contrário da administração privada, não tem finalidade lucrativa, proporcionando por isso melhor ambiente para a idéia. Em segundo lugar, os Governos não podem nem devem elaborar leis pelas quais se imponha aos empregadores a obrigação de remunerar melhor os empregados com maiores encargos familiares; mesmo porque uma vez concretizada, a medida poderia até provocar efeito contraproducente, qual seja o da recusa de emprego a trabalhadores com encargos de família.

Fischlowitz aponta-nos um outro motivo que dificulta a adoção do regime do salário-família pelas empresas privadas ao sustentar que

a distribuição mais equânime do “fundo de salários” de uma empresa, segundo o critério dos encargos de família, implicaria numa taxa superior do salário para os trabalhadores com ônus familiares e numa taxa inferior para os trabalhadores sem esses ônus.

Por último, saliente-se que o objetivo demográfico-social que anima o Estado a conceder o salário-família ao seu servidor, inexistente da parte do empregador particular com relação aos que lhe prestam serviços, desinteressado diretamente do propósito de incrementar o crescimento populacional.

Esses os motivos pelos quais raros são os exemplos de aplicação do salário-família no setor das atividades privadas, e, ainda assim, assumem sempre um caráter facultativo, extralegislativo, decorrentes apenas de iniciativas patronais. Trata-se, na maioria das vezes, de empregadores proprietários de estabelecimentos que, seja em virtude da natureza altamente especializada de suas atividades, seja em virtude de outra razão qualquer, exercem monopólio econômico de fato cu de jure, não se achando, por isso, expostos à concorrência das demais empresas. Stanislaw Fischlowitz cita como exemplo típico do caso acima especificado, a empresa fabricante dos aparelhamentos óticos de Zeiss, em Jena, na Alemanha, que aplicou, amplamente, essa modalidade de remuneração entre os seus empregados.

O regime de salário-família foi instituído no serviço público federal brasileiro pelo art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.976, de 10-11-1943, que igualmente concedeu um aumento geral de remuneração, vencimento e salário aos servidores públicos da União.

5. *Importância do Plano de Remuneração* — O plano de remuneração, envolvendo interesses tanto da empresa como do empregado, é de importância capital e a maior prova disso está no vulto das despesas estimadas, nos orçamentos do serviço público e das empresas privadas, para o pagamento do pessoal. Mas não fica aí a influência do plano de salário na vida da organização, ele reflete

também, e profundamente, sobre o moral da organização, pois, quando deficiente, provoca casos de aborrecimento entre o pessoal, concorrendo para o desprestígio da administração e para a elevação das taxas de movimentação do pessoal. Problema de interesse vital para o empregado, sua influência sobre a área de recrutamento não poderia deixar de ser marcante, dêle dependendo a atração e, posteriormente, a conservação de pessoal qualificada capaz de fornecer alto nível de rendimento aos serviços.

6. *Plano de Remuneração e Plano de Classificação de Cargos — Relações e Distinção* — Se bem que intimamente relacionados, os dois planos são perfeitamente distintos. Distintos e independentes. Cada um deles pode existir sem que haja o outro. A classificação de cargos independe completamente da remuneração paga; interessam-lhe apenas os cargos e as atribuições e responsabilidades inerentes a cada um deles. Da mesma forma, para a fixação dos salários pode-se dispensar o plano de classificação de cargos, pois a muitos outros fatores se pode recorrer para esse fim. É incontestável, todavia, que a classificação de cargos constitui base fundamental para a elaboração de um plano de pagamento, de vez este último deve ter em vista os deveres e responsabilidades do cargo, a fim de conferir "salário igual para trabalho igual" princípio fundamental para a fixação do justo salário.

Em síntese, o plano de classificação de cargos tem por fim agrupar os diversos cargos em classes, de acordo com a natureza das funções e seu grau de responsabilidade; enquanto que o plano de pagamento visa a estabelecer a remuneração de cada classe e, conseqüentemente, o salário de cada cargo e empregado.

7. *Fatores que influenciam a fixação do salário* — A fixação do salário depende de inúmeros fatores, os quais podem ser classificados em três categorias: fatores independentes do trabalho; fatores intermediários e fatores inerentes ao trabalho.

Fatores independentes do trabalho — Determinados fatores independem do trabalho a ser executado, mas todos eles contribuem, com maior ou menor grau, para a fixação do salário. Dentre eles podem ser citados os seguintes:

- o custo de vida;
- os salários locais;
- os salários pagos para trabalho de natureza semelhante;
- a concorrência comercial ou industrial relativa ao trabalho em vista;
- as possibilidades financeiras da organização.

Fatores intermediários — Os fatores intermediários que influem sobre a fixação dos salários são: a oferta de mão-de-obra geral e a oferta de mão-de-obra especializada.

E' a famosa lei da oferta e da procura, pela qual o salário depende do maior ou menor número

de indivíduos desempregados ou de candidatos a determinadas funções. Aplicando essa lei ao problema da remuneração do trabalho, Cobden deu-lhe forma original, sustentando que os salários se elevam quando dois patrões correm atrás de um empregado e decrescem quando dois empregados correm atrás de um patrão.

Fatores inerentes ao trabalho — Neste grupo podem ser citados os seguintes fatores:

- o esforço físico exigido para a realização do trabalho;
- a habilidade pessoal do executante;
- o grau de educação e instrução requeridas para a execução das atribuições;
- as condições-ambientes e os riscos oferecidos pelo trabalho;
- o caráter agradável ou desagradável do próprio trabalho;
- as possibilidades de acesso que o emprego oferece;
- o caráter permanente ou transitório do emprego.

A fixação do salário não depende apenas de um dos fatores citados, como, por exemplo, o custo de vida ou o grau de educação e instrução requeridas para a execução do trabalho. E' preciso ter em conta todos ou quase todos os fatores acima mencionados, quando se deseja determinar o salário justo para um dado trabalho.

8. *Princípios básicos a que se deve subordinar a fixação do salário* — A moderna conceituação de salário exige, para a fixação do justo salário, a observância de determinados princípios, que podem ser resumidos nos três seguintes:

a) Igual salário para trabalho igual (equal pay for equal work);

b) O salário deve corresponder exatamente à qualificação requerida, ao trabalho executado e à responsabilidade exigida;

c) O salário deve atender, tanto quanto possível, às necessidades do empregado, proporcionando-lhe:

- meios de subsistência;
- meios que permitam sua evolução física, intelectual e moral;
- meios para prover às necessidades dos que dêle dependem.

Para a consolidação dos princípios acima referidos, muito concorreu a doutrina social católica proclamada pelo Papa Leão XIII na Encíclica "Rerum Novarum", a qual sustentava:

1.º) que o salário deve estar em correspondência com o valor do trabalho prestado;

2.º) que deve também atender às necessidades de vida do trabalhador.

Neste segundo princípio, conforme salienta Paulo de Assis Ribeiro, vamos encontrar o germe do salário familiar, seja sob a forma de salário familiar relativo, isto é, o que é acrescido de uma importância proporcional ao número de mem-

bro da família dependentes do empregado, seja sob a forma do salário familiar absoluto, que tem por fim atender às necessidades normais do trabalhador com família.

9. *Modalidades e tipos de salários — Evolução* — Antigamente o trabalho prestado pelo indivíduo podia ser pago com gêneros (truck system), ou por outras formas que não o dinheiro. Na Idade-Média, por exemplo, a retribuição do trabalho profissional ou agrícola era feita mediante a concessão do direito de cultivar certa faixa de terra, a prestação de serviços retributivos, etc.

A expansão do comércio e diversos outros fatores intermediários, gradualmente, conduziram ao pagamento em dinheiro, através da moeda. Não obstante, somente após a revolução industrial o sistema de salários atingiu completo desenvolvimento. Apesar disso, os pagamentos não monetários não desapareceram de todo, cedendo lugar a um tipo misto, ainda hoje encontrado — o "allotment system" — em que o pagamento é feito metade em espécie, metade em dinheiro.

Segundo J.E. WALTERS os salários tiveram a seguinte evolução :

1.º Houve, primeiramente, o *subsistence wage*, pelo qual era atribuído ao empregado um salário equivalente ao necessário para a subsistência de um trabalhador médio e sua família;

2.º Vem depois o *living wage*, pelo qual o salário passou a ser calculado na base do custo normal da vida, mas de maneira que proporcionasse um desenvolvimento também normal do empregado e sua família;

3.º Pelo *efficiency wage*, o salário atribuído tinha em vista a produção e a eficiência do trabalhador no serviço;

4.º Finalmente, pelo *cultural wage* — adotado após a depressão de 1930 — e que constitui a mais bem remunerada forma de pagamento, o salário é determinado de modo a permitir uma compensação para o desenvolvimento cultural do trabalhador e sua família.

Antes de entrarmos, propriamente, no estudo dos tipos de salários atualmente encontrados, cumpre destacar que a forma de remuneração a que o indivíduo faz jus pela prestação do trabalho difere, conforme o pagamento seja feito:

- a) na fase ativa do trabalhador;
- b) durante a sua inatividade;
- c) após a sua morte, aos que viviam sob sua dependência econômica.

No primeiro caso temos o vencimento, remuneração ou salário; no segundo caso, os proventos e no terceiro, as pensões ou benefícios de família.

Os tipos de salários mais comumente encontrados podem ser grupados em três grandes categorias:

- salário fixo na base do tempo;
- salário fixo na base da produção;
- salário-prêmio, com gratificação ou bonificação.

Salário fixo na base do tempo — Também chamado salário por tempo (time wage). Consiste em atribuir ao empregado uma determinada remuneração, desde que execute, durante certo período, os serviços determinados pelo empregador. O pagamento é feito por unidade de tempo, usualmente, hora, dia, semana ou mês.

Esse tipo de salário apresenta vários inconvenientes, mas é de cômoda aplicação. Tem de ser, necessariamente, adotado quando o trabalho não pode ser medido e requer maior esmero ou melhor acabamento. É a forma de pagamento mais empregada nos serviços públicos.

Suas principais vantagens são :

I — *Quanto ao empregado* :

- a) garante maior tranqüilidade quanto à retribuição;
- b) facilita suas relações com a organização;
- c) evita o excesso de trabalho, muitas vezes prejudicial.

II — *Quanto ao empregador* :

- a) facilita a contabilidade;
- b) simplifica a apuração;
- c) possibilita maior perfeição do trabalho.

Dentre as desvantagens podem ser apontadas as seguintes :

I — *Quanto ao empregado* :

- a) nivela os bons aos maus empregados;
- b) provoca o desestímulo e, até mesmo, o sentimento de revolta nos bons elementos.

II — *Quanto ao empregador* :

- a) exige maior controle e fiscalização;
- b) dificulta a apuração do custo unitário da mão-de-obra.

Salário fixo na base da produção — Também chamado salário por peça ou por tarefa. Consiste em atribuir uma certa remuneração para cada unidade produzida, de modo que o indivíduo receba um salário tanto maior quanto maior fôr o número de unidades produzidas. Conforme se vê, o salário não se acha subordinado a qualquer limite de tempo, depende, tão-somente, da produção apresentada.

Este tipo de salário oferece as seguintes vantagens :

I — *Quanto ao empregado* :

- a) propicia maior estímulo, pois cria o interesse de produzir muito, para ganhar sempre mais;
- b) incentiva o bom empregado.

II — *Quanto ao empregador* :

- a) exige menor fiscalização sobre a atuação dos empregados;
- b) mantém o custo de mão-de-obra constante;
- c) faz com que os atrasos corram por conta do empregado.

Suas desvantagens são :

I — Quanto ao empregado :

- a) incerteza da remuneração exata (casos de doenças, acidentes e outros imprevistos);
- b) maior propensão para a fadiga e esgotamento por excesso de trabalho.

II — Quanto ao empregador :

- a) dificuldade de fixar ou reduzir o preço de unidade;
- b) imperfeição, por vêzes, do trabalho, já que o empregado se acha mais interessado na quantidade do que na qualidade do serviço;
- c) maior desgaste da maquinaria.

Salário-prêmio, com gratificação ou bonificação — Esta forma de pagamento visa a corrigir as falhas, excessos ou desvantagens dos tipos precedentes, aproveitando, por outro lado, as vantagens que eles apresentam. Consiste em obter do empregado o máximo de produção e o máximo de interesse, sem provocar um estímulo exagerado, que poderia ser prejudicial ao empregado e à própria organização.

Processa-se, geralmente, de duas formas : — marcando-se um tempo mínimo, dentro do qual deve o trabalho ser realizado ou determinando a quantidade de trabalho que deve ser obtida dentro do tempo menor do que aquele que lhe foi marcado, tem direito a um prêmio, sucedendo o mesmo, caso consiga uma produção além daquela que normalmente devia apresentar.

Há vários exemplos de salários desse tipo, mas limitar-nos-emos a citar os dois mais conhecidos : — o de Halsey e o de Rowan.

O sistema de Halsey consiste em abonar ao empregado um determinado tempo para realizar o trabalho; se este é feito em tempo menor, a economia correspondente à redução do tempo é igualmente dividida entre empregado e empregador. Isso, é evidente, sem prejuízo do salário fixo do empregado, previsto para o período normal do trabalho.

O sistema, além de simples, tem a vantagem de interessar o empregado na sua produção, sem que se lhe ofereça estímulo excessivo, uma vez que o prêmio é dividido entre o empregado e a empresa.

O tipo Rowan, mais ou menos semelhante ao antecedente, consiste em oferecer ao empregado

uma percentagem do seu salário base, igual à percentagem da economia de tempo realizada em relação ao tempo base. Exemplificando, suponhamos que a um empregado se abonem 10 horas de tempo para executar um trabalho, mas ele o realize em 8 horas. Houve uma economia de 20%. Dêsse modo, o seu salário base que era de Cr\$ 2,00 por hora, passará a Cr\$ 2,40. Assim tendo o trabalho sido executado em 8 horas, o empregado terá direito a $8 \times 2,40$, isto é, a Cr\$ 19,20.

Esse tipo de salário apresenta ainda a vantagem de que, executando o trabalho em tempo inferior ao fixado, pode o empregado dispor do tempo restante como lhe aprouver, inclusive para executar outra tarefa.

BIBLIOGRAFIA

1. MOSHER and KINGSLEY — *Public Personnel Administration* — Cap. XX.
2. EDUARDO D. JONES — *Organización y administración de las empresas industriales* — Caps. XIX, XX e XXI.
3. WATKINS and DODD — *The Management of Labor Relations* — Cap. XVIII.
4. PINTO PESSOA SOBRINHO e NAZARÉ TEIXEIRA DIAS — *Princípios de Administração de Pessoal* — pág. 73.
5. PAULO DE ASSIS RIBEIRO — *O Serviço Público e os Problemas da Justa Remuneração* — Conf. — "Revista do Serviço Público", agosto de 1942, pág. 91.
6. J. M. ANDRADE SOBRINHO — *Composição do Vencimento e Níveis de Remuneração do Funcionário Público* (Monogr.) — "Revista do Serviço Público" — fev. de 1941, pág. 5.
7. STANISLAU FISCHLOWITZ — *O salário familiar* (artigo) — "Revista do Serviço Público" — outubro de 1943, pág. 13.
8. STANISLAU FISCHLOWITZ — *Uniformização da Remuneração Real dos Servidores Públicos* — (artigo) — "Revista do Serviço Público", março de 1944, pág. 38.
9. L. G. RAMOS RIBEIRO — *Dos sistemas de remuneração e sua aplicação no serviço público* (artigo) — "Revista do Serviço Público", abril de 1944, pág. 30.
10. JOSÉ MEDEIROS — *Salário-Família: origem e desenvolvimento* — "Revista do Serviço Público", jan. e fev. de 1948, pág. 124 (artigo).
11. ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO — *O aspecto ético-social do salário* — (artigo) — "Revista do Serviço Público", dez. de 1943, pág. 5.
12. D.A.S.P. — *Reajustamento dos vencimentos e salários do pessoal civil e do pessoal militar* — "Imprensa Nacional".

Curso de Português

Formação de Escriurários para Ministérios Militares

JOÃO LUIZ NEY

ORTOGRAFIA OFICIAL — emprêgo dos acentos

Regras de acentuação :

1. recebem acento agudo ou circunflexo os monossílabos tônicos terminados em :

a ou as (pá, lá, já, chá, há, gás, ás)
e ou es (fé, ré, é, lê, vê, três, mês)
o ou os (pó, só, dó, nós, vós, cós, pôs)

Observações :

a) recebem acento circunflexo, entre outros, os seguintes monossílabos para que se distingam de seus homógrafos :

têm (plural) e tem (singular)
vêm (plural) e vem (singular)
fêz (verbo) e fez (singular de fez)
côr (coloração) e cor (memória, de cor)
fôr (verbo) e for (fôro, costume: a for de)
pôr (verbo) e por (preposição) etc.

b) recebem acento agudo ou circunflexo as formas verbais monossilábicas terminadas em a, e, o, em virtude de assimilação da consoante final ao pronome lo, la, los las.
Exemplos :

dá-lo (dás + o) — trá-los (traz + os)
tê-lo (ter + o) — qué-lo (quer + o)
vê-lo-emos (veremos + o) — pô-la (pôr + a) etc.

c) não se acentuam os monossílabos e as formas verbais monossilábicas terminadas em i ou is; u ou us. Exemplos :

sí, ti, bis, vis, quis, qui-lo, fi-lo, di-lo;
tu, nu, pus, cru, jus, fu, mu, pu-los, etc.

d) não se acentuam as combinações de nos, vos, eis com

lo, la, los, las. Ex: no-lo, vo-la, ei-los.

2. recebem acento agudo os ditongos (1) abertos ei, éu, ói.

Exemplos :

idéia, assembléia, papéis, anéis, geléia, réis, odisséia;
chapéu, véu, céu, fogaréu, escarcéu, mausoléu, réu, léu;
herói, jóia, jibóia, paranóico, anzóis, lençóis, dói, etc.

Observação :

Conseqüentemente não se acentuam os ditongos fechados ei, eu, oi. Exemplo :

lei, feito, leite, centopeia, peixe, achei, morrerei;
breu, teu, meu, judeu, europeu, ateu, filisteu, seu;
foi, boi, afoito, apoio, doído, arroio, tamoio, dois, etc.

3. recebem acento circunflexo as palavras terminadas na sequência oo, óos. Exemplos :
enjôo, perdôo, vôo, abençoô, abotôo, côo, perdôo, môo, etc.

(1) "Chama-se ditongo o encontro de duas vozes na mesma sílaba." — José Oiticica — *Manual de Análise*, p. 24.

Observação :

Não se acentuam os hiatos oa e oe. Exs.:
pessoa, boa, Lisboa, lagoa, canoa, patroa;
perdoe, abençoe, magoe, aperfeiçoe, etc.

Contudo, manda-se acentuar coa (do verbo coar) para diferenciá-lo do homógrafo coa (aglutinação da preposição com e do artigo ou pronome a.)

4. recebem acento agudo ou circunflexo os oxítonos terminados em :

— a ou as (cajá, juá, quicá, haverá, gambá, atrás, aliás)
— e ou es (café, até, chaminé, sopé, dendê, você, através)
— o ou os (filó, paletó, dominó, bisavô, após, propôs)
— em ou ens (alguém, ninguém, convém, porém, parabéns).

Observações :

a) recebem acento agudo ou circunflexo as formas verbais terminadas em a, e, o por assimilação da consoante final ao pronome lo, la, los, las.

Exs.: encontrá-lo, defendê-lo-ei, recordô-lo-ia.

b) não se acentuam os oxítonos nem as formas verbais terminadas em i ou is, u ou us.

Exs.: sapoti, buriti, bisturi, civis, anis, Paris; babaçu, bambu, canguru, tatu, obus, Jesus; admiti-lo, propu-lo, conduzi-lo-emos.

5. recebem acento agudo ou circunflexo os paroxítonos terminados em :

— l (difícil, têxtil, indelével, imóvel, agradável, pênsil)
— n (éden, hífen, cânnon, pólen, líquen, Edômen, dôlmen)
— r (açúcar, éter, cadáver, dólar, caráter, ímpar, revólver)
— x (tórax, fênix, ônix, clímax, sílex, bórax)
— us (bônus, vírus, ônus, Vênus, húmus)
— ps (fórceps, Quéops)
— i ou is (júri, cáqui, dândi, lápis, grátis, tênis, íris)
— ã ou ãs (órfã, imã, dólmã, órfãs)
— ão ou ãos (bênção, órgão, Estêvão, sótão, acórdão, órfão)
— ei ou eis (jôquei, jérsei, fáceis, fúteis, hábeis, devíeis)
— um ou uns (álbum, álbuns, médium, médiuns, sérum).

Observações :

a) há palavras latinas paroxítonas terminadas em um que o Vocabulário Oficial não manda acentuar. Exs.: *forum*, *radium*, etc.;

b) não se acentuam os prefixos terminados em i ou r embora paroxítonos. Exs.: *semi-histórico*, *anti-higiênico*, *super-homem*, *inter-resistente*;

c) o Vocabulário de 1943, oficialmente em vigor, considera paroxítonas as palavras terminadas em ditongo crescente e manda acentuá-las. Ditongo crescente é o que exige menor abertura da boca para emissão da primeira voz e maior abertura para emissão da segunda. Temos,

pois, na língua portuguesa, os seguintes ditongos crescentes :

ea (área, momentânea, ígnea, subterrânea)
eo (aéreo, óleo, gêmeo, espontâneo, núcleo)
ia (paciência, cizânia, história, pátria)
ie (série, planície, espécie, cárie, calvície)
io (tirocínio, abstinência, lírio, sério, horário)
oa (páscoa, nódoa, mágoa, amêndoa)
ua (tábua, água, estátua, régua, língua)
ue (tênue, bilíngüe)
uo (vácuo, contínuo, indivíduo, mútuo, assíduo).

6. recebem acento agudo ou circunflexo todos os proparoxítonos. Vejam-se os exemplos que se seguem e evitam-se possíveis erros de pronúncia.

Exemplos :

aerólito	antípoda	uníssono
ágape	vermífugo	azáfama
zênite	trânsfuga	bátega
bígamo	sêxtuplo	chávena
crisântemo	década	cômputo
cônjuge	ingreme	revérbero
êxodo	réprobo	ínterim
retrogrado	míope	quádruplo
leucócito	pródromo	quadrumano
protótipo	plêiade	presbítero
polígamo	lêvedo	paráfrase
ômega	horóscopo	incólume
idólatra	arquétipo	hipódromo
etíope	invólucro	altíssimo
centrífugo		alcoólatra
alcione		autóctone
tardígrado		

7. recebe acento agudo *i* ou *u*, como segunda vogal tônica de hiato, se não forma sílaba com *l*, *m*, *n*, *r* ou *z*, nem está seguido de *nh*, nem forma ditongo (*iu* ou *ui*).

Exemplos :

egoísmo, aí, juízo, diluído, distribuído, faísca, heroína, país, saída, raízes, ruína, altruísmo, cocaína, distraído, genuíno, Suíça, gaúcho, baú, graúdo, saúde, balaústre, miúdo, viúvo, ataúde, amiúde, faúlha, saúde, etc.

Conseqüentemente não se acentuam :

ruim, paul, amendoim, ainda, oriundo, cair, diurno, raiz, rainha, moinho, contribuinte, saiu, paus, atraíu, construiu, juiz, ladainha, atraindo, etc.

8. recebe acento agudo o *u* tônico dos grupos *gúe*, *gúi*, *qúe*, *quí*.

Exemplos :

apazigúe, averigúem, argúi, redargúi, obliqúe, etc.

9. recebe trema (°°) obrigatoriamente o *u* átono pronunciado nos grupos *güe*, *güi*, *qüe*, *qüi*.

Exemplos :

agüentar, ensangüentar, ungüento, lingüeta, equidade, ambigüidade, bilíngüe, argüição, equestre, lingüiça, consangüíneo, lingüista, eloqüente, quinqüênio, etc.

Observação :

— O trema é facultativo em palavras como : *saudade* (ou *saüdade*), *vaüdade* (ou *vaidade*), *atribuição* (ou *atribüição*), etc.

10. recebem acento grave os derivados terminados em *mente* ou em sufixo com *Z* eufônico, sempre que o vocábulo de origem possua acento agudo.

Exemplos :

sòmente (derivado de *só*) — juàzeiro (derivado de *juá*)

heróicamente (derivado de *heróico*) — pàzada (de *pá*)
cafêzal (de *café*) — cajàzeira (de *cajá*), etc.

Observações :

a) o acento grave serve ainda para indicar a crase.

Exs.: à, àquele, àquela, àquilo, àqueles, etc.

b) se o primitivo possui acento circunflexo ou til, os derivados conservarão os mesmos sinais.

Exs.: cômodamente; dendêzeiro, irmãzinha, etc.

11. recebem acento circunflexo os homógrafos de sílaba tônica fechada para diferenciá-los dos de sílaba tônica aberta.

Exemplos :

abôrto		(aborto do verbo abortar)
acêrca		(acerca do verbo acercar)
acêrto		(acerto do verbo acertar)
acôrdo		(acordo do verbo acordar)
adôrno		(adorno do verbo adornar)
agôsto		(agosto do verbo agostar)
alamêda		(alameda do verbo alamedar)
alfinête		(alfinete do verbo alfinetar)
amôres		(amores do verbo amar)
apôdo		(apodo do verbo apodar)
aprêço		(apreço do verbo apreçar)
aquêlê		(aquele do verbo aquelar)
assessôres	...	(assessores do verbo assessorar)
azôto		(azoto do verbo azotar)
azêdo		(azedo do verbo azedar)
bêsta		(besta : arma antiga)
bôca		(boca do verbo bocar)
bôlo		(bolo do verbo bolar)
bôlso		(bolso do verbo bolsar)
cêra		(cera do verbo cerar)
cêrca		(cerca do verbo cercar)
cêrro		(cerro do verbo cerrar)
cêsto		(cesto : manopla de couro cru)
chôfre		(chofre do verbo chofrar)
côco		(coco do verbo cocar)
colhêr		(colher : utensílio de mesa)
concêrto		(concerto do verbo concertar)
consêrto		(conserto do verbo consertar)
contrapêso	...	(contrapeso do v. contrapesar)
contôrno		(cantorno do v. contornar)
contrôle		(controle do v. controlar)
côres		(cores do v. corar)
côro		(coro do verbo corar)
côrte		(corte do verbo cortar)
crêspo		(crespo do verbo crespar)
decôro		(decoro do verbo decorar)
dêle		(dele do verbo delir)
dêles		(deles do verbo delir)
denôdo		(denodo do v. denodar)
desapêgo		(desapego do v. desapegar)
desassossêgo	..	(desassossego do v. desassossegar)
desemprêgo	..	(desemprego do v. desempregar)
desgôsto		(desgosto do v. desgostar)
desinterêsse	..	(desinteresse do v. desinteressar)
despôjo		(despojo do v. despojar)
desprêzo		(desprezo do v. desprezar)
dêsse		(desse do verbo dar)
dêste		(deste do v. dar)
destêrro		(desterro do v. desterrar)
devêras		(deveras : adv. verdadeiramente)
dôbro		(dobro do verbo dobrar)
doutôra		(doutora do v. doutorar)
editôra		(editora do v. editar)
êle		(ele : undécima letra do alfabeto)
emprêsa		(empresa do v. empresar)
enderêço		(endereço do v. endereçar)
etc.		

QUESTÕES OBJETIVAS :

— Assinale, com um X dentro dos parênteses, as palavras grafadas corretamente.

- () gráu
- () grau
- () português
- () portugues
- () alias
- () aliás
- () juri
- () júri
- () juiz
- () juís
- () cincoenta
- () cinqüenta
- () atravez
- () através
- () constituinte
- () constituínte
- () agradável
- () agradavel
- () aínda
- () ainda
- () fê-lo
- () fe-lo
- () após
- () apos
- () lá
- () la

- () bisturí
- () bisturi
- () abenção
- () abençoe
- () sobrevém
- () sobrevem
- () atribuíu
- () atribuiu
- () jóia
- () joia
- () jesuíta
- () jesuita
- () estòicamente
- () estoicamente
- () babaçú
- () babaçu
- () cômputo
- () computo
- () di-lo-ei
- () di-lo-ei
- () habitúe
- () habitue
- () ténue
- () tenue
- () crêem
- () crêm
- () papéis
- () papeis
- () apôio
- () apoio
- () gaúcho
- () gaucho
- () década
- () decada

Monografia Profissional da Enfermeira Diplomada

LUCÍLIA BORGES DE MIRANDA

NECESSIDADE, IMPORTÂNCIA E FINALIDADE DA ENFERMAGEM

A NECESSIDADE da enfermagem nasceu com o mundo e, podemos asseverar que, quando Deus fez a primeira mulher encarnou nela as qualidades indispensáveis a uma boa enfermeira, e, isto porque, com a maternidade, ficou a mulher possuidora de todos os cuidados e atenções para com os que nascem. Coube-lhe, ainda, o direito de ser a companheira do homem, e, como na sua generalidade, pertencem a êste os trabalhos mais fortes, àquela ficaram sempre os cuidados do lar, os desvelos para com os enfermos e para com todos os que tinham e têm dores físicas e morais.

Com todo êste patrimônio, a mulher foi cada vez mais aprimorando seus dotes naturais para a assistência aos necessitados, procurando dar forma ao pendor inato para as causas de enfermagem. Para confirmação do que acabo de dizer, basta que se leia o livro recém-publicado de Waleska Paixão, intitulado "Páginas da História da Enfermagem" no qual, a autora, buscando o passado trouxe para o presente, ensinamentos de grande utilidade, onde vamos encontrar os povos primitivos aplicando, embora rudimentarmente, cuidados de enfermagem.

I — IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM

A importância da enfermagem teve seu início na altura do ano de 480 A.C. e quem a ditou foi Hipócrates, o Pai da Medicina, quando, falando aos seus colegas, o fez de maneira tal, que definiu claramente, não só a importância, mas também a necessidade da enfermagem técnica.

O grande mestre antecipou-se aos séculos, pois já naquela época, esclarecia que, somente aos técnicos devia caber a responsabilidade de cuidar dos enfermos e nunca aos leigos cuja assistência podia ser prejudicial e malévola.

Ele assim se exprimia:

"Designai um de nossos discípulos para tomar conta do enfermo e executar as vossas instruções, com prazer. Escolhei aqueles que já penetraram os mistérios da arte, de modo que o tratamento seja feito com segurança e eficiência e tudo quanto for necessário para o bem-estar e para a cura do doente, seja atendido.

Eles devem estar atentos e observar o sucedido no intervalo das visitas, para vos informar com as minúcias indispensáveis. "Nunca designeis um leigo para assumir tal encargo, porque sereis responsabilizados por qualquer mal ou acidente daí decorrente".

Estas recomendações do grande mestre referiam-se ao emprêgo dos estudantes de medicina porque no seu tempo não existia a enfermagem técnica.

Com essas palavras, estava lançada a semente que traria ao mundo uma profissão de alta benevolência — A Enfermagem. E a visão do Sábio foi de maior alcance porque, como acabamos de ver, não só demonstrou a necessidade e a importância da enfermagem técnica, como também definiu as responsabilidades de todos aqueles que se propõem a cuidar de enfermos.

Lançadas as bases da enfermagem pelo grande cientista, já vamos encontrar na era do Cristianismo criaturas, muitas delas mais tarde santificadas, dedicando-se de corpo e alma aos cuidados de enfermagem, procurando não só aliviar as dores físicas, como também fazendo o serviço social, ora visitando os enfermos, ora distribuindo recursos para sua manutenção, ora orientando-os sobre os cuidados que deviam ter com as suas enfermidades.

No século XVII, S. Vicente de Paula organizou a primeira turma de mulheres para o mister de enfermagem. Entregou-as aos médicos da época, para que as preparassem convenientemente, de forma que ficassem aptas a ajudá-los nos hospitais.

Em 1854, quando rebentou a Guerra da Crimeia, surgiu a figura inconfundível de Florence Nightingale, a dama da lâmpada, como fora cognominada, batalhadora incansável na causa da enfermagem e a quem se devem os primeiros passos para o ensino técnico em escolas organizadas para enfermeiras.

Desta data em diante começou a tomar forma, aquilo que Hipócrates preconizara antes da era cristã.

E assim os países mais evoluídos se foram aprimorando no ensino da Enfermagem e cuidaram de organizar mais escolas sob as bases da de Florence, para a formação de técnicos, substituindo

os leigos que vinham prestando os seus serviços junto aos enfermos.

Nesta altura, já estava claramente definida a importância que a enfermagem viria a ter no cenário do mundo, importância esta que se reflete em todos os setores das atividades públicas muito especialmente no que se relaciona com a assistência pública e social.

Como os demais povos, tem também o Brasil a sua evolução na enfermagem e, já em 1685 vamos encontrar Francisca de Sande, cuidando de enfermos, quando a Bahia foi assolada pelo "mal da bicha" ou "peste da bicha" mais tarde reconhecida pela medicina como "Febre amarela". Os serviços prestados por Francisca de Sande foram de tanto altruísmo que Valdemar da Mota escreveu um livreto sobre a vida desta extraordinária mulher, intitulado "Francisca de Sande, a primeira Enfermeira Brasileira".

Nêle, conta o autor os feitos de tão nobre dama, provando com documentação farta, que ela bem mereceu o título que lhe foi dado.

Mais tarde, em 1865, destaca-se a atuação daquela, que bem mereceu a graça de ser chamada a Mãe dos Brasileiros e que em vida se chamou Ana Nery e foi a 1.^a Enfermeira de guerra do nosso país.

Nos anais do Instituto Histórico da Bahia, na parte que trata dos cachoeiranos ilustres, encontram-se as passagens da excelsa criatura e conta-se com minúcias o que foi a sua ação nos campos de batalha, na guerra do Paraguai.

Apesar dos exemplos que acabo de citar, exemplos que foram dignificados por damas de alta sociedade da época, a enfermagem não fez prosélitos e, até o início do presente século, não evoluiu; ficou adito unicamente às religiosas e às leigas que, por caridade ou por paga, prestavam os seus serviços junto aos enfermos. Não se pode porém menosprezar os serviços prestados por estas criaturas, ao contrário deve-se render preitos de homenagem pelo muito que fizeram e ainda fazem em alguns dos nossos Hospitais.

Em 1890, fins do século passado, ainda nos albos do Governo Republicano, inaugura-se a Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto, que ainda hoje existe, porém, agora em moldes modernos. Esta Escola, que foi fundada para formação de técnicos especializados em cuidar de insanos, não teve de início a projeção que deveria ter e se manteve um tanto embrionária, perdendo assim a oportunidade de ser a pioneira, da nova fase da enfermagem em nosso meio.

Quando Diretor da Diretoria-Geral de Saúde Pública o Dr. Carlos Seidl, tivemos a criação de uma Escola de Enfermeiros de Saúde Pública, sob a direção do Dr. Teófilo Tôrres e sua maior finalidade era de preparar visitantes sociais. As aulas eram ministradas na própria sede da Diretoria, na rua do Rezende e os alunos não tinham prática nos Hospitais. Na mesma época, surgiu a Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha, instituição

digna do nosso maior aprêço pelos altos serviços prestados à humanidade.

O que até então foi feito, era alguma coisa em prol da enfermagem técnica, porém, o grande passo foi dado, sem medo de contestação, pelo grande cientista, cujo nome escrevo respeitosa-mente — Dr. Carlos Chagas.

Quando este digno brasileiro foi convidado pelo Dr. Epitácio Pessoa para dirigir a então Diretoria-Geral de Saúde Pública, só aceitou com a condição de dar novos rumos aos nossos serviços sanitários e criou o Departamento Nacional de Saúde Pública, desaparecido quando da criação do Ministério da Educação e Saúde.

Da reforma, de que ainda hoje se colhem os frutos, bem podem atestar os vários Departamentos que ainda na época atual existem, obra exclusiva do grande sábio.

Modernizou, higienizou, criou diretorias cada uma com função definida. De visão, pouco comum, deu vida e forma à Escola de Enfermeiros de Saúde Pública que mais tarde recebeu o nome de Ana Nery, com orientação e mentalidade completamente novas.

Com o auxílio da Fundação Rockefeller, contratou técnicos norte-americanos para a sua organização e bem assim para dirigi-la nos seus primeiros passos. Fundou o Hospital São Francisco de Assis para que as alunas pudessem ter uma educação profissional perfeita, aliando a parte teórica à experiência prática.

Organizou a Superintendência do Serviço de Enfermagem sob a supervisão de uma enfermeira americana, para treinar as alunas no serviço de visitadoras nos casos de doenças contagiosas, doenças venéreas, higiene infantil e pré-natal.

O valor do grande cientista elevou-se ainda mais, porque ao organizar o ensino de enfermagem, procurou afastar preconceitos sociais e trouxe para a profissão, moças da nossa melhor sociedade, muitas delas portadoras de diplomas de outras escolas e que enfrentaram a opinião pública, procurando mostrar que a profissão de enfermeira é uma das mais nobres e mais dignas, pois atende a dor onde ela se encontra e procura readaptar todo aquele que tem sofrimento físico ou moral.

À primeira turma de diplomadas da Escola Ana Nery, fica muito bem ajustado o título de pioneiras técnicas da enfermagem; a elas muito já deve o nosso país, pois algumas destas diplomadas espalharam-se pelos vários Estados da Federação, organizando novas Escolas, modernizando os serviços de assistência sanitária e atraindo com os seus exemplos outras tantas jovens para uma profissão de alta dignidade.

O exemplo dado com a criação da Escola Ana Nery que, já nesta altura, tinha recebido honroso título de Escola Padrão, fez surgir em diversos pontos do Território Nacional outras escolas, sendo entre estas a primeira, a de Belo Horizonte, a Escola Carlos Chagas, organizada por uma enfermeira pioneira — Sra. Laís Neto dos Reis.

E foram aparecendo outras em São Paulo, na Bahia, no Estado do Rio, no Amazonas, no Distrito Federal, onde se distinguiram a de Luiza de Marillac, cuja função principal é formar enfermeiras religiosas de qualquer Congregação, e a Escola Rachel Haddock Lobo, da Prefeitura do Distrito Federal.

E, com isto, foram-se aclarando as

FINALIDADES DA ENFERMAGEM

Digo, aclarando as finalidades no nosso meio, onde tudo estêve por se fazer; porém, hoje, onde existe o serviço sanitário a enfermeira diplomada deve estar presente. Nos Hospitais a sua ação é notada entre as mais destacadas e, podemos dizer, que raros são os Hospitais que ainda não têm dirigindo o seu corpo de enfermagem, uma enfermeira diplomada; nas guerras, como no caso da última, as nossas enfermeiras estiveram na Itália, vestindo os seus garbosos uniformes, ostentando no peito as insígnias de suas escolas e sempre prontas, quer nas linhas de frente, quer na retaguarda a prestar os seus serviços profissionais. Nas revoluções, como as de São Paulo e Mato Grosso lá estiveram as diplomadas. Nas regiões assoladas pelas secas onde a retirância se transforma em calamidade, como a do Ceará, as enfermeiras diplomadas lá se encontravam dando assistência, ajudando a organizar abrigos para as vítimas do flagelo.

Nas epidemias de tifo em Angra dos Reis e Teresópolis, as mesmas enfermeiras tiveram que organizar Hospitais de emergência e lá se dedicaram de corpo e de alma aos enfermos. Nas catástrofes como a que ocorreu na Bolívia, as nossas patrícias com os seus uniformes eram vistas entre aqueles que se tornaram anjos de paz, ora distribuindo medicamentos, ora confortando, ora procurando aliviar as suas dores.

Na direção das Escolas de Enfermagem, dos serviços de Saúde Pública, na dietoterapia, no ensino das escolas, como professoras, como instrutoras; na direção de casas de saúde etc., em todos estes lugares já se encontra a enfermeira de curso e de especialização, senhora de toda a técnica de enfermagem.

Mas, para que tudo isto se faça com perfeição é necessário a seleção e eis porque é tão útil o concurso, pois este vem provar a capacidade da candidata, a sua cultura, o seu preparo. E, não pode deixar de ser assim, já que a estas vai caber a tarefa de dirigir e orientar outras jovens que se propõem a ingressar na Enfermagem. E' preciso provar que são senhoras de técnica perfeita, provar que sabem assumir responsabilidades, que sabem cumprir as prescrições médicas para que o sucesso da cura seja rápido e completo.

São futuras diretoras, instrutoras, enfermeiras-chefes de quem muito as suas alunas dependem.

A enfermeira moderna não deve parar nunca. Estuda, lê, acompanha a Enfermagem através de

suas evoluções. O nosso país, possuidor de grande área territorial, mais do que qualquer outro, necessita de uma grande propaganda para que desperte na mulher brasileira o desejo de bem servir aos seus semelhantes, preparando-se para ser uma boa Enfermeira.

País novo, onde dia a dia se criam novos serviços, as possibilidades de trabalho são inúmeras para todas as jovens que deixam as Escolas de Enfermagem. E' claro que as enfermeiras procurem os quadros que apresentarem maiores vantagens e sejam menos árduos nas suas tarefas. Infelizmente os quadros de Enfermeiras diplomadas, como por exemplo, o do M.E.S. são muito restritos e com muito sacrifício só se consegue chegar até a letra "K". Ainda existem algumas que conseguiram atingir a letra "L", por um quadro criado e logo extinto, porém, as atuais enfermeiras da letra "K" lutam pelo ideal do bem, porém, sem esperanças de uma promoção ainda que remota. E como a evolução da Enfermagem no Brasil é de 30 anos para cá, poucas são as possibilidades de vagas, pois quem as ocupa não tem tempo necessário para aposentadoria. E' portanto uma carreira que não se torna atraente quanto à parte monetária e, só o grande ideal e o imenso desejo de fazer o bem aos seus semelhantes é que ainda leva as nossas jovens patrícias a procurar a carreira de enfermeira e a conclusão é que a enfermagem técnica não atinge ao número desejado, e que tanto necessita o nosso Brasil.

No Congresso Internacional de Estocolmo, onde a Universidade do Brasil foi tão bem representada por D. Olga Salinas Lacorte, foram apresentados temas interessantíssimos e quem lê o relatório apresentado sobre o Congresso verifica que já existem países em que a Enfermagem é de 1 para 200 habitantes.

Quando a mulher brasileira pensará em vir em auxílio da população do nosso país que tanto necessita de educação sanitária, de cuidados pré-natal, cuidados de puericultura etc.? Nesse dia, pode estar certo o nosso povo, o Brasil entrará em festas, porque é de Enfermeiras técnicas que precisa o nosso vasto rincão, para que os seus habitantes sejam fortes, laboriosos e lutadores, para que coloquem o nosso grande Brasil entre os maiores países do Universo.

II — ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA

Em três Ministérios existem quadros de enfermeiros diplomados: os Ministérios da Educação e Saúde, Aeronáutica e o da Marinha.

O ingresso ao cargo inicial é feito através de concurso efetuado pelo D.A.S.P.

Êsses quadros apresentam a seguinte estrutura :

Nº. DE CARGOS EM CADA MINISTÉRIO			CLASSE	VENCIMENTOS
M. E. S.	M.A.	M.M.		
3	5	2	K	4.310,00
10	7	5	J	3.620,00
30	12	8	I	2.990,00
40	37	11	H	2.580,00
50	—	15	G	2.170,00
133	61	41	—	—

III — POSSIBILIDADES DE ACESSO

Como podemos ver nos quadros acima, notamos a impossibilidade de aumento no número de Enfermeiros.

O Ministério da Educação, com jurisdição em todo o Brasil, conta somente com 133 (cento e trinta e três) diplomadas que, divididas pelos 21 (vinte e um) Estados do Brasil não cabem 7 (sete) para cada um.

Nesse Ministério observamos ainda a pouca possibilidade de acesso, visto ser um quadro relativamente novo, não havendo, portanto, tempo suficiente para aposentadoria e assim sendo poucas ou nenhuma são as esperanças de vaga.

Por outro lado o quadro do Ministério da Educação, com maior número de Enfermeiros, termina na letra K apenas com 3 (três) lugares, ao passo que o da Aeronáutica com menor número tem (cinco) lugares na letra final.

Nota-se também a desigualdade nos quadros desses Ministérios, pois enquanto o ingresso no Ministério da Aeronáutica se dá na letra H, nos outros dois Ministérios se inicia na letra G.

Os quadros dos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha são quadros novos por enquanto, com enormes possibilidades de acesso, o que os torna vantajoso para quantos ingressarem nêles.

Como o momento atual é de reestruturação, nunca é demais batermos na mesma tecla: O Brasil necessita de muitas Enfermeiras e como a profissão é árdua, justo é que os seus quadros sejam mais atraentes, para que as jovens brasileiras se sintam atraídas a procurar tão bela e nobre profissão.

IV — ESTUDO E TREINAMENTO

Infelizmente ainda não temos cursos de aperfeiçoamento para o preparo para concurso de enfermeiros, o que se vai tornando de absoluta necessidade tal a complexidade das funções que exerce hoje em dia a enfermeira moderna.

Não bastam os 3 (três) anos de aprendizado passados nas salas de aula e nas Enfermarias dos Hospitais. Não.

A evolução continua e no nosso ramo de trabalho muita coisa nova surge de dia para dia.

Como se procede atualmente com as demais carreiras, como, por exemplo, a de médicos, funcionários burocratas, etc., a enfermagem necessita de um curso de especialização para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnica moderna.

V — CONDIÇÕES PARA INGRESSO NA CARREIRA

Para ingresso na carreira de enfermeira em caráter efetivo é preciso, em 1.º lugar, ser diplomada por uma Escola Oficial ou Equiparada, em 2.º, preencher as condições exigidas pelo D.A.S.P. e ser aprovado no concurso organizado por este mesmo Departamento.

O concurso que obedece a quesitos estabelecidos pelo Departamento acima referido, tem por objetivo selecionar o candidato que deve mostrar os seus conhecimentos através de provas.

Dá-se a estas provas um caráter objetivo e o indispensável cunho profissional.

E isto é o que prova as instruções abaixo transcritas, referentes ao último concurso realizado para a carreira de Enfermeiro do Ministério da Educação e Saúde.

PORTARIA N.º 488

O Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, usando da atribuição que lhe confere o item XIX do artigo 69 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 20.489, de 24 de janeiro de 1946,

Resolve aprovar as instruções destinadas a regular o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Enfermeiro do Ministério da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1951. — *Arízio de Viana*, Diretor-Geral.

Instruções a que se refere a Portaria n.º 488, de 28 de agosto de 1951, e que regulam o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Enfermeiro do Ministério da Educação e Saúde.

No concurso serão observadas as seguintes condições:

1. *Nacionalidade* — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado.
2. *Sexo* — Poderão inscrever-se candidatos de ambos os sexos.
3. *Idade* — *Mínima*: 20 anos completos à data do encerramento das inscrições; *Máxima*: 40 anos incompletos à data da abertura das inscrições.
4. *Serviço Militar* — O candidato do sexo masculino deverá estar em dia com suas obrigações militares.

5. *Documentação* — A satisfação das condições enumeradas nos itens 1, 3 e 4 deverá, para maior celeridade dos trabalhos, ser comprovada preferentemente, no ato da inscrição, mediante apresentação dos documentos hábeis. O encarregado do Pôsto de Inscrição fará na ficha correspondente as anotações necessárias, devolvendo ao candidato os documentos, quando não houver dúvidas quanto à sua autenticidade.

6. *Diploma* — No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar diploma de conclusão do curso de enfermagem expedido por escola oficial ou equiparada, devidamente registrado no Ministério da Educação e Saúde.

7. *Provas* — As provas do concurso serão tôdas de seleção (eliminatórias).

8. *Provas de Seleção* — As provas serão as seguintes:

a) *Prova de Sanidade e Capacidade Física e Investigação Social*, que terá por fim verificar se o candidato não apresenta doenças transmissíveis ou alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas; anomalias morfológicas, funcionais ou antecedentes sociais que o contra-indiquem para o exercício do cargo.

b) *Prova Prática de Serviço*, constante de execução de técnicas, seguida de relatório, e relacionadas com assuntos de dois pontos sorteados, dentre os do programa seguinte:

1. Admissão de doente em hospital e dispensários de Centros de Saúde; obrigações do enfermeiro; fichamento.

2. Conforto do doente; meios e métodos. Banho no leito. Técnica de visita domiciliária a um caso de tuberculose.

3. Excreta — cuidados a observar. Colheita de material para exame de laboratório: técnica.

4. Temperatura, pulso e respiração: importância, procedimento técnico e registro. Técnica de visita domiciliária a um caso de lepra.

5. Cataplasma, compressas e ventosas: aplicação e cuidados a observar. Ação do calor e do frio. Técnica de visita domiciliária a um caso de febre tifóide.

6. Curativo em geral. Antissepsia. — Técnica da aplicação das ataduras. Prática de desinfecção concorrente em domicílio.

7. Aplicação de medicamentos. Cuidados gerais. Prática de injeção hipodérmica. Prática de desinfecção concorrente em hospital.

8. Olhos, nariz, ouvidos e garganta: cuidados a observar. Métodos de irrigação. Prática de "credezação".

9. Lavagem vaginal, intestinal e clister: métodos e objetivos. Técnica de visitação domiciliária a uma gestante.

10. Cateterismo e lavagem vesical; finalidades e modo de proceder. Prática de imunização contra a varíola.

11. Lavagem de estômago e tubagem. Finalidades e técnica. Prática de imunização contra a difteria.

12. Recém-nascidos. Cuidados gerais. Banho. Alimentação dos infantes; demonstração. Profilaxia das infecções da ferida umbelical.

13. Isolamento domiciliário; procedimento. Prática de imunização contra a febre tifóide.

Esta prova valerá até 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

Técnica, até	70 pontos
Relatório, até	30 pontos

Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

c) *Prova Escrita* — constante de resolução de questões práticas sobre assuntos do seguinte programa:

1. Ética profissional; deveres do enfermeiro para com os superiores hierárquicos, subalternos e pacientes a seu cargo. Papel da enfermeira de Saúde Pública.

2. Observação do doente a ser admitido em hospital; sintomas, condições físicas e mentais; temperatura, pulso e respiração. Infecção; noções gerais.

3. Cuidados pré e pós-operatórios em laparotomia. Doenças transmissíveis e doenças contagiosas. Conceito.

4. Hemorragias; sintomas, socorro de urgência. Fontes e vias de infecção de doenças transmissíveis.

5. Estados sincopais e lipotímicos. Cuidados a observar com doentes cardíacos. Portadores de germes.

6. Queimaduras; socorro e tratamento. Principais agentes e métodos de desinfecção e desinfestação.

7. Alimentos; divisão. Alimentação racional; principais tipos de dieta.

8. Particularidades anátomo-fisiológicas do recém-nascido. Higiene do lactante; banho, roupa, quarto e iluminação.

9. Alimentação do infante. Concurso do enfermeiro na luta contra a mortalidade infantil. Organização de um lactário e sua finalidade.

10. Agentes etiológicos das principais doenças transmissíveis. Vias de penetração e eliminação desses agentes.

11. Finalidade dos exames de libertação. Desinfecções: concorrente e terminal.

12. Ação do enfermeiro da Saúde Pública na proteção à maternidade e na higiene infantil. Termonoses: socorro e tratamento.

13. Higiene do vestuário. Visita domiciliária a casos de febre tifóide e disenteria, pontos a observar, conselhos.

14. Atitude do enfermeiro em face de um caso esporádico de doença transmissível e em face de uma epidemia. Pesos e medidas em farmácia.

15. Ação do enfermeiro junto aos Serviços de Higiene Escolar. Vias de administração de medicamentos.

16. Atuação do enfermeiro junto aos psicopatas delirantes e aos agressivos. Visita a casos de Difteria e Escarlatina. Pontos a observar, conselhos.

17. Cuidados aos doentes excitados e aos que manifestam idéias de suicídio. Visita domiciliária a casos de tuberculose e lepra. Pontos a observar, conselhos.

18. Papel da alimentação no desenvolvimento orgânico e manutenção da saúde. Necessidades orgânicas e alimentação adequada.

Esta prova valerá até 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

9. *Nota final* — A nota final do candidato será a média aritmética ponderada das notas obtidas, observados os seguintes pesos:

Prova Prática	3
Prova Escrita	1

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver, por essa forma, nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

Ocorrendo empate, terá preferência, para efeito de classificação, o candidato que obtiver melhor nota na prova de maior peso.

10. *Observações gerais* — a) A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções, por parte do candidato, e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso, tais como aqui se acham estabelecidas; b) na prova escrita considerar-se-á, obrigatoriamente, a correção de linguagem e c) os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento.

D.S.A. do D.A.S.P., em 24 de agosto de 1951 —
a) Tomás de Vilanova Monteiro Lopes — Diretor da Divisão.

VI — TIPO DE PROVA ADOTADA NA SELEÇÃO DE ENFERMEIROS

Para facilitar aos candidatos a futuros concursos, apresento a seguir um tipo de prova empregado pelo D.A.S.P. na seleção de Enfermeiros.

ENFERMEIRO DO M.E.S. — C. 240

PROVA ESCRITA

I — Assinalar com um X dentro dos respectivos parênteses as respostas (ou resposta) certas. Será considerado erro assinalar qualquer resposta errada ou deixar de assinalar qualquer resposta certa.

1. No exercício normal de suas atribuições, a enfermeira-chefe de um hospital deve :
 - ☒ prescrever remédio a um doente vítima de mal súbito cardíaco
 - ☐ denunciar ao diretor do hospital o procedimento incorreto de um médico, sem antes pedir-lhe licença
 - ☐ obrigar a permanência em serviço de uma enfermeira, contra a vontade da mesma, quando faltar a substituta do plantão
 - ☐ impedir a prática de uma operação ilícita
2. Numa operação de apendicectomia devem ser observados os seguintes cuidados pré-operatórios:
 - ☐ higiene corporal
 - ☒ tricotomia
 - ☐ exercícios respiratórios
 - ☒ tomada da pressão arterial
 - ☐ alimentação normal e abundante
 - ☐ conforto moral
 - ☒ aplicação de soro fisiológico endovenoso
3. São doenças infecto-contagiosas :
 - ☐ sífilis
 - ☒ malária
 - ☒ difteria
 - ☐ cardiopatias
 - ☒ febre tifóide
 - ☐ meningite
4. Na síncope observam-se os seguintes sintomas :
 - ☐ congestão facial
 - ☒ pulso pequeno, miserável
 - ☐ sudorese abundante
 - ☐ parada momentânea dos movimentos cardíacos
 - ☐ movimentos desordenados dos membros
 - ☒ palor da face e dos lábios
 - ☒ extremidades frias
5. São alterações humorais encontradas nos casos de queimaduras graves :
 - ☐ aumento da viscosidade do sangue
 - ☐ diminuição dos polipéptidos no sangue
 - ☐ hemoglobinemia
 - ☐ aumento do número das hemátias
 - ☐ aumento da fixação do oxigênio pelas hemátias
 - ☐ cloropexia dos tecidos lesados
 - ☐ cloropenia
 - ☐ hemoglobinúria
6. Para uma criança nascida a termo é normal na primeira semana de vida :
 - ☐ a perda de até 15% do peso inicial
 - ☐ a hiperglobulia
 - ☐ a leucopenia
 - ☐ a perda de até 10% do peso inicial
 - ☐ a taquipnéia
 - ☐ o grande desenvolvimento da alça sigmoide
 - ☐ a reação gravídica de Aron
 - ☐ a ausência do reflexo de deglutição
 - ☐ pequena secreção de bile
7. Os lactários têm por objetivo :
 - ☐ fornecer à criança alimentação adequada, total e supletiva
 - ☐ ensinar às mães como preparar o enxoval do filho
 - ☐ educar e instruir as mães na prática da boa alimentação
 - ☐ aconselhar o tratamento a que se devem submeter os lactentes
 - ☐ instruir as mães no preparo dos alimentos
8. São doenças que exigem exame de libertação :
 - ☐ sarampo
 - ☐ difteria
 - ☐ coqueluche
 - ☐ febre tifóide
 - ☐ meningite
9. Os principais cuidados de enfermagem nos casos de insolação consistem em :
 - ☐ colocar o doente com a cabeça mais baixa que o tronco
 - ☐ colocar o doente em local arejado
 - ☐ restringir a ingestão de líquidos pelo doente
 - ☐ colocar a cabeça e o tronco do doente em posição elevada
 - ☒ administrar ao doente líquidos em abundância
10. A visita domiciliária de higiene infantil deve incluir :
 - ☒ inspeção da criança
 - ☐ realização do isolamento
 - ☒ palestras sobre higiene infantil
 - ☐ hospitalização da criança
 - ☐ cuidados de enfermagem, quando necessários
11. É permitido a uma gestante normal no primeiro trimestre de gestação:
 - ☐ banho geral
 - ☐ longas viagens de automóvel
 - ☐ natação
 - ☐ oito horas de sono por dia
 - ☐ trabalho moderado fora de casa
 - ☐ lavagens vaginais diárias
 - ☐ ciclismo
 - ☐ ginástica
12. As mucosas íntegras que servem de via de administração de medicamentos são:
 - ☐ mucosa gástrica
 - ☐ mucosa vesical
 - ☐ mucosa intestinal
 - ☐ mucosa nasal
 - ☐ mucosa ocular
 - ☐ mucosa lingual
13. A ação do enfermeiro diante de um caso esporádico de doença transmissível consiste em :
 - ☒ notificar o caso às autoridades sanitárias
 - ☒ promover a educação sanitária do doente e pessoas que o cercam
 - ☐ prescrever a medicação específica
 - ☐ fazer a vigilância sanitária
 - ☒ vacinar os comunicantes
 - ☒ remover o doente para o hospital, independente de comunicação ao médico
14. A visita domiciliária da enfermeira de saúde pública nos casos de difteria tem por fim:
 - ☐ prestar cuidados de enfermagem
 - ☐ aconselhar distrações, tais como passeios ao ar livre, visitas, cinema, etc.
 - ☒ imunização dos comunicantes
 - ☒ organização e fiscalização do isolamento
 - ☒ aplicação de vacina no doente
 - ☒ colheita de material
15. Um indivíduo que apresenta sintomas de tuberculose e não se encontra sob cuidados médicos deve ser considerado pela enfermeira:
 - ☐ um tuberculoso
 - ☐ um comunicante
 - ☒ um suspeito
 - ☐ um portador

16. A frequência das visitas domiciliárias da enfermeira de saúde pública, em casos de tuberculose, depende:

- () das conclusões médicas (se é um caso aberto ou evolutivo)
- () do local onde o doente reside
- () das condições individuais do paciente
- () da recepção que lhe é dispensada
- () das condições do lar do enfermo (inteligência, condições econômicas, etc.)
- () dos resultados produzidos pelos ensinamentos anteriores

17. Os defeitos físicos que uma postura imprópria nas carteiras podem produzir nos escolares são:

- () cifose
- () miopia
- () escoliose
- () lordose

- () pied-bot
- () oftalmias

18. São as atividades de higiene escolar próprias de uma enfermeira:

- () fiscalizar as doenças contagiosas
- () fazer imunizações
- () levantar o cadastro torácico
- () corrigir defeitos de construção escolar
- () exigir pátios escolares
- () verificar a posição das carteiras em relação às fontes de luz

19. Em suas visitas a caso de febre tifóide ou disenteria deve a enfermeira:

- () remover o doente para o hospital, independente de ordem do médico
- () aconselhar a substituição do médico assistente
- () ensinar a montar o isolamento
- () manter o doente em quarto com outras pessoas

II — Escreva dentro dos parênteses que precedem cada um dos elementos da coluna à direita o número correspondente do elemento da coluna à esquerda que lhe diz respeito.

20. 1. Dispnéia
2. Apnéia
3. Taquipnéia
4. Ortopnéia
5. Colapso
6. Pulso arritmico
7. Pulso taquisfígmico

- () O doente só pode respirar sentado
- () Respiração acelerada
- () Dificuldade de respiração
- () Parada momentânea da respiração
- () Batida acelerada
- () Temperatura abaixo de 35 graus
- () Batida irregular

21. 1. Difteria
2. Febre tifóide
3. Coqueluche
4. Meningite cérebro-espinhal epidêmica

- () Bacilo Bordet e Gengou Ultra vírus neurotrópico
- () Bacilo Klebs Löffler
- () Meningococos Weichselbaum Neisseria intracelulares
- () Eberthella tphi

22. 1. Glicídeos
2. Proteínas
3. Ferro
4. Vitamina B¹

- () Elementos construtores e reparadores da estrutura orgânica
- () Elementos fornecedores de energia (calorias)
- () Mantém o equilíbrio nervoso e o apetite
- () Componente normal do núcleo, participa de todas as células do organismo, sendo indispensável à vida e à nutrição

23. Para fazer a desinfecção concorrente do material de um doente de febre tifóide, devemos proceder do seguinte modo em relação a

- 1. Fezes e urina
- 2. Louça
- 3. Material de curativo
- 4. Roupas
- 5. Objetos diversos

- () Embrulhar e queimar
- () Tratar com água de cal durante 2 horas
- () Manter em água em ebulição durante 20 minutos
- () Tratar com uma solução de lisol a 2%
- () Manter em água em ebulição por 2 horas ou tratar com uma solução de lisol a 2%

III — Assinale com um X dentro dos respectivos parênteses as expressões que significam hemorragia de um órgão e com dois XX as que traduzem doenças que motivam hemorragias em vários órgãos:

24. () apoplexia útero-placentária
() hemofilia
() trombocitopenia
(X) hemoptise
() hematemese
() leucemia

IV — Nas questões abaixo complete os claros com as expressões adequadas.

25. Num grande queimado a quantidade de plasma a injetar para cada 10% de superfície queimada, nas primeiras 24 horas, é de _____

(escrever a quantidade por extenso)
centímetros cúbicos.

26. Numa ração balanceada para um indivíduo de 70 quilos, que executa trabalho moderado, as substâncias abaixo enumeradas devem figurar na seguinte proporção (dê as respostas dentro dos parênteses):

Glucídeos (—%)
Protídeos (—%)
Lipídeos (—%)

27. O edema da fome, que se observa nas populações vítimas de flagelos, é devido à deficiência de _____ na alimentação.
28. O bom vestuário deve satisfazer aos quatro seguintes requisitos fundamentais:
- a) _____
- b) _____
- c) _____
- d) _____

VII — BIBLIOGRAFIA

Para orientação dos que desejarem aperfeiçoar seus conhecimentos sobre enfermagem, dou a seguinte bibliografia:

Felice, Elvira De — Manual de Técnica de Enfermagem — Edição particular, para alunas da Escola Ana Nery — Rio de Janeiro, 1949.

Vidal, Zaira Cintra — Livro de Técnica de Enfermagem — Editora Jornal do Brasil, Rio, 1949.

Goodnow, Minnie, R.N. — The Technic of Nursing — Fourth Edition, W.B. Saunders Company — Philadelphia and London, 1941.

Tracy, Margaret A., Nursing, an Art and a Science — Third Edition, The C.V. Mosby Company, St. Louis — 1949.

Talleres Graficos Boldt Impresores — Procedimientos de Nursing, Buenos Aires, 1947.

McClain., M. Esther, R.N. — R.S., — M.S. — Scientific Principles in Nursing, The C.V. Mosby Company, St. Louis, 1950.

Monitrices des Ecoles d'Infirmières des soeurs du Très Saint Souveur, dites soeurs de Niederbronn — Memento de la Pratique Hospitalière Mulhouse, 63, Rue Thenard — 23 Rue G. Bizet Paris.

Alencar, Nancyli de Sousa Virgolino de — Guia da Enfermeira em Saúde Pública — Companhia Brasileira de Artes Gráficas, Rio de Janeiro, 1951.

Falley, Charlotte — Ethics a Textbook for Nurses — C.P. Putnam's, Sons, N. York, London, 1928.

Moore — Principles of Ethics — J.B. Lippincott Company, Philadelphia, Montreal, London, 1935.

Vidal, Zaira Cintra — Técnica de Ataduras — Rio de Janeiro, 1938.

Meyer, Seymour W., M.D. — Kinetic Bandaging. F.A., Davis Company, Publishers — Philadelphia, 1943.

Oakes, Lois — Illustrations of Bandaging and — First Aid., 3.^a edição. E.S. Livingstone L.T.P., Edinburgh, 1944.

Eliason, Elbridgel. — A.B., M.D., F.A.C.S. — Pratical Bandaging, J.B. Lippincott Company, Philadelphia and London, 1924.

Magalhães, Dr. Raul D'Almeida — Doenças Transmissíveis — M.E. Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária, Rio de Janeiro, 1941.

Coutinho, Eugenio — Tratado de Clínica das Doenças Infecciosas e Parasitárias, 1947.

Nursing Care of communicable diseases — J.B. Lippincott Company, Pillsbury, Philadelphia, London, Montreal.

Fontenelle, Dr., Higiene, Editora Guanabara, Rio. 1940.

Batista, Dr. Augusto de Oliveira, Elementos de Higiene — Edição da Livraria d'O Globo, Porto Alegre, 1941.

Sá, Carlos, Higiene e Educação da Saúde — M.E. Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária, Rio de Janeiro.

Veloso, Dr. C. Seabra — Alimentação — Livreiro editor: Zelio Valverde — Travessa Ouvidor, 27, Rio de Janeiro, 1940.

Rosa, Mary Swartz, P. H. — Laboratory Hand Book for Dietetics. The Macmillan Company, New York, London.

Thomas I Gertrude — Lea I — Fbizer — The dietary of Health and Disease, Philadelphia, 1945.

Carnot — A. Gilbert J.P. — Regimens alimentares — Casa editorial, P. Salvat, Barcelona, 1923.

Pinheiro, Augusto — Patologia Cirúrgica — F. Briguet e Cia. Editores, Rio de Janeiro, 1935.

Igarzabal, José E. — Cirurgia de Urgência, Tomo I, Libreria Hachette, S.A. Palacio del Libro, Buenos Aires.

Eliason. E.L. AB, MD, ScD, FACS. — Fergusson. L. Kracer, AB, ND, FACS. e Farrand, Evelyn M.-R.N., — B.S. Surgical Nursing, J.B. Lippincott Company, Philadelphia, London, Montreal.

Gesteira, Professor Martagão — Puericultura (Higiene alimentar e social da criança) — Edit. Pan-Americana, S.A., Rio de Janeiro, 1945.

Cutler, Bessie Ingersoll, R.N. — Pediatric Nursing — its principles and practice — The Macmillan Company, New York, 1929.

Sands, Irving J. M.D. — Nervous and mental diseases for Nurses — W.B. Saunders Company, Philadelphia and London, 1944.

Ingran, Madelene Elliot, RN. — Principles of Psychiatric Nursing — W.B. Saunders Company, Philadelphia e London.

Melles, Drs. Bauzet, Mileon, Gouverneur, Robert, Gilson, Kresser, Champoon et Melles Geninet et Dauch — Manuel de l'infirmière — Société de secours aux Blessés Militaires, 21, Rue François, Paris, 6^{ème} edition.

SELEÇÃO

A Entrevista no Processo de Seleção Psicotécnica

OTÁVIO DE OLIVEIRA PAES

E

LYWAL SALLES

PARTE I — GENERALIDADES

A SELEÇÃO de pessoal é um problema moderno, que apareceu quando a crescente complexidade do trabalho e conseqüente separação de tarefas fez nascer a necessidade de dividir-se os homens em grupos de determinadas aptidões. De uma maneira geral, o homem deve encontrar no trabalho um meio de realização da sua personalidade integral — o que acontecia, primitivamente, com as atividades humanas fundamentais: agricultura, pecuária, comércio, levadas a efeito isoladamente. O advento da indústria pesada, restringindo o trabalho a uma única e determinada operação, em ambiente e condições artificiais, deu origem a desajustamentos na estrutura psicológica do trabalhador. O prejuízo econômico resultante da queda de produção forçou o principal interessado, isto é, o capital privado, a procurar resolver cientificamente o problema, que consistia essencialmente em encontrar homens cujas principais tendências se realizassem em determinados tipos de trabalho. O trabalho de seleção psicotécnica, levado a efeito inicialmente pela indústria, na Alemanha, no período 1860-1880, mostrou rapidamente o seu valor e veio prestar magníficos serviços às classes armadas na primeira Grande Guerra. Depois desta, a experiência adquirida reverteu a favor da produção de paz e de diversos serviços públicos civis. Atualmente, a seleção científica de homens para o trabalho é um processo imprescindível nos países mais civilizados.

Não é nosso objetivo neste trabalho discutir linhas gerais de orientação sobre assunto tão vasto e ainda pouco sistematizado; ele é, como tudo que se relaciona ao homem, impossível de ser conduzido por esquemas. Desejamos apenas comentar aspectos do recurso técnico mais intuitivo e antigo de que dispõe um serviço de seleção: a *entrevista*.

O progresso da seleção científica compreende o desenvolvimento de uma grande quantidade de testes destinados ao estudo da personalidade. Este é, realmente, o campo da psicotécnica, já que as outras etapas do processo seletivo, ou seja, o nível

de escolaridade e o exame de saúde, geralmente estão a cargo de outros órgãos afins. O estudo da personalidade não pode ser feito por métodos padrões, mas a critério do examinador que empregará, segundo cada caso, os testes que se fizerem necessários. Nesse particular os seguintes pontos devem ser considerados:

1. *A margem de erro no objetivo final, ou seja, o homem exato para o lugar*, é claro que em casos em que essa margem deve ser reduzida ao mínimo, o número de testes deve ser máximo.

2. O tempo a ser gasto no exame;

3. O custo do trabalho psicotécnico, aí compreendidas as despesas de pessoal, material, etc.

Todos os itens são, em princípio, de natureza econômica. Nota-se, porém, que os itens 2 e 3 concernem de forma mais importante ao grande volume do trabalho de seleção — trabalhadores médios para a indústria, especificações básicas do serviço militar — nos quais a margem de erro pode conservar-se em razoável percentagem. O item 1 se relaciona mais com importantes trabalhos militares e civis, que pela sua natureza justificam maior dispêndio.

Assim, pois, vê-se que a solução ideal para a psicotécnica é o emprêgo de meios rápidos e econômicos, dentro do grau de eficiência requerido para a tarefa. Não é de estranhar-se, pois, que a busca de testes de grupo, aplicáveis simultaneamente a grande número de indivíduos, tenha superado o aperfeiçoamento e a criação de testes individuais.

A entrevista é um método de exame fundamentalmente individual e por essa razão cedeu lugar, durante algum tempo, aos métodos “psicométricos”, que medem aspectos parciais da personalidade. As principais objeções levantadas contra a entrevista, são:

1. O dispêndio inerente ao caráter individual do método;

2. O valor das informações fornecidas pela entrevista depende da eficiência de julgamento do observador. Pesquisas nas Forças Armadas Inglesas revelaram grande disparidade de opinião

sobre o mesmo indivíduo, entrevistado por diferentes observadores. Interfere aí, como é claro, a categoria do entrevistador, sendo os resultados fornecidos por elementos qualificados geralmente elevados. Vernon e Parry (1) declaram que, apesar dos seus defeitos, a entrevista é freqüentemente mais vantajosa que um programa psicométrico.

Essa opinião exprime a tendência que se faz sentir atualmente no campo da psicotécnica; as vantagens fornecidas por uma sondagem "clínica" da personalidade se sobrepõem às suas deficiências. A escolha de elementos capazes para efetuar a faz-se, pois, mister. A experiência geral tem sido a mesma verificada no Serviço de Psicotécnica Naval, onde as entrevistas são conduzidas por observadores de nível superior de instrução especializada.

De uma maneira geral, o trabalho de seleção psicotécnica consiste na *classificação* do pessoal segundo as suas características e tendências. Posteriormente, e à vista das especificações requeridas para cada serviço, é o indivíduo indicado para exercer este ou aquele; é também contra-indicado para tal ou qual, se evidência suficiente para isso aparecer. A classificação comumente é feita tendo em vista determinadas funções, como acontece no S.P.N. e congêneres. Pode ser, também, um estudo para a indicação de uma profissão entre todas as existentes. A entrevista tem seu grande valor demonstrado nas seguintes oportunidades:

1. Na classificação inicial do pessoal;
2. Na verificação das causas de baixo rendimento do trabalho, aí compreendidas as possíveis falhas da classificação inicial e os fatores exógenos. No caso do item 1 vamos empregar a entrevista com as finalidades de:
 - a) Procurar integrar informações fragmentárias e conciliar fatos contraditórios;
 - b) Orientar a realização de testes objetivos e especializados, via de regra dispendiosos de material e tempo;
 - c) Emitir um julgamento sobre a personalidade observada, mediante o comportamento desta.

Podemos perceber por aí que há uma separação entre os planos e aspectos da mesma personalidade. Há o aspecto profissional — com suas tendências, interesses, maneiras pessoais — e existe uma estrutura mais sutil onde se localizam os distúrbios de afetividade, as mutilações psicológicas, etc., que podem ser compatíveis ou não com o interesse profissional. É claro que, apesar de distintos, esses planos se interpenetram e influenciam reciprocamente. (*)

No caso do item 2, os novos elementos disponíveis (relatórios do chefe imediato, experiência com a tarefa), coordenados pela entrevista, poderão revelar possível erro de classificação ou a pre-

sença de fatores externos. Compreende-se que existe, além da adaptação do homem para o trabalho, também o problema inverso, ou seja a adaptação do trabalho ao homem. Muitas vezes um determinado setor, guarnecido por homens acertadamente classificados, não apresenta o rendimento previsto. Investigações por entrevista vão revelar que uma série de fatores são responsáveis: incapacidade da chefia, condições ambientais relativas a iluminação, ventilação, barulho, ordem, etc., que nada têm a ver com a pessoa do trabalhador.

PARTE 2 — A ENTREVISTA

SUBPARTE A — Técnica da entrevista

A entrevista é uma conversação com um objetivo. Para isso deve ser uma conversação *controlada*, embora o grau dêse controle possa variar consideravelmente, entre os seguintes limites:

1. Conversação em forma restrita de pergunta e resposta limitada a tópicos específicos;
2. Informação amplamente livre, versando sobre tópicos diversos, seguindo o curso natural da conversação.

Qualquer das formas pode ser empregada. Quando se deseja obter informações detalhadas sobre pontos limitados, a forma do item 1 convém perfeitamente; quanto a uma necessária impressão "clínica" do indivíduo como personalidade, a segunda forma é a indicada. A maioria das entrevistas realizadas em centros de classificação de pessoal pertencem a uma forma intermediária, em que ambos os tipos estão representados.

A realização prática da entrevista compreende duas etapas, simultâneas ou sucessivas:

- a) Conversação dirigida;
- b) Redação de um relatório.

A primeira é, sem dúvida, a parte mais delicada, e dela vai depender o sucesso do método. Avulta aí a importância do entrevistador, já ligeiramente assinalada. São requisitos pessoais indispensáveis para o bom entrevistador:

- a) Conhecimento amplo da matéria em causa e assuntos correlatos;
- b) Personalidade bem equilibrada, ou seja, estabilidade emocional. Desde que o objetivo da entrevista é um julgamento de uma pessoa por outra, cumpre que esta não seja afetada em sua própria afetividade por declarações de qualquer natureza, de modo que venham a prejudicar a isenção de julgamento.
- c) Sinceridade, simpatia pessoal e sensibilidade. Essas qualidades são melhor julgadas pelos entrevistados, e a opinião destes sobre os seus entrevistadores é muito importante.
- d) Boa saúde e resistência à fadiga.

Deve, além disso, ter sido entrevistado várias vezes, tomando assim conhecimento das dificuldades práticas e das sensações do examinando.

(*) Por essa razão Wilson (2) recomenda uma entrevista em três partes separadas, conduzidas respectivamente por um psicologista, um médico e um técnico profissional, com integração posterior dos resultados.

Na preparação para entrevistar um indivíduo ou grupo de indivíduos, os seguintes pontos têm que ser considerados:

- a) Definição do objetivo da entrevista e escolha da forma da mesma;
- b) Esquema dos pontos a serem tratados na conversação;
- c) Revisão dos dados já obtidos com referência ao candidato.

Em realidade êsses pontos são complexos, e muita divergência existe a seu respeito. Enquanto na maioria dos serviços a entrevista é realizada de maneira suave, "controlando" a conversação de modo indireto e velado, Wilson advoga o emprêgo de uma entrevista "a fundo" de duração limitada, sendo esta no seu caso de vinte minutos. Pensa êle que questões superficiais, possíveis de respostas por "sim" ou "não", devem ser abolidas, e o contrôle da conversação deve ser consciente. Em lugar de realizar uma divagação agradável, acha êle que o entrevistador deve tentar colher dados sobre determinados tópicos, para que o estudo comparativo dêstes permita uma avaliação dos diferentes candidatos. Os homens entrevistados por Wilson destinavam-se, porém, a cargo de categoria. (*)

Tem-se discutido a possibilidade de uma "esquematização" da entrevista, tendo em vista maior uniformidade. Embora êsse tipo tenha dado bons resultados em alguns casos, como por exemplo em pesquisas sobre a opinião pública, é opinião da maioria dos psicologistas ingleses (Wilson inclusive), que, embora conservando-se em mente os tópicos a cobrir, deve ser evitada uma "seriação" dos mesmos em forma rígida. Assim a conversa, flexível, deve recolher evidência sobre determinados pontos, a saber:

1. *Interesses* — Número, classe e intensidade dêstes. Integrados ou em conflito. A atmosfera do trabalho deve ser evocada e observado se é agradável ou desagradável.

2. *Aspecto Geral* — Impressão de conjunto da personalidade. Aspecto físico.

3. *Inteligência* — Caracteres do seu pensamento. Tem capacidade de síntese e de análise? E' capaz de abstração? Sua inteligência é clara e fluente? Verificação se o grau de educação concorda ou não com o nível de escolaridade declarada. Se é superior, em que grau? Por que meios o atingiu?

No Serviço de Psicotécnica Naval se têm verificado várias instâncias que a entrevista veio revelar disparidade entre o nível intelectual do candidato e o suposto pelo seu grau escolar. Êsse item 3 é um dos mais importantes da entrevista.

4. *Capacidade Pessoal de Progresso* — E' limitado àquilo que aprendeu ou compreende idéias básicas para arquitetar soluções práticas melhores?

5. *Motivação* — Tópico indispensável e naturalmente complexo, uma vez que abarca toda a personalidade. Quanto mais difícil, delicada ou perigosa é a tarefa, mais hábil e completa deve ser a exploração dêsse ponto. E' claro que, além da intensidade, a qualidade de motivação é fundamental para o bom êxito. Por ex., para uma importante tarefa militar que exija raciocínio claro, rapidez e disciplina absoluta, o ódio é uma motivação indesejável, que já tem causado grandes prejuízos. Deve ser selecionado nesse caso um elemento motivado pelo desejo de glória, pelo puro amor à pátria, ou pelo prazer de pôr à prova as suas qualidades em situações difíceis.

6. *Espírito de Competição* — Condição indispensável para possíveis cargos de chefia.

7. *Atitudes Pessoais* — Individualista ou coletivista? Irritável ou paciente?

Wilson usa ainda testar praticamente a personalidade do entrevistado, arguindo sobre problemas de técnica ou de inteligência de maneira cerada, e observando se esta baqueia ou afirma o seu domínio. E' evidente que só em casos especiais essa técnica pode ser usada.

A notação de um grau para cada um dêstes tópicos possibilita a comparação dos candidatos. O "background" individual está mesclado em cada um dêles, e durante a sua evocação o entrevistador deve estar alerta para captar sinais de possíveis estados psicopatológicos para ulterior exploração.

A maneira de perguntar é essencialmente pessoal, e sobre ela não podem ser formuladas regras. Durante o curso da conversação é, porém, conveniente prender-se a alguns pontos práticos, por ex.

1. Assuntos capazes de despertar sentimentos de vergonha, culpa ou inferioridade devem ser tratados indiretamente;

2. Um meio útil de obter informações impessoais de parte do candidato sobre si próprio é formular perguntas em que êle julgue por comparação. Ex.: "Você é semelhante a A ou B?" (pais ou pessoas conhecidas).

O *relatório* deve conter as conclusões a que chegou o entrevistador de forma clara e concisa. E' realmente um diagnóstico psicológico. A maneira geralmente usada é uma expressão quantitativa de determinados atributos, complementada por uma descrição da personalidade como um todo. Para isso emprega-se uma ficha impressa, como exemplificamos na Fig. 1. Os tópicos que aí figuram podem variar segundo o objetivo da entrevista, e os graus de notação são convencionais, p. ex., de zero (0) a quatro "mais" (++++). Fig. 1. Nos tópicos de grande amplitude, como "inteligência", a notação representa a impressão dessa faculdade como um todo, sendo as discriminações registradas sumariamente nas linhas destinadas a receber a opinião do entrevistador. Êsse julgamento está sujeito ao erro próprio a todo juízo que uma pessoa emite a respeito

(*) Elevada, possuindo assim nível mental suficiente para permitir o emprêgo dessa forma.

PERFIL DA PERSONALIDADE

Fig. 1 -Ficha de relatório (ex.). Cotação em números de 1 a 5.

As conclusões de uma entrevista conduzida da forma acima em ambiente isolado e calmo constituem o elemento principal de classificação de candidatos. Em serviços psicotécnicos bem organizados, as declarações do entrevistado são confirmadas pelas fichas e observações escolares e por pessoas de sua família. Isso, porém, é ainda inexecutável em nosso meio.

Se bem seja esta a técnica usada na maioria das vezes, em outras a entrevista se reveste de aspecto especial. Tal é o caso, por ex., da seleção de homens para tarefas militares de grande responsabilidade. O processamento dessa seleção é conservado em cada país em segredo militar. Compreende-se, porém, que aí a entrevista se dobra e se aproxima muito do exame clínico psiquiátrico, necessitando vários entrevistadores dos quais o médico é o mais importante. Como se faz mister um conhecimento integral da personalidade, das suas tendências conscientes assim como do seu núcleo subconsciente e inconsciente, a exploração pode utilizar recursos médicos para a supressão da vontade, como a análise sob narcose medicamentosa.

Outro caso especial é aquele em que necessidades de ordem material levam a modificar a técnica da entrevista segundo a orientação do psicologista responsável. No Serviço de Psicotécnica Naval, que ainda incompletamente organizado teve que enfrentar tarefas de vulto, resolveu-se a adoção de um tipo de entrevista em duas partes:

- a) A entrevista coletiva;
- b) A entrevista individual.

A primeira consta de um questionário onde são reunidas as perguntas de caráter mais puramente informativo, que menos prejuízo sofrem com essa forma de resposta. É um questionário que fornece informações sobre o item "interesses" quase exclusivamente, e assemelha-se muito ao "questionário sobre as preferências" utilizado por Baumgarten (3) como complemento do seu método. Exemplo de perguntas que constam do questionário-entrevista coletiva destinado aos candidatos ao posto de Marinheiro da nossa Marinha de Guerra.

QUESTIONÁRIO USADO PARA CANDIDATOS A MARINHEIRO

- 1) Quando você viajou de navio
gostou
não gostou
enjoou
nunca viajou de navio
- 2) Você já ouviu falar sobre os serviços dos marinheiros a bordo:
Sim Não
- 3) Como V. gosta mais de trabalhar?
com as mãos
com a cabeça
- 4) V. consegue prestar atenção a uma mesma coisa durante muito tempo?
Sim Não
- 5) V. gosta mais de trabalhos que:
tenha de prestar atenção
possa fazer mecanicamente
- 6) V. gosta de trabalhos
movimentados
sossegados
- 7) V. prefere trabalhar:
sentado
andando
em pé

- 8) Você prefere trabalhar
Sózinho Entre outras pessoas
- 9) Você prefere trabalho em que tenha de
Fazer força
Pensar muito
- 10) Você gosta de trabalhar
Ao ar livre
Numa sala fechada
- 11) Você prefere trabalhos que possa fazer
Sózinho
Com ajuda de outras pessoas
- 12) Quando você está trabalhando
Sente vontade de fazer outro trabalho
Sim Não
- 13) Você gosta de serviços que tenha de fazer
Depressa Devagar
- 14) Você gostaria de trabalhar em lugar
muito quente
muito frio
- 15) Qual o serviço de que mais gostou na sua vida?
- 16) Você gostaria de ir trabalhar:
num navio de guerra
num serviço de escritório da Marinha
ir para estudar numa Escola de Marinha
- 17) Você prefere ser o Chefe da Turma ou ser um dos da Turma?
- 18) Quando você for embora da Marinha o que pretende fazer?
- 19) Por que você quis vir para a Marinha?
- 20) Dentre as especialidades abaixo diga em qual você gostaria de trabalhar
Máquinas
Sinais
Artilharia
Eletricidade
Enfermeiro
Telegrafia
Escrevente
Técnico de rádio
Oficinas.

Observa-se aí que, quando o campo abrangido pela resposta é muito amplo, se dá preferência à resposta por *escolha*.

A entrevista oral, realizada posteriormente, é conduzida com relativa liberdade e visa principalmente obter dados sobre "background" e possibilitar a apreciação pessoal do candidato. Em recente entrevista, um dos voluntários a grumete, com escolaridade de 1.º ano primário, revelou atitudes cultivadas e conhecimento de vários assuntos. Interrogado, verificou-se ser um indivíduo de gosto pela leitura e tendência auto-educativa, que procurava a Marinha pelas possibilidades culturais que essa oferece. É claro que esse indivíduo deve receber na Marinha algo mais de acordo com as suas aspirações do que o pesado e rotineiro trabalho de grumete.

Como assinalamos na 1.ª parte, além do seu emprêgo na classificação de pessoal, é também a entrevista utilizada para a verificação das causas de baixo rendimento. Nesse caso ela é semelhante ao tipo empregado nos *inquéritos*, e consta de per-

guntas mais ou menos diretas sobre tópicos pre-determinados. A ficha para relatório desse tipo contém tópicos referentes, principalmente, a fatores externos: iluminação, ventilação, barulho, cores, ordem, etc. Da análise do conjunto de entrevistas resultará o conhecimento das possíveis causas dos "deficits" de produção. Como nos inquéritos, a veracidade da informação é fundamental, e devem ser tomadas providências contra a resposta deliberadamente falsa. Nesse terreno, a habilidade "policial" do entrevistador é posta à prova. Com o mesmo objetivo tem sido empregado recentemente nos E.U.A., principalmente nas usinas de produção militar e em importantes serviços civis, o "detentor de mentiras" — aparelho que mede constantes fisiológicas alteráveis pela emoção da "mentira". Sua utilidade se tem revelado muito grande, e por esse motivo já está o Serviço de Psicotécnica Naval aparelhado com um "lie-detector" em fase experimental.

SUBPARTE B — *Apreciação dos resultados*

Os primeiros trabalhos aparecidos sobre a fidelidade do julgamento por entrevista mostraram-se desanimadores sobre o emprêgo do método, e a esse respeito as comunicações de Hartog e Rhodes, (4) de Magson e Fearing (6) podem ser consultadas. A diversidade do julgamento de muitos entrevistadores sobre o mesmo indivíduo deve manter-se em certo limite para permitir a utilização do processo. Esses trabalhos analíticos revelaram:

- a) que o grau de correlação de julgamento entre vários observadores é elevado quando esse é pronunciado sobre questões simples e concretas;
- b) inversamente, a correlação é menor quando a opinião é sobre qualidades complexas;
- c) a qualificação dos entrevistadores é o aspecto mais importante do problema.

Compreende-se imediatamente a importância de determinar-se a fidelidade do julgamento por entrevista; a conclusão é que ele é diretamente proporcional à qualidade do entrevistador, apresentando os elementos capazes em grau de concordância satisfatório. A esse respeito o trabalho de Newmann, Bobbit e Cameron (6) trouxe valiosa evidência. Estudaram eles a concordância do julgamento por entrevista em 536 candidatos a guarda-costeiro dos E.U.A., durante a guerra. Tratava-se de selecionar homens que, após difícil treino, pudessem ser bons oficiais em ação, e assim várias qualidades complexas necessitavam ser medidas. O julgamento de um psiquiatra, em cotejo com os de dois psicologistas, em entrevistas separadas, mostrou um elevado grau de correlação (81 e 86).

Outro ponto de grande interesse é a determinação do valor da predição psicológica, ou seja, o número de vezes em que a previsão se confirma praticamente. Claro está que tem valor máximo a previsão baseada em um estudo em que foram empregados todos os recursos científicos. Quando se trata, porém, de comparar o valor da pre-

dição por entrevista feita por métodos "psicométricos" e estatísticos, as opiniões divergentes aparecem.

Bobbit e Newmann, (8) trabalhando na U.S. Coast-Guard Academy, analisam o valor das previsões feitas por vários métodos psicológicos, confrontando-os com os resultados obtidos durante o curso. Com esse objetivo, os candidatos a oficial em número de 1.900 foram classificados em quatro grupos, tendo como base o resultado final do treinamento.

Grupo A — Os primeiros 15% do grupo inteiro, segundo a classificação;

Grupo B — Todos os outros candidatos bem sucedidos;

Grupo C — O total número de candidatos bem sucedidos (Grupo A mais Grupo B);

Grupo D — Candidatos mal sucedidos.

Na análise dos resultados, verificou-se uma relação direta entre a cotação dada ao candidato por ocasião da entrevista (Bobbit e Newmann usaram um tipo de entrevista semelhante ao que já descrevemos, de duração de uns vinte minutos) e a situação destes na classe. As previsões feitas com base na combinação dos dados fornecidos pela entrevista e pelas medidas de habilidade revelaram, porém, grau de acerto maior. Ainda maior foi o acerto das previsões feitas com base na bateria de testes.

Sarbin (9) estuda a lógica das predições em psicologia e cita um estudo feito sobre predições com referência ao comportamento de esquizofrênicos hospitalizados. Foi confrontada aí a previsão clínica, baseada no exame médico completo, e a previsão estatística feita com auxílio de uma escala com 30 itens, cotados com dados retirados da anamnese do doente e do exame físico, como mostra a escala abaixo:

Percentagem de predições corretas do resultado de hospitalização, feitas por escala prognóstica ou por prognóstico médico.

	Escala	Médicos
Remissão	90	52
N 56		
Muito melhorado	86	41
N 66		
Melhorado	75	36
N 51		
Ligeira melhora	46	34
N 31		
Sem melhora	85	49
N 139		

Esses resultados, que mostram uma indiscutível superioridade da previsão estatística, foram confirmados por outros estudos do mesmo autor, sobre o mesmo material.

Por outro lado, Anderson, (10) em seu livro pioneiro da psiquiatria na indústria, assim se refere ao entrevistador a sua função: "It is the function of the interviewer to bring together, analyse, and digest all of the information that bears upon the

suitability of an applicant for a given job, as well as his general value as a personnel risk for other possible positions. She sums up all of this information into an individual diagnosis and decides to employ or reject the given applicant. *The interviewing herself is the most important element in the entire employment situation.* Her knowledge, experience, interviewing technique, and diagnostic ability become the index to the quality of personnel employed. Tests and other tools to be used can aid and guide her in getting a better knowledge of certain aspects of a given applicant's abilities, but they will never alone and of themselves furnish sufficient information to afford a safe basis for securing employees, *for they do not evaluate the personality.* Her special training and experience should have given her a clinical knowledge that forms the background for understanding the physical and mental factors that underlie faulty human adjustments that bring about failure at work or failure in other life situations. This knowledge constitutes an understanding of the personality, a diagnostic acumen that enables the interviewer to make satisfactory estimates of the possibilities in any given applicant for successful adaptation to work".

A impressão final é que os trabalhos documentados pelas comprovações mostram, de maneira geral, uma vantagem nítida da predição feita por métodos psicométricos e estatísticos sobre a predição por entrevista. As opiniões empíricas favorecem o método "clínico", advogando as mesmas razões expostas por Anderson.

E' nossa opinião que tal diversidade tem origem na inexistência de estudos completos sobre os reais prejuízos e vantagens dos dois métodos, e da avaliação dos pesos com que eles devem ser computados na predição psicológica final. Assim também pensa Conrad (11) quando, após citar casos em que a entrevista reduziu, em lugar de aumentar, a validade da previsão psicológica, fala na necessidade urgente da fixação de critérios de avaliação: "probably the most fundamental need in the field of psychological tests today is the development of *reliable, valid, specific criteria* against which to measure the efficiency of tests. This need is urgent in the field of abilities, and still more urgent in the field of personality".

Convém ressaltar que, não se levando em conta o fator tempo, os resultados mais satisfatórios são obtidos pelos métodos combinados. Como, porém, essa condição, pelo menos com os nossos recursos e em nosso meio, é dificilmente realizável em grande escala, conclui-se, como dissemos inicialmente, que as proporções do emprego de um e outro continuam sendo incumbência do psicologista responsável.

BIBLIOGRAFIA

- (1) VERNON and PARRY (1949) — *Personnel selection in the British Forces* — The University of London Press, ch. IX.
 - (2) WILSON, N.A.B. (1945) — *Interviewing Candidates for Technical Appointment on Training* — *Occup. Psychol.* 19, 167-179.
 - (3) BAUMGARTEM, F. (1949) — *Orientation et selection professionnelles par l'examen psychologique du caractère* — Lib. Dunod, Paris, p. 104-106.
 - (4) HARTOG, P. and RHODES, C. (1935) — *An examination of examination* — London — Macmillan, p. 81.
 - (5) MAGSON, E. H. (1926) — *How we judge intelligence* — *British J. Psychol. Mong. suppl.* n.º 9, 115.
 - (6) FEARING, F., and FEARING, F. M. (1942) — *Factors in the appraisal interview considered with particular reference to the selection of public personnel* — *J. Psychol.*, 14, 131-153.
 - (7) NEWMANN, S.H., BOBBIT, J.M. and CAMERON, D.C. (1946) — *The reliability of the interview method in an officer candidate evaluation program* — *Am. Psychologist.* 1, 103-109.
 - (8) BOBBIT, J.M., and NEWMANN, S.H. (1944) — *Psychological Activities at the U.S. Coast Guard Academy* — *Psychological Bulletin.* 41, 568-579.
 - (9) SARBIN, T. R. (1944) — *The logic of Prediction in Psychology* — *Psychol. Rev.*, 51, 210-228.
 - (10) ANDERSON, V. V. (1929) — *Psychiatry in Industry* — New York. Harper. p. 364.
 - (11) CONRAD, H.S. (1947) — *Psychological Tests and their Uses. Overviews and Comments* — "Rev. Educ. Res." 17, 6-9.
 - (12) *Personnel Classification Tests* — War Department, april, 1946.
 - (13) FLACHOT, GUY — *Psychotechnique theorique et pratique* — Paris, Editions Cujas.
- Nota — Os trabalhos n.º 4, 5 e 6 não foram consultados no original, sendo citados por referência.

Questões apresentadas no Concurso para Agente Fiscal do Impôsto de Consumo - C. 112

As questões do C-112, Concurso para Agente Fiscal do Impôsto de Consumo, já foram publicadas nesta Revista, número de agosto de 1944. Achando-se, porém, êsse número esgotado, e tendo em vista o interesse e a procura que vêm despertando as questões em aprêço, tomamos a deliberação de republicar, integralmente, aquêlê concurso, atendendo, assim, às reiteradas solicitações que vimos recebendo.

CONTABILIDADE GERAL

Complete o sentido das frases que se seguem preenchendo com palavras ou expressões adequadas os espaços pontilhados.

- Nas vendas a prazo, juntamente com a fatura é emitida uma que representa um título de crédito equiparado à
- Os são documentos emitidos pelos Armazéns Gerais e evidenciam a existência de depositadas naqueles estabelecimentos.
- O endôso é a de um título, enquanto que o aval constitui uma de quem o dá.
- A valorização de bens móveis ou imóveis importa em correspondente aumento do empresa.
- O levantamento do inventário de mercadorias por preço inferior ao de custo importa em o lucro do exercício.
- Determine a conta devedora das partidas que registrarão as seguintes operações:
 - a) venda de mercadorias a dinheiro;
 - b) compra de móveis a prazo;
 - c) compra de mercadorias a crédito;
- Mencione nas linhas abaixo os dois livros indispensáveis ao exame de uma escrituração:

.....

.....
- Sublinhe as respostas exatas às seguintes perguntas:
 - a) O balanço demonstra o total dos lucros e dos prejuízos de um exercício?

SIM	NÃO
-----	-----
 - b) As contas de natureza devedora têm os seus saldos diminuídos pelos débitos nelas feitos?

SIM	NÃO
-----	-----
 - c) O valor nominal das ações das sociedades anônimas é determinado pela situação econômica das empresas?

SIM	NÃO
-----	-----
- O excesso dos registros na coluna da direita, sobre os da esquerda de uma conta, define-se como:

(Assinale com uma cruz nos parênteses a resposta certa)

Saldo negativo	()
Lucro	()
Prejuízo	()
Saldo positivo	()
Saldo credor	()

- Considerando as fórmulas de "Diário" mencionadas adiante, escreva dentro de cada parêntese o número da que corresponder à operação descrita.

Operações

- () Aceite de uma letra de câmbio;
- () Venda a dinheiro de produtos industriais;
- () Registro de juros creditados por um banco;
- () Remessa de mercadorias em consignação;
- () Consumo de matérias-primas na produção de uma fábrica.

Fórmulas de "Diário"

- | | |
|--|--|
| 1 — Letras Aceitas
a Contas Correntes
2 — Banco X
3 — Juros Devedores
a Mercadorias Consig-
nadas a Comissários
4 — Caixa a Letras de
Câmbio Aceitas
5 — Comissários
a Consignações
6 — Consumo de Matérias-
Primas a Produtos
7 — Juros Bancários
a Juros e Descontos
8 — Custo de Produção
a Matérias-Primas
9 — Contas Correntes
Letras de Câmbio
10 — Caixa
a Juros Bancários | 11 — Produtos Vendidos
a Caixa
12 — Contas Correntes
a Obrigações a Pagar
a Caixa
a Matérias-Primas
14 — Contas Correntes
a Produtos
15 — Banco X
a Juros e Descontos
16 — Caixa
a Vendas de Produtos
17 — Consignações C/Pró-
prias a Mercadorias
a Caixa
18 — Caixa
a Mercadorias
19 — Produtos
a Matérias Consumi-
das
20 — Comitentes — C/Con-
signação a Mercado-
rias. |
|--|--|

- Utilizando a fôlha encontrada a seguir, que representa o riscado de um "Caixa", escreva as seguintes operações:

- a) Recebido por mercadorias vendidas a dinheiro Cr\$ 25.000,00
- b) Pago por ordenados de empregados Cr\$ 6.000,00
- c) Depósito feito em c/c no Banco do Brasil Cr\$ 5.000,00
- d) Recebido de A. Santos para crédito em c/c Cr\$ 8.000,00
- e) Pago por móveis adquiridos a dinheiro Cr\$ 4.000,00

A seguir encerre e reabra o "Caixa"

- Na conta corrente de J. Novais foi escriturada a crédito a importância de Cr\$ 10.000,00 que devia ter sido debitada. Na fôlha própria, que apresenta o riscado de um c/c, faça os lançamentos de correção.
- A fábrica X fabricou num determinado mês os produtos A e B dependendo as seguintes parcelas:

Produto A

Matérias-primas	Cr\$ 80.000,00
Mão-de-obra	Cr\$ 60.000,00
Ingredientes	Cr\$ 10.000,00

Produto B

Matérias-primas	Cr\$ 120.000,00
Mão-de-obra	Cr\$ 80.000,00
Ingredientes	Cr\$ 18.000,00

Nesse mesmo período os gastos indiretos da fábrica importaram em Cr\$ 140.000,00. Queira distribuir esses gastos em função do consumo de matérias-primas e apurar o custo de cada produto, utilizando o quadro abaixo.

Especificação	Produto A	Produto B	Totais
Matérias-primas			
Mão-de-obra			
Ingredientes			
Gastos gerais de fabricação			

- Castro & Cia. vendem a J. Peixoto diversas mercadorias no valor de Cr\$ 45.000,00, emitindo a respectiva fatura e duplicata, sendo esta paga dias depois pelos compradores com o desconto de 3%. Queira fazer todos os lançamentos relativos à operação nos livros de Castro & Cia., figurando um "Diário".

- A seguir encontrará uma série de contas com seus respectivos saldos. Queira organizar com elas um balanço, agrupando as contas segundo a padronização determinada pelo Decreto-lei n.º 2.627, de 26-9-1940.

Caixa	Cr\$ 26.500,00
Mercadorias	Cr\$ 650.600,00
Devedores Hipotecários	Cr\$ 200.000,00
Contas Correntes	Cr\$ 562.400,00
Capital	Cr\$ 1.200.000,00
Contas a Pagar	Cr\$ 105.400,00
Móveis e Utensílios	Cr\$ 130.000,00
Imóveis	Cr\$ 480.000,00
Consignações — C/Própria	Cr\$ 95.300,00
Fundo de Reserva	Cr\$ 200.000,00
Reserva para Depreciações	Cr\$ 52.000,00
Despesas Diferidas	Cr\$ 4.200,00
Contas Correntes	Cr\$ 365.500,00
Bancos — C/Movimento	Cr\$ 296.400,00
A — C/Lucros e Perdas	Cr\$ 260.000,00
B — C/Lucros e Perdas	Cr\$ 260.000,00
Juros a Creditar	Cr\$ 3.500,00

CONTABILIDADE PÚBLICA

Complete o sentido das frases que se seguem preenchendo com palavras ou expressões adequadas os espaços pontilhados.

- Denomina-se ano financeiro e período dentro do qual tem vigência o
- O exercício financeiro inclui o e mais o período
- Os saldos de adiantamentos recolhidos dentro do exercício em que tenham sido concedidos constituem.....
- A Constituição de 10 de novembro de 1937 criou junto à Presidência da República um para elaborar a proposta do Orçamento Geral da União e fiscalizar a execução do orçamento, e instituiu um para acompanhar a execução orçamentária e julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiros públicos.
- Um imposto federal que deixou de ser pago na época legal, após esgotados todos os prazos para a sua cobrança amigável, é considerado cobrado mediante e escriturado como
- Os créditos adicionais dividem-se em:
 - a) *esp. extraorç.*
 - b) *supl.*
 - c)
- Os estágios da despesa pública são os seguintes:
 - a) *emp.*
 - b) *pag.*
 - c) *cancel.*
- Indique as verbas pelas quais se distribui a despesa pública:
 - Verba 1
 - Verba 2
 - Verba 3
 - Verba 4
 - Verba 5
- Indique 4 casos em que a lei permite a realização de despesas públicas pelo regime de adiantamento:

I —

II —

III —

IV —

Para cada uma das questões que se seguem são sugeridas várias respostas das quais apenas algumas são verdadeiras. Leia atentamente cada questão e as respostas que lhe correspondem e, dentre estas, assinale com uma cruz nos parênteses as verdadeiras.

- A regra da universalidade do orçamento é aquela que
 - () determina a inclusão no orçamento de todas as receitas e despesas públicas
 - () prescreve a existência de um único orçamento
 - () veda a inclusão na lei orçamentária de dispositivos estranhos à receita prevista e à despesa fixada
 - () determina a existência de uma só lei para a receita e a despesa públicas
- O método de estimativa da receita pública, que consiste em se reproduzir no orçamento o resultado da arrecadação no último exercício liquidado, denomina-se
 - () Automático
 - () Das majorações
 - () Das médias
 - () Da previsão direta
 - () Estatístico

- As cotas-partes de multa a que têm direito os agentes fiscais são escrituradas como
 - () renda tributária
 - () renda extraordinária
 - () depósitos de diversas origens
 - () rendas eventuais
 - () indenizações
- Com o símbolo próprio classifique as rendas abaixo indicadas.

P — Patrimoniais
 T — Tributárias
 I — Industriais
 D — Diversas Rendas
 E — Extraordinárias

- a) Taxa de Educação e Saúde
- b) Direitos de Importação para consumo
- c) Laudêmios
- d) Renda da Imprensa Nacional
- e) Imposto de Indústrias e Profissões
- f) Emolumentos Consulares

*
* *

LEGISLAÇÃO FAZENDÁRIA

- Escreva ao lado de cada um dos impostos abaixo enumerados o nome do poder competente para decretá-lo (União, Estado ou Município):

- Imposto territorial
- Imposto de licenças
- Imposto sobre vendas e consignações
- Imposto predial urbano
- Imposto sobre transferência de fundos para o exterior
- Imposto de renda
- Imposto de transmissão de propriedade "causa mortis".

Para cada uma das questões que se seguem são sugeridas várias respostas das quais apenas algumas são verdadeiras. Leia atentamente cada questão e as respostas que lhe correspondem e, dentre estas, assinale com uma cruz nos parênteses as verdadeiras.

- São impostos diretos:
 - () o imposto do selo
 - () o imposto de renda
 - () o imposto de importação
 - () o imposto territorial
 - () o imposto de consumo
- Os pagamentos exigidos compulsoriamente pelo Estado, como contraprestação aos serviços fornecidos ou prestados pela administração pública e que conferem um benefício imediato, real e suscetível de avaliação, denominam-se:
 - () Impostos
 - () Taxas
 - () Contribuições de melhoria
 - () Licenças
- São produtos sujeitos ao imposto de consumo, no Brasil:
 - () Farinha de trigo
 - () Alcool
 - () Móveis
 - () Carvão de pedra
 - () Eletricidade
 - () Gás de iluminação
 - () Cimento
- O imposto progressivo sobre a renda é
 - () O tributo mais antigo no Brasil
 - () Da competência concorrente da União e dos Estados
 - () O mais justo sob o ponto de vista social
 - () De incidência incerta e indeterminada
 - () De fácil e imediata translação

- O imposto de importação, além do objetivo de proporcionar recursos para o Tesouro, tem a finalidade de
 - () Promover uma mais justa distribuição das riquezas
 - () Proteger a indústria nacional
 - () Favorecer o comércio internacional
 - () Fazer recair o ônus fiscal sobre o produtor estrangeiro
 - () Impedir o contrabando

- São considerados impostos internos no sistema tributário federal

- () O imposto de importação
- () A taxa de previdência social
- () O imposto de renda
- () O imposto sobre vales para brindes
- () O imposto de farol

- As contravenções relativas ao registro são punidas mediante

- () Auto de infração
- () Notificação do agente fiscal
- () Apreensão da mercadoria
- () Representação do coletor federal
- () Auto de desacato

- Os papéis em que o ônus do imposto recair exclusivamente sobre os Estados e Municípios estão

- () sujeitos à selagem por verba
- () isentos do selo
- () sujeitos apenas à "taxa de Educação e Saúde"
- () sujeitos ao selo proporcional
- () sujeitos ao pagamento do selo por estimativa

- No financiamento da guerra o governo brasileiro tem-se utilizado *preponderantemente*:

- () do imposto de renda
- () do imposto sobre lucros excessivos
- () de operações de crédito
- () do imposto de consumo
- () de taxas regulatórias

Complete o sentido das frases que se seguem preenchendo com palavras ou expressões adequadas os espaços pontilhados.

- Em matéria de imposto de consumo as decisões por equidade são da privativa competência do mediante proposta do
- A inspeção permanente dos serviços do imposto de consumo nos Estados é exercida por, designados pelo, mediante proposta do
- O julgamento dos autos lavrados por infração da lei do selo é da competência:
 - No Distrito Federal
 - Na Capital do Estado de São Paulo
 - Nos Estados
- Os contribuintes, responsáveis ou fiadores, que não tiverem solvido seus débitos para com a Fazenda Nacional, nas repartições arrecadoras competentes, uma vez esgotados os prazos estabelecidos nos regulamentos fiscais respectivos, não poderão:
 - a)
 - b)
 - c)
- O lançamento *ex-officio* do imposto de renda tem lugar quando o contribuinte
 - a)
 - b)
 - c)

Aplicação da legislação

— Hipótese —

Joaquim Serafim dos Santos, agente fiscal do imposto de consumo, havendo recebido uma denúncia de que, no

estabelecimento comercial de João Ribeiro de Carvalho, estabelecido com armazém de secos e molhados na Praça João Pessoa s/n, em Ouro Fino, Minas Gerais, existiam ocultos diversos garrafões de aguardente, não selados, para ali se dirigiu às 9 horas da manhã, do dia 28-10-43, a fim de constatar a veracidade da denúncia. Solicitada ao proprietário, que no momento se encontrava à frente do estabelecimento, autorização para examinar um compartimento adjacente ao cômodo do negócio, no qual existiam mercadorias em depósito, recusou-se o comerciante a permitir a entrada do agente fiscal no aludido compartimento, sob a alegação de que ali não se encontrava nenhuma mercadoria sem selo. Insistindo o agente fiscal no seu intuito de dar uma busca no compartimento, colocaram-se o proprietário do estabelecimento e dois empregados seus diante da porta que servia de comunicação com a sala do negócio e declararam ao agente fiscal que não permitiriam a sua entrada no local. A ocorrência foi presenciada pelos senhores Evilásio Fonseca, Francisco Silva Teixeira e Pedro Antunes, agricultores, que se encontravam no momento no interior do estabelecimento comercial.

*
* *

Os candidatos deverão, à vista da legislação aqui transcrita, lavrar o competente auto, observando, dentre os modelos anexos, aquele aplicável ao caso.

*
* *

Decreto-lei n.º 301, de 24 de fevereiro de 1938

Art. 150. Os agentes fiscais, bem como quaisquer funcionários incumbidos da fiscalização, poderão penetrar nas fábricas e nas casas comerciais de produtos tributados, assim como nos respectivos depósitos, a fim de exercerem a fiscalização, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que tais estabelecimentos estejam em funcionamento.

Art. 153. Os que desacatarem, por qualquer maneira, os funcionários incumbidos da fiscalização, no exercício das suas funções, e os que, por qualquer meio, impedirem a fiscalização, serão punidos na forma do Código Penal, lavrando o funcionário ofendido o competente auto, segundo o modelo LII, acompanhado do rol das testemunhas, a fim de ser remetido ao Procurador da República pela repartição local.

Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses mencionadas neste artigo, o funcionário poderá prender o ofensor ou infrator e solicitar, para esse fim, auxílio da força pública ou das autoridades policiais.

Art. 219. Aos contraventores das disposições deste regulamento serão aplicadas as multas nelas estabelecidas, devendo ser impostas as seguintes aos infratores dos dispositivos que não as cominarem.

.....
§ 8.º De Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00.

- a)
b) aos que, por qualquer forma, embarçarem a ação fiscal.

*
* *

DIREITO COMERCIAL

Para cada uma das questões que se seguem, são sugeridas várias respostas, das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e as respostas que lhe correspondem e, dentre estas, assinale com uma cruz, nos parênteses, a verdadeira.

— Não podem fazer parte de sociedades em nome coletivo:

- () os menores de 21 e maiores de 18 anos
() as mulheres casadas
() os trabalhadores sindicalizados

- () os funcionários públicos
() os acionistas de bancos de depósitos
- Uma das características do *mandato mercantil* é
- () o mandante pode não ser comerciante
() o objeto não versa obrigatoriamente sobre ato ou negócio mercantil
() o mandato sempre se presume gratuito
() o mandatário deve ser comerciante
() o mandante deve ser comerciante
- No contrato de *comissão mercantil*,
- () o comissário não é comerciante
() o comitente deve ser comerciante
() o comitente e o comissário devem ser comerciantes
() o comissário deve ser comerciante
() o objeto versa, facultativamente, sobre ato ou negócio mercantil.
- Nas sociedades em comandita simples, o sócio comanditário
- () responde solidária e ilimitadamente pelos compromissos assumidos, com o seu consentimento, pela sociedade
() responde, somente, pelos compromissos que pessoalmente assumir em nome da sociedade
() não é obrigado além dos fundos que forem declarados no contrato
() tem responsabilidade idêntica à de todos os demais sócios
() é, obrigatoriamente, o gerente da sociedade.
- A sociedade anônima é mercantil
- () se o seu objeto for mercantil
() se os acionistas forem, em sua maioria, comerciantes
() qualquer que seja o objeto
() se os respectivos administradores exerciam, anteriormente, o comércio
() se os estatutos o declararem expressamente
- Indique, dentre os livros adiante enumerados, qual o não exigido por lei às sociedades anônimas
- () de transferência de ações nominativas
() de atas das reuniões da diretoria
() de atas do Conselho Fiscal
() de eleições
() de registro das partes beneficiárias nominativas
- Os diretores das sociedades anônimas
- () não podem ser destituídos
() exercem o mandato, obrigatoriamente, pelo prazo para que foram eleitos
() podem ser destituídos pelo Conselho Fiscal
() podem ser destituídos a todo tempo, pela assembleia geral
() somente quando já houverem exercido o mandato por seis meses, pelo menos

Complete o sentido das frases que se seguem preenchendo com palavras ou expressões adequadas os espaços pontilhados.

- São livros obrigatórios para o comerciante: e
.....
- A cláusula penal ou pena convencional pode referir-se à
- inexecução completa da obrigação
— inexecução completa de alguma cláusula especial e ainda à
- O contrato de compra e venda, para que se possa reputá-lo mercantil, apresenta, obrigatoriamente, além do elemento característico do intuito de especulação, mais os seguintes:

1.
2.

DIREITO ADMINISTRATIVO

— Para que a fiança possa ser reputada mercantil exige-se que:

1.
2.

— Às "cartas de crédito" que não abriram crédito pecuniário com determinação do máximo, atribui a lei efeitos de

— Quando todos os sócios respondem, solidária e ilimitadamente, por todos os compromissos assumidos pela sociedade, esta se denomina

— A falência pode ser decretada dentro do prazo de... anos após a cessação do exercício do comércio.

— A reabilitação do devedor que houver sido condenado por falência fraudulenta, culposa, ou crime a elas equiparado, somente se poderá verificar anos depois de cumprida a pena.

— O falido poderá propor concordata a seus credores depois de

— Nas sociedades anônimas, a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao

— Indique dois casos em que as sociedades anônimas dependem de autorização do Governo Federal:

1.
2.

— O Conselho Fiscal das sociedades anônimas deve ser composto, no mínimo, de membros e suplentes.

— Ao inventor que, antes de obter a patente de invenção, pretenda experimentar em público a sua invenção ou queira exibi-la em exposição oficial ou reconhecida oficialmente, no país ou no estrangeiro, poderá ser concedido

— A concessão de patentes de invenção e o registro de marcas de indústria e de comércio competem ao subordinado ao

— Indique, adiante, com as letras C ou F, os casos em que a falência será culposa ou fraudulenta, quando decorrer dos seguintes fatos:

— excesso de despesa no tratamento do pessoal do falido em relação ao seu cabedal e número de pessoas da família

— pagamento antecipado a uns credores em prejuízo de outros

— compra, pelo comerciante, de bens em nome de terceira pessoa, ainda que cônjuge, ascendente, descendentes e irmãos

— falta de livros ou de escrituração em livros apropriados

— existência de duplicatas que não representam operações reais

— Indique, adiante, com as letras P, C ou M, a sociedade que seja de pessoas, de capitais ou mista:

Sociedade em nome coletivo

Sociedade em comandita por ações

Sociedades anônimas

Sociedades por cotas, de responsabilidade limitada

Para cada uma das questões que se seguem, são sugeridas várias respostas, das quais *apenas uma é verdadeira*. Leia atentamente cada questão e as respostas que lhe correspondem e, dentre estas, assinala com uma cruz, nos parênteses, a verdadeira.

— A Comissão de Orçamento é diretamente subordinada

- () ao Presidente da República
- () ao Presidente do D.A.S.P.
- () ao Ministro da Fazenda
- () ao Tribunal de Contas
- () à Contadoria-Geral da República

— As coletorias federais são direta e imediatamente subordinadas:

- () ao Diretor-Geral da Fazenda Nacional
- () ao Ministro da Fazenda
- () ao Diretor das Rendas Internas
- () aos Delegados Fiscais
- () aos Inspetores de Alfândegas

— A fiscalização das operações bancárias compete

- () à Casa da Moeda
- () à Diretoria das Rendas Internas
- () à Caixa de Amortização
- () à Diretoria da Despesa Pública
- () ao Segundo Conselho de Contribuintes

— A revisão dos despachos de mercadorias importadas é ordenada

- () pela Diretoria das Rendas Internas
- () pelas Alfândegas
- () pelas mesas de rendas alfandegadas
- () pela Coordenação da Mobilização Econômica
- () pela Diretoria das Rendas Aduaneiras

— Se um agente fiscal do imposto de consumo retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou o pratica contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, comete o crime de

- () concussão
- () prevaricação
- () peculato doloso
- () peculato culposo
- () advocacia administrativa

— Ao funcionário cujo deslocamento da sede constitui exigência permanente do cargo

- () concede-se diária para as despesas de alimentação e pousada
- () concede-se somente meia diária
- () não pode receber diárias
- () recebe diária somente quando se afastar por mais de trinta dias
- () recebe diárias, a juízo do chefe imediato

— Ao agente fiscal que fôr designado para serviço ou estudo no estrangeiro, será paga ajuda de custo arbitrada pelo

- () Presidente da República
- () Ministro da Fazenda
- () Diretor das Rendas Internas
- () Delegado Fiscal
- () Presidente do D.A.S.P.

— O ressarcimento do prejuízo que o funcionário, por ignorância, frouxidão, indolência, negligência ou omissão, causar à Fazenda Nacional

- () é suficiente para eximi-lo da responsabilidade criminal
- () deve eximi-lo de pena disciplinar
- () não o exime de pena disciplinar
- () encerra qualquer procedimento contra o funcionário
- () serve para a caracterização da falta, como dolosa ou culposa

— Ao funcionário que, sem causa justificada, faltar ao serviço, é aplicada a pena de

- () advertência
- () repreensão

- () suspensão
() demissão
() disponibilidade
- Qual dos órgãos adiante enumerados é tipicamente arrecadador de rendas federais?
() Diretoria das Rendas Internas
() Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado
() Conselho Superior de Tarifas
() Recebedoria do Distrito Federal
() Banco do Brasil
- O Departamento Federal de Compras é subordinado diretamente
() à Presidência da República
() ao Ministro da Fazenda
() ao Presidente do D.A.S.P.
() à Divisão de Material do D.A.S.P.
() à Diretoria do Domínio da União
- Complete o sentido das frases que se seguem preenchendo com palavras ou expressões adequadas os espaços pontilhados
- Compete ao o julgamento das contas dos responsáveis por dinheiros públicos
- A centralização e superintendência dos serviços relativos à emissão, ao trôco, à substituição e ao resgate do papel-moeda é atribuição da
- O funcionário nomeado em virtude de concurso adquire estabilidade depois de anos de exercício
- Indique, a seguir, os órgãos que, em segunda instância, resolvem as questões entre a Fazenda e os Contribuintes, originadas de interpretação de lei, de cobrança de impostos, taxas e emolumentos, e de infração ou de dívida fiscal:
1.
 2.
 3.
- A inscrição da dívida pública da União compete no Distrito Federal, à nos Estados, às
- O direito de pleitear, na esfera administrativa, o cancelamento de pena de suspensão prescreve em dias.

*
* *

MATEMÁTICA

Resolver as questões colocando as respostas nos respectivos lugares. Não serão aceitas rasuras ou emendas.

$$— \frac{1}{3} \div 2,5433... \times \frac{769}{50} =$$

$$— \frac{2}{5} + \frac{3}{7} \times \frac{21}{9} \div 0,02 - 0,01 =$$

— Completar :

0,309 a = dm² = m²
 30,5 hg = t = g
 20,32 dal. = m³ = cl
 450,5 hm = m = km

- A quantia de Cr\$ 1.500,00 colocada num Banco sob a taxa de 6% a.a. durante 12 anos, rende o mesmo juro que Cr\$ 1.800,00 colocado durante 5 anos, sob a taxa de % a.a.

- Sob a taxa de 4% a.a. um capital duplica de valor no fim de anos. cid
- Na fórmula dos juros, $j = \frac{\text{cid}}{36000}$, se o denominador

fôr um múltiplo da taxa, poderemos reduzi-la à seguinte:

$$j = \frac{\text{cd}}{D}, \text{ em que } D \text{ é um } \dots\dots\dots$$

e o produto cd toma o nome de

— Completar :

$$\text{Se efetuarmos a operação } \frac{\text{nit}}{100} - \frac{\text{ait}}{100} \text{ sendo } n \text{ o valor}$$

nominal de uma letra, a o valor atual, i a taxa e t o tempo, encontraremos, na resposta, uma quantia que é igual ao juro do

$$\text{Notas : } \frac{\text{ait}}{100} = \text{ fórmula do desconto por } \dots\dots\dots$$

$$\frac{\text{nit}}{100} = \text{ fórmula do desconto por } \dots\dots\dots$$

- Um comerciante deve pagar Cr\$ 1.500,00 no fim de 65 dias, Cr\$ 1.800,00 no fim de 25 dias e Cr\$ 800,00 no fim de 80 dias. Saldando tudo no fim de 48 dias, sob a taxa de 6% a.a., deverá pagar Cr\$
- Sacando-se sobre Londres 14£ 14 sh ao câmbio de 12 1/4 e 1.500 frs. sobre Paris ao câmbio de 778, gastar-se-ão Cr\$
- Dividir 2500 em partes diretamente proporcionais a 2, 4 e 15 e, ao mesmo tempo, inversamente propor-

$$\text{cionais a } \frac{1}{4}, \frac{1}{3} \text{ e } 3.$$

Resposta : e
 * *
 *

PORTUGUÊS

Na qualidade de Inspetor Fiscal no Estado de Mato Grosso, o candidato vai redigir um ofício ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, sugerindo a criação, no município de Campo Belo, de uma coletoria das rendas federais. Justificar a necessidade da medida à vista das condições econômicas do município, da comodidade dos contribuintes locais e do interesse da Fazenda Nacional.

Observações :

- a) Tratamento : V.S.^a
- b) Extensão : 20 a 30 linhas.
- c) Não assine seu nome nem cite qualquer nome suposto.
- d) Faça apenas o contexto do ofício utilizando a folha de papel almaço.
- e) O fecho do ofício deverá ser o seguinte :

Atenciosas saudações
 Luiz de Sousa
 Inspetor Fiscal

*
* *

GEOGRAFIA

Para cada uma das questões que se seguem são sugeridas várias respostas. Leia, atentamente, cada questão e

as respostas sugeridas. Depois, assinale com uma cruz a resposta ou respostas certas.

As mais importantes jazidas de ferro do Brasil estão situadas:

- () no maciço Central () na serra do Mar
() na serra Geral () no maciço das Guianas
() na serra do Espinhaço () no maciço Nortista
- Em Minas Gerais, a região que mais se destaca pela cultura de café é
- () o Triângulo Mineiro () o vale do Rio Doce
() A Zona Sul () o vale do S. Francisco
(x) a Zona da Mata () as encostas da Mantiqueira

— Das regiões enumeradas a seguir, a que apresenta grande importância na cultura de cacau é

- () o interior de Pernambuco
() o norte do Pará
() a região meridional do Espírito Santo
() o recôncavo baiano
() a faixa litorânea ao sul da baía de Todos os Santos
() o vale do S. Francisco

— Assinale as duas cidades da lista que se segue que constituem centros de importantes zonas de exploração de carvão

- () Bagé () São Fidélis
() Campinas () Lafaiete
(x) São Jerônimo (x) Tubarão
() Taubaté () Rezende

— Os dois Estados brasileiros que apresentam mais importantes reservas de manganês são:

- () Sta. Catarina () Minas Gerais
() Ceará () Alagoas
() Mato Grosso () Espírito Santo
() Pará () Rio de Janeiro

— Os três Estados de maior destaque na indústria açucareira são:

- () Pernambuco () Paraíba
() Minas Gerais () Bahia
() Alagoas () São Paulo
() Rio de Janeiro () Sergipe

— Há, a seguir, duas listas de Estados do Brasil. Assinale, na lista da esquerda, os Estados banhados por rios da bacia do Prata e, na lista da direita, os Estados banhados por rios da bacia do S. Francisco.

- () Rio de Janeiro () Amazonas
() Goiás () São Paulo
() São Paulo () Bahia
() Pernambuco () Rio de Janeiro
() Amazonas () Espírito Santo
() Bahia () Pará
() Minas Gerais () Maranhão
() Sta. Catarina () Sergipe
() Espírito Santo () Minas Gerais
() Sergipe () Pernambuco

Complete o sentido das frases que se seguem preenchendo as lacunas com as palavras ou expressões convenientes.

— Das regiões naturais do Brasil, a que apresenta área mais extensa é e a mais importante cidade dessa região é

— Das estradas de ferro que servem exclusivamente ao Estado de São Paulo a mais extensa e importante é

— Dos Estados do Brasil os dois que contribuem com maiores quantidades para o total da produção de arroz são e

— Na região sul do Brasil, o Estado mais importante na produção de mate é e, na região centro-oeste, o mais importante é

— A penetração por estrada de ferro no sul de Goiás é feita através de uma importante região do Estado de Essa região é denominada

— Os três Estados brasileiros que apresentam, de maneira mais característica, formação de lagoas costeiras, são : e

— Na produção de carnaúba, os dois Estados da União que mais se destacam são : e

— O Estado do Brasil que possui maior número de quilômetros,

- de vias fluviais é
— de vias férreas é
— de rodovias é

— A mais importante cidade

- da região norte é
— da região nordeste é
— da região leste é
— da região sul é
— da região centro-oeste é

— O Estado que possui maiores rebanhos em cada uma das 5 regiões naturais do Brasil, são (dê somente um em cada região):

- na região norte :
na região nordeste :
na região leste :
na região sul :
na região centro-oeste :

— Há, a seguir, uma relação de cidades precedidas de parênteses. Coloque dentro desses parênteses:

- o número 1, se a cidade for um porto de mar
— o número 2, se a cidade for um porto fluvial
— nada coloque dentro do parêntese se a cidade não se enquadrar em nenhum dos dois casos

- | | |
|--------------------|--------------------|
| () Pesequeira | () Aracaju |
| () Camocim | () Blumenau |
| () Barbacena | () Friburgo |
| () Vitória | () Florianópolis |
| () Belo Horizonte | () Porto Velho |
| () Pirapora | () Juazeiro |
| () Oeiras | () Porto Nacional |
| | () Curitiba |

— Coloque, dentro de cada parêntese, o número correspondente ao Estado mais importante para cada recurso econômico da lista à direita:

- | | |
|-----------------------|-----------------|
| 1 — Sta. Catarina | () laticínios |
| 2 — Paraíba | () trigo |
| 3 — Amazonas | () borracha |
| 4 — Paraná | () fumo |
| 5 — Minas Gerais | () algodão |
| 6 — Pará | () babaçu |
| 7 — São Paulo | () madeiras |
| 8 — Piauí | () gado bovino |
| 9 — Rio Grande do Sul | () gado ovino |
| 10 — Pernambuco | () vinho |
| 11 — Maranhão | |
| 12 — Bahia | |

— Observe a distribuição da frequência dada e, depois, complete os claros

Frequência		
32 — 35,999..	6	O intervalo de classe é.....
36 — 39,999..	—	O ponto médio da classe de
40 — 43,999..	15	freqüência nula é.....
44 — 47,999..	16	O limite inferior da classe
48 — 51,999..	2	em que está a mediana
52 — 55,999..	1	é.....

— Os dados que se seguem referem-se à arrecadação geral brasileira no 1.º semestre de 1942 (dados aproxima-

dos). Apresente-os, sob a forma de números índices, tomando por base o mês de março:

		N.ºs. índices
Janeiro	256.000.000 cruzeiros	—
Fevereiro	274.000.000 "	—
Março	313.580.000 "	—
Abril	256.600.000 "	—
Maió	302.300.000 "	—
Junho	296.000.000 "	—

— Se se apresentassem os dados da questão acima em um gráfico de setores, o setor correspondente ao mês de janeiro seria de graus.

Questões apresentadas na Prova de Habilitação para Fiscal da T.U.M. do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - P.H. 2.070

Publicamos, a seguir, as questões constantes da Prova de Legislação Trabalhista da prova de habilitação para Fiscal da T.U.M., do M.T.I.C.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

I — O candidato deve completar o claro pontilhado da questão com as palavras que considera adequadas ao sentido do texto.

1. Ao menor de é proibido o trabalho.
2. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de consecutivas para descanso.
3. Considera-se aprendiz o trabalhador menor de e maior de anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho.
4. Tratando-se de menores aprendizes poderão as Comissões fixar o seu salário até do salário mínimo normal da região, zona ou subzona.
5. Os bailarinos, músicos e artistas de teatros, circo e variedades têm direito à carteira profissional, desde que se estipule em mais de o prazo de contrato.
6. A falta de registro dos empregados ou infrações cometidas com relação ao mesmo sujeitarão os empregadores responsáveis à multa de a
7. Nenhum fiscal deverá exercer as atribuições do seu cargo sem exhibir a respectiva carteira de visada pela autoridade competente.
8. Para os efeitos da nacionalização do trabalho, a proporcionalidade será de de empregados brasileiros.
9. O direito a férias é adquirido após cada período de da vigência do contrato de trabalho.

10. O empregador que, tendo sido intimado, não comparecer para anotar a carteira de empregado seu, ou que tenham sido julgadas improcedentes suas alegações para recusa, ficará sujeito à multa de a
11. A duração normal de trabalho da mulher será de diárias, exceto nos casos para as quais foi fixada duração inferior.
12. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
13. Incorrerá na multa de cem a quinhentos cruzeiros aquele que mantiver em serviço, após de exercício, empregado sem carteira profissional ou prova de haver sido a mesma requerida.

II — O candidato deve assinalar com X a resposta "certa" ou "errada" que considerar adequada à questão.

Atenção: marcar uma só resposta para cada questão.

14. A carteira profissional é emitida no Distrito Federal pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio.
Certa. Errada.
15. A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de seis horas diárias ou de trinta e seis semanais.
Certa. Errada.
16. Verificando-se que as alegações feitas pelo reclamante, a propósito da falta ou recusa de anotações na carteira profissional pelo empregador, versam sobre a não existência da condição de empregado ou sendo impossível verificar essa condição pelos meios administrativos, será encaminhado o processo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do Departamento Nacional do Trabalho.
Certa. Errada.

17. Para os estabelecimentos de mais de dez empregados, será obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registros mecânicos, ou não, devendo ser assinalados os intervalos de repouso.
Certa. Errada.
18. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho de mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.
Certa. Errada.
19. Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e a organização, orientação e direção dêsse trabalho.
Certa. Errada.
20. O trabalho em domingo, seja total ou parcial, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade policial.
Certa. Errada.
21. O atestado médico de capacidade física e mental do menor deverá ser revalidado anualmente.
Certa. Errada.
22. Na importância anual da arrecadação do imposto sindical será deduzida, em favor das entidades sindicais de grau superior, a percentagem de 20%, cabendo 15% à federação coordenadora das categorias a que corresponderem os sindicatos e os restantes 5% à respectiva confederação.
Certa. Errada.
23. Nos estabelecimentos bancários, a duração normal de trabalho dos empregados, em serviços de portaria e de limpeza, é de seis horas contínuas, com exceção dos sábados, cuja duração é de três horas.
Certa. Errada.
24. A aplicação da multa eximirá o infrator das leis de proteção do trabalho da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.
Certa. Errada.
25. Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo empregador na carteira profissional do acidentado.
Certa. Errada.
26. O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$ em que a, b, c, d e e representem, respectivamente, alimentação, habitação, vestuário, educação e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.
Certa. Errada.
27. Não é lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários.
Certa. Errada.
28. Nos casos de dissídios na Justiça do Trabalho, entre o empregador e o empregado por motivos de salários, férias ou tempo de serviço, valerão especialmente de prova as informações contidas na declaração da lei dos dois terços.
Certa. Errada.
29. A interrupção da prestação de serviços, para que possa produzir efeito, deverá constar do Livro de registro de empregados.
Certa. Errada.
30. A renda proveniente das taxas apostas e emolumentos pagos para o registro de empregados deverá ser escriturada especificadamente em livro próprio, pelo Departamento Nacional do Trabalho.
Certa. Errada.
31. Quando o menor de 18 anos fôr empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
Certa. Errada.
32. A hora de trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.
Certa. Errada.
33. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
Certa. Errada.
34. Prescreve em dois anos a ação para reaver a diferença entre o salário inferior ao mínimo a que o trabalhador terá direito, contados, para cada pagamento, da data em que o mesmo tenha sido efetuado.
Certa. Errada.
35. É considerado como documento essencial ao comparecimento às concorrências públicas ou administrativas e para o fornecimento às repartições paraestatais ou autárquicas, a prova de quitação do respectivo imposto sindical e a do recolhimento do imposto sindical descontado dos respectivos empregados.
Certa. Errada.
36. De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho, e não havendo forma especial de processo, caberá recurso voluntário interposto pelo infrator, para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, salvo nos casos de competência do Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho.
Certa. Errada.
37. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencional seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.
Certa. Errada.
38. No caso de empregado diarista, o salário-hora normal será obtido dividindo-se o salário diário correspondente à duração normal do trabalho por 6.
Certa. Errada.
39. A concessão de auxílio-maternidade por parte da instituição de previdência social desonera o empregador da obrigação de pagar salários integrais à mulher durante o período de afastamento para efeito de gestação.
Certa. Errada.
40. Num mesmo estabelecimento de ensino, não poderá o professor dar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis intercaladas.
Certa. Errada.
41. Considera-se "extranumerário" o empregado não-efetivo candidato à efetivação, que se apresentar normalmente ao serviço ferroviário embora só trabalhe quando fôr necessário. O extranumerário só receberá os dias de trabalho efetivo.
Certa. Errada.
42. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativo ao mês de maio de cada ano o imposto sindical por estes devido aos respectivos sindicatos.
Certa. Errada.
43. Será de seis horas a duração de trabalho dos músicos em teatro e congêneres.
Certa. Errada.
44. O registro dos diretores-proprietários de jornais será feito, no Distrito Federal, e nos Estados, independentemente da apresentação da folha corrida.
Certa. Errada.
45. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos.
Certa. Errada.
46. Não se acham sujeitas às obrigações da proporcionalidade de dois terços de empregados brasileiros, as indústrias rurais, as que, em zona agrícola, se destinem ao beneficiamento ou transformação de produtos

da região e as atividades industriais de natureza extrativa, inclusive a mineração.

Certa. Errada.

47. Para os fins do trabalho noturno das mulheres, os salários serão acrescidos duma percentagem adicional de vinte e cinco por cento (25%) no mínimo.

Certa. Errada.

48. É devido o salário mínimo ao trabalhador em domicílio, considerado este como o executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunere.

Certa. Errada.

49. O salário-hora normal, no caso do empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração normal do trabalho por 30 vezes o número de horas dessa duração.

Certa. Errada.

50. No serviço ferroviário, considera-se de "prontidão" o empregado que ficar em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para serviço.

51. Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.

Certa. Errada.

52. Ao menor de 18 anos é permitido o trabalho noturno em teatros de revistas.

Certa. Errada.

53. Qualquer funcionário público federal, estadual ou municipal, ou representante legal de associação sindical, poderá comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as infrações às leis de proteção do trabalho que verificar.

Certa. Errada.

54. Considera-se caracterizado o acidente do trabalho quando seja ele a causa única e exclusiva da morte ou da perda ou da redução da capacidade do empregado, não sendo necessário que entre o evento e a morte ou incapacidade haja uma relação de causa e efeito.

Certa. Errada.

55. Em se tratando de profissão oficialmente regulamentada, será necessário na emissão da carteira profissional a prova de habilitação profissional do declarante.

56. Nas localidades em que não houver serviço médico oficial, a autorização necessária à prorrogação do trabalho normal da mulher será, para os efeitos legais, o atestado fornecido por médico particular em documento separado.

Certa. Errada.

57. No ato de admissão de qualquer empregado, dele não exigirá o empregador a apresentação de prova de quitação do imposto sindical.

Certa. Errada.

58. Em cada período de três horas consecutivas de trabalho em minas de subsolo, será obrigatória uma pausa de quinze minutos, a qual não será computada na duração normal de trabalho efetivo.

Certa. Errada.

59. Sem as certidões de quitação que comprovem a apresentação das relações anuais de empregados para efeito de nacionalização de trabalho, nenhum fornecimento ou contrato poderá ser feito com o Governo da União, dos Estados ou dos Municípios, ou com as instituições paraestatais a eles subordinados, mas o não cumprimento desta exigência não será motivo para não renovar autorização a empresa estrangeira para funcionar.

Certa. Errada.

60. O salário mínimo será fixado para cada região, zona ou subzona, de modo geral, ou segundo a densidade demográfica ou de acordo com a importância econômica, aferida pelo valor dos impostos federais, das respectivas regiões, zonas ou subzonas.

Certa. Errada.

61. O trabalhador a quem fôr pago salário inferior ao mínimo não tem direito, se ocorrer contrato ou con-

venção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região, zona ou subzona, em que tiver de ser cumprido.

Certa. Errada.

O candidato encontrará a seguir cinco soluções para cada questão apresentada. Deverá assinalar com uma cruz dentro dos respectivos parênteses apenas *aquela* que considera certa. *Atenção*: se assinalar mais de uma resposta, a questão será anulada.

1. Na emissão da carteira profissional, ao prestar declarações, o interessado pagará, em selo federal, a taxa de:

() cinco cruzeiros
() dez cruzeiros
() vinte cruzeiros
() quinze cruzeiros
() vinte e cinco cruzeiros.

2. Entende-se por incapacidade parcial e permanente, a redução da capacidade de trabalho:

() por um ano
() por dois anos
() por três anos
() por cinco anos
() por toda a vida

3. Equiparam-se aos brasileiros para os efeitos da proporcionalidade de dois terços de empregados, ressalvado o exercício de profissões reservadas aos brasileiros natos ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros:

() residentes no país há mais de cinco anos
() casados com mulher brasileira
() residentes no país há mais de dez anos, com cônjuge ou filho brasileiro
() casados que tenham filhos brasileiros
() residentes no país há mais de quinze anos, com filho brasileiro.

4. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior:

() a 5 quilos para o trabalho contínuo e 10 para o trabalho ocasional
() a 10 quilos para o trabalho contínuo e 15 para o trabalho ocasional
() a 15 quilos para o trabalho contínuo e 20 para o trabalho ocasional
() a 20 quilos para o trabalho contínuo e 25 para o trabalho ocasional
() a 25 quilos para o trabalho contínuo e 30 para o trabalho ocasional

5. Os preceitos da Lei de Acidentes de Trabalho aplicam-se:

() aos funcionários públicos civis da União
() aos extranumerários-mensalistas da União
() aos extranumerários-diaristas da União
() ao pessoal para obras da União
() aos extranumerários-mensalistas da União amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

6. Considera-se noturno o trabalho executado entre:

() às 20 horas de um dia e às 6 horas do dia seguinte
() às 22 horas de um dia e às 6 horas do dia seguinte
() às 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte
() às 21 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte
() às 21 horas de um dia e às 6 horas do dia seguinte

7. No acordo ou contrato coletivo de trabalho deverá constar obrigatoriamente a importância da remuneração da hora suplementar que será superior à da hora normal pelo menos:

() 5%

- () 10%
() 15%
() 20%
() 25%
8. O empregador que receber carteira profissional para anotar ficará sujeito à multa de duzentos a mil cruzeiros se a retiver por mais de:
() 24 horas
() 48 horas
() 72 horas
() 96 horas
() 120 horas
9. Quando se tratar da fixação do salário-mínimo dos trabalhadores ocupados em serviços insalubres, poderão as Comissões de Salário Mínimo em relação ao salário mínimo normal da região, zona ou subzona aumentá-lo até de:
() 20%
() 30%
() 50%
() 60%
() 75%
10. Dentro do prazo improrrogável de 15 dias, contados da decisão definitiva da Comissão de Salário Mínimo sobre a fixação do salário mínimo, cabe recurso para:
() o Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho
() o Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho
() o Presidente da República
() o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio
() o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social
11. As férias serão sempre concedidas de uma só vez:
() aos menores de 15 anos e maiores de 50 anos de idade
() aos menores de 16 anos e maiores de 50 anos de idade
() aos menores de 18 anos e maiores de 60 anos de idade
() aos menores de 18 anos e maiores de 50 anos de idade
() aos menores de 21 anos e maiores de 50 anos de idade
12. Os presidentes das Comissões ou Subcomissões de Salário Mínimo serão nomeados, em comissão, pelo:
() Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio
() Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho
() Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho
() Presidente da República
() Diretor-Geral do Departamento Nacional da Previdência Social.
13. O trabalho noturno terá um acréscimo sobre a hora diurna de, pelo menos:
() 10%
() 15%
() 20%
() 25%
() 30%
14. O salário mínimo pago em dinheiro não será em relação ao salário mínimo fixado para a região, zona ou subzona inferior a:
() 10%
() 20%
() 30%
() 40%
() 50%
15. O empregado que não estiver trabalhando no mês destinado ao desconto do imposto sindical será descontado:
() no último mês do ano respectivo
() no mês que solicitar, mediante requerimento
() no mês determinado pelo respectivo empregador
() no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho
() quando do recolhimento deste imposto, a ser feito no ano seguinte.
16. Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba habitualmente gorjetas ou gratificações de terceiros, o imposto sindical corresponderá a 1/25 da importância que tiver servido de base no mês de janeiro, para:
() o cálculo da folha de pagamento do empregado
() a mensalidade do empregado para o respectivo sindicato
() a contribuição do empregado ao respectivo Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões
() o salário registrado na carteira profissional
() o salário do empregado constante da lei dos dois terços
17. Percebendo a vítima de acidentes do trabalho o salário sob a forma de diária, o seu salário anual corresponderá a uma quantia equivalente a:
() 250 vezes a diária
() 300 vezes a diária
() 320 vezes a diária
() 350 vezes a diária
() 365 vezes a diária
18. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do:
() empregado
() do Governo
() do sindicato de empregos respectivo
() sindicato de empregador respectivo
() do empregador
19. As carteiras profissionais regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que não sejam exigidos:
() declarações da lei de dois terços
() certificação de quitação com serviço militar
() certidões de casamento
() carteira de identidade
() certidões de idade.
20. Cabe velar pela observância da legislação concernente ao salário mínimo ao:
() Departamento Nacional do Trabalho
() Serviço de Identificação Profissional
() Departamento Nacional de Indústria e Comércio
() Departamento Nacional da Previdência Social
() Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho
21. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta das Comissões de Salário Mínimo, e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, dividir uma região em duas ou mais zonas, desde que cada zona abranja, pelo menos:
() 100.000 habitantes
() 200.000 habitantes
() 300.000 habitantes
() 400.000 habitantes
() 500.000 habitantes
22. O quadro do horário do trabalho será discriminativo no caso de uma mesma seção ou turma:
() constar estrangeiro entre os empregados
() haver empregados não sindicalizados
() haver empregados menores
() de não ser o horário único para todos os empregados
() de ser habitual o trabalho noturno

23. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de:
- ☐ duas
 - ☐ quatro
 - ☐ seis
 - ☐ oito
 - ☐ dez
24. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo, para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de:
- ☐ quinze minutos
 - ☐ trinta minutos
 - ☐ quarenta e cinco minutos
 - ☐ sessenta minutos
 - ☐ noventa minutos
25. A duração normal do trabalho dos bancários ficará compreendida entre as sete e vinte horas, assegurando-se, no horário diário, um intervalo para alimentação de:
- ☐ dez minutos
 - ☐ quinze minutos
 - ☐ trinta minutos
 - ☐ quarenta e cinco minutos
 - ☐ sessenta minutos
26. O menor de 18 anos poderá trabalhar em cabarés e dancings, atendidas as exigências da lei, e mediante autorização:
- ☐ do Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho
 - ☐ do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio
 - ☐ do Delegado Distrital
 - ☐ do Juiz de Menores
 - ☐ do Chefe de Polícia.
27. As infrações dos dispositivos relacionados com o capítulo da Nacionalização do Trabalho serão punidas com a multa de:
- ☐ cinquenta a cinco mil cruzeiros
 - ☐ cinquenta a sete mil cruzeiros
 - ☐ cem a cinco mil cruzeiros
 - ☐ cem a sete mil cruzeiros
 - ☐ cem a dez mil cruzeiros
28. No serviço ferroviário, as horas excedentes das do horário normal de oito horas serão pagas como serviço extraordinário, de acordo com os seguintes acréscimos sobre o salário-hora normal:
- ☐ 5% para as duas primeiras horas, 10% para as duas subseqüentes e 20% para as restantes
 - ☐ 10% para as duas primeiras horas, 20% para as duas subseqüentes e 30% para as restantes
 - ☐ 20% para as duas primeiras horas, 30% para as duas subseqüentes e 40% para as restantes
 - ☐ 25% para as duas primeiras horas, 50% para as duas subseqüentes e 75% para as restantes
 - ☐ 30% para as duas primeiras horas, 60% para as duas subseqüentes e 90% para as restantes.
29. Os livros de registro de empregados serão rubricados e legalizados no Distrito Federal:
- ☐ pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho
 - ☐ pelo Tesouro Nacional
 - ☐ pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio
 - ☐ pela Delegacia do Trabalho Marítimo
 - ☐ pelo Departamento Nacional do Trabalho.
30. Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que fôr executado no período compreendido entre:
- ☐ às 20 horas e às 6 horas
 - ☐ às 20 horas e às 5 horas
 - ☐ às 21 horas e às 6 horas
 - ☐ às 22 horas e às 5 horas
 - ☐ às 22 horas e às 6 horas
31. O recolhimento do imposto sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que:
- ☐ apresentarem declarações das leis dos dois terços
 - ☐ forem avisados pelo Departamento Nacional do Trabalho
 - ☐ forem avisados pela Comissão de Fundo Sindical
 - ☐ requeiram às repartições o registro ou a licença para o seu funcionamento
 - ☐ recolherem o imposto sindical dos seus empregados.
32. Mulher nenhuma poderá ter o seu horário de trabalho prorrogado, sem que esteja para isso autorizada por atestado constante de sua carteira profissional passado:
- ☐ por médico particular
 - ☐ por médico oficial
 - ☐ pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho
 - ☐ por Inspetor do Trabalho
 - ☐ por Delegado Distrital.
33. Os prazos para defesa ou recurso por infração às leis de justiça ao trabalho poderão ser prorrogados, de acordo com o despacho expresso da autoridade competente quando o autuado:
- ☐ requerer a prorrogação ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio
 - ☐ fôr primário na transgressão dessas leis
 - ☐ fôr estrangeiro e protestar desconhecimento das leis
 - ☐ residir em localidade diversa daquela onde se achar essa autoridade
 - ☐ estiver quite com o pagamento do imposto sindical.
34. Quando da rescisão do contrato de trabalho, é vedado ao menor de 18 anos dar quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe fôr devida sem:
- ☐ assistência do representante sindical
 - ☐ assistência do fiscal do trabalho
 - ☐ assistência dos responsáveis legais
 - ☐ assistência do Diretor do Departamento Nacional do Trabalho
 - ☐ assistência do Juiz de Menores.
35. E' permitido o trabalho noturno entre às 22 e 5 horas do dia seguinte:
- ☐ às mulheres menores de dezoito anos empregadas em estabelecimentos comerciais em geral
 - ☐ às mulheres maiores de dezoito anos empregadas em serviços de enfermagem
 - ☐ às mulheres menores de dezoito anos empregadas em indústrias insalubres
 - ☐ às mulheres maiores de 18 anos empregadas em obras de construção pública ou particular
 - ☐ às mulheres menores de 18 anos empregadas em empresas de telefonia.

36. Em seguida a cada período de trabalho dos operadores cinematográficos haverá um intervalo de repouso no mínimo de:
- ☐ () oito horas
 - ☐ () nove horas
 - ☐ () dez horas
 - ☐ () onze horas
 - ☐ () doze horas
37. Membros brasileiros de congregação religiosa para o exercício remunerado do magistério em estabelecimentos particulares de ensino deverão apresentar para registro os seguintes documentos:
- ☐ () Certificado de habilitação, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde, fôlha corrida e carteira de identidade
 - ☐ () Carteira de identidade, fôlha corrida e atestado de que não sofre de doença contagiosa, expedido por autoridade sanitária competente
 - ☐ () Atestado passado por pessoa idônea de que não responde a processo nem sofre condenação por crime de natureza infamante, carteira de identidade e fôlha corrida
 - ☐ () Certificado de habilitação expedido pelo Ministro da Educação, carteira de identidade e atestado de que não sofre de doença contagiosa, passado por autoridade sanitária competente
- ☐ () Fôlha corrida, carteira profissional e carteira de identidade.
38. O trabalho no subsolo somente será permitido a homens com idade compreendida entre:
- ☐ () dezanove e quarenta anos
 - ☐ () vinte e cinquenta anos
 - ☐ () vinte e um e quarenta anos
 - ☐ () vinte e um e cinquenta anos
 - ☐ () vinte e quarenta e cinco anos.
39. Na emissão da carteira profissional, é concedida isenção de pagamento de taxa ou emolumento, provado o estado de pobreza, aos trabalhadores que estiverem desempregados e àqueles:
- ☐ () maiores de 50 anos de idade
 - ☐ () cuja remuneração não exceder a importância do salário mínimo
 - ☐ () com prole numerosa
 - ☐ () cuja remuneração não exceder o dobro do salário mínimo
 - ☐ () em gozo de estabilidade.

DOCUMENTÁRIO

II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

RELATÓRIO DO DIRETOR EXECUTIVO DO CONGRESSO

Aos Srs. Prefeitos e Vereadores do Brasil;
Ao Sr. Presidente da República;
Ao Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal);
Aos Srs. Governadores dos Estados e Territórios Federais;
Aos Srs. Presidentes das Assembléias Legislativas Estaduais;
Ao Diretor-Geral do D.A.S.P. e Administrador do Plano Salte;
À Comissão Executiva do II Congresso Nacional de Municípios;
À Associação Paulista de Municípios;
À Associação Brasileira de Municípios e Entidades Congêneres;
Ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal;
À Administração do Ponto IV, Washington;
Ao Congresso Pan-Americano de Municípios — Montevideu.

São Vicente, outubro de 1952

Nabor Rodrigues Manga, Diretor Executivo.

SUMÁRIO

I — Origens do Congresso de São Vicente. Razões de ser dos Congressos de Municípios. II — Composição, estrutura e funcionamento do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros. III — Análise e crítica das principais atividades. Experiência adquirida e lições para o III Congresso em Recife, 1954. IV — Desenvolvimento Geral dos Trabalhos nas Comissões Técnicas e no Plenário. V — Providências determinadas pela direção executiva. VI — Síntese dos resultados obtidos. Conclusões fundamentais.

I — ORIGENS DO CONGRESSO DE SÃO VICENTE

O Plenário do I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizado em abril de 1950, em Petrópolis, deliberou escolher São Vicente para sede do II Congresso, por motivos históricos.

É que a cidade de São Vicente é considerada pelos estudiosos da História do Brasil como célula-mãe das Municipalidades Brasileiras.

Coube, aliás, à própria Delegação da Câmara Municipal de São Vicente, então presidida pelo Sr. Antônio Bueno Capolupo, formular, com os vereadores Fernando Martins Lichti e Camilo Tadeu, o pedido oficial ao Plenário do I Congresso Nacional dos Municípios em Quitandinha, no sentido de ser levado a efeito, em São Vicente, o II Congresso.

As demais Delegações aprovaram a indicação por maioria de votos, apesar de outras cidades brasileiras, igualmente tradicionais, como Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Porto Alegre, para mencionar apenas algumas — disputarem a grande honra de acolher Delegados dos Municípios de todo o Brasil.

São Vicente se apresentava, realmente, como cenário ideal para o II Congresso pela sua excelente topografia, belas praias, ligação rápida com a grande Capital Paulista pela Via Anchieta, servida por hotéis de primeira ordem, e intimamente ligada à cidade e porto de Santos.

Por outro lado, com a realização do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, São Vicente, até então pouco conhecida dos demais brasileiros, aproveitou a oportunidade para uma divulgação excepcional de suas tradições e características.

Os milhares de Congressistas que compareceram ao grande Conclave jamais esquecerão os dias vividos na gloriosa terra de Martim Afonso.

Os Prefeitos e Vereadores de todo o Brasil resolveram ainda eleger o Prefeito de São Vicente, Dr. Charles Alexander de Souza Dantas Forbes, Presidente do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

RAZÕES DE SER DOS CONGRESSOS DE MUNICÍPIOS

É desnecessário salientar a importância básica dos Congressos de Municípios. Conforme já foi acentuado alhures, o I Congresso — levado a efeito em abril de 1950, em Petrópolis, constituiu excelente oportunidade para apresentação de teses, ensaios, monografias, estudos e contribuições diversas.

Todos os problemas que mais de perto interessam às municipalidades brasileiras foram, então, submetidos a um exame rigoroso e aprofundado, numa busca exaustiva de soluções práticas destinadas à melhoria das condições de vida das populações brasileiras, principalmente das massas rurais do país.

Prefeitos, Vereadores e estudiosos de todos os recantos do Brasil, durante 8 dias examinaram e discutiram os mais diversos assuntos num clima de respeito mútuo, de compreensão cívica e admirável educação política.

Para que se tenha uma idéia do que foi o grande certame de Petrópolis, basta dizer que em face do elevado número de delegações presentes, da diversidade de opiniões, do conflito de interesses e da variedade de partidos políticos representados, os responsáveis e os próprios Congressistas sentiram-se, de início, apreensivos, com os possíveis resultados do Conclave.

Estabelecera-se, desde o comêço, um clima de excessiva exaltação agravando o entrechoque de pontos de vista contraditórios e fazendo prever, mesmo, o fracasso da arrojada tentativa de reunir, pela primeira vez, os representantes autorizados de quase 2 mil municipalidades numa mesa-redonda de vastas proporções.

No entanto, houve uma conciliação geral e prevaleceram o espírito de harmonia, a cordialidade e bom senso característicos das autoridades municipais do Brasil.

Houve, em todos os momentos, a predominância absoluta dos interesses da Unidade Nacional sobre os interesses locais.

Assim, desde o I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, ficou patenteada a capacidade de autogoverno das Comunas Brasileiras, tôdas esclarecidas e irmanadas em torno de uma admirável *Carta de Declaração de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais*, em que se consubstanciam suas mais justas aspirações.

A *Carta dos Municípios* configura, de fato, uma nova mentalidade e demonstra o elevado nível de realismo político e maturidade a que chegaram os Vereadores e Prefeitos do Brasil.

Os observadores e estudiosos têm, aliás, insistido na observação de que a referida Carta já está imprimindo à administração municipal brasileira uma orientação objetiva, principalmente quando reafirma a necessidade do planejamento racional como fator de bem-estar, segurança e progresso geral, indispensável à melhor participação da administração local nas atividades econômicas, sociais e culturais desenvolvidas em benefício da comunidade.

Vale a pena acentuar, ainda, a importância do eloquente pronunciamento da *Carta* quando insiste nas vantagens da modernização e aperfeiçoamento da administração local, através de um planejamento adequado, tornando possível aos Municípios uma melhor utilização de seus recursos humanos, naturais e institucionais.

Por todos êsses motivos é que, na oportunidade da instalação do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, em São Vicente, tornou-se indispensável proceder a um reexame completo e amplo debate em torno das diretrizes básicas formuladas pela *Carta de Declaração de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais*.

O Congresso de São Vicente foi, evidentemente, a oportunidade ideal para um rigoroso ba-

lanço da situação, verificação das conquistas alcançadas, investigações do terreno conquistado, fixação das novas etapas a percorrer e promoção dos reajustamentos desejáveis.

O II Congresso constituiu, de fato, um passo decisivo no sentido da consolidação da vitória da causa municipalista, reunindo cerca de 2.500 Prefeitos e Vereadores em torno dos ideais de soerguimento político, econômico, financeiro e administrativo dos Municípios Brasileiros, já agora em bases mais sólidas e programas mais objetivos.

Milhares de Municipalistas acudiram ao apêlo da Comissão Executiva, comparecendo a São Vicente com o entusiasmo, espírito de colaboração e a capacidade realizadora que tão bem caracterizam os homens responsáveis pelo destino das nossas unidades de governo local.

Uma das razões da convocação do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros em São Vicente, estava, portanto, na conveniência de um profundo reexame da *Carta de Petrópolis*.

Reexame e atualização para melhor apreciação dos motivos pelos quais as diversas correntes partidárias se desinteressaram pelo importante documento, contribuindo, assim, para que a *Carta* deixasse de ser cumprida.

Além dos impositivos e mutações imprevistas da realidade brasileira, é preciso reconhecer que muita coisa deixou de ser feita por desarticulação entre os elementos responsáveis da Campanha Municipalista.

Por outro lado, a Associação Brasileira de Municípios, proclamada e reconhecida como órgão oficial das municipalidades — não pôde funcionar, satisfatoriamente, em virtude de falta de recursos financeiros e técnicos.

Cumprir, também, reconhecer que os Congressistas de 1950 se isolaram, perderam contato uns com os outros, regressaram aos respectivos Municípios, mergulhando-se num insulamento de consequências nefastas, em virtude da falta de objetividade do Congresso de Quitandinha.

O II Congresso demonstrou que urge reafirmar, corajosamente, os Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais; fazer pressão sobre o Congresso, os líderes políticos e altas autoridades responsáveis no sentido do exato cumprimento das resoluções e recomendações aprovadas, bem como intensificar, de agora em diante, os trabalhos de articulação e vigilância entre os Municipalistas. Vereadores e Prefeitos, a fim de que sejam realizadas as aspirações dos Municípios Brasileiros.

II — COMPOSIÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO II CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O ponto de partida para início das atividades do II Congresso foi a organização e composição das seguintes Comissões:

1. Comissão Organizadora;
2. Comissão Executiva e Direção Executiva do Congresso.

A estrutura e funcionamento dessas Comissões, pelas deficiências apresentadas, serão objeto de reparos nas páginas que se seguem.

COMISSÃO ORGANIZADORA

A Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros compunha-se, entre outros, dos seguintes elementos: Dr. René Pena Chaves — Presidente de Honra da Associação Brasileira de Municípios. Dr. Rafael Xavier — Presidente da Associação Brasileira de Municípios. Dr. José Cirilo — Presidente da Associação Paulista de Municípios. Dep. Nelson Omegna — Diretor Executivo da Associação Brasileira de Municípios. Antônio Lúcio — Conselheiro Fiscal — Santa Catarina. Oséas Martins — Conselheiro da Associação Brasileira de Municípios e pela Associação Amazonense de Municípios. Lauro Borba — Pela Associação Pernambucana de Municípios. Américo Barreira — Conselheiro da Associação Brasileira de Municípios e pela Associação Cearense de Municípios. Domingos Carmelino Caló — Prefeito Municipal de Ourinhos — São Paulo, a qual lançou um Manifesto aos Municípios Brasileiros convocando os Prefeitos e Vereadores de todo o país para participar do II Congresso de São Vicente, São Paulo, de 12 a 19 de outubro de 1952.

Esse Manifesto, elaborado pela Comissão Organizadora delegou, à Associação Paulista de Municípios, plenos poderes para que a referida entidade pudesse levar a bom termo os exaustivos trabalhos de organização e realização do Congresso de São Vicente.

O papel desempenhado pela Associação Paulista de Municípios foi de excepcional importância, tornando possível o êxito obtido pelo magno Conclave.

Na organização geral do Congresso, foi prevista a existência das Comissões já mencionadas: Comissão Organizadora e Comissão Executiva, seguindo-se uma tradição que a prática, todavia, não tem recomendado, aconselhando radicais modificações para o próximo Congresso de Recife.

COMISSÃO EXECUTIVA

Depois de haver recebido delegação expressa para organizar e realizar o Congresso, a Associação Paulista de Municípios designou uma Comissão Executiva, que ficou assim constituída:

Presidente — Dr. José Loureiro Júnior.

Vice-Presidente — Dr. José Cirilo.

Secretários — Dr. Damiano Gullo, Dr. Ruy Nogueira Martins.

Tesoureiro — Dr. Luís Lobo Neto.

Diretor Executivo — Nabor Rodrigues Manga.

Diretor de Propaganda — Stélio Machado Loureiro.

Cabe aqui uma referência especial à extraordinária capacidade e ao patriotismo do Dr. José Loureiro Júnior sem cujo prestígio e apoio talvez não se tivesse realizado o certame de São Vicente.

Nos momentos em que a Direção Executiva lutava com as maiores aperturas e dificuldades financeiras o Dr. José Loureiro Júnior, pessoalmente ou por intermédio de seu dinâmico Chefe de Gabinete e dedicado membro da Comissão Executiva Dr. Damiano Gullo tomou tôdas as providências necessárias ao completo êxito do Conclave.

DIREÇÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO

Imediatamente após haver assumido o cargo de Diretor Executivo, demos início ao exercício de nossas atribuições, não obstante as grandes dificuldades apresentadas tornando extremamente difícil o desempenho do honroso cargo que nos foi confiado.

Devemos especialmente mencionar dentre os principais obstáculos a escassez de tempo de que dispúnhamos.

Faltavam poucos meses para a realização do Congresso e tudo estava por fazer.

Era preciso, pois, não se desperdiçar um minuto sequer.

Todavia, a principal dificuldade com que tivemos de lutar foi a deficiência de recursos financeiros.

Não havia dinheiro em disponibilidade e, infelizmente, as contribuições dos Municípios, embora em número assaz reduzido, só muito mais tarde chegariam à Comissão.

Não fôra a subvenção do Governo de São Paulo e talvez o Congresso não tivesse atingido suas finalidades.

Neste particular merece destaque o apoio franco e decisivo do eminente municipalista Doutor Lucas Nogueira Garcez que compreendeu as elevadas e patrióticas finalidades do Congresso.

Também a localização da Secretaria do Congresso em São Vicente foi outro sério obstáculo a transpor, que nos abstemos de comentar.

Quando chegamos à Ilha Porchat tivemos que lutar, sem desfalecimento, para conseguir os recursos materiais indispensáveis à instalação e funcionamento dos órgãos da Secretaria.

Não obstante, atividades iniciais da Comissão Executiva foram levadas a bom termo.

Estabelecemos contato com todos os Prefeitos e Vereadores do Brasil e realizamos, sem quaisquer ônus para o Congresso, um amplo trabalho de propaganda.

Tivemos que despende um esforço sôbre-humano no campo das atividades preparatórias e principalmente durante a execução do Congresso. A experiência sobejamente demonstrou que semelhante trabalho deveria ser executado por um grupo eficiente, uma equipe bem aparelhada e não por um elemento apenas.

ATIVIDADES DA DIREÇÃO EXECUTIVA

Logo após a realização do II Congresso iniciamos com os Srs. Joaquim Neves Pereira e Araújo Cavalcanti, assessôres técnicos escolhidos

para ultimar os trabalhos, diversas providências dentre as quais merece especial menção o encaminhamento das conclusões às autoridades responsáveis em cada nível de governo ou esfera de competência.

Por ocasião do encerramento do Congresso de São Vicente fomos procurados pela imprensa que interrogou sobre as providências a serem tomadas. Declaramos então o seguinte:

"Decorridos oito dias do encerramento das atividades do Conclave de S. Vicente, quando ainda não retornaram aos respectivos Municípios cerca de duas mil e quinhentas autoridades municipais já se pode ter uma idéia concreta, sobre os resultados práticos do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros".

Intensas Atividades dos Assessores Técnicos na Ilha Porchat.

"Encontramo-nos ainda na ilha Porchat, com uma equipe de assessores técnicos examinando, tanto em extensão quanto em profundidade, os trabalhos levados a efeito com pertinácia e dedicação nos plenários das cinco Comissões Técnicas e no plenário geral".

Elaboração definitiva da Carta Municipalista de São Vicente.

"Ultimam-se as pesquisas e trabalhos relativos à elaboração definitiva da Carta Municipalista de São Vicente, que, desde já, podemos assegurar à opinião pública brasileira, será um documento de significação transcendental na evolução política do país, pela natureza, conteúdo objetivo e elevado sentido nacional dos seus postulados".

Alcançou êxito integral o II Congresso Municipalista.

"Os Prefeitos e Vereadores do Brasil estão de parabéns. Podemos afirmar que o II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros ultrapassou quaisquer expectativas, mesmo as mais otimistas".

Foi, expressão da palavra, um êxito integral, não só pelo número e valor das equipes e delegações presentes à Ilha Porchat, com aproximadamente 200 teses, como, também, pelo espírito prático das recomendações que foram apresentadas".

Exaustivo Trabalho de Seleção de Contribuições.

"O penoso trabalho de seleção das contribuições mais valiosas, está sendo feito para que, dentro em breve, sejam publicados os Anais do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, patriótico e objetivo retrato do Brasil à luz das indicações, debates, sugestões e pronunciamento dos Prefeitos e Vereadores, os quais se encontram, realmente, mais chegados às nossas realidades, sentindo com vigor o impacto dos problemas de âmbito local e nacional".

Organização Administrativa das Municipalidades e Planejamento Econômico.

"Estão nesse caso os pronunciamentos sobre organização agrária, racionalização da produção, bancos municipais, cooperativas, imigração e colonização, migrações internas e êxodo rural. Aliás, foi esse setor da economia municipal que recebeu maior número de contribuições dos congressistas, seguindo-se as questões relativas à organização administrativa das municipalidades, planejamento econômico, financeiro e social, urbanização e execução dos serviços locais, convênios e acordos interadministrativos, bem como os assuntos ligados à assistência social na multiplicidade dos seus aspectos".

Encaminhamento de todas as matérias aprovadas às diversas esferas administrativas.

"Já tomamos as seguintes providências, enquanto se ultimam os trabalhos:

a) separação da matéria aprovada pelo Congresso, a fim de ela ser encaminhada aos diversos órgãos e autoridades competentes;

b) expedição de ofícios, acompanhando conclusões e recomendações aprovadas, às seguintes autoridades:

- 1) Presidente da República;
- 2) Congresso Nacional: Presidente da Câmara e do Senado Federal;
- 3) Governadores de Estado e Presidentes de Assembléias Legislativas;
- 4) Diretor-Geral do D.A.S.P. e Administrador do Plano Salte;
- 5) Associação Brasileira de Municípios, Associação Paulista de Municípios e outras Associações congêneres;
- 6) Administração do Ponto IV e Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, naquilo que se refere aos aspectos de cooperação municipal interamericana;
- 7) Comissão Executiva do Congresso Pan-Americano de Municípios, em Montevideu;
- 8) Finalmente às próprias Prefeituras e Câmaras Municipais.

Efetivação, na prática, das Resoluções aprovadas pelo Congresso.

"Congratulamo-nos com os Prefeitos e Vereadores pelos auspiciosos resultados práticos que certamente advirão deste Congresso, e na qualidade de Diretor Executivo, confiante nas promessas dos responsáveis pelos destinos da Nação, afirmadas em discursos no Plenário de São Vicente, mantemo-nos vigilantes e a postos no sentido de que as resoluções aprovadas sejam transportadas dos textos para o plano das realizações concretas. Nestas condições, têm a palavra as autoridades nacionais acima referidas".

COMISSÃO TÉCNICA COORDENADORA

O Regimento do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros previa uma Comissão Técnica Coordenadora. A experiência obtida no I Congresso realizado em Petrópolis aconselhou a existência dessa Comissão.

Além de relatar e classificar as teses, segundo os itens do Temário, a Comissão Técnica Coordenadora deveria desempenhar mais as seguintes atribuições:

- Coordenar as atividades técnicas do Congresso.
- Acompanhar os trabalhos das demais Comissões, a fim de imprimir-lhes uniformidade.
- Estabelecer ligações entre as Comissões Técnicas e a Mesa do Congresso e a Direção Executiva.
- Prestar assistência técnica às diversas Comissões.

A ação da Comissão Técnica Coordenadora foi de modo geral satisfatória.

A prática, porém, revelou que, nos próximos Congressos, o campo de suas atividades deve ser ampliado e melhor definido.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA COORDENADORA

Presidente — Deputado Nelson Omegna.

Secretário-Geral — Antônio Lúcio.

Membros — Francisco Machado Vila, Yves Orlando Tito de Oliveira, Araújo Cavalcanti, Osório Nunes, Afonso

Almiro, José Ribamar de Carvalho, Luiz Gonzaga de Silos, Joaquim Neves Pereira, Gerson Augusto da Silva, Antônio Pezzolo, Francisco Burkinski, Marcos Mélega, Carlos Machado, Junqueira Ferraz, Antônio Bueno Capolupo, Osmar Cunha.

Coordenadores das Atividades do Congresso — Araújo Cavalcanti e Joaquim Neves Pereira.

Coordenadores dos Trabalhos das Comissões Técnicas — Osório Nunes, Francisco Burkinski e José Ribamar de Carvalho.

Elemento de Ligação entre as Comissões e a Mesa do Congresso — Manuel Diégues Júnior.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO GERAL DO II CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Com o início das atividades da Comissão Técnica Coordenadora entrou o II Congresso na fase principal de seus trabalhos.

Instalaram-se as 5 Comissões Técnicas previstas pelo Regimento, cada uma correspondente a um capítulo básico do Temário, como se vê a seguir:

COMISSÕES TÉCNICAS

1.^a Comissão Técnica

(Direito Municipal)

Legislação Tributária. O Ensino do Direito e da Ciência da Administração Municipal. Leis Orgânicas.

A Codificação como Meio de Eficiência Administrativa.

Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais.

Composição da 1.^a Comissão Técnica :

Presidente — Vereador Junqueira Ferraz — São Lourenço — Minas Gerais.

1.^o Vice-Presidente — Vereador João Batista Vizioli — Piracicaba — Estado de São Paulo.

2.^o Vice-Presidente — Prefeito Oscar Ribeiro Gonçalves — São Félix — Bahia.

1.^o Secretário — Vereador Luís Ribeiro do Vale — Campos do Jordão — São Paulo.

2.^o Secretário — Prefeito Antônio Augusto de Carvalho Neto — Guaratinguetá — São Paulo.

Relator-Geral — Afonso Almiro.

Assessores Técnicos — F. Pedro Monteiro da Silva e Luiz Gonzaga de Silos.

2.^a Comissão Técnica

(Economia Municipal)

Organização Agrária. Organização Racional da Produção. Escoamento da Produção. Armazéns Reguladores e Entrepósitos Agrícolas. Bancos Municipais. Cooperativas. Energia Elétrica. Imigração e Colonização. Migrações Internas. Êxodo Rural.

Composição da 2.^a Comissão Técnica:

Presidente — Vereador Carlos Machado — Catanduva — São Paulo.

1.^o Vice-Presidente — Antônio Galvão Cavalcânti.

2.^o Vice-Presidente — Vereador Luciano Magalhães, Ceará.

Secretário — Edival Lemos Santos.

Relator-Geral — Nélson de Assis.

3.^a Comissão Técnica

(Assistência Social)

Ensino Primário. Ensino Profissional Rural. Assistência Médica, Dentária e Farmacêutica. Habitações Populares.

Composição da 3.^a Comissão Técnica:

Presidente — Vereador Antônio Bueno Capolupo.

1.^o Vice-Presidente — João Batista Alves dos Reis — Belo Horizonte — Minas Gerais.

2.^o Vice-Presidente — Luiz Rogério — Bahia.

Secretário — Heitor Ritzel.

Relator-Geral — Vereador Beraldo Madeira da Silva — Vitória — Espírito Santo.

4.^a Comissão Técnica

(Planejamento Municipal)

Organização Administrativa. Planejamento Econômico, Financeiro e Social. Urbanismo. Planejamento e Execução de Serviços Públicos Municipais. Convênios e Acórdos Interadministrativos.

Composição da 4.^a Comissão Técnica:

Presidente — Osmar Cunha — Florianópolis — Santa Catarina.

1.^o Vice-Presidente — Erasto Gaertner — Curitiba — Paraná.

2.^o Vice-Presidente — Jorge Fialho — Ilhéus — Bahia.

Secretário — Vereador Nicolau Tuma — São Paulo.

Relator — Moacir Santana — Santa Maria — Rio G. do Sul.

Assessor Técnico — Araújo Cavalcanti — Técnico de Administração do Governo Federal.

Subcomissões Técnicas da 4.^a Comissão:

1.^a Organização Administrativa — Orlando Carielo, — Espírito Santo.

2.^a Planejamento Econômico, Financeiro e Social — Henrique Magalhães.

3.^a Urbanismo — Lincoln Continentino — Belo Horizonte.

4.^a Planejamento e Execução de Serviços Públicos Municipais — Lauro Borba — Recife.

5.^a Convênios e Acórdos Interadministrativos — João Botelho — Pará.

5.^a Comissão Técnica

(O Município e a Reforma Constitucional)

Composição da 5.^a Comissão Técnica:

Presidente — Vereador Marcos Mélega.

1.^o Vice-Presidente — Milton Menezes.

2.^o Vice-Presidente — Fiuza de Castro — Rio de Janeiro.

1.^o Secretário — João Bezerra.

2.^o Secretário — Vereador Messias Souza Costa.

Relatores — Carlos Grimaldi, José Cupertino de Almeida, Evaldo de Melo, Delorenzo Neto e Yves de Oliveira.

III — ANÁLISE E CRÍTICA DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES. EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA E LIÇÕES PARA O III CONGRESSO EM RECIFE, 1954

Nos termos do regimento aprovado para o II Congresso de São Vicente, a direção efetiva dos trabalhos coube a uma Mesa constituída por 1 Presidente, 4 Vice-Presidentes, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Secretários e 4 Suplentes de Secretários, todos escolhidos por eleição direta pelos Congressistas devidamente credenciados.

A Sessão Preparatória foi dirigida pelo Presidente do I Congresso em Petrópolis, deputado federal Nelson Omega.

A experiência tem demonstrado nos 2 Congressos Nacionais de Municípios já realizados que a Mesa deve ser integrada por elementos de grande capacidade de trabalho, experiência e cultura.

Uma Mesa capaz de se impor ao respeito de todos.

A eleição de elementos improvisados, à última hora, ou por pressão dos Delegados, não tem dado certo.

Uma Mesa fraca, ou omissa, gera o tumulto no seio do plenário e reduz a produtividade do trabalho.

Outra lição importante é que a cidade que fôr honrada como sede de um Congresso Nacional deve envidar esforços excepcionais para o êxito do Certame.

A responsabilidade local é imensa.

Cabe, portanto, ao governo e à população da cidade distinguida como sede de um Congresso Nacional de Municípios efetuar esforços suplementares e contribuir com maiores recursos.

A realização de um Congresso Nacional de Municípios, pela sua própria expressão, volume dos trabalhos preparatórios, responsabilidades de hospedagem das Delegações, transportes, serviços de secretaria e divulgação tende a se transformar em empreendimento de vulto, altamente especializado.

E' trabalho de grande envergadura, que exige meses de paciente e laboriosa preparação, despesas enormes.

A maior lição para o próximo Congresso de Recife, em 1954, está no fato de que os recursos financeiros e técnicos devem ser apreciáveis e postos, em sua totalidade, à disposição da Direção Executiva pelo menos 4 meses antes da realização do Conclave.

A composição e regime de funcionamento das diversas Comissões precisam ser radicalmente modificados no próximo Congresso, no interesse mesmo do rendimento final dos trabalhos.

E' forçoso reconhecer que tem havido tumulto desnecessário e funcionamento pouco satisfatório

das diversas Comissões, principalmente das Comissões Técnicas, cujos relatórios deixaram muito a desejar, sobrecarregando, desnecessariamente, a responsabilidade da Direção Executiva.

A Comissão de Redação Final, por exemplo, nem sequer foi instalada.

Todos esses fatores negativos levaram a Direção Executiva a convidar 2 Assessores Técnicos para realização das importantes tarefas posteriores de análise dos relatórios parciais das Comissões Técnicas, elaboração da *Carta Municipalista de São Vicente*, Organização dos Anais e outras providências essenciais e inevitáveis.

Diga-se de passagem que esse trabalho foi tremendamente dificultado pela escassez de dados e pela ausência de elementos informativos, que deixaram de ser colhidos pela Comissão de Redação Final.

O próprio Regimento do próximo Congresso dos Municípios Brasileiros, destinado ao estudo objetivo dos problemas municipais, deve sofrer radical modificação.

Do contrário, não serão obtidas diretrizes práticas e uniformes no encaminhamento e solução dos assuntos vinculados ao progresso dos Municípios.

A título de sugestão, somos de parecer que, desde já, seja constituída uma Comissão Técnica integrada pelos expoentes e líderes do Movimento Municipalista brasileiro, comissão essa devidamente articulada com a Direção Executiva, incumbida de reexaminar e incorporar ao Regimento do próximo Congresso de Recife tôdas as modificações sugeridas pela experiência de funcionamento da Direção Executiva nos Congressos anteriores.

Urge atualizar o Regimento e adaptá-lo às exigências das realidades e casos concretos.

São aconselháveis alterações básicas quanto à elaboração do Temário do próximo Congresso.

A Comissão Técnica que temos a honra de propor deve ser constituída com a maior brevidade a fim de, entre outros encargos, preparar questionários a serem enviados às Prefeituras de todo o Brasil recolhendo sugestões a respeito dos problemas e do Temário do próximo Congresso.

Em síntese, a própria realização do Congresso de São Vicente, com as dificuldades e obstáculos de toda ordem antepostos à atuação do Diretor Executivo, constitui uma lição fundamental para a realização do próximo Congresso em 1954, no Recife.

Lição que deve ser atentamente examinada de maneira que os trabalhos alcancem alto rendimento, sendo, desde já, aproveitada a experiência dos Congressos anteriores.

Neste sentido, já elementos responsáveis da A. B. M. julgam conveniente que a Direção Executiva do Congresso realizado em São Vicente prossiga nas suas atividades: articulação com mil, oitocentos e noventa e quatro Prefeitos e cerca de quinze mil Vereadores; providências de ordem administrativa relativas a transporte das delega-

ções de todos os Municípios do Brasil, o que significa um trabalho de grande vulto junto às companhias de navegação, estradas de ferro, empresas de transporte rodoviário e companhias de aviação; preparação de questionários, modelos e correspondência variada, isto é, serviços de secretaria que devem funcionar em caráter permanente; contatos pessoais entre o Diretor Executivo e as autoridades dos diversos níveis de governo — União, Estados e Municípios; instruções e providências básicas relativas à instalação e hospedagem de Congressistas.

Nada deve ser improvisado.

Tudo isto significa um trabalho de grande envergadura e de volume impressionante exigindo sacrifício, dedicação, tempo integral.

O GOVÊRNO FEDERAL E O II CONGRESSO

No plano federal um exemplo que deveria ser imitado pelos demais órgãos básicos do Governo da União, foi proporcionado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, dando apoio integral ao Congresso e contribuindo, de maneira eficiente, para o seu êxito indiscutível.

Com o objetivo de colaborar nos trabalhos do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros o D. A. S. P., além de dedicar o número especial de setembro da "Revista do Serviço Público" à discussão dos problemas dos municípios, editou o "Roteiro Bibliográfico para o Estudo da Administração Municipal" e o "Trabalho Integral de Estado-Maior Administrativo" contribuições de utilidade para os administradores realmente empenhados na obra de elevar ao mais alto nível a Técnica de Administração no âmbito das unidades de governo local.

Também o I. B. G. E. prosseguindo na sua tradição de prestigiar o Movimento Municipalista compareceu ao Congresso de São Vicente prestando-lhe valioso apoio moral e material.

Quanto às instituições privadas temos a satisfação de consignar a colaboração que foi prestada ao Congresso pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, bem como, pelo Sr. José Fracareli Sobrinho que cedeu o novo cassino da Ilha Porchat para a realização do Congresso e instalação da Direção Executiva.

IV — DESENVOLVIMENTO GERAL DOS TRABALHOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS E NO PLÊNÁRIO

Em virtude da escassez do tempo disponível para os trabalhos das Comissões Técnicas e do Plenário Geral, a que se deve acrescentar o grande número das teses apresentadas, procurou-se imprimir um ritmo mais rápido ao andamento geral do Congresso.

Vale a pena insistir no fato de que as Comissões Técnicas procuraram efetuar um exaustivo estudo dos problemas de governo local tendo em

vista, para cada caso, a solução mais conveniente; nas Comissões Técnicas operou-se, de forma positiva, o contato com a Comissão Técnica Coordenadora.

As teses, estudos, ensaios e monografias distribuídas constituíram a documentação especializada necessária à eficiência e rendimento das Comissões.

Reunindo as contribuições e resultados parciais das 5 Comissões Técnicas, a Comissão Central Coordenadora encontrou-se em condições de elaborar o quadro das Reivindicações Municipais, embora sem a precisão que se fazia mister.

A propósito do desenvolvimento dos trabalhos nas Comissões Técnicas e no Plenário, os jornais já publicaram inúmeras impressões refletindo os pontos de vista dos observadores mais autorizados de todo o Brasil.

Impressões sintomáticas que traduzem, de modo geral, o quadro da situação observada na Ilha Porchat e não convém repetir aqui.

Havia, aparentemente, uma grande confusão. Alguns observadores superficiais talvez se hajam surpreendido com o inevitável tumulto das sessões plenárias, o que, aliás, é próprio das Assembléias muito numerosas; é com a experiência destes primeiros Congressos que se obterão as normas para o funcionamento harmonioso e produtivo dos próximos conclaves, notadamente do III a ser realizado em Recife, em 1954.

Deve-se dizer a verdade: muitos Congressistas compareceram a São Vicente sem preparo suficiente para o estudo das teses em pauta.

Os participantes ativos dos debates, tanto do plenário como nas comissões, foram relativamente poucos.

Como escreveu "A Tribuna" de Santos (editorial de Luiz Carranca): "As sessões plenárias pretendiam realizar um trabalho muito acima da capacidade de homens normais. Não era possível discutir com proveito as conclusões de dezenas de teses e de numerosíssimas emendas em tempo tão restrito, com um plenário insuficientemente esclarecido para a matéria em debate. Mesmo os que vieram com o propósito de trabalhar esforçadamente não poderiam ter tido ocasião de se inteirar das justificações das inúmeras teses apresentadas. Deve-se levar em conta que homens fora do seu meio e a braços com uma diversidade enorme de problemas não tiveram tempo para a devida adaptação e só poderiam trabalhar com rendimento inferior ao normal. As teses discutidas no início das sessões eram debatidas com vivacidade. Para o fim, os últimos penitentes revelavam na face a angústia de quem está num velório lá pelas duas da madrugada. Estou quase certo de que os últimos que se surpreenderam na dolorosa contingência de fornecer número para o término das sessões, aprovaram as propostas da Mesa por falta de ânimo para rejeitá-las já que necessitavam de se pôr de pé".

De fato, a insuficiência de tempo estrangulou o funcionamento das Comissões Técnicas. Algumas Teses bastariam para ocupar a atenção de todo o Congresso enquanto grande número de contribuições deveriam ter sido repelidas sumariamente.

Aliás, a realização das Sessões em lugares muito separados — Clube Tumiaru e Ilha Porchat — contribuiu para prejudicar o rendimento do Congresso, a despeito da inevitabilidade dessa ocorrência pela falta de locais adequados em São Vicente.

Apesar de tudo, deve-se reconhecer a vantagem excepcional decorrente da reunião de homens de regiões tão diversas, contribuindo para enriquecer a experiência de cada um. Com vários dias de antecedência é que se deveria ter efetuado o exame geral das teses a serem apresentadas, possibilitando aos membros das Comissões Técnicas, antes de suas reuniões, o conhecimento metucioso das matérias a serem discutidas.

As sessões plenárias seriam, então, aliviadas dos assuntos secundários. Só deveriam ser julgados em sessões plenárias os grandes temas ou problemas básicos já esmiuçados nas Comissões.

A experiência do Congresso de São Vicente, será, de qualquer maneira, fundamental para o do Recife, em 1954.

Com o objetivo de contribuir para o maior rendimento dos trabalhos das Comissões Técnicas, designamos um grupo de assessôres para relatar as teses que se encontravam na Secretaria, trabalho importante que em muito auxiliou as Comissões Técnicas.

LEVANTAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES BÁSICAS

1.^a Comissão Técnica

(Direito Municipal)

Foram apresentadas nessa Comissão 64 Teses e Indicações diversas, algumas das quais rejeitadas ou encaminhadas a outras Comissões.

Coube à 1.^a Comissão Técnica examinar e aprovar a contribuição do Sr. Osório Nunes sobre a Carta dos Municípios, estabelecendo uma estruturação mais concisa no sentido de assegurar perenidade ao pensamento municipalista contido no seu texto, maior clareza e flexibilidade às recomendações de cada Congresso de Municípios as quais passariam a constituir uma "Declaração Adicional".

— A Arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações — Ruy do Vale Penteado — Prefeito Municipal de Guaratã.

— Legislação Tributária — Do Imposto pago pelas filiais cuja matriz esteja em outro Município — Nataniel Rubens Ribeiro Gonçalves — Município de São Félix — Estado da Bahia.

— Legislação Tributária — Entrave de Barreiras — Contribuição da Comissão Federal

de Abastecimento e Preços (COFAP) ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

— Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais — Vereador Álvaro Rondon Pontes — Aquidauana — Mato Grosso.

— Conferência Nacional de Política Financeira e Legislação Tributária — Antônio Pezzolo — Vereador da Câmara Municipal de Santo André.

— Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais — Erisio Fontes Cunha. Prefeito de Pôrto de Pedras — Alagoas.

— A Participação dos Municípios nas Rendas Públicas — Wilson Troncoso e outros Vereadores — Câmara Municipal de Birigui.

— Entrega aos Municípios da Cota do Fundo Rodoviário Nacional — Frederico Poy Filho — Prefeito Municipal de Piratuba — Estado de Santa Catarina.

— Unificação e Distribuição da Arrecadação Pública — Frederico Pardini — Delegação de Poços de Caldas.

— Cálculos sobre o Excesso de Arrecadação Estadual dos Municípios — Francisco de Paula Leite Nogueira — Prefeito Municipal de Rubiácea — Estado de São Paulo.

— Taxa de Turismo — José de Oliveira Costa, da Delegação de Petrópolis.

— Divisão Percentual das Rendas Brasileiras.

— Emancipação Tributária Municipal — Synésio Campos Xavier — Chefe do Departamento da Fazenda da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

— Artigo 20 da Constituição Federal — Deputado Milton Sales.

— Proposta de denominação para as Conclusões dos Congressos Nacionais de Municípios — Antônio Pezzolo — Vereador em Santo André.

— Sugestões para Elaboração da II Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais — Antônio Pezzolo — Vereador em Santo André.

— Reivindicações do Município de Santa Rosa do Viterbo — Estado de São Paulo — José Masson — Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Viterbo.

— Imposto de Vendas e Consignações — Incidência e Local de Recolhimento — Câmara Municipal de Viterbo.

— Necessidade Imperiosa e Urgente de se criar no País Mentalidade Cívica que se distinga por Alta Educação Política e Profundo Sentimento de Humanidade — Deputado Manoel Costa — Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

— Municipalismo — Dr. Osvaldo Faria — Prefeito Municipal de Mirandópolis — Estado de São Paulo.

— O projeto Aliomar Baleeiro e a Denominação da Cátedra de "Direito, Governo e Finanças Municipais" — Yves Orlando Tito de Oli-

veira — Representante da Associação de Municípios da Bahia.

— Criação da Cátedra do Direito Municipal — Diversos Vereadores e Prefeitos.

— Ajuda Financeira aos Municípios que são cortados por Estradas Federais — José de Oliveira Costa, da Delegação de Petrópolis — Estado do Rio.

— Associação Amazonense de Municípios — Francisco Chagas de Almeida — Prefeito Municipal de Benjamin Constant — Amazonas.

— Da Inconstitucionalidade do art. 34 da Constituição Estadual do Ceará, da Lei Estadual n.º 227, de 18 de julho de 1948 (Lei Orgânica dos Municípios) Câmara Municipal de Fortaleza.

— A. Delorenzo Neto e a Codificação Municipal Brasileira — Yves Orlando Tito de Oliveira — Representante da Associação dos Municípios da Bahia.

— Governo Rural — Deputado Federal Rui Ramos.

— A Nova Divisão Administrativa e Judiciária e seu Reflexo na Economia Nacional.

— Problemas do Município de Bôca do Acre — Danilo de Aguiar Corrêa — Amazonas.

— Da Descentralização dos Institutos de Aposentadoria e Pensões. — Cláudio Takeshita — Câmara Municipal de São Bernardo do Campo — Estado de São Paulo.

— Imunidade dos Vereadores — Sebastião Guanaes Simões — Diretor da Câmara Municipal de Garça — Estado de São Paulo.

— Tese sobre diversos assuntos de interesse Municipal — Câmara Municipal de São Vicente.

— Pagamento aos Municípios do Interior de dez por cento do Produto da Arrecadação dos Impostos de Consumo e de Importação e Afins, conforme pretende o projeto de lei n.º 656/51, subscrito pelos deputados federais Cunha Bueno e Nelson Omegna — Prefeitos e Vereadores da Zona Araraquarense — Estado de São Paulo.

— Direito Municipal — Prefeitura Municipal de Petrópolis — Estado do Rio.

— Associações Municipais — Federações Estaduais de Municípios — Confederação Nacional de Municípios. Cordolino José Ambrósio — Prefeito Municipal — Amil Alves — Secretário da Prefeitura.

— Da necessidade de se ampliar a Arrecadação Municipal — Vereador José Cupertino Leite de Almeida — Câmara Municipal de Vitória — Espírito Santo.

— O Município e a Reforma Constitucional — Da necessidade de se ampliar a arrecadação municipal — J. C. Leite de Almeida.

— Os Municípios do Médio São Francisco na Comunidade Nacional — Delegação do Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais — Médio São Francisco.

— Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais — Osório Nunes — Distrito Federal.

— Carta de New Orleans — Antonio Pezzolo — Santo André.

— Imposto de Transmissão de Propriedade nos Territórios — Prefeito do Amapá.

— Os Municípios em face dos descontos para o I.A.P.I. — Prefeitos e Presidente da Câmara de Timoneira e Colombo — Paraná e outros.

— O Dia do Município Americano — Antônio Pezzolo — Santo André.

— Sugestões para a Representação Brasileira ao II Congresso Interamericano de Municípios — Antônio Pezzolo — Santo André.

— Imposto de Licença e sua incidência — Gaspar de Mendonça — Maceió.

— Classificação Orçamentária da Despesa — Prefeitura de São Paulo.

— Problema da Energia Elétrica no Município — Piracicaba — Estado de São Paulo.

— Energia Elétrica — Laerte Michielin — Araras — Estado de São Paulo.

— Revogação do Decreto-lei n.º 8.207, de 27-11-45, revertendo para os Municípios os Bens oriundos de Herança Jacente.

— Assegurar aos Prefeitos o Direito de Escolher o Delegado de Polícia e Revisão da Discriminação de Renda. Associação Amazonense de Municípios.

— Aplicação dos Saldos das Caixas Econômicas — Câmara Municipal de Pirassununga — Estado de São Paulo.

— Associação Amazonense de Municípios — Município de Borba — Amazonas.

— Município de São Félix — Bahia.

— Associação Amazonense de Municípios — Município de Humaitá — Amazonas.

— Associação Amazonense de Municípios — Joaquim Paulino Gomes — Carauari — Amazonas.

— Receita de Combustíveis e Lubrificantes — Ruy do Vale Penteado — Guarantã.

— Imposto sobre Energia Elétrica — Campinas.

— Participação de 10% — Imposto Consumo.

— Tributação — José Masson — Santa Rosa do Viterbo.

— Denúncia dos Convênios Municipais — Marília — São Paulo.

— Denúncia dos Convênios — Birigui — São Paulo.

— Direito Municipal — S. Luiz do Quitunde.

— Tributação — Aristeu Cavalcanti.

— Limite de Receita para Criação de Municípios — General Salgado — São Paulo.

— A Comissão Representativa de Jundiá — Antônio de Pádua Nogueira de Sá — Jol Fuller — Joaquim Candelário de Freitas e Sebastião Graciano de Souza.

2.^a Comissão Técnica

(Economia Municipal)

A 2.^a Comissão Técnica foram apresentadas 78 teses sobre os seguintes assuntos do Temário:

- Mecanização da Lavoura — Matosinho de Oliveira Pinheiro.
- Organização Agrária — Luís Novais Tavares.
- Bancos, Companhias de Seguros, Loterias — Deputado Milton Sales.
- Economia Municipal — Benedito Santos.
- O Município e a sua Economia — Arthur Torres Filho.
- Organização Agrária — Diego Pires de Campos.
- Problemas da Alimentação — Reynaldo Machado.
- Auxílio Técnico à Agricultura e à Pecuária — Moyses Elias.
- Redução do Custo da Vida — Câmara de S. Rosa do Viterbo.
- O Problema do Algodão — Reynaldo Machado.
- Fazenda Modelo Municipal — José de Araújo Mendes.
- Problemas Agro-Social-Econômicos — Associação dos Amigos de Bebedouro.
- Reflorestamento — Francisco de Barros Pires.
- Organização Agrária e da Produção — Leônidas Barbosa Filho.
- Organização Agrária — Deputado Carlos Menezes.
- Memorial do Instituto do Açúcar e do Alcool — Indicação de Francisco de Barros Pires.
- Escoamento da Produção — Severino A. Teixeira.
- Escoamento da Produção — Luís Novais Tavares.
- Rêde de Frigoríficos — José de Oliveira Costa.
- Armazéns Frigoríficos — COFAP.
- Bancos dos Municípios — Antônio Dardis Neto.
- Êxodo Rural — Valter Pereira.
- Êxodo Rural — Américo Barreira.
- Êxodo Rural — José Porfírio.
- Êxodo Rural — Adeildo Nepomuceno Marques.
- Êxodo dos Nordestinos — Luís Ferraz de Sampaio.
- Sugestões sobre o êxodo rural — José Joaquim de Almeida.
- O Fenômeno do Êxodo Rural — Alfredo Bertoldo Klass.
- Arma contra o Êxodo Rural — Departamento de Assistência Técnica dos Municípios do Paraná.

Êxodo, Migrações e suas causas — Diego Pires de Campos.

— Fixação do Homem à terra — Antônio Teixeira Garrido.

— Aspectos do êxodo rural — Aurino Azevedo Teixeira.

— Assistência Sanitária Educativa — Frederico Paridini.

— Indicação — Prefeitura de Macapá.

— Indicação — Pref. de Guararapes.

— Indicação — J. Coriolano de Carvalho.

— Indicação — Prefeitura de Ponta Grossa.

— Indicação — Associação Amigos de Bebedouro.

— Indicação — Milton Sales.

— Palestras — Centro de Debates Culturais de Ribeirão Preto.

Êxodo Rural — Vereadores de Cachoeiro do Itapemirim.

— Planejamento Econômico, Financeiro e Social — Leônidas Barbosa Filho.

— Êxodo Rural — Joaquim Horácio Luís Pirauá.

— Organização Agrária e Êxodo Rural — João Carlos de Vasconcelos e Pedro Fabbri.

— Banco do Estado — José Patrício Franco.

— Organização do Crédito Municipal — Fernelon Silva.

— Bancos Rurais — José de Oliveira Costa.

— Dos Sistemas Bancários dos Municípios — Wilson da Silveira Soares.

— Taxa de Juros Bancários — Dr. Rubens do Amaral.

— Banco dos Municípios — Joel da Cunha Mendes.

— Bancos de Economia para os Municípios — Assis Reze.

— Estudos sobre a criação de Bancos Municipais — A. Silveira Brasi.

— Economia Municipal — José Patrício Franco.

— Indicação — Francisco de Barros Pires.

— Cooperativas Agrícolas — Eugênio Dias Xavier.

— O Cooperativismo como Fonte de Desenvolvimento do Município — Deputado Volney Colaço de Oliveira.

— Energia Elétrica — Laert Michielin.

— O Problema da Energia Elétrica — Reynaldo Machado.

— Energia Elétrica — Diego Pires de Campos.

— Energia Elétrica — José de Oliveira Costa.

— Indicação — Câmara de Penedo.

— Indicação — Antônio Delorenzo Neto.

— Indicação — Executivo e Legislativo de Iguçu.

— Indicação — Félix Araújo e Galvão Cavalcanti.

— Colonização e Imigração — Dr. Francisco Gomes de Matos Nogueira.

Êxodo Rural — Teófilo Ataíde Silveira.

— Êxodo Rural — José Alves Ferreira Aragão.

— Êxodo Rural — Joaquim Honório Lins.

— Êxodo Rural — Antônio Lúcio.

— Êxodo Rural — Orlando de Sousa.

— Êxodo Rural — Romildo Nunes.

3.^a Comissão Técnica

(Assistência Social)

A 3.^a Comissão Técnica, que teve a seu cargo assuntos de Assistência Social, discutiu todos os trabalhos que lhe foram encaminhados através de relatórios conclusivos apresentados pelas sub-comissões em que se distribuíram suas atividades.

As teses, indicações ou recomendações enviadas à 3.^a Comissão Técnica foram as seguintes:

— Instrução Primária — Severino Cunha Primo — Município de Paulista — Estado de Pernambuco.

— Descentralização do Ensino — Décio Duarte Ennes — Petrópolis — Estado do Rio.

— Plano para a ampliação e melhoria do Ensino Médio e Secundário — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

— Padronização do Ensino — Domingos Fuschini — Santos — São Paulo.

— Problemas do Ensino Primário Municipal — Nicolau Balazzi Barros — Foz do Iguaçu — Paraná.

— Ensino Primário Municipal — Câmara Municipal de Garça — Estado de São Paulo.

— Novas Diretrizes ao Ensino Primário — João Carlos de Azevedo Santos — Estado de São Paulo.

— Ensino Primário — Gasparino Rocha — São João Evangelista — Estado de Minas Gerais.

— Ensino Profissional e Cursos Normais Regionais — Arthur de Sá Ribeiro — Curitiba — Paraná.

— Gratuidade do Livro e do Material Didático — Gracita de Miranda — São Paulo.

— Ensino Emendativo dos Surdos-Mudos — Marijeso de Alencar Benevides — Rio de Janeiro.

— Criação do Salão de Arte — Waldemar Freire Veras — Guarulhos — São Paulo.

— Escola Rural do Município — José Steínio Lopes — Fortaleza.

— Ensino Primário Rural — José Porfírio — Garça.

— Amparo ao Homem Rural pelos Municípios, Estados e União — Samuel de Castro Neves — Piracicaba.

— Assistência Social no Município — Geraldo Barbosa do Carmo — Mandaguari — Paraná.

— O Município e a Previdência — Vereador José Paulino de Oliveira — Araras — Estado de São Paulo.

— A Esquistossomíase como problema e sua solução — João Carlos Azevedo — Santos.

— Saúde e Assistência — José Firmino da Veiga — Paulista — Pernambuco.

— Assistência à Maternidade pelo Município — José Araújo Mendes — Brotas — Estado de São Paulo.

— Assistência Médica, Dentária e Farmacêutica — Artur de Macedo França — Capela — Alagoas.

— Parque Sanatorial das Municipalidades — Câmara Municipal de Campos do Jordão.

— Assistência Médico-Dentária — Antônio Ferreira da Rocha — Rio Largo — Alagoas.

— Pôsto de Higiene e Saúde na zona rural — José de Oliveira Costa — Petrópolis — Rio.

— Aspectos Sanitários e de Assistência Médica itinerante aos Municípios Amazônicos — Oder Poggi de Figueiredo — Manacapuru — Amazonas.

— Aplicação do Fundo Sindical nos Municípios — José Holanda — São Caetano do Sul — São Paulo.

— Assistência Médica Rural — Rubens Spínola do Amaral — José Bonifácio — Estado de São Paulo.

— Alguns Aspectos dos Problemas das Malocas — Alfredo Augusto Holseister — Pôrto Alegre.

— Colaboração com os poderes públicos municipais no desenvolvimento da solidariedade municipal.

— Assistência Médica — Vinícius Montecourado Gomes — Eirunepé — Amazonas.

— Os Menores Abandonados — Álvaro Cardoso — Ribeirão Preto — Estado de São Paulo.

— Consórcio Intermunicipal para proteção aos menores abandonados — Roberto Andaló — Rio Preto — Estado de São Paulo.

— Realidade Sobre Previdência Social no Brasil — Fábio Marcondes Homem de Melo — Rio Preto — Estado de São Paulo.

— Assistência Social à Infância — Almerindo Francisco Mariani e outros — Jardinópolis.

— Direitos da Criança — Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto — Estado de São Paulo.

— Educação Rural e Cívica — Álvaro Cardoso — Ribeirão Preto.

— Assistência Social — Edson Pires — Teresina.

— Centros de Estudo de Habitação — Augusto L. Duprat — Rio de Janeiro.

— Habitações Populares — Saul Soares Avelar — Petrópolis — Estado do Rio.

— Problemas de Habitação Popular — Comissão Nacional de Bem-Estar Social.

— Serviço Social Rural — Rubens Assunção Miranda — Curitiba — Paraná.

— Saúde e Assistência ao Homem do Campo — Domingos Graciano — Guarulhos — São Paulo.

— Conceituação de benefícios de Ordem Rural — Ulisses Braga — Maceió — Alagoas.

— Conselhos Municipais de Assistência Social — Padre Urbano Galvão Dhône — Conceição do Coité — Bahia.

— Regulamentação da Prostituição — Assis Reze — Bauru — São Paulo.

— Indicações de Severino Benedito de Almeida — Cuiabá.

— Indicação — J. Coriolano de Carvalho — Marília.

— Indicação — José de Oliveira Costa — Petrópolis.

— Habitações Populares — Solução do Problema das Favelas com Construções de Habitações Populares — Berando Madeira da Silva — Vitória — Espírito Santo.

As subcomissões estudaram e emitiram parecer sobre os trabalhos apresentados.

Do exame e debate desses pareceres resultou a elaboração de uma série de conclusões sobre os diversos assuntos de competência da Comissão.

Várias emendas foram oferecidas pelos Congressistas no decorrer dos debates, umas aditivas, outras supressivas.

Só então é que foram encaminhadas ao Plenário-Geral do Congresso as conclusões relativas aos aspectos da Assistência Social, de maior interesse para os Municípios Brasileiros.

4.^a Comissão Técnica

(Planejamento Municipal)

Teses apresentadas:

À 1.^a Subcomissão — Organização Administrativa — 7 teses:

— “A Eliminação da Burocracia na Concessão de Empréstimos aos Municípios” — Salim Salomão — Município de Morro Agudo.

— “O Município na América” — Osório Nunes — Distrito Federal.

— “Podem os Municípios baixar os Estatutos dos seus Funcionários?” — Pedro Teodoro da Cunha — Câmara Municipal de Santos.

— “Os aspectos Econômico-Financeiros da Administração Municipal nos Municípios Brasileiros” — Agrício Silva, João Batista Fernandes e Joaquim Rocha Penteado, Técnicos de Administração do Instituto de Administração do Estado de São Paulo.

— “Prefeito e Administração” — Vereador Deoclécio Vieira de Araújo — Município de Viçosa.

— “Organização e Administração” — Orlando Cariello — Câmara Municipal de Vitória.

— “Padronização da Contabilidade Municipal” — Oliveira Souza Lima.

À 2.^a Subcomissão — Planejamento Econômico, Financeiro e Social.

— “A Despesa com o Funcionalismo Público Municipal deve ser reduzida ao máximo” — Câmara Municipal de Poá.

— “Plano para Fundação do Departamento Municipal de Assistência Rural” — Sebastião Souza Bueno — Município de Birigui.

— “Novos Rumos para uma nova política rural” — Oswaldo Gomes da Silva — Município de São Domingos do Prata.

— “Legislação Tributária — A execução do orçamento deve ser fiscalizada pelo Município” — José Francisco de Paula — Câmara Municipal de Vitória.

— “Orientação Racional da Administração Municipal” — Walter E. de Oliveira — Prefeito Sanitário de Atibaia.

À 3.^a Subcomissão — Urbanismo.

— “Construção de Estações Rodoviárias” — José de Oliveira Costa — Petrópolis — Estado do Rio.

— “Criação de Conselhos Municipais ou Regionais de Urbanismo — Caminho indicado para a Penetração da Civilização no Interior do País” — Moacir Santana — Santa Maria — Rio Grande do Sul.

— “Problemas de Urbanismo e Saneamento de Belo Horizonte” — Lincoln Continentino.

— “Administração Municipal e Urbanismo” — Planejamento — Diego Pires de Campos — São Vicente.

— “Nomes de Ruas e Praças e Estabelecimentos Públicos” — Coriolano de Carvalho — Marília — Estado de São Paulo.

— “Urbanismo e Arquitetura” — Vicente César Vieira.

— “Urbanização dos Morros da Cidade de Recife” — Hilo Lins e Silva.

— “Nossas Cataratas” — Nicolau B. Barros — Foz do Iguaçu.

— “Laboratório de Saneamento” — Lincoln Continentino.

— “Plano de Urbanização das Cidades Brasileiras” — Lincoln Continentino.

— “Revisão das Taxas de Águas e Esgotos cobradas pelos Municípios” — Lincoln Continentino.

À 4.^a Subcomissão — Planejamento e Execução de Serviços Públicos Municipais.

— “Departamento de Assistência Técnica aos Municípios” — José de Oliveira Press — Di-

retor-Geral do Departamento das Prefeituras Municipais — Pôrto Alegre — R.G. do Sul.

— “Plano Quadrienal de Assistência Obrigatória dos Municípios” — Estanislau Enfelt Júnior — Wilson Placco e Alfredo Martins dos Santos — Andradina.

— “Construção de Aeroportos pela Associação dos Poderes Públicos Administrativos” — Viana Filho e Herculano Bereta — Câmara Municipal de Votuporanga.

— “Organização de Empresas para Execução de Serviços Públicos” — Bilac Pinto — Pelo Congresso Sul Mineiro de Municípios.

— “Os Municípios do Médio São Francisco na Comunidade Nacional” — José Augusto Velloso — Prefeito de Coração de Jesus.

— “O problema da Divisão Territorial” — Jorge Zarur — Diretor da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia.

— “Serviço de Aferição de Pesos e Medidas nos Municípios” — Amilcar Gonçalves e Dirceu Gonçalves — São Vicente.

— “A Cooperação do Município na Solução do Problema Florestal” — João Gonçalves Carneiro, Roberto de Melo Alvarenga e Oswaldo Barbosa — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

— “Problemas Estruturais do Município” — Rômulo Almeida.

— “A Família Rural Brasileira e seus Problemas Peculiares” — Edy Costa Leite — S.A.P.S.

— “Comunicações e Transportes” — Orlando de Souza — Município de Pacaembu.

— “Relações entre o Município e o Estado, num verdadeiro Desenvolvimento das Estâncias Hidro-Minerais” — Antônio de Oliveira Fabrino — Lambari.

— “Alvenaria Poliédrica como solução para o problema da pavimentação de Logradouros” — Alberto Passos S. Thiago — Prefeitura de Belo Horizonte.

À 5.^a Subcomissão — Convênios e Acórdos Interadministrativos.

— “Defesa e Fomento da Produção Animal” — Frederico Poy Filho.

— “Associação Amazonense de Municípios” — Odorico Almeida Nunes — Itacoatiara.

— “Convênios e Acordos Inter-Municipais” — José de Oliveira Costa — Petrópolis.

— “Consórcio Inter-Municipal para Proteção dos Menores Abandonados” — Alberto Andaló — São Paulo.

— “Intervenção Temporária do Poder Concedente nos Serviços Públicos concedidos” — Martins Aranha — Pôrto Alegre.

— “Diversos Estudos, Planejamento Municipal, Turismo, Estâncias Hidro-Minerais, climáticas, balneárias ou sanitárias” — Orlando de Souza — Pacaembu.

— “O Entrosamento do Plano Rodoviário Municipal ao Plano Rodoviário Estadual” — Jayr Leal — Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Paraná.

— “O Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros no Município” — Roberto Brambila Demaria — Câmara Municipal de Serra Negra.

5.^a Comissão Técnica

(O Município e a Reforma Constitucional)

Foram distribuídas a esta Comissão as seguintes teses:

— A Autonomia Municipal e suas restrições — Vereador Mário Orestes Bruza — Capinzal — Santa Catarina.

— Regulamentação do art. 20 da Constituição Federal — Representação do Município de Santa Rosa do Viterbo — São Paulo.

— Reforma dos itens III e IV do art. 15 da Constituição Federal — Vereador Geraldo Costa — Manaus — Amazonas.

— Supressão dos parágrafos 1.^o e 2.^o do artigo 28 da Constituição Federal — Vereador Álvaro Rondon Pontes — Aquidauana — Mato Grosso.

— Defesa das Conquistas Municipalistas e Melhor Distribuição de Rendas — Vereador José Guimarães e Aniz Badra — Marília — São Paulo.

— Pagamento aos Municípios da Cota do art. 20 da Constituição Federal — Francisco Gomes de Matos Nogueira e Geraldo Barbosa do Carmo — Mandaguari — Paraná.

— Reforma do art. 15, parágrafo 4.^o da Constituição Federal — Geraldo Costa — Manaus — Amazonas.

— Imunidade aos Vereadores — Sebastião Guanaes Simões, Secretaria da Câmara Municipal — Garça, S. Paulo.

— Autonomia Política das Estâncias Hidro-minerais — Câmara Municipal de Campos do Jordão — São Paulo.

— Criação dos Estados Regionais e Revogação das Leis Orgânicas Municipais votadas pelas Assembléias Estaduais — Antônio Delorenzo Neto — São Paulo.

— Da necessidade de se ampliar a arrecadação municipal — Vereador José Cupertino de Almeida — Vitória — Espírito Santo.

— Os Municípios e o Desconto para o I. A. P. I. — Prefeituras e Câmaras Municipais de Timoneira, Colombo, Rio Grande do Sul, e Campo Largo — Paraná.

— O Município em Face do Estado e da União — Ernani Reichman — Paraná.

— Autonomia Política do Município e a Reforma Constitucional — Rodolfo Valle.

— O Município e a Reforma Constitucional — Orlando de Souza, Prefeito, Pacaembu — São Paulo.

— Os Prefeitos poderão candidatar-se para o período seguinte de sua administração — J. S. Bilharinho e Iguatimozzy de Souza — Uberaba — Minas Gerais.

V — PROVIDÊNCIAS DETERMINADAS PELA DIREÇÃO EXECUTIVA — SEPARAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DA MATÉRIA APROVADA

Conforme tivemos oportunidade de acentuar no início dêste Relatório, as principais finalidades dos Congressos Nacionais de Municípios podem ser assim sumariadas :

- 1) investigação, estudo e crítica dos problemas de governo local;
- 2) indicação, para cada caso, da solução mais adequada;
- 3) íntimo contato entre Prefeitos, Vereadores e estudiosos residentes nos mais variados pontos do país, o que permite salutar intercâmbio de informações e experiências;
- 4) constituição de vasta documentação especializada;
- 5) aprimoramento dos nossos costumes políticos;
- 6) conhecimento mais exato das realidades brasileiras.

No estágio atual do Movimento Municipalista, porém, devem ser os seguintes os objetivos precípuos dêsses conclaves :

- 1) formular, de maneira clara e objetiva, as reivindicações municipais, mais importantes;
- 2) encaminhar tais reivindicações às autoridades competentes para solucioná-las;
- 3) exercer contínua pressão sobre essas autoridades — para que atendam às solicitações dos Municípios.

Qualquer Congresso de Municípios que se descuidar dêsses aspectos deixará de atingir seus verdadeiros e reais objetivos. Eis porque, logo após o encerramento do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, mandamos separar toda a matéria aprovada, encaminhando-a aos órgãos e autoridades competentes para apreciar as reivindicações formuladas.

Esse trabalho já foi realizado, conforme se demonstrará a seguir.

REIVINDICAÇÕES APROVADAS PELO II CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Assunto de competência do Governo Federal (Poder Executivo):

1. Integral cumprimento do disposto na Constituição, relativamente à discriminação constitucional de rendas.
2. Transferência imediata, para a competência tributária dos Municípios, do Imposto Territorial Rural.
3. Destinação aos Municípios de 10% do Imposto de Consumo.
4. Entrega aos municípios de pelo menos metade da cota de 60% do Fundo Rodoviário Nacional que cabe aos Estados.

5. Atribuição de maiores subcotas, aos municípios, dentro da cota do Fundo Rodoviário Nacional entregue aos Estados.

6. Aplicação integral do disposto no artigo 20 da Constituição Federal.

7. Elaboração do Código Tributário Nacional, que deverá conter normas gerais a serem observadas e complementadas pelos três níveis de Governo, através da nítida delimitação dos campos de competência, nos moldes preconizados pelos trabalhos preparatórios da 2.^a Conferência Nacional de Legislação Tributária, cuja convocação imediata é recomendada.

8. Transferência para os municípios, do direito aos bens oriundos de heranças jacentes.

9. Apressamento da Reforma Agrária, que deverá realizar-se através da cooperação e do esforço conjugado dos três níveis de Governo.

10. Entendimentos com indústrias estrangeiras, para que instalem no país fábricas de tratores e demais instrumentos agrícolas.

11. Isenção de direitos e tributos, bem como concessão de facilidades de divisas para a importação de maquinarias, inseticidas e adubos.

12. Fornecimento de tratores e demais máquinas agrícolas às Prefeituras.

13. Estabelecimento, nas diversas zonas geoeconômicas do país, de escolas de tratoristas e de oficinas mecânicas especializadas na conservação de máquinas agrícolas.

14. Fixação em cada ano, antes do início da plantação de cada gênero, de um preço mínimo para todos os produtos da lavoura.

15. Distribuição de terras da faixa de fronteira em lotes coloniais, a serem entregues a brasileiros.

16. Distribuição em caráter definitivo, a lavradores da região, das terras que marginam os açudes públicos no polígono das sêcas.

17. Construção, em maior escala, de obras contra as sêcas.

18. Aplicação de pelo menos 1/3 da quantia prevista no artigo 198 da Constituição Federal, na instalação de colônias agrícolas no nordeste.

19. Funcionamento imediato do Banco do Nordeste, como meio subsidiário, capaz de facilitar a fixação do camponês no polígono das sêcas.

20. Expedição imediata de novo regulamento para a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, com o fim de atender às necessidades mínimas dos agricultores.

21. Concessão de financiamentos agrícolas e fornecimento de máquinas e instrumentos necessários às populações agrícolas do polígono das sêcas.

22. Transformação em serviço permanente, da atual Comissão de Abastecimento do Nordeste, com âmbito de ação sobre todos os Estados abrangidos pelo polígono das sêcas.

23. Criação de escolas rurais, com ensino especializado (agrotécnico, agrícola e de imigração), nos moldes das escolas já mantidas pelo Ministério da Agricultura.
24. Criação de escolas de capatazes rurais e de patronatos agrícolas para a formação de administradores de fazendas, agrícolas e de pecuária, bem como escolas rurais femininas para aprendizagem de letras, trabalhos manuais, pequenas indústrias caseiras, arte culinária, etc.
25. Estruturação de escolas primárias para as zonas rurais à base e regime de escolas de trabalho.
26. Classificação dos trabalhos rurais, a fim de que sejam melhor remunerados aqueles que exijam maiores esforços.
27. Adoção, no plano nacional de imigração e colonização, do critério de igualdade de tratamento para o imigrante nacional.
28. Contrôlê da industrialização e exportação da carne bovina, bem como ampliação dos plantéis, mediante a instalação de estações de monta.
29. Instalação de armazéns frigoríficos, bem como concessão de crédito aos Governos estaduais e municipais, para a execução dessas obras.
30. Concessão rápida de cartas-patentes destinadas a Bancos Municipais.
31. Inclusão, entre as finalidades das Caixas Econômicas, do auxílio aos municípios, estabelecendo-se, para aplicação em cada município, o mínimo de 40% dos depósitos ali feitos, e fixando-se juros máximos de 6% para os empréstimos às Prefeituras.
32. Concessão às cooperativas de crédito de benefícios de redesconto para financiamento da lavoura.
33. Criação de tiros de guerra nos municípios essencialmente agrícolas.
34. Elaboração de plano de reflorestamento obrigatório, à base de 10% da área de cada propriedade rural, cuja execução e fiscalização ficarão afetas aos municípios.
35. Intensificação ainda maior da fiscalização das florestas, a fim de evitar-se sua devastação.
36. Obrigatoriedade de instalação de conjuntos termelétricos para, nas épocas de estiagem, suplementarem as atividades das usinas hidrelétricas.
37. Constituição de sociedades de economia mista, com o fim de obter capitais para a exploração de energia elétrica.
38. Reexame do critério do custo histórico como base para fixação de tarifas, adotando-se o processo realista.
39. Facilidades para importação de equipamentos necessários à melhoria das instalações hidro ou termelétricas de todo o país.
40. Conclusão tão rápida quanto possível das obras da Cia. Hidrelétrica do São Francisco, bem como extensão de suas linhas de transmissão à região de Cariri, no Estado do Ceará.
41. Nos seus contratos com empresas redistribuidoras, a Hidrelétrica do São Francisco deverá incluir cláusula que garanta a uniformidade de preços, tanto para as Capitais, como para o interior.
42. Revogação do Decreto-lei n.º 5.764, de 19 de agosto de 1943, que dispõe sobre fornecimento de energia elétrica.
43. Atribuição aos municípios, de jurisdição exclusiva sobre linhas de ônibus intermunicipais.
44. Execução, pelos municípios, dos planos de ligações rodoviárias intermunicipais.
45. Recomendação para a urgente necessidade de drenagem dos rios.
46. Proibição do uso no transporte coletivo de veículos inadequados, ou que não ofereçam segurança e conforto aos passageiros.
47. Criação de uma rede de estações rodoviárias em grandes cidades servidas por estradas federais ou estaduais.
48. Criação, conjuntamente com os Estados e municípios, de aeroportos no maior número possível de cidades brasileiras.
49. Solicitação para que as instituições de previdência cumpram, integralmente, suas finalidades em todas as partes do país.
50. Determinação ao I.P.A.S.E. para que celebre convênio com os municípios que o desejarem.
51. Descentralização dos serviços das instituições de previdência, ficando as mesmas proibidas de conceder empréstimos a pessoas estranhas aos seus quadros de contribuintes.
52. As instituições de previdência devem criar cooperativas de consumo para atenderem às necessidades de seus associados.
53. Cumprimento do dispositivo legal que manda aplicar 50% da arrecadação das instituições de previdência nos locais em que a mesma se realizar.
54. Aplicação de parte do Imposto Sindical no local de arrecadação, em serviços de assistência médico-social dos trabalhadores.
55. Concessão, aos municípios, de 50% da importância proveniente do selo de Educação e Saúde, para aplicação em obras assistenciais.
56. Prestação de assistência técnica e orientação aos municípios no combate à tuberculose.
57. Criação de cursos médios em cidades com mais de 2.000 habitantes e concessão de bolsa de estudo a jovens capazes, residentes em cidades com menor número de habitantes.
58. Adoção de medidas destinadas a evitar as frequentes mudanças de livros didáticos, de modo a fixar-se o prazo mínimo de 3 (três) anos para o seu uso, mantendo-se, em cada escola, os mesmos livros para cada grau de ensino.

59. Criação de institutos de ensino emendativo para surdos-mudos e cegos, nas regiões do país onde houver maior número de pessoas portadoras de tais defeitos físicos.

60. Emprêgo de parte dos recursos destinados à educação na aquisição de livros e material didático, pelo menos nos cursos primários e secundários, distribuindo-se os mesmos gratuitamente a estudantes pobres.

61. Instituição de cursos intensivos e práticos de Administração Municipal, os quais devem também incluir noções de economia, geografia e história do município.

62. Apoio financeiro à realização de planos urbanísticos nas zonas de fronteira, transformando-as em centros de turismo, a exemplo do que ocorre com o município de Foz do Iguaçu.

63. Início imediato das obras e transferência da Capital da República para o planalto central goiano.

64. Extensão direta, aos municípios, dos acordos celebrados entre a União e o Estado.

ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL

(Câmara dos Deputados e
Senado Federal)

1. Regulamentação do artigo 20 da Constituição Federal, com o fim de evitar diversidade de critérios discriminatórios, injustiças fiscais e proteções nos pagamentos devidos, compreendendo principalmente o seguinte:

a) fixação de um conceito restritivo da expressão "rendas locais de qualquer natureza";

b) determinação do total de renda estadual atribuída a cada município, por meio de normas que definam os locais de arrecadação dos tributos indiretos;

c) estabelecimento de rigorosas sanções contra os Estados que se negarem a cumprir tal regulamentação.

2. Regulamentação do artigo 15, n.º III, parágrafo 2.º, da Constituição Federal, na parte referente a minérios e energia elétrica, com o fim de assegurar aos municípios, nos quais se realizar a extração de minérios ou consumo de energia elétrica, a participação mínima de 50% na arrecadação daqueles tributos.

3. Manifestar apoio ao projeto de lei ora em curso no Congresso Nacional, instituindo, nas universidades do país, uma cátedra de Direito e Ciência da Administração Municipal.

4. Elaboração de lei que assegure imunidades aos vereadores.

5. Apoio ao projeto de lei n.º 656-51, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o pagamento, aos Municípios do interior, do produto da

arrecadação dos impostos de consumo e importação.

6. Sugestões para a lei de reforma agrária:

a) constituição de pequenas propriedades agrícolas, em terras férteis, nas proximidades de centros consumidores e vias de transporte;

b) constituição de colônias agrícolas para a exploração coletiva de áreas cultivadas por processos técnicos;

c) simplificação do processo expropriatório.

7. Definição dos "benefícios de ordem rural", a que se refere o parágrafo 4.º do artigo 15 da Constituição Federal, dando-se, para tanto, andamento ao projeto de lei ora em curso na Câmara dos Deputados, no qual deverão ser devidamente considerados os termos do item VI da Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais.

8. Regulamentação do artigo 151 da Constituição Federal, com o fim de ficar assegurado aos poderes públicos estadual e municipal o direito de intervir nas empresas concessionárias de serviços públicos, sempre que houver descaso ou abandono, autorizando-se o poder concedente a suspender, temporariamente, a concessão, independentemente dos prazos e cláusulas contratuais.

9. Reforma do artigo 20 da Constituição Federal, de modo a permitir a participação das Capitais dos Estados nas percentagens nêlê previstas.

10. Reforma do artigo 19, item III da Constituição Federal, a fim de permitir-se ao Município a cobrança do imposto de transmissão de propriedades imobiliárias *inter-vivos* e sua incorporação ao capital das sociedades.

11. Exame da possibilidade de adoção de Estados Regionais, como base para a reorganização dos Municípios brasileiros.

12. Extensão a vereadores das prerrogativas de imunidade.

13. Adoção da seguinte emenda para o artigo 15, parágrafo IV, da Constituição Federal: "A União entregará aos Municípios, excluídos os das Capitais de renda superior a Cr\$ 200.000.000,00, 10% do total que arrecadar do imposto de que trata o item IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se pelo menos a metade da importância em benefícios de ordem rural".

14. Rejeição de quaisquer medidas tendentes a subtrair aos Municípios as vantagens até agora obtidas.

15. Reforma da Constituição, com o fim de obter-se uma discriminação mais justa das rendas públicas, de modo que possibilite ao Município prover por si mesmo as suas necessidades imediatas.

16. Reforma do artigo 15, item IV, da Constituição Federal, elevando-se para 20% a

cota do Impôsto de Renda atribuída aos Municípios.

17. Promulgação rápida do projeto de lei que regulamenta o artigo 15, item VI, parágrafo 2.º, da Constituição Federal.

18. Instituição de órgãos legislativos nos Municípios pertencentes aos Territórios Federais.

REIVINDICAÇÕES APROVADAS PELO II CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Assuntos de Competência dos Governos Estaduais

(Poder Executivo)

1. Criação de Comarcas em todos os municípios em que a arrecadação estadual atinja pelo menos 5 milhões de cruzeiros por ano.

2. Criação de órgãos que se incumbam da recuperação de menores abandonados.

3. Distribuição de terras devolutas estaduais dentro de um plano de cujo estudo participem os municípios interessados.

4. Criação, em cada Estado, de um departamento de assistência técnica aos Municípios, respeitado o princípio de autonomia municipal.

5. Organização de planos quadrienais de assistência aos municípios.

6. Aplicação integral do disposto no artigo 20 da Constituição Federal.

7. Decretação de novos e progressivos impostos sobre terras rurais não cultivadas, com exceção das áreas ocupadas por matas.

8. Conferir aos Prefeitos o direito de indicar os delegados de polícia que devam servir nos seus municípios.

9. Organização, com o auxílio da União e dos Municípios, de serviços volantes de cinema educativo e recreativo para a zona rural, bem como a criação de postos volantes de saúde, os quais visitarão as sedes distritais e os núcleos de regular densidade demográfica.

10. Estruturação de escolas primárias para as zonas rurais à base e regime de escolas de trabalho.

11. Adoção de medidas destinadas a evitar freqüentes mudanças de livros didáticos de modo a fixar-se o prazo mínimo de 3 anos para o seu uso, mantendo-se, em cada escola, os mesmos livros para cada grau de ensino.

12. As escolas primárias, sempre que possível, devem ser providas de professores primários selecionados através de concursos de provas e títulos.

13. Construção na medida do possível de grupos escolares dotados de instalação e equipamentos adequados.

14. Observância das seguintes normas na organização do ensino primário:

- a) curso com duração de 5 anos;
- b) efetivo máximo de 30 alunos por classe;
- c) evitar desdobramento de classes;
- d) período diário de 5 horas de trabalho.

15. Expedir nova regulamentação nas escolas, de modo que atenda aos professores nas suas licenças e remoções, sem prejuízo dos alunos e do ensino.

16. Reforma do Ensino Normal, para melhor atender à formação de professores, obedecidas as seguintes bases:

- a) exigência de exame de suficiência;
- b) criação de escolas normais regionais, com programas específicos, baseados na técnica, costume, produção e organização de trabalho da região;
- c) manutenção de cursos de extensão para professores primários;
- d) realização de exames vocacionais com o fim de preparar especialistas para as diversas funções de educar a criança;
- e) os períodos de férias das escolas isoladas deve atender às conveniências locais;
- f) criação do departamento de ensino normal rural, bem como de escolas normais rurais, que formem professores especializados;
- g) remuneração condigna ao professorado primário municipal;
- h) criação de serviços de assistência técnica educacional, com o fim de elevar o nível pedagógico do magistério primário municipal.

17. Instituição de um tipo de escola flexível (escolas móveis), destinada à alfabetização dos habitantes das zonas rurais.

18. Parte dos recursos destinados à educação deverá ser empregada na aquisição de livros e material didáticos, pelo menos nos cursos primários e secundários, distribuindo-se os mesmos gratuitamente aos alunos pobres.

19. Organização, em cada Estado, de um núcleo de formação de Técnicos de Administração Municipal, que se encarregue, também, de realizar estudos sobre medidas peculiares à Administração Municipal.

20. A legislação sobre a produção e o comércio de gêneros alimentícios, especialmente do leite e seus derivados, deve ser da competência dos poderes públicos municipais.

21. Instalação de postos sanitários nos pontos de partida, chegada e trânsito das correntes migratórias internas, a fim de prestar assistência aos emigrantes e imigrantes.

22. Manutenção, junto aos grupos escolares, de um serviço de assistência médico-dentária.

23. Manutenção, nas zonas rurais, de uma rede de centros sociais, postos de saúde e higiene, dotando-se os mesmos dos meios de transporte necessários à perfeita execução de suas finalidades.

24. Manutenção, em condições satisfatórias, de serviços regionais de combate à esquistossomiase.

25. Elaboração de planos de desenvolvimento racional de nossas estâncias hidrominerais.

26. Execução, pelos municípios, dos planos de ligações rodoviárias intermunicipais.

27. A legislação sobre o transporte de gêneros alimentícios deve ser da competência dos poderes públicos municipais.

28. Proibição do emprêgo, nos transportes coletivos, de veículos inadequados, ou que não ofereçam segurança e conforto aos passageiros.

29. Criação de uma rede de estações rodoviárias nas grandes cidades servidas por estradas federais e estaduais.

30. Criação, conjuntamente com a União e os municípios, de aeroportos no maior número possível de cidades brasileiras.

31. Entrosamento dos planos rodoviários dos Estados com os dos Municípios.

32. Atribuição de maiores cotas do Fundo Rodoviário Nacional aos municípios que não dispuserem de estradas federais ou estaduais.

33. Criação, em cada Estado, de um órgão que se dedique ao problema da habitação popular.

34. As concessões de terras devem obedecer a um plano elaborado e aprovado pelo Estado, no qual fique estabelecida a obrigatoriedade da colonização, bem como garantidos os direitos dos posseiros porventura existentes.

35. Extensão direta, aos municípios, dos acordos celebrados com a União.

36. Constituição de sociedades de economia mista para obtenção do capital necessário à exploração de energia elétrica.

37. É imprescindível que os Estados exerçam as atribuições previstas no art. 153 da Constituição Federal, na conformidade do disposto em seu § 3.º.

38. Designação de uma comissão de constitucionalistas, com o fim de elaborar o plano de criação dos governos rurais autônomos.

ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DOS ESTADOS

1. Adotar, na divisão administrativa dos Estados, critérios condizentes com a realidade nacional e regional, evitando-se a criação de novos Municípios sem capacidade econômica para tal.

2. Revogação das Leis Orgânicas, por serem desnecessárias e ferirem o princípio da autonomia municipal.

3. Revogação dos dispositivos das Constituições Estaduais, que permitem a nomeação de prefeitos para os Municípios das Capitais e para as estâncias hidrominerais naturais.

ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DOS GOVERNOS MUNICIPAIS

(Prefeitos e Câmaras de Vereadores)

1. Criação de Departamentos de Defesa Vegetal e Animal, bem como a instalação de colônias típicas, granjas ou fazendas-modelo municipais.

2. Realização de Congressos Regionais de Agricultores.

3. Aplicação da cota do Imposto de Renda, de acordo com o dispositivo constitucional, em empreendimentos de ordem rural, especialmente em rodovias.

4. Fomentar a criação de Bancos de Municípios, com o fim de se reterem no interior as fortunas ali geradas.

5. Instalação de cooperativas de crédito, consumo e distribuição, facilitando, por todos os meios disponíveis, o seu funcionamento.

6. Constituição de sociedades de economia mista para obtenção do capital necessário à exploração da energia elétrica.

7. Organização, com o auxílio da União e dos Estados, de serviços volantes de cinema educativo e recreativo para a zona rural, bem como criação de postos volantes de saúde, os quais visitarão as sedes distritais e núcleos de regular densidade demográfica.

8. Recuperação social do Colono, através de redes de hospitais regionais e postos agropecuários.

9. Organização de serviços de fiscalização de contratos de trabalho, de orientação e colocação de imigrantes nacionais.

10. Organização de serviços de assistência médica à família rural.

11. Delimitação, em cada Município, da zona destinada à criação, a fim de evitar-se a transformação de zona de lavoura em zona de pastagem, o que vem constituindo forte fator de êxodo rural.

12. Instalação, em cada Município, de um moinho de trigo a fim de incentivar a cultura doméstica, industrialização e consumo *in loco* desse cereal.

13. Instituição de um tipo de escola mais flexível (escolas móveis), para alfabetização dos habitantes das zonas rurais.

14. Criação de escolas típicas rurais, com sentido profissional, para adolescentes alfabetizados, destinadas a preparar o homem do campo para os encargos da mecanização da lavoura e da agricultura racional, aconselhando-se a celebração de convênios com os Estados para a disseminação dessas escolas e o planejamento de seus programas.

15. Os Municípios instalarão, sempre que possível, parques infantis em suas sedes, mantendo obrigatoriamente nos mesmos biblioteca infantil especializada.

16. Parte dos recursos destinados à educação deverá ser empregada na aquisição de livros e material didáticos, pelo menos nos cursos primários e secundários, distribuindo-se os mesmos gratuitamente a estudantes pobres.

17. Instalação de salões de arte, onde os artistas locais possam expor e vender suas produções.

18. Entrosamento com órgãos federais, estaduais e entidades autárquicas, objetivando resolver o problema da assistência social.

19. Extinção de favelas, mocambos e cortiços, como meio de combate à mortalidade infantil, à delinquência e ao analfabetismo.

20. Manutenção de estreita ligação com a Comissão Nacional do Bem-Estar Social, visando a solução de problemas comuns, principalmente:

a) criação de centros de estudo de habitação;

b) criação de Serviços Sociais urbanos e rurais;

c) fomento de cooperativas de crédito, de produção, de consumo, de habitação, etc.;

d) constituição de um fundo para fins de financiamento dos serviços sociais;

e) auxílio para construção de habitações urbanas e rurais próprias;

f) elaboração de planos urbanísticos;

g) estudo das condições sócio-econômicas do Município, para fins de planejamento.

21. Criação de Conselhos Municipais de Assistência Social, bem como convocação da Associação Brasileira de Municípios, Associações congêneres estaduais e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal para colaborar na execução dos planos de assistência social aos Municípios.

22. Concessão de bolsas de estudo para formação de enfermeiros especializados, os quais ficarão incumbidos de organizar e dirigir, onde não exista assistência médica, enfermarias-módelo, com salas destinadas a serviços de pronto socorro.

23. Criação do "sêlo da maternidade", que deverá incidir sobre entradas para divertimentos públicos, revertendo-se o seu produto em benefício da maternidade.

24. Manutenção de leitos-dias em sanatórios, para internamento de tuberculosos pobres.

25. Colaborar na moralização dos costumes, na profilaxia das doenças venéreas, bem como na recuperação da mulher prostituída.

26. Estudar a possibilidade de intensificar, mediante a adoção de meios adequados, o uso de calçados pelo trabalhador rural, solicitando, para esse fim, a cooperação dos Governos Federal e estaduais.

27. Criação de uma rede de estações rodoviárias em grandes cidades servidas por estradas federais ou estaduais.

28. Realização periódica de Congressos, conferências ou reuniões regionais de Municípios,

para o estudo e debate de problemas de interesse comum.

29. Reorganização geral e racional dos serviços públicos municipais, com o fim de aumentá-lhes a eficiência e rendimento.

30. Criação de serviços municipais de assistência rural.

31. Organização de cursos intensivos de administração municipal.

32. Criação de um órgão técnico, em cada Município, subordinado às Câmaras Municipais, com o fim de auxiliá-las a fiscalizar a execução orçamentária.

33. Criação de Conselhos Municipais de urbanismo.

34. Criação de laboratórios de saneamento nas cidades servidas por redes de água e esgoto.

35. Elaboração de plano-diretor para as cidades sede de Municípios.

36. Evitar-se a colocação de nomes de pessoas vivas em ruas, praças e estabelecimentos públicos.

37. Elaboração de planos racionais de aproveitamento das estâncias hidrominerais.

38. Ampla cooperação dos Municípios nos planos de assistência ao menor abandonado.

39. Entrosamento do plano rodoviário municipal com o estadual.

40. Recomenda-se aos Prefeitos e Vereadores que telegrafem ao Presidente da República e ao Congresso Nacional, solicitando o imediato início das obras de transferência da Capital da República para o Planalto Central Goiano.

Os assuntos atinentes ao Poder Executivo Federal foram encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República com o seguinte ofício:

São Paulo, dezembro de 1952.

Excelentíssimo Senhor

Doutor Getúlio Vargas

DD. Presidente da República

Palácio do Catete

RIO DE JANEIRO

O Segundo Congresso Nacional dos Municípios demonstrou que o municipalismo constitui movimento de extensão e profundidade apreciáveis na consciência brasileira, pelo número vultoso das adesões que recebeu, as centenas de teses debatidas e os milhares de congressistas participantes.

Marcou-o ímparmente, com um signo de esperança, a presença augusta de Vossa Excelência, a fortalecê-lo em sua repercussão, a prestigiá-lo em sua significância, a incutir-lhe, principalmente, os augúrios de um apoio decisivo em prol da concretização de suas idéias vencedoras, na esfera político-administrativa nacional.

É inegável o mérito e a força crescente que ressumbram dêsse entusiástico movimento, pelo qual se pretende, através do fortalecimento da iniciativa e da prosperidade municipal, incrementar e elevar o surto progressista da Nação.

O Segundo Congresso Nacional dos Municípios, revelando os problemas municipais e apontando as respectivas adequadas soluções, em função do maior desenvolvimento do Brasil, apela para Vossa Excelência no sentido de encarar a possibilidade de aceitar sua patriótica e ponderada contribuição, na obra de renovação nacional empreendida pelo Chefe do Governo da República, assim convertendo em realidade as idéias debatidas e aprovadas naquele memorável conclave.

Assim, e devidamente autorizados pela Mesa diretora do Congresso, temos a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os documentos anexos contendo as reivindicações que cêrca de 2.000 municípios brasileiros encaminham ao Chefe do Governo Nacional.

Confiados no alto descortino do preclaro Presidente da República e aguardando com fé o exame de seu apêlo, os municípios brasileiros apresentam a Vossa Excelência suas respeitadas saudações municipalistas.

Pela Comissão Executiva do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

José Loureiro Júnior, Presidente; *Nabor Rodrigues Manga*, Diretor Executivo.

As matérias da competência dos Governadores de Estado e Prefeitos Municipais foram encaminhadas a essas autoridades com o seguinte ofício:

“Como é do conhecimento de Vossa Excelência, realizou-se na cidade de São Vicente, de 12 a 19 de outubro próximo findo, o II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

Nesse grande conclave, que contou com a adesão de quase todos os Municípios do país, foram passados em revista, num exame de conjunto, os principais problemas cujas soluções interessam às administrações públicas locais.

O debate das teses conduziu a idéias positivas, que constituem já conquistas inestimáveis dos acurados estudos e pesquisas procedidos por municipalistas de todos os recantos dêste Estado e de outras unidades da Federação.

A Vossa Excelência ora são submetidos os resultados dos patrióticos esforços dessa numerosa e luzida plêiade, com o apêlo dos congressistas para que seja aceita essa útil contribuição pelo esclarecido Chefe do Governo de São Paulo.

Com êsse fim, esta Comissão Executiva, devidamente autorizada pela Mesa diretora do referido Congresso, tem a honra de encaminhar a Vossa Excelência os documentos anexos.”

Saudações municipalistas. — P/ Comissão Executiva do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros. — *José Loureiro Júnior*, Presidente. — *Nabor Rodrigues Manga*, Diretor Executivo.

Os assuntos de alçada do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais foram remetidos a essas entidades com o ofício abaixo:

“Como é do conhecimento de Vossa Excelência, realizou-se na Cidade de São Vicente, de 12 a 19 de outubro próximo findo, o II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

Nesse grande conclave, que contou com a adesão de quase todos os Municípios do país, foram passados em revista, num grande exame de conjunto, os principais problemas cuja solução se acha afeta às administrações municipais.

Congressos dessa natureza perderiam grande parte de sua significação se as conclusões a que se chegassem permanecessem na letra das atas, relatórios e anais.

Desejando, pois, colaborar para que as reivindicações formuladas através do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros sejam transplantadas para o plano das realizações práticas, esta Comissão Executiva, devidamente autorizada pela Mesa Diretora do Congresso, tem a honra de encaminhar a V. Ex.^a e demais membros dessa Casa a anexa relação de indicações aprovadas pelo plenário, solicitando a gentileza de suas providências no sentido de serem as mesmas devidamente apreciadas.

Saudações Municipalistas. Pela Comissão Executiva — *José Loureiro Júnior*, Presidente. — *Nabor Rodrigues Manga*, Diretor Executivo.

Ao Dr. Arízio de Viana, Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público que, além de comparecer ao Congresso, a êle dedicou, desde os primeiros momentos, apoio decidido e entusiástico, dirigimos o seguinte ofício:

“Nenhum órgão oficial compreendeu, melhor que o D.A.S.P., os elevados e nobres objetivos do Movimento Municipalista Brasileiro.

Os serviços prestados por êsse Departamento à causa dos Municípios são, hoje, inumeráveis.

Quando se deflagrou a nova Campanha Municipalista, em 1945, o D.A.S.P. procurou, desde logo, prestigiá-la, acolhendo e divulgando, através de sua “Revista do Serviço Público”, tôda colaboração oriunda dos responsáveis pela orientação geral do Movimento Municipalista, muitos dos quais destacados elementos de seu quadro de Técnicos.

Em 1950, ao ensejo da realização do I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, novamente o D.A.S.P. atendeu, com a maior solicitude, ao chamado das nossas Municipalidades, pon-do à disposição dos promotores do Congresso quatro dos seus elementos melhor qualificados.

Todavia a maior contribuição do D.A.S.P. verificou-se, agora, quando da realização, em São

Vicente, do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

Além do honroso comparecimento de Vossa Excelência, que pronunciou, aliás, uma conferência de repercussão nacional, e da cessão de dois técnicos (Srs. Araújo Cavalcanti e Joaquim Neves Pereira) para orientação técnica e coordenação das atividades do Congresso, o D.A.S.P. ainda enviou a São Vicente grande número de publicações de interesse para os Municípios, distribuindo-as, gratuitamente, aos Prefeitos e Vereadores presentes ao conclave. Dentre essas publicações, algumas merecem ser aqui mencionadas: Edição especial da "Revista do Serviço Público", contendo valiosa colaboração sobre problemas de administração local; — "Roteiro para o Estudo da Administração Municipal", com indicações bibliográficas e informações atualizadas de maior interesse para os estudiosos do assunto; — Indicador de endereços e telefones de todas as repartições oficiais sediadas na Capital da República; — e uma contribuição especial intitulada — "Trabalho Integral de Estado-Maior Administrativo", em que se estudam providências do maior alcance prático para a reforma das estruturas administrativas governamentais.

Os Municípios Brasileiros jamais poderiam, pois, olvidar a colaboração prestada pelo D.A.S.P. e, por isso mesmo, vêm, por nosso intermédio, manifestar a Vossa Excelência a sua profunda gratidão.

Prosseguindo na luta pelo reconhecimento de seus direitos e prerrogativas, os Municípios de todo o país esperam que o D.A.S.P. e o seu Diretor-Geral lhes continuem prestando sua indispensável colaboração. Assim, apelam para que Vossa Excelência, na qualidade de auxiliar direto do Sr. Presidente da República, interceda junto ao Chefe do Governo no sentido de que as reivindicações municipais sejam atendidas o mais rapidamente possível.

As Municipalidades do Brasil, solicitam, ainda a Vossa Excelência, o exame da possibilidade de criação, no plano SALTE, de um setor especial de investimentos destinados aos Municípios.

Na esperança de que estas reivindicações encontrem, da parte de Vossa Excelência, a melhor acolhida, temos a satisfação de renovar-lhe os sinceros agradecimentos dos Municípios Brasileiros".

Saudações Municipalistas. — Pela Comissão Executiva. — *José Loureiro Júnior*, Presidente. — *Nabor Rodrigues Mangá*, Diretor Executivo.

Também a Mr. J. Lyle Cunningham, Representante do Governo dos Estados Unidos da América do Norte para os assuntos de Administração do Ponto IV, enviamos o ofício abaixo, no qual solicitamos àquela autoridade, em nome dos Municípios Brasileiros, o cumprimento das promessas feitas em palestra pronunciada perante o plenário do Congresso:

"As declarações que Vossa Excelência formulou, em exposição feita perante os membros do II

Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, causaram a melhor impressão e o mais justificado entusiasmo.

Mereceu particular acolhida, por parte dos Prefeitos e Vereadores presentes ao Conclave, o capítulo referente à possibilidade da cooperação técnica e financeira do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, através do Ponto IV, na elaboração de um plano de treinamento de servidores municipais brasileiros.

Podemos garantir-lhe, Mr. Cunningham, que seu oferecimento veio ao encontro das aspirações gerais dos administradores municipais deste país.

Em abono do que afirmamos, citamos o fato, bastante auspicioso, de que diversas teses inscritas no II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros preconizam a instalação de cursos ou a concessão de bolsas de estudo.

Os Municípios Brasileiros aguardam, pois, com ansiedade, a execução do plano geral de treinamento a que Vossa Excelência se referiu, sugerindo que o mesmo abranja, nas suas linhas gerais, os seguintes pontos:

— Concessão de bolsas de estudo para aperfeiçoamento no exterior;

— Realização de cursos de Administração Municipal em todo o país, com a cooperação de professores norte-americanos, especializados na matéria;

— Concessão de auxílio financeiro aos Cursos de Administração Municipal porventura existentes no Brasil ou que já estejam devidamente planejados, em vias de instalação.

Certo de que Vossa Excelência envidará esforços no sentido da breve concretização dêsse importante plano, aproveitamos o ensejo para expressar-lhe a gratidão das municipalidades brasileiras".

Saudações Municipalistas. — Pela Comissão Executiva. — *José Loureiro Júnior*, Presidente. — *Nabor Rodrigues Mangá*, Diretor Executivo.

Como se vê, foram tomadas todas as providências necessárias para que as reivindicações dos Municípios Brasileiros, formuladas através do Congresso de São Vicente, sejam atendidas por quem de direito. Cabe, agora, aos Prefeitos e Vereadores de todo o país, bem como aos Municipalistas em geral, exercerem pressão para que os responsáveis pela solução de suas reivindicações cumpram o seu dever.

Nesse sentido, dirigimos aos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais o ofício que se segue:

"Como já tivemos oportunidade de salientar, no ofício com que encaminhamos a Vossa Excelência e demais membros dessa Casa a relação das matérias de competência das administrações locais, aprovadas pelo II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, conclaves dessa natureza

poucos resultados trariam ao Movimento Municipalista se as suas deliberações não fôsssem transplantadas do plano teórico para o terreno das realizações práticas.

Fiéis a essa orientação, logo após o encerramento das atividades propriamente ditas do Congresso, mandamos proceder a um levantamento geral das reivindicações aprovadas a fim de serem submetidas à apreciação dos órgãos e autoridades competentes para solucioná-las.

Feita a separação da matéria, foi a mesma encaminhada, conforme se verifica da documentação anexa, às autoridades a que se destinava, a saber:

- Presidente da República.
- Presidente do Senado Federal.
- Presidente da Câmara dos Deputados.
- Diretor-Geral do D.A.S.P. e Administrador do Plano SALTE.
- Governadores de Estados.
- Assembléias Legislativas dos Estados.
- Prefeitos Municipais.
- Câmaras de Vereadores.

Para que os Municípios vejam realizadas suas justas aspirações, é preciso, agora, que os Prefeitos, Vereadores e municipalistas de todo o país telegrafem ou escrevam a essas autoridades, solicitando a concretização dos benefícios pleiteados.

Na certeza de que Vossa Excelência acolherá esta sugestão, aproveitamos o ensejo para expressar-lhe saudações municipalistas”.

Pela Comissão Executiva. — *José Loureiro Júnior*, Presidente. — *Nabor Rodrigues Manga*, Diretor Executivo.

VI — SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Contribuindo para o maior êxito do II Congresso, o Presidente da República e o Governador do Estado de São Paulo levaram ao conhecimento dos Prefeitos e Vereadores reunidos em São Vicente algumas providências que terão, certamente, uma repercussão transcendental sobre os Municípios Brasileiros e suas populações.

O Presidente da República acentuou as intenções do Governo Federal no sentido de colaborar com os Municípios na solução dos graves problemas de instalação de serviços de águas nas respectivas sedes, mediante financiamento pelos estabelecimentos de crédito da República e prestação de assistência técnica pelos órgãos competentes.

Convém lembrar que mais de 1.500 Municípios carecem dêsse melhoramento básico, sem o qual estão severamente ameaçadas as respectivas populações, notadamente as mães e crianças.

E' bem verdade que alguns Municípios obtêm financiamento para tais serviços através das Caixas Econômicas, mas, ao que anuncia o Presidente da República, de agora em diante, a participação do Governo Federal será de grande envergadura.

Também o Governador Lucas Nogueira Garcez aludiu à próxima criação do Departamento de Assistência aos Municípios, destinado a dar ao Estado de São Paulo adequados instrumentos de cooperação com o Município, prestando-lhe assistência técnica, sem preocupações fiscalizadoras, rigorosamente respeitada a autonomia do Município.

Consoante as declarações do Governador de São Paulo não se trata de ressuscitar o Departamento das Municipalidades com as características que definiam organismos dêsse tipo na primeira fase de sua existência.

A autonomia municipal não se coaduna com entidades centralizadoras e fiscalizadoras. Entretanto, um Departamento das Municipalidades destinado a prestar assistência técnica efetiva e realmente ajudar os Municípios será da maior utilidade, principalmente para as Comunas de orçamentos reduzidos.

São Paulo, destarte, ofereceu aos seus Municípios uma colaboração governamental objetiva, sem, contudo, ferir-lhes a autonomia, estimulando o desenvolvimento das suas administrações e racionalização de seus serviços.

Esse será, outrossim, um bom exemplo para os demais Estados que ainda não cuidaram da prestação de assistência técnica adequada às necessidades dos Municípios.

As sugestões, recomendações ou propostas concretas formuladas pelo II Congresso dos Municípios a respeito de órgãos ou entidades nos moldes preconizados pelo Governador de São Paulo são claras e convincentes, revelando a receptividade dos Governos Locais para qualquer providência objetiva porventura tomada em seu benefício.

REFORMA DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS

Em março de 1945, a Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal da Junta Diretora do Congresso Interamericano de Municípios designou uma Comissão Nacional para organizar a Associação Brasileira de Municípios.

Dois meses após, isto é, em maio daquele ano, era instalada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Municípios, com amplo programa de propaganda e defesa das prerrogativas e direitos municipais.

Uma vez instalada, a A.B.M. deu início ao desempenho de suas atividades, restabelecendo, desde logo, a continuidade do pensamento municipalista brasileiro mais autêntico, isto é, aquele que veio de Tavares Bastos, no Império, através de Domingos Jaguaribe, Carneiro Maia e Rui Barbosa, até os nossos dias, com a figura singular de Rafael Xavier.

Rearticulando o Movimento Municipalista e orientando-o num sentido mais objetivo, a A.B.M. conseguiu, em 1946, uma grande vitória: a Constituição da República, então promulgada, consagrou algumas reivindicações pelas quais há muito se batiam alguns brasileiros ilustres.

Prosseguindo na sua jornada, a A.B.M. editou a "Revista Brasileira de Municípios", repositório de idéias e informações que, disseminadas por todo o país, contribuíram para a consolidação do pensamento municipalista.

O trabalho levado a efeito pela A.B.M. foi compreendido pelos Prefeitos e Vereadores do Brasil. Assim, no I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizado em Petrópolis, em 1950, a A.B.M. foi elevada à categoria de órgão oficial das Municipalidades de todo o país.

Feito este ligeiro relato sobre a fôlha de serviços prestados pela A.B.M. à Causa Municipalista, sentimo-nos à vontade para mencionar os motivos que levaram o II Congresso a reformar os seus Estatutos.

Como já tivemos oportunidade de salientar, o 1 Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros reconheceu a A.B.M. como órgão oficial das Municipalidades, conferindo-lhe, assim, plenos poderes para executar, em todo o país, o plano geral consubstanciado nas recomendações da Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais, elaborada em Petrópolis.

E que fez a A.B.M. para corresponder à confiança que nela depositaram cerca de 2.000 Municípios do Brasil? Quase nada. Esta, infelizmente, é a verdade.

E aqui cabe outra pergunta: Por que a A.B.M. deixou de cumprir a missão que lhe foi confiada?

A resposta exigiria longas considerações para a exata definição das responsabilidades, mas a principal foi o fato dos membros diretores da A.B.M., residentes em municípios distantes da sede, perderem contato com a Entidade, tão logo eleitos, desinteressando-se, por completo, de suas atividades.

A A.B.M. ficou, assim, praticamente acéfala, não obstante os esforços do Dr. Rafael Xavier para reintegrá-la na plenitude de suas funções.

Outro fato que influiu para que a A.B.M. nada fizesse de prático, no período de tempo decorrido entre os dois Congressos, foi, sem dúvida, a falta de apoio financeiro. Os Municípios Brasileiros, pela voz autorizada de seus representantes em Petrópolis, ao delegarem à A.B.M. tão amplas responsabilidades, comprometeram-se a contribuir, financeiramente, para que ela pudesse desincumbir-se de seus pesados encargos. Lamentavelmente, porém, poucos Municípios incluíram nos seus orçamentos dotações destinadas à A.B.M., impossibilitando-a, dessa forma, de tomar qualquer providência de cunho prático.

Por outro lado, a Associação Brasileira de Municípios, na qualidade de órgão de direção coletiva, não estava em condições de executar um plano de tão vastas proporções.

Os problemas da assistência aos Municípios, abrangendo questões altamente complexas e de natureza a mais diversa, exigem instalações adequadas, aparelhamento eficiente, pessoal especializado, organização racional, bem como decisões rápidas e oportunas.

Ora, um órgão de direção colegial, como a A.B.M., jamais poderia preencher esses requisitos.

Daí, haver o Congresso reformado seus Estatutos, para dar-lhe nova organização, mais consentânea com as exigências da técnica e da experiência adquirida nos seus 7 anos de funcionamento.

A A.B.M. passou a constituir uma espécie de Conselho Nacional, ficando, assim, incumbida de orientar, nas suas linhas mestras, a política municipalista e traçar as diretrizes gerais dos planos de assistência às municipalidades de todo o país.

Os encargos executivos foram confiados ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal, recentemente criado.

De acordo com a decisão do II Congresso, esse órgão funcionará anexo à A.B.M., como sua agência executiva.

A fim de que haja coesão no vitorioso movimento municipalista e possamos levar avante os propósitos de lutar pelos municípios, dirigimos sincero apelo à atual Diretoria da A.B.M. para que procure articular-se com as Associações de Municípios dos Estados, prestigiando-as em todas as suas iniciativas. Algumas dessas entidades, como a Associação Paulista de Municípios, por exemplo, vêm realizando, anônimamente, um grande trabalho em prol das nossas municipalidades.

É justo, pois, que os planos de assistência técnica elaborados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal sejam realizados, em cada Estado, com a indispensável colaboração da respectiva Associação de Municípios.

ALGUMAS CONCLUSÕES FUNDAMENTAIS

Os resultados do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros realizado em Petrópolis em 1950 estão consubstanciados, como todos sabem, na *Carta de Declaração de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais*. Esse é o documento básico cujos postulados configuram as aspirações e fundamentos da existência local: autonomia, cooperação administrativa intermunicipal, colaboração intergovernamental, combate ao êxodo rural, organização racional da produção, planejamento, turismo, assistência e previdência social às populações rurais, reivindicações tributárias — para mencionar, apenas, as que têm sido objeto de discussões mais freqüentes.

Decorridos, porém, 2 anos, sentiram os Municípios, em São Vicente, a necessidade de reexaminar o documento básico de Petrópolis à luz dos novos dados da realidade brasileira, tendo em vista, por outro lado, as perspectivas futuras.

Daí, a nova estrutura preconizada para a Carta, os impositivos decorrentes da conveniência de uma maior precisão, atualização que se fazia mister com referência a uma melhor definição de Princípios, conceituação de Direitos e formulação das Reivindicações.

Convinha, de fato, examinar os pontos fracos, as incongruências e redundâncias. Neste ponto fundamental, o II Congresso aprovou, por unanimidade, tanto nas Comissões Técnicas como nas grandes sessões do plenário geral, o anteprojeto da 1.^a Comissão Técnica.

Os Princípios estabelecidos pelo Congresso de Petrópolis são vigorosos e continuam de pé.

As experiências destes dois últimos anos serviram para mostrar a necessidade de uma grande vigilância no sentido de que os Direitos dos Municípios sejam enérgicamente resguardados.

A autonomia política, por exemplo, foi, até certo ponto, reconhecida (muito embora algumas leis orgânicas tenham chegado ao cúmulo de restringir prerrogativas outorgadas pela nossa Carta Magna) mas o cumprimento das disposições constitucionais que asseguram o exercício dessa autonomia não foi satisfatório.

Como salientou um estudioso da matéria, a entrega dos 10% do imposto de renda aos Municípios do interior ainda se realiza com muita lentidão por parte do Governo Federal; de vez em quando surgem protestos a tal respeito reclamando o integral cumprimento das disposições constitucionais.

A União deve dar exemplo aos Estados entregando, em tempo hábil, para incorporação ao orçamento dos Municípios a cota-parte que lhes deve, de acordo com a lei.

No que concerne ao excesso de 30%, cerca de 15 Estados já regulamentaram a matéria, vários mantêm cota no orçamento para entrega aos Municípios, outros regulamentam mas não estabelecem cota e outros, ainda, nem sequer cuidam de estabelecer sua posição legal diante do que manda a Constituição.

As Reivindicações dos Municípios, dois anos decorridos do Congresso de Petrópolis constituem o capítulo variável da *Carta*.

Muitas Câmaras foram renovadas, Prefeitos foram substituídos, alguns problemas foram solucionados, enquanto surgiram outros igualmente relevantes.

As Reivindicações podem ser resumidas em uma Declaração Adicional à *Carta*, alterada a critério de cada Congresso Nacional de Municípios. Enquanto isto, a *Carta* propriamente dita prosseguirá como documento permanente das idéias essenciais do Movimento Municipalista, documento a ser alterado somente em caso de extrema necessidade.

Os Municípios Brasileiros continuam reivindicando com energia o cumprimento integral da Carta Magna de 1946 no que se refere ao capítulo da discriminação de rendas.

Continuam, também, pleiteando, paralelamente aos novos recursos, a responsabilidade de maiores encargos.

A percepção de pelo menos 40% do total das rendas públicas arrecadadas no país é um dos objetivos essenciais do Movimento Municipalista.

Outra reivindicação generalizada é a execução de rigoroso levantamento da situação de cada Município.

O II Congresso Nacional constituiu, em São Vicente, um êxito memorável, uma etapa decisiva na marcha para o reerguimento econômico, financeiro, político, social e administrativo dos Municípios Brasileiros.

Seja-nos permitido, finalmente, ilustrar este modesto relatório com as palavras confortadoras do Exmo. Sr. Dr. Lucas Nogueira Garcez, eminente Governador de São Paulo, proferidas quando da visita que lhe fizemos, juntamente com o Sr. Prefeito de São Vicente, Dr. Charles de Souza Dantas Forbes, Presidente eleito do II Congresso Nacional de São Vicente, quando S. Ex.^a o Sr. Governador proclamou a grandiosidade do Congresso e a eficiência da sua organização, a despeito das críticas de alguns formuladas com o intuito exclusivo de publicidade...

Se o próximo Congresso de Recife, em 1954, continuar a tradição firmada em Petrópolis em 1950 e, em São Vicente, em 1952, estará plenamente consolidada a vitória da Campanha Municipalista.

Teremos, então, definitivamente, restaurados o prestígio, a prosperidade e o esplendor da vida local em nosso querido Brasil.

Formulamos os mais sinceros votos no sentido de que o próximo Congresso de Recife ultrapasse em eficiência os anteriores pela grandeza e bem-estar da Nação Brasileira.

E' com a mais grata satisfação que, ao encerrar este relatório, consignamos nossos agradecimentos aos Srs. Joaquim Neves Pereira e Araújo Cavalcanti, nossos ilustres e operosos Assessores Técnicos, cuja colaboração durante o Congresso e nos seus trabalhos finais, constituiu fator decisivo para o grandioso êxito do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

Publicações recebidas

Recebemos e agradecemos:

Principios de Derecho Internacional Justicialista — por Carlos Berraz Montyn — 1952 — Santa Fé.

Revista de Finanças Públicas — Conselho Técnico de Economia e Finanças — N.º 142 — outubro — 1952 — Rio.

Revista da Universidade Católica de São Paulo — Vol. II — Fasc. 4 — outubro de 1952 — Ano I — São Paulo.

Revista do IRB — Ano XIII — N.º 75 — outubro de 1952 — Rio.

State Service — The Journal of the Institution of Professional Civil Servants — Vol. XXXII — N.º 10 — october — 1952 — London.

Mensagem Econômica — Revista da Associação Comercial de Minas — setembro de 1952 — Minas Gerais.

Boletim da Santa Casa da Misericórdia de Santos — Ano IV — N.º 4 — julho-agosto-setembro de 1952 — Santos.

Notícias de Portugal — Ano VI — N.ºs. 286, 287, 289, 290, 291, 292 — Lisboa.

Boletim do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização — Ano IV — N.º 9 — setembro — 1951 — Rio.

Revista Brasileira de Odontologia — Ano X — N.º 58 — julho-agosto de 1952 — Rio.

Administração Pública — Ano IV — Vol. I — N.º VI — 1952 — Bahia.

Revista de La Facultad De Derecho Y Ciencias Sociales — Año III — N. 1 — enero de 1952 — Montevideo.

Boletim Linotípico — N.º 79 — 1952 — Nova York.

Revista Forense — Vol. 143 — Ano 49 — Fascículos 591 e 592 — setembro-outubro de 1952 — Rio.

IDORT — Revista de Organização Científica — N.º 250 — Ano XXI — outubro de 1952 — São Paulo.

Union Cultural Americana — Año XIII — N.º 11 — junio de 1952 — Buenos Aires.

Revista do Hospital das Clínicas — da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo — outubro de 1952 — Vol. VII — N.º 4 — São Paulo.

Revista Paulista de Contabilidade — Ano XXXI — N.ºs. 340-341 — outubro-novembro de 1952 — São Paulo.

Informativo SENAI — Ano VII — N.ºs. 80-81 — setembro-outubro de 1952 — São Paulo.

Legislação do Trabalho — Mensário Nacional de Legislação Social, Doutrina e Jurisprudência — Ano XVI — Vol. XVI — N.ºs. 185-186 — São Paulo.

Sanevia — N.º 12 — agosto — 1952 — Pôrto Alegre.

Aviação — Vol. XV — N.º 176 — setembro de 1952 — Rio.

A Capital — Ano XLII — N.º 3 — outubro-novembro de 1952 — São Paulo.

Boletim Informativo — agosto de 1952 — Bahia.

Nação Brasileira — Ano XXIX — N.º 352 — dezembro de 1952 — Rio.

Dinamarca — Separata de "Comércio Internacional" — julho de 1952 — Rio.

Jurisprudência e Doutrina — abril-maio-junho de 1952 — Fortaleza.

Revista da Faculdade de Direito — Vol. XLVI — 1951 — Universidade de São Paulo — São Paulo.

Saúde — Mensário do Serviço Nacional de Educação Sanitária — N.ºs. 57 a 60 — setembro a dezembro de 1952 — Rio.

Revista da Faculdade de Direito — outubro de 1952 — Universidade de Minas Gerais.

Revista Del Foro — Año XXXIX — N. 2 — mayo-agosto — 1952 — Ilustre Colegio de Abogados de Lima — Peru.

Boletim Paraguáio — Ano VII — N.ºs. 60-61 — outubro e novembro de 1952 — Montevideu.

Boletim Brasileño — N.ºs. 27 e 28 — noviembre e diciembre de 1952 — Asuncion — Paraguay.

Bibliografía Bibliotecológica Dominicana — 1930 — mayo — 1952 — Ciudad Trujillo.

Boletim da Associação Comercial do Maranhão — Ano IV — N.ºs. 40 e 41 — julho e agosto de 1952 — São Luís.

Revista dos Tribunaes — Vol. 46 — N.º 2 — setembro e outubro de 1952 — Bahia.

Revista Paulista de Indústria — N.º 10 — 5.º Bimestre de 1952 — Ano II — São Paulo.

Universidad de Antioquia — N. 108 — junio-julio-agosto — 1952 — Medellin — Colômbia.

Revista Fiscal e de Legislação de Fazenda — Ano XXIII — N.ºs. 19 e 20 — novembro de 1952 — Rio.

A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro em 1951 — Relatório — 1952 — Rio.

Revista Forense — Vol. 144 — Ano 49 — Fascs. 593 e 594 — novembro-dezembro de 1952 — Rio.